



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

---

MARÍA ANTONELLA BARONE

**Narrativas-trans-aborteiras:**

**O Aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação cuir/queer**

Vitória

2022

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

MARÍA ANTONELLA BARONE

**Narrativas-trans-aborteiras:**

**O Aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação cuir/queer**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Psicologia

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariane Lima de Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues

Vitória

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B265n Barone, María Antonella, 1987-  
Narrativas-trans-aborteiras : O Aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação cuir/queer / María Antonella Barone. - 2022.  
200 f.

Orientadora: Mariane Lima de Souza.  
Coorientador: Aleksandro Rodrigues.  
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Aborto. 2. Pessoas trans. 3. Narrativas. I. Lima de Souza, Mariane. II. Rodrigues, Aleksandro. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE DO CURSO DE DOUTORADO  
EM PSICOLOGIA DA ALUNA MARÍA ANTONELLA BARONE**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas, com participação remota da doutoranda e de todos os membros da Banca por meio de webconferência, nos termos da Portaria Normativa PRPPG/UFES nº 08, de 1º de julho de 2021, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas professoras Dra. Mariane Lima de Souza (orientadora, PPGP/UFES) e Dra. Maria Cristina Smith Menandro (PPGP/UFES) e pelos professores Dr. Cin Falchi (membro externo), Dr. Benjamin de Almeida Neves (UFMT) e Dr. Pablo Cardozo Rocon (UFMT), sob a presidência da Professora Orientadora, para a sessão pública de defesa da Tese de Doutorado em Psicologia de **María Antonella Barone**, intitulada “**Narrativas-trans-aborteiras: O Aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação cuir/queer**”. A presidente da sessão declarou abertos os trabalhos, anunciando que a candidata dispunha de trinta minutos para a exposição das ideias centrais da tese, cabendo a cada examinador igual tempo para arguição e, da mesma forma, para a resposta da doutoranda. Seguiram-se as arguições de cada examinador, com as respostas de todas as questões por parte da aluna. Encerrados os debates, a Banca Examinadora recolheu-se por dez minutos, a fim de deliberar sobre o resultado. Os membros da Banca reunidos decidiram pela APROVAÇÃO da referida Tese e a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Doutora após entrega da versão final de sua tese, em papel e meio digital, à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Profa. Dra. Mariane Lima de Souza, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada digitalmente por mim e pelos demais componentes da Comissão, nos termos da Portaria supramencionada. Vitória, ES, 28 de abril de 2022.

Profa. Dra. **Mariane Lima de Souza**  
(Orientadora e Presidente da Sessão - PPGP/UFES)

Profa. Dra. **Maria Cristina Smith Menandro** (Membro Interno - PPGP/UFES)

Profa. Dra. **Mariane Lima de Souza** (Presidente da Sessão - PPGP/UFES)  
Por Prof. Dr. **Cin Falchi** (Membro Externo)

Profa. Dra. **Mariane Lima de Souza** (Presidente da Sessão - PPGP/UFES)  
Por Prof. Dr. **Benjamin de Almeida Neves** (Membro Externo - UFMT)

Profa. Dra. **Mariane Lima de Souza** (Presidente da Sessão - PPGP/UFES)  
Por Prof. Dr. **Pablo Cardozo Rocon** (Membro Externo - UFMT)

*¿Dónde está Tehuel?!*

## GRATITUDES

*“Nós nos dirigimos aos inconscientes que protestam. Buscamos aliados. Precisamos de aliados”.*

*Gilles Deleuze (1992)*

Temo que as palavras fiquem cansadas se não se expressam com grande gratidão a todas as pessoas e todos os bichos que me acompanharam neste processo. Minha escrita não foi solitária. A diferença de muitos outros, não consigo ficar só. Nunca consegui. Nem quero.

No Brasil, minha história se fragmenta: minha memória se transforma em uma grande *esquizoglosa* conformada pelas variantes socioculturais e linguísticas próprias da vivência da fronteira. Assim, é frequente para mim ser tomada por uma insegurança geral, não só sobre o que dizer ou escrever, senão também sobre os saberes sobre mim. Chegada nesta instância e fragmentada do jeito que estou, minhas primeiras palavras de *gratitud*, são dedicadas às pessoas que forjaram junto comigo, vínculos que atravessam espaço-tempos para se afirmarem na produção de outros modos de viver, na força do junto.

Hija de la Zule y el Edu, dos alquimistas. Nieta de Don Aldo y Etelvina, de la Flora y Don Francisco. Hermana de Gini, Orne, Fiore y Ana. Mucho tengo para agradecer. Minha mãe é professora de ensino fundamental, terminou seus estudos no final dos anos ‘80, comigo mamando do seu peito ainda, e minha irmã à caminho. No mês de março do corrente ela abriu mão de um dos empregos, para ter tempo de se dedicar ao laboratório que montou em casa, e fazer cosmética natural com as ervas que semeia no quintal dela. Ainda dá aulas. Meu pai, aposentado contente e recentemente de uma empresa de transporte que o maltratou por décadas, se dedica à sua oficina, transformando ferro velho em coisas úteis. Segundo me disse, adora se sentir criança brincando com as ferramentas e dando vida aos carros que estavam abandonados e em desuso. A Zuleana y Eduardo nunca deixarei de ser grata por não desistir de abrir caminhos para minhas irmãs e para mim. Por nos ensinar que podemos sempre descobrir aquilo que dói e transformá-lo em outra coisa que brilhe e que nos nutra. Gracias por tanto! Les amo fuerte, mis amores eternos!

Aos meus companheiros de todas as horas, Pedro e Pantera Anarquis, minha pequenagrande família, com vocês a vida é mais suave e o ar mais respirável. Pedro, meu grande

amor e companheiro de aventuras: obrigada pelas rotas que nos permitimos andar! Obrigada por acreditar na força do junto, comigo!

À minha família do Recife, que entre questionamentos e muito amor, me ensinam os caminhos da alegria: Obrigada Dona Kátia e Joca; Pita e Vitória.

Aos amigos, com os que criamos outros modos de habitar esse mundo, meus cu(a)liados e *amores perros*: Manuel; Wayne; Richo; Thiago e Güera. Gracias, gracias *por el aguante!*

Às minhas vizinhas do bairro das paneiras: gratidão! Mara; Didi; Jocinete; Alexandre; Neuza e Vitória. Por me acolherem, a mim e à minha família nas vicissitudes da vida cotidiana. Obrigada!

Ao meu amigo Aleksandro Rodrigues, com sua presença marcante, mestre na minha formação e na minha vida, por fazer parte desta história, por me ensinar a amar de forma tão especial o meu processo formativo e (des)aprendente. Pela orientação na expansão da vida, por tanto! Obrigada! Desejo você sempre por perto.

À minha orientadora linda! Mariane de Lima Souza, que com delicadeza e afirmatividade, segurou a minha mão, mesmo quando ninguém acreditava que isso tudo iria dar certo. Pela confiança e pela paciência: Gratidão, Mariane!

Ao Prof. Dr. Agnaldo Garcia, e ao Prof. Dr. Fabio Hebert por terem operado como abridores de caminhos no meu processo formativo/afetivo. Sem vocês, nunca teria chegado até aqui. Gracias!

Às professoras e professores, funcionárias e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP-UFES), pela oportunidade de compor a sua casa de estudos, pelas trocas potentes e aprendizados nestes 48 meses. Aos colegas do curso, em especial os da turma de 2018 (doutorado), pelo apoio durante esta caminhada.

Ao Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA-UFES), que para além de uma Linha de Pesquisa de um Projeto de Extensão Permanente, acompanha processos formativos e (des)aprendentes de quem se interessa pelo tema, a partir das afetações e pela produção de vida. Especialmente grata a Beatriz de Barros Souza; Marina Jacobs; Marina

Schuwarten; Juliana Lobos; Igor Suzano; Ivana Sessak; Yvie Sarmiento; Eduarda Moro; Tais Peres; Eulália Veloso; Ana Sophia; Luisa Lirio; Maíra Castro; Bárbara Cunha; Isabela Fonseca; Rafaelly Naira da Silva; Getúlio Pinto; Reyan Perovano; Clícia Carolaine. Com quem tecemos tramas aborteiras da mais variadas cores: obrigada e continuamos!

Agradeço à (re)existência do GEPSs, que acolhe às inconformadas para, aos modos do *Malinchismo*, abortar tudo aquilo que restringe a vida, por meio de leituras do incômodo e da formação permanente.

Ao Grupo de Orientações Coletivas que, aos modos de “Ori”, pensa outros jeitos e trejeitos de cuidar dos processos de formação nas nossas pesquisas.

À *Cátedra Libre de Estudios Trans*, pela generosidade e o comprometimento na produção e circulação de conhecimento corporeizado e transdisciplinar. Foi por meio desta que foi possível me aproximar aos Estudos Trans como campo epistêmico de fundamental importância para abordagens possíveis da temática do aborto.

À *ATAC* e às *Alienhadas transaborteras* que nos convocam a sonhar mundos possíveis com abortos trans-inclusivos. Vocês foram fundamentais para os aprendizados que trilhamos nesta tese. Gratidão por reexistirem e nos mostrar outros caminhos!

Ao IBRAT-ES pelas trocas nas alianças que nos permitimos compor.

À GOLD pela oportunidade de trabalhar juntas na medida do possível.

À Casita Trans de Córdoba, por abrir suas portas e pela disponibilidade para as trocas conspiratórias.

Às “latinafricanidades” que compomos em Vix, que entre intercâmbios e desterritorializações, criamos modos de dar passagem aos afetos tristes para produzir amizade e alegria: Lorena Torres; Florencia Pretto; Agustina Fonseca Estévez; Alejandra Rodriguez Paz; Valéria Carbajal Rivera; Mary Butron; Ayelén Moleón Torres; Ingrid Reyes; Valeria Dominguez; Daniela Pérez; Arelys Esquenazi; Arnoll Cáceres; Oscar Villa; Rafael Aguilar Zamudio; Lucas Araújo; Laura De Arco; Ximena Celly; Karla Paz; Angela Rodriguez; Nohora Astrid Velez Carvajal; Madeline Simon; Salam Duala; Oscar Preciado; John Jairo; Sergio Pereira de Oliveira e Souza; Katiane Trindade de Brito; Elza



de Jesus Trindade; Fabiola Gustavo Medeiros; Angela Guzmán e família. Grata pelos encontros!

Às minhas professoras do ensino fundamental e médio, que nas escolas públicas do povoado do qual sou cria, me inspiraram e me encorajaram a acreditar neste mundo: Seño Nanci Gauna, Seño Tere Salomone; Seño María Cristina Molinero (*im memoriam*); Profe Zulema Rodriguez de Bouza; Profe María Isabel Falcone: Muchas gracias!

À minha terapeuta psicóloga Adriana Ruiz, que me acompanhou no processo de deslocamentos ao escolher o Brasil para continuar minha formação.

Às amigas que o processo formativo/afetivo me deu de presente desde a graduação: Denise Hatlan; Stefanía Giordano; Lucía Mendelson; Érica Álvarez; Daniela Tesoriere; Tere Vásquez; Julieta Vidal; Eliana Ortiz; Vanesa Fernandez; Anabela Nuin; Eloísa Labrin; Florencia Encina; Florencia Bertucelli; Tomy Brodanovic; Cysar Gallardo; Ângela Vieira; Sabrina Ribeiro Cordeiro; Marina Francisqueto Bernabé; Marcia Roxana Cruces Cuevas; Aline Gomes Tavares Matias; Nathália Diórgenes; Cassio Pereira Oliveira; Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro; Ileana Wenez; Pablo Rocon; Jéssio Zamboni; Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira; Antônio Vitor; Fernando Yonezawa; Naiara Castello; Luziane de Assis Ruela Siqueira; Eliana Rodrigues Tiago; Jocilene Marquesini Mongim; Luciana Lindinger; Elis Ângela Novaes Silva; Emanuelle Aduni Goes; Cristina Gutiérrez Leal; Maria Amélia Dalvi; João Manuel de Oliveira; Marília Carreiro; Paula Rita Bacellar Gonzaga; Marcelle Cristine de Souza; Alessandra Pin Ferraz; Maria Aidê Malanquini; Tamyres Batista Costa; Lilian Alicia Ortiz; Ivana Bazán; Janine Oliveira; Mirela Marin Morgante; Emmanuel Theumer; Florencia Sueldo; Romina Alejandra Colombano; Maria Andrea Quiroga; Noelia Gomez; Ricardo Molina; Vander Antônio Costa; Claudia Farias; Marina Barros Malafaia; Suely Martiniano; Wayne Ribeiro; Manuel Miller; Sandra Muñoz; Natalia Barone. Adorei nossas trocas e os nossos rolês, quero mais daquilo!

Às amigas ativistas e acadêmicas aborteiras, com as quais tentamos criar outros vocabulários para nos comunicar na luta pelo acesso a práticas seguras e amorosas: Dandara; Elena; Perséfone; Conceição; Flor; Gabi; Ana; Ale; Alê; Marcelle; Maíra; Mel; Nanda; Rebecca; Martha; Lara; Lidia; Ruth; Moro; Blas; Ángel; Martín; Tomás; Gabriel; Rafael; Kadu; Amê; Santiago; Nathália; Belén; Munah; Nunah e tantas outras trans-

aborteiras, acompanhantes, socorristas e abortistas, que trabalham em redes de cuidado, na gestão de possibilidades de vida e na criação de mundos onde caibam outros mundos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Continuamos na luta para que estudar deixe de ser um privilégio! Por uma educação para todo mundo e em contra dos desmontes à pesquisa e à ciência brasileira!

Enfim, agradeço a todas as alianças que, por meio das políticas da amizade e da inimizade, fizeram possível esse trabalho. Mas especialmente *gratitud* expressa a quem não desiste em abortar este mundo que restringe e espartilha a vida, e gesta, a partir de práticas de expansão, outros mundos possíveis. No ensejo de Gilles Deleuze (1992), não cansaremos de procurar por alianças que protestem, porque precisamos delas para reexistir.

*Narrativas-trans-aborteiras: o aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação cuir/queer*

Resumo:

Essa tese está composta por uma série de ensaios que visam pensar o aborto para além do corpo que gesta. A partir de uma transmutação de linguagens, saberes, corpos e práticas, analisa narrativas que transbordam os sentidos atribuídos ao aborto para amplificar perspectivas de abordagens, e compor outras com potencialidade desarticulação dos sentidos heterocisnormativos em relação à prática. Dividida em quatro grandes seções, busca compreender quais regimes semânticos operam em relação ao aborto, atrelado a gênero e sexualidade; analisar criticamente narrativas que colocam em tensão definições assumidas sobre o sujeito de agência política neste debate, e explorar a produção de sentido que transborda estas definições, com a criação de outras linguagens e estéticas aborteiras. Com subsídios epistemológicos provenientes dos estudos trans e cuir/queer, as narrativas-trans-aborteiras assinalam caminhos tortos e desviantes para pensar o aborto para além do corpo que gesta e ouvir uma multiplicidade de experiências e memórias em sentido mais amplo. A partir de um exercício de negociação de sentidos, adequação e coerência entre subsídios teórico-epistemológicos e os nossos interesses e possibilidades de pesquisa, abordamos temas como o papel da psicologia (área de conhecimento onde se insere esta pesquisa) na produção de regimes de verdade, assim como as conexões possíveis para abordagem de outros modos de sentir e pensar a prática do aborto. A través de uma revisão de literatura científica sobre a gestação e o aborto de homens trans, problematizamos os sentidos atribuídos ao conceito de “inclusão”, em diálogo com o “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi & Elichiry, 2021). Com uma análise crítica de fragmentos da peça de teatro “El homosexual o la dificultad de expresarse” (2004), cujo título original em francês é “*L’ homosexuel ou la difficulté de s’exprimer*” (1971), do artista franco-argentino Copi, pensamos uma estética trans-aborteira desafiando-a a partir das operações do fracasso, das práticas artísticas profanatórias e os modos de fazer criancieiros. Em comum, temos que todas as seções teóricas foram construídas, em alguma medida, com o auxílio de um diário de bordo, que se constituiu em importante ferramenta de registro dos fragmentos que dialogam com as narrativas analisadas.

Palavras-chave: aborto; pessoas trans; narrativas-trans-aborteiras; homens trans; estética trans-aborteira.

*Trans-abortion narratives: Abortion from a trans perspective and a cuir/queer approach*

Abstract:

This thesis is composed of a series of essays that aim to think about abortion beyond the body that gestates. From a transmutation of languages, knowledge, bodies and practices, it analyzes narratives that overflow the meanings attributed to abortion to amplify perspectives of approaches, and compose others with the potential to disarticulate heterocisnormative meanings in relation to practice. Divided into four major sections, it seeks to understand which semantic regimes operate in relation to abortion, linked to gender and sexuality; critically analyze narratives that put in tension definitions assumed about the subject of political agency in this debate, and explore the production of meaning that overflows these definitions, with the creation of other abortion languages and aesthetics. With epistemological subsidies from trans and care/queer studies, trans-abortion-narratives point out crooked and deviant paths to think about abortion beyond the body that gestates and listen to a multiplicity of experiences and memories in a broader sense. From an exercise of negotiation of meanings, adequacy and coherence between theoretical-epistemological subsidies and our interests and research possibilities, we approach topics such as the role of psychology (area of knowledge where this research is inserted) in the production of regimes of truth, as well as the possible connections to approach other ways of feeling and thinking about the practice of abortion. Through a review of the scientific literature on pregnancy and abortion of trans men, we problematize the meanings attributed to the concept of “inclusion”, in dialogue with the “Manual de Servicios de Aborto de Aborto Trans-inclusives: Políticas y Prácticas” (Radi & Elichiry, 2021). With a critical analysis of fragments of the play “El homosexual o la dificultad de expresarse” (2004), whose original French title is “*L’ homosexuel ou la difficulté de s’exprimer*” (1971), by the French-Argentine artist Copi, we think of a trans-abortion aesthetic, challenging it from the operations of failure, profane artistic practices and the ways of making children. In common, we have that all theoretical sections were built, to some extent, with the help of a logbook, which constituted an important tool for recording the fragments that dialogue with the analyzed narratives.

Keywords: abortion; trans people; trans-abortion-narratives; trans men; trans-abortion aesthetics.

*Narrativas-trans-aborteras: el aborto desde una perspectiva trans y una aproximación cuir/queer*

Resumen:

Compuesta por una serie de ensayos, esta tesis tiene como objetivo pensar el aborto más allá del cuerpo que gesta. A partir de una transmutación de lenguajes, saberes, cuerpos y prácticas, analiza narrativas que desbordan los significados atribuidos al aborto para ampliar perspectivas de abordajes, y componer otras con potencial para desarticular los sentidos heterocisnormativos relacionados a la práctica. Dividida en cuatro grandes secciones, busca comprender qué regímenes semánticos operan en relación al aborto, vinculados al género y a la sexualidad; analizar críticamente narrativas que ponen en tensión definiciones asumidas sobre la agencia política en este debate, y explorar la producción de sentido que desborda estas definiciones, con la creación de otros lenguajes y estéticas del aborto. Con subsidios epistemológicos de los estudios trans y cuir/queer, las narrativas-trans-aborteras señalan caminos desviantes y retorcidos para pensar el aborto más allá del cuerpo que gesta y escuchar una multiplicidad de experiencias y memorias en un sentido más amplio. A partir de un ejercicio de negociación de significados, adecuación y coherencia entre los subsidios teórico-epistemológicos y nuestros intereses y posibilidades de investigación, abordamos temas como el papel de la psicología (área de conocimiento en la que se desarrolla este trabajo) en la producción de regímenes de verdad, así como las posibles conexiones para abordar otras formas de sentir y pensar la práctica del aborto. A través de una revisión de la literatura científica sobre gestación y aborto de hombres trans, problematizamos los significados atribuidos al concepto de “inclusión”, en diálogo con el “Manual de Servicios de Aborto trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi & Elichiry, 2021). Con un análisis crítico de fragmentos de la obra de teatro “El homosexual o la dificultad de expresarse” (2004), cuyo título original en francés es “*L' homosexuel ou la difficulté de s'exprimer*” (1971), del artista franco-argentino Copi, pensamos en una estética trans-abortera, interpelándola desde las operaciones del fracaso, las prácticas artísticas profanas y las formas de hacer de las niñeces. En común tenemos que todas las secciones teóricas fueron construidas, en cierta medida, con la ayuda de una bitácora, que constituyó una herramienta importante en el registro de los fragmentos que dialogan con las narrativas analizadas.

Palabras clave: aborto; personas trans; narrativas-trans-aborteras; hombres trans; estética trans-abortera.

## SUMÁRIO

A QUEDA PARA O ALTO: UMA APRESENTAÇÃO .....	1
Principais objetivos .....	2
Navegando nas bordas dos caminhos possíveis: algumas pistas.....	3
CRUZANDO OS LIMITES DA LÍNGUA E NÃO SOMENTE: INTRODUÇÃO .....	7
Bússolas para singrar: dimensões éticas, estéticas e políticas de escrita.....	7
Encruzilhadas e reinvenções: impactos do contexto pandêmico.....	10
Principais conceitos: narrativas transbordantes.....	15
NARRATIVAS-TRANS-ABORTEIRAS                      EM                      METODOLOGIAS TRANSBORDANTES .....	24
Forças do binômio La Malinche e o Malinchismo: noções estratégicas.....	29
SABERES PLÁSTICOS: SUBSÍDIOS/EMPRÉSTIMOS EPISTEMOLÓGICOS .....	35
Conceptualizações de gênero: breves notas de uma viagem ontológica .....	36
Os estudos queer e os (cu)ir dos estudos.....	43
(Trans)posições epistemológicas dos estudos trans .....	49
UMA VERDADE SOBRE O SEXO: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?.....	58
Psicopatologias da vida erótica: assujeitamentos criados pela psicologia .....	65
Verdade sobre o sexo: implicações em relação à prática abortiva.....	70
Prática abortiva: tensionamentos, demandas e desafios para a psicologia.....	77
GESTAR E ABORTAR PARA OS HOMENS TRANS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS .....	87
Caráter gestante dos homens trans: algumas experiências.....	89
Homens trans-gestantes: aspectos sociais e midiáticos.....	92
O atendimento à saúde gestacional do homem trans.....	94
Abortos trans e uma aquarela de possibilidades.....	101
Abortos trans-inclusivos ou “os outros da inclusão”? Paradoxos e desafios .....	110

ESTÉTICAS	TRANS-ABORTEIRAS:	NARRATIVAS	ARTÍSTICAS
PROFANATÓRIAS .....			124
Compondo cenas do dissenso: Copi e as vidas que escapam no entre das práticas artísticas.....			128
Abre o telão: mãe e filha entre arranjos e desacordos.....			132
“Porque eu queria”: fazendo fracassar o consenso.....			137
Dor de barriga e os usos da privada: profanações do abortar.....			143
O brincar profanatório das crianças trans-aborteiras.....			148
CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS E ENSAIOS HÍBRIDOS .....			157
Referências .....			164





## A QUEDA PARA O ALTO: UMA APRESENTAÇÃO

*Quisera eu ter um início, movido por uma varinha  
mágica, mas o modo mais simples e sincero seria começar  
relatando a minha vida, sem esconder fatos  
desagradáveis...*

*Anderson Herzer, 1982*

Consideramos importante assinalar que o caminho percorrido começou com o interesse em abordagens da problemática sobre aborto. Mais precisamente e no início do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP-UFES), nos interessava conhecer experiências sobre os abortos vivenciados pelos homens trans. Isto é, indagar sobre as narrativas e experiências das pessoas trans que se identificam como homens que engravidam e abortam. Mas no percurso se fez preciso guinar para outra direção.

Agora, a pergunta que orienta a problematização e possibilita um recorte à pesquisa tem a ver com indagar sobre as possibilidades de pensar o aborto para além do corpo que gesta. Isto a partir de uma transmutação de linguagens, saberes, corpos e práticas que nos permita uma aproximação a narrativas que transbordam os sentidos atribuídos ao aborto. Dessa forma, no decorrer da pesquisa, foi possível ouvir uma multiplicidade de experiências e memórias em sentido mais amplo.

Esta pesquisa pegou alguns fios de um processo que se iniciou na formação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional desta casa de estudos, sob orientação do Professor Doutor Aleksandro Rodrigues. Formam parte desse processo, as composições através do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA-UFES)<sup>1</sup>; os encontros conversantes com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS)<sup>2</sup>; as potentes

---

<sup>1</sup> GEA-UFES (Grupo de Estudos sobre Aborto) é uma linha de pesquisa pertencente ao projeto de extensão universitária permanente do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (NEPS) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (CE-UFES). O Grupo propõe a criação de espaços para a produção de conhecimento na formação continuada por meio de estudos e pesquisas em relação ao aborto. Mais informações disponíveis em: <<http://neps.ufes.br/gea>>.

<sup>2</sup> O Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é um projeto de extensão permanente de formação continuada e transdisciplinar. Discute questões relativas às

trocas com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo (IBRAT-ES)<sup>3</sup> e com *La Casita Trans* de Córdoba, Argentina<sup>4</sup>; os valiosos aprendizados com a *Cátedra Libre de Estudios Trans (UBA)*<sup>5</sup>, assim como com o coletivo *Alianza Trans Masculina Abortera de Colômbia (ATAC)*<sup>6</sup> e os alegres intercâmbios com a inserção no Projeto Aconchego da GOLD (ES)<sup>7</sup>. Polifonia que versa multiplicidades de experiências que não cabem na primeira pessoa do singular. Por isso, a escrita foi elaborada em composições com o uso da terceira pessoa do plural, não descartando a possibilidade de afirmar minha própria voz quando necessário, com o uso da primeira pessoa do singular.

### ***Principais objetivos***

A partir da delimitação do problema de pesquisa, este trabalho buscou estabelecer alguns objetivos que guiaram a construção de estratégias metodológicas para sua concreção. O

---

tecnologias de subjetivação que interseccionam sexualidade, gênero, corpo em suas interfaces com a psicologia, educação e cultura. Mais informações disponíveis em: <<https://neps.ufes.br/gepss>>.

<sup>3</sup> O Instituto Brasileiro de Transmasculinidade do Espírito Santo (IBRAT-ES) é um canal de promoção de visibilidade, saúde e cidadania para os homens trans do Estado do Espírito Santo, no Brasil. Promove discussões nas diferentes áreas de conhecimento e atuação que possam ser relevantes para a melhoria da qualidade de vida desta população. Mais informações disponíveis em: <<http://institutoibrat.blogspot.com/p/quem-somos.html?view=classic>>.

<sup>4</sup> *La Casita Trans* (anteriormente *Casa de Varones Trans*) é uma Associação Civil que acompanha crianças, adolescentes, pessoas jovens trans e não binárias em seus processos de construção e expressão identitária, abraçando-lhes junto com suas famílias, em suas transições e nas áreas em que se desenvolvem (paternidade, educação, sistema de saúde, arte e cultura, esportes, entre outros). Localizada em Córdoba, Argentina, oferece oficinas de administração, trabalho social, assessoria legal, acompanhamento psicológico, enfermagem, gestão de empreendimentos, academia, oficinas de artes, entre outros. Mais informações disponíveis em: <<https://latinta.com.ar/2019/08/un-abrazo-grande-como-una-casa/>>.

<sup>5</sup> A *Cátedra Libre de Estudios Trans (UBA)* é um projeto de extensão universitária pertencente à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de Buenos Aires (UBA), Argentina. O principal objetivo é possibilitar um espaço articulador de conhecimento e investigação interdisciplinar na área dos Estudos Trans para estimular a pesquisa neste campo, desenvolver atividades de treinamento, disseminação, transferência e extensão que abordem questões relacionadas à população transgênero. Mais informações disponíveis em: <<http://seube.filo.uba.ar/c%C3%A1tedra-libre-de-estudios-trans>>.

<sup>6</sup> *ATAC: Alianza Trans Masculina Abortera de Colômbia* é um projeto desenvolvido desde o ano de 2019 pelos coletivos transfeministas *Atravesados* e *AlienHadas*. Propõe um ativismo de enunciação política das experiências de vida trans e não binárias, concretamente a partir da prática do aborto. Trabalham ativamente na luta pelo aborto legal, seguro e acompanhado das pessoas trans masculinas e não binárias. Mais informações em: <<https://www.vice.com/es/article/ne8vnw/conozcan-a-atac-alianza-trans-masculina-abortera-de-colombia>>.

<sup>7</sup> O Projeto Aconchego pertence à Associação Gold (Associação Grupo, Orgulho, Liberdade e Dignidade) e se constitui como um centro de cidadania e de formação, que dispõe atendimento psicológico e social às pessoas LGBTI+, além de oferecer orientações sobre os direitos dessa população. Mais informações em: <<https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/equipe-da-sedh-prestigia-inauguracao-de-centro-de-cidadania-e-formacao-lgbti-aconchego>>.

objetivo geral consiste em construir narrativas sobre diferentes perspectivas em relação ao aborto, com destaque nas que potencialmente desarticulam sentidos heterocisnormativos em relação à prática. Este objetivo apresenta a ideia central do trabalho, uma vez que se constitui como o fio que conecta os ensaios subjacentes.

Entre os objetivos específicos, destacamos: compreender quais regimes semânticos operam em relação ao aborto atrelado a gênero e sexualidade; analisar criticamente narrativas que colocam em tensão definições assumidas que dizem sobre qual é o sujeito de agência política no debate sobre aborto; e explorar a produção de sentido que transborda estas definições, com a produção de outras linguagens e outras estéticas.

### ***Navegando nas bordas dos caminhos possíveis: algumas pistas***

Para a abordagem dos objetivos do nosso trabalho, foi preciso um exercício de negociação de sentidos, adequação e coerência entre subsídios teórico-epistemológicos e os nossos interesses e possibilidades de pesquisa. Por este motivo, no que tange à estruturação da tese, o texto começa se detendo em uma extensa introdução na que apresentamos conceitos-chave e noções importantes que a compõem, assim como os elementos éticos, estéticos e políticos que a orientam. Também, no que diz respeito aos atravessamentos do contexto pandêmico no que se desenvolveu. Em seguida, apresentamos um breve relato dos antecedentes à escolha da temática que a ocupa, bem como de seus meandros e das estratégias metodológicas transbordantes adotadas para sua elaboração. Narramos o percurso metodológico, com suas negociações e possibilidades estratégicas, a partir das forças do binômio *La Malinche/Malinchismo* que nos ofereceu pistas para transbordar as fronteiras que engessam os modos de fazer pesquisa.

Na primeira seção, intitulada ***“Saberes plásticos: subsídios/empréstimos epistemológicos”***, delimitamos os marcos teóricos e referenciais deste trabalho. Por intermédio

de uma revisão narrativa da literatura (Rother, 2007)<sup>8</sup>, apresentamos breves notas sobre as conceptualizações de gênero, uma introdução aos estudos queer e alguns tensionamentos em torno deles. Finalmente, expomos proposições dos estudos trans, campo epistêmico em desenvolvimento que nos oferece potentes ferramentas para a problematização das abordagens sobre aborto.

A continuação, na seção **“Uma verdade sobre o sexo: o que a psicologia tem a ver com isso?”**, efetuamos um ensaio teórico (Meneghetti, 2011)<sup>9</sup> sobre o papel da psicologia na produção de uma verdade sobre o sexo e o conceito de anormalidade. Neste ensaio, são apresentadas, centralmente, as conexões possíveis para abordagem de outros modos de produção de conhecimento sobre sexualidade, assim como outros modos de sentir e pensar a prática do aborto. Com uma análise crítica da inserção da psicologia neste tema, são apresentados alguns tensionamentos, demandas e desafios para a área.

Na terceira seção, nomeada **“Gestar e abortar para os homens trans: possibilidades e desafios”**, apresentamos uma revisão sistemática de literatura (Rother, 2007)<sup>10</sup> sobre a gravidez e o aborto de homens trans, para depois mergulhar em uma análise crítica em tal revisão, com o **“Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas”** (Radi & Elichiry, 2021). Produção compreendida aqui enquanto narrativa que desarticula os sentidos cis heteronormativos produzidos em torno do debate sobre o aborto, a partir de uma guia para atendimento de aborto para pessoas trans. Nesta seção, revisamos uma parte da literatura disponível sobre o tema, e problematizamos os sentidos atribuídos ao conceito de **“inclusão”**

---

<sup>8</sup> Segundo Rother (2007, p. v), a revisão narrativa de literatura é apropriada para “descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos”.

<sup>9</sup> Segundo Francis Meneghetti (2011, p. 322), o ensaio teórico se utiliza de “uma forma específica de compreensão da realidade, por meios diferentes daqueles utilizados pela ciência, na sua forma tradicional de produzir conhecimento. Assim, o ensaio caracteriza-se pela sua natureza reflexiva e interpretativa, diferente da forma classificatória da ciência”.

<sup>10</sup> A revisão sistemática “é uma revisão planejada para responder uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão” (Rother, 2007, p. v).

com a narrativa apresentada pelo Manual. Isto para distinguir e analisar criticamente, a partir dos estudos trans, os compromissos teóricos e políticos das atuais propostas acadêmicas e ativistas que se enquadram nessa perspectiva.

A quarta seção, intitulada: **“Estética trans-aborteira: narrativas artísticas infames e profanatórias”**, traz fragmentos da peça de teatro “El homosexual o la dificultad de expresarse” (2004), cujo título original em francês é “*L’ homosexuel ou la difficulté de s’exprimer*” (1971), do artista franco-argentino Copi. Narrativa que propõe pensar as estéticas em relação ao aborto, desafiando-as a partir das operações do dissenso e do fracasso, das práticas artísticas profanatórias e os modos de fazer criancieiros.

Em comum, temos que as seções teóricas foram construídas, em alguma medida, com o auxílio de um diário de bordo (ou caderneta de anotações), que se constituiu em importante registro dos fragmentos que dialogam com as narrativas analisadas. Concordamos com Rafael Porlán e José Martín (2004), quando assinalam o diário de bordo como facilitador do estabelecimento de conexões significativas entre diferentes tipos de conhecimento, o que permite tomar decisões mais fundamentadas, propiciando também o desenvolvimento dos níveis descritivos, analítico-explicativos e valorativos do processo de investigação e reflexão. Com o uso do recurso de diário de bordo, retiramos alguns trechos que serviram às reflexões que depois analisamos, sobretudo nas duas últimas seções. Destaco, o uso do diário não foi sistemático e os registros contidos nele correspondem a momentos e processos diferentes do meu percurso de formação/atuação.

Finalmente, fechamos a tese com uma tessitura das últimas reflexões, sem pretender, com isto, encerrar o debate sobre o assunto, senão deixar algumas das inquietações produzidas no percurso do processo de pesquisa e possibilitadas pelas diversas trocas na caminhada, que nos dispuseram a refletir sobre a prática do aborto desde outras perspectivas que amplificam os modos de senti-la e pensa-la.

De fato, um dos aspectos éticos que guiaram a realização deste trabalho tem a ver com a dimensão da processualidade, que se configurou como o principal *modus operandi* do fazer

a pesquisa. Portanto, a delimitação do problema de pesquisa foi pensada para aprofundar as reflexões suscitadas nestes anos de formação, em diálogos com outros saberes e outras áreas de conhecimento. Foram esses encontros os que nos convidaram a nos implicar com as narrativas que incomodam e desafiam o binarismo que opera sobre as práticas de gestação e aborto, fazendo fracassar a norma heterocissexista.

## CRUZANDO OS LIMITES DA LÍNGUA E NÃO SOMENTE: INTRODUÇÃO

*...con el arcoíris de mi cantar  
y con mi aleteo  
reivindico mi  
derecho a ser un monstruo y que  
otros sean lo normal!*

*Susy Shock, 2008*

Esta Introdução, nos dois primeiros movimentos, apresenta os aspectos éticos, estéticos e políticos da escrita da tese e uma contextualização do processo que extrapola os quarenta e oito meses de realização da pesquisa, no que diz respeito aos espaços-tempo atravessados pelos impactos da pandemia provocada pelo Covid-19. Seguidamente, inserimos alguns dos conceitos-chave e das noções importantes que compõem a pesquisa: como as estratégias recuperadas do binômio *Malinchismo / La Malinche* e as narrativas-trans-aborteiras, com suas perspectivas trans e cuir/queer e suas estratégias metodológicas transbordantes.

### ***Bússolas para singrar: dimensões éticas, estéticas e políticas de escrita***

Um dos aspectos que situamos na dimensão estética tem a ver com os modos nos quais se exercita a escrita desta tese. Não reclamamos, nem reivindicamos para ela uma língua original. Quem se dispõe a entrar em contato com a leitura, vai perceber que comparecem as misturas, as mesclas, as imbricações do espanhol e do português, ambas línguas que nos nomeiam e que foram impostas por processos de colonização.

Produto de zonas de contato, será possível sentir os movimentos de uma escrita mestiça, transversal e “bi” ou multilíngue que se inspira na obra “*Borderlands/La Frontera*”, de Gloria Anzaldúa (2016), assim como nas políticas de linguagem das obras sobre a “Malinche”. Escritas que afirmam uma zona fronteira onde as línguas estabelecem contatos em dimensões híbridas. Seguindo essas pistas, ao mesmo tempo que o português marca sua saliente presença, um espanhol errante insiste em comparecer junto. É por isso que nos encontramos em um entre textos que, nas misturas do português e do espanhol, compõem um “portunhol” que deslegitima uma pureza e uma dimensionalidade única dos usos da linguagem.

Para gestar uma escrita sob essa perspectiva, escolhemos interferir, abrir os códigos da linguagem para sair do binarismo espanhol o português, e nos somar às vozes que estão afirmando uma língua viva e em constante mutação. Judith Butler (2004, p. 73) nos diz a respeito: “La resignificación del lenguaje requiere abrir nuevos contextos, hablando de maneras que aún no han sido legitimadas, y, por lo tanto, produciendo nuevas y futuras formas de legitimación”.

Tem se tornado um desafio para mim, como pesquisadora das ciências humanas formada em psicologia, afirmar um exercício crítico que permita refletir sobre os usos que coexistem na linguagem e criar outros modos de nomear os elementos da pesquisa. Uma dimensão política se faz presente nas formas consideradas válidas ou legítimas para a produção de conhecimento, que cria motivos pelos quais se têm formas na linguagem consideradas “puras”, “melhores” ou “originais” (Anzaldúa, 2000).

Nosso trabalho apresenta uma pluralidade de vozes. Trabalhamos com um uso das referências bibliográficas que possibilitasse interlocuções alternativas, capazes de criar pontes entre diálogos produzidos pelos nomes que têm se assumido canônicos na geopolítica do conhecimento, e as nossas produções acadêmicas locais e regionais. Consideramos importante atender para as práticas de citação para não reduzir nosso *corpus* teórico, senão amplificar a polifonia de vozes de sujeitos que produzem conhecimentos, a partir de contextos que nem sempre são legitimados e reconhecidos pelo âmbito acadêmico.

Como será possível perceber na leitura desta tese, os usos híbridos transbordam a instrumentalização da linguagem. Assim como colocamos a *indecidibilidade* das línguas mestiças em duas categorias reducionistas e excludentes, afirmamos caminhos híbridos que transbordam as categorias binárias do feminino e masculino. Esse trabalho, mestiço e intruso, se assume na complexidade dos atravessamentos pelas fronteiras e se reconhece parcial, contraditório e crítico das pertenças exclusivas do conhecimento ocidentalizado e moderno.

Nosso trabalho se apresenta aqui como texto acadêmico, mas é resultante de diálogos e intercâmbios que o tornam conversante e político. Caminha em linhas transfronteiriças entre



ativismo e academia. É possível perceber um fio que conecta o exercício acadêmico de pesquisa com o trabalho ativista que não está dissociado deste. Nos implicamos com o que acontece na nossa sociedade, porque não somos indiferentes. Ana Cristina Santos (2006) assinala estas interconexões entre exercício acadêmico de investigação e ativismo, afirmando que na operação de alianças e de modo horizontal, ambas práticas “podem constituir pedras fundamentais nesse constructo ancorado em reconhecimentos recíprocos e capacitantes, em que nenhuma forma de saber se constitui como única ou dominante e da qual resulte, enfim, um novo campo de saber” (Santos, 2006, p. 91).

Embora a ciência de matriz positivista questione a falta de “objetividade científica” deste tipo de perspectivas, assumimos que esta investigação tem implicações políticas porque se pretende comprometida com uma transformação social. Procurando, assim, “aproximar a ciência das pessoas e, obviamente, torná-la mais útil a todos/as” (Santos, 2006, p. 106). Uma ciência que torne difusas algumas bordas que dão forma à academia, e que se constitua em forças que transbordam os modos de conhecer.

Nesta instância, considero que corresponde assumir o que significa se afirmar andando caminhos transbordantes, com um corpo que na encruzilhada, se sabe trans-fronteiriço. Tornar difusas algumas bordas, não tem sido tarefa fácil. Dito nas palavras de Gloria Anzaldúa (2016) é hora de assumir o “terrorismo íntimo de la vida en la frontera”. Residindo no Brasil, tendo sido atribuída uma “nacionalidade argentina” ao nascer; questionando o “feminino” que em mim habita, e sem que isso signifique procurar por um par binário para mim; me racializando como branca, ainda que me reconhecendo mestiça; vinculada a um Programa de Pós-Graduação cujas linhas de pesquisa se diferenciam do processo formativo que iniciei no Mestrado; escrever afirmando um portunhol dançante e em contínuo movimento; dialogando com as epistemologias trans e os estudos queer/cuir, com suas diferenças e pontos de encontro; olhando para narrativas que transbordam os modos nos que debatemos em relação ao aborto; abortando determinadas formas e enviveendo outras junto às crianças e no contexto pandêmico... Todo isto e muito mais, me coloca num processo de transbordar de mim mesma.

Em relação ao que acabamos de manifestar, se abrem outras questões relacionadas ao contexto no qual se desenvolvem os estudos e pesquisas, sobretudo, no que diz respeito ao espaço-tempo tomado por problemáticas pandêmicas.

### ***Encruzilhadas e reinvenções: impactos do contexto pandêmico***

Esta tese foi escrita em tempo pandêmico. Desde o mês de março do ano de 2020, o mundo foi tomado pelo SARS-CoV-2 (Organização Pan-Americana de Saúde, 2020). No pedaço de massa continental no qual nos situamos, os efeitos são particularmente deletérios. Nos países empobrecidos, o cenário parece ainda mais precário. Nomeadamente no Brasil que, somada aos retrocessos nas esferas políticas e sociais, a situação é agravada por uma gestão autocrática, desordenada, inconsistente e inconsequente da pandemia. Como consequência disso, muitas pessoas foram perdendo suas fontes de renda, muitas ficaram sem sequer ter como se alimentar, portanto, sem condições mínimas para gestão e administração dos riscos da transmissão do vírus.

Assistimos a um cenário onde vimos e vemos muitos dos nossos tombarem pela situação mortífera engendrada pela gestão política desse e de outros vírus<sup>11</sup>. Situação onde os “seres “descartáveis”, “desajustados” ou “sobras viventes” do sistema dominante viram sobreviventes: outras, nem isso” (Simas & Rufino, 2020, p. 6). Nesta ocasião, um especial pensamento dedicado a todas as pessoas cujas existências foram apagadas por conta desta e de outras pandemias, assim como também a todas as que estão sofrendo com as perdas.

A experiência pandêmica cria uma ruptura nos modos de estar no mundo e intensifica a distribuição desigual das vulnerabilidades. Sabemos muito bem quais são os sujeitos aos quais foi (e é) negado sistematicamente o direito de existir. Muitos não resistem porque constantemente é arrebatada a possibilidade de acessar os cuidados necessários para prevenir

---

<sup>11</sup> Lidar com uma pandemia não é algo recente na história da humanidade. Milhões de vidas foram (e são) perdidas em outros tempos e contextos, por conta de vírus infecciosos e letais, como por exemplo a gripe espanhola, a epidemia de Zika e as complicações geradas pelo vírus da imunodeficiência adquirida.

a infecção. Por exemplo, foi possível observar que desde o início da pandemia, adquiriram destaque as ações que se manifestaram contrárias às políticas sexuais, destinadas às populações que não se ajustam à norma heterocissexista.

Rogério Diniz Junqueira e Marco Aurélio Máximo Prado (2020), assinalam que, assim como durante a epidemia de HIV/AIDS, a resposta à COVID-19 poderia facilmente estimular discursos e práticas para condenar, culpar e produzir violência contra “outros”. Aspectos que sublinharam a herança de lutas sociais de grupos subalternizados que problematizam a noção de “grupo de risco”. Esta foi uma forma de nomear instrumentalizada também no início da pandemia do HIV/aids, e fortemente questionada por “ensejar percepções equivocadas do alcance da pandemia, favorecer o enquadramento da discussão no terreno da moral sexual e contribuir para agravar o quadro de estigmatização das pessoas diretamente atingidas” (Junqueira & Prado, 2020, p. 206). A culpabilização à que se referem os autores teve alvos específicos. Raramente a produção de culpa se dirige às pessoas lidas como “ajustadas”, “bem-comportadas”, “responsáveis” e “normais”.

Se nos colocarmos a “aprender do vírus”, no dizer de Paul Preciado (2020a), e das correlações possíveis que apresentam Junqueira e Prado (2020), vamos perceber a necessidade de resgatar uma memória social e coletiva relacionada às lutas de grupos subalternizados. Elas permitem visibilizar as assimetrias e brutalidades que perpassam os cotidianos dessas vidas que, guardadas as inúmeras diferenças entre as duas pandemias, também enfrentaram a gestão cotidiana dos riscos da infecção, os medos e os preconceitos, assim como também o isolamento espacial.

Nesse sentido, as cosmovisões trans e travestis assinalam que devemos aprender a “travestilizar o luto”, porque a publicitação do “fim da espécie” ou “fim do mundo” pela pandemia do novo coronavírus, se deu sem uma revisão da humanidade conferida a muitas re-existências que são historicamente extintas, produto de estruturas genocidas (Leal, 2021). A proposta então, é desmontar os arranjos das certezas, diluir as margens para produzir alteridades em múltiplos encontros, entendendo o fim como a possibilidade de criar a partir do

pó e os farelos, dos restos, das sobras. Assim, é ainda possível falar de “reforços” e “reinvenções” das estratégias e contingências no enfrentamento das adversidades criadas e intensificadas pela pandemia de Covid-19.

A psicóloga boliviana Maria Galindo (2020) propõe um resgate da capacidade de autogestão comunitária da doença, da dor e da esperança. Nesse sentido, a proposta da autora ecoa com forças polivalentes no decorrer desta pesquisa. Por momentos, sentimos uma paralisia angustiante que, somada a uma total desmotivação, produzia desvalorização profissional e falta de perspectiva no trabalho da pesquisa. Essa força de caráter esmagador, por vezes, constituiu uma dificuldade para encontrar motivos que devolvam um sentido ao ato de pesquisar.

As marcas das formas pandêmicas foram criando *surcos* e encruzilhadas. Com frequência me perguntava como lidar com os problemas apresentados por nosso tempo e que surgem em todos os domínios da vida, porque “donde pises está, donde llegas ha llegado antes y nada se puede hoy pensar, ni hacer, sin el coronavirus entre medio” (Galindo, 2020, p. 119). Como dar vida à escrita, em meio ao cheiro de tanta morte? Como criar uma vontade de celebração da chegada da vacina sem a quebra de patentes? Qual é o sentido de escrever? De que adianta pesquisar sobre isto, sentada na minha escrivaninha, enquanto a necropolítica<sup>12</sup> acaba com tantas vidas? São demasiadas as forças com as que as violências embestem no tempo presente, por meio das condições sociais e econômicas do quadro capitalista global. As marcas da reincidência de práticas racistas e coloniais como manifestações legitimadas de violência, extermínio deliberado de guerras, e de fome. Como resistir ante as políticas do desencantamento? (Simas & Rufino, 2020, p. 6).

Para quem se importa, essa pergunta acompanha toda nossa caminhada neste plano terrenal. Nós nos importamos. Foi possível se manter andando esse caminho, porque fomos

---

<sup>12</sup> Com “necropolítica” nos referimos ao o conceito que Achille Mbembe (2018) elabora para pensar a vida e a morte a partir de outros diagramas de poder, nos que adquirem relevância as operações de regulamento da distribuição da morte e as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2018).

ouvindo diferentes vozes e intensidades: umas se ouviam mais de longe, enquanto outras, quase aos modos de murmúrios, iam se aproximando até de pertinho ecoar com força afirmativa. Vozes que reconhecem a importância do outro para continuar ao trabalho. Vozes que “na força do junto” acompanharam a dar passagens aos afetos tristes, abrindo caminhos para pensar as marcas do nosso tempo. Elas incentivaram e lembraram da importância das nossas pesquisas “ainda mais neste contexto”. Parcerias que nos fizeram (e fazem) recuperar o eixo e revalorizar os saberes construídos ao longo de batalhas coletivas. As que nos lembram do privilégio de ainda poder escrever.

Aqui, privilégio é convocado como uma ferramenta que permite me situar como um corpo que se sabe encruzilhada, tanto de mundos, como de saberes e conhecimentos pertencentes a locais e lógicas diferentes. Um corpo que não ignora a violência cotidiana que se expressa em múltiplas camadas da existência e que fazem algumas vidas valer menos, no dizer de Judith Butler (2016). Se de um lado, essa vulnerabilidade diferencial explicitou nossa precariedade compartilhada; de outro, seus riscos e efeitos (patológicos, sociais ou políticos) têm sido radicalmente diferenciados quando considerados os diferentes marcadores sociais (idade, status de saúde, raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, casta, classe, lugar de moradia).

Enquanto pesquisadora que se sabe na encruzilhada, constante e permanentemente, também compreendo o privilégio como contingente e contextual. É por isso que, ao longo destes anos de pesquisa em contexto pandêmico, tive que aprender a me reinventar para continuar a dismantelar esses privilégios na fricção com o mundo dos contágios. A travessia continua porque ainda é possível nos mantermos com vida.

Na companhia de Luiz Rufino (2018), entendemos que o corpo que se sabe na encruzilhada não se afirma pelas vias da negação de conhecimentos institucionalizados, senão que reivindica outros caminhos possíveis a partir do cruze de perspectivas:

As encruzilhadas são campos de possibilidades, tempo/espço de potência, onde todas as opções se atravessam, dialogam, se entroncam e se contaminam. Uma opção fundamentada em seus domínios não versa, meramente, por uma subversão. Dessa forma,

não se objetiva, meramente, a substituição de uma perspectiva por outra. A sugestão pelas encruzilhadas é a de transgressão, é a traquinagem própria do signo aqui invocado. São as potências do domínio de Enugbarijó, a boca que tudo engole e cospe o que engoliu de forma transformada (Rufino, 2018, p. 75-76).

A aposta na transformação foi destacada como reinvenção por Paul Preciado (2020a, p. 14) que a nomeia como possibilidade de mutação para continuar com vida: “nos manter vivos como planeta perante o vírus, mas também perante o que possa acontecer, significa colocar em marcha formas estruturais de cooperação planetária. Como o vírus muda, se queremos resistir à submissão nós também devemos mudar”.

Nos afirmamos nos cruzamentos, nos desvios, nas encruzilhadas e no exercício de reinvenção porque nos importamos. Porque podemos (ainda) sustentar juntas o mal-estar que nos toma de assalto. Aprendemos com as memórias de quem nos antecede. Elas nos mostram caminhos cheios de pistas e novos rumos, ainda em um cenário de erosão e precarização da vida. Porque nos mantemos com vida afirmamos espaços “onde os acúmulos de experiências e saberes construídos ao longo de distintas temporalidades ajudem a fazer pulsar as lutas democráticas em defesa de todas as vidas, da existência plural, da dignidade, em torno daquilo que inquieta e apaixona” (Junqueira & Prado, 2020, p. 213).

Portanto, não resistimos à imantação dos encantamentos para que não nos tornemos meras sobras viventes. Depois de tudo, a partir do momento que está colocada no mundo, a vida é o que praticamos cotidianamente e está em constante ameaça, então nos resta ecoar outras políticas e “entender o encantamento como ato de desobediência, transgressão, invenção e reconexão: afirmação da vida, em suma” (Simas & Rufino, 2020, p. 6).

Dessa forma, entre jeitos e trejeitos, a nossa travessia se faz e se desfaz procurando aconchego nas dobras dos pluralismos, tentando provocar conexões com saberes produzidos nas frestas dos muros que ergue o sistema dominante. Teimando em atentar àquilo que nos inquieta e nos encanta. É assim, por vezes perdendo vitalidade pelo desencanto do mundo e, por outras, no contágio de forças afirmativas da vida, que nos colocamos “na pista”. Mas, antes de andar nos caminhos tortos que as narrativas-trans-aborteiras nos apresentam, se faz necessário precisar melhor os conceitos e noções principais que dão corpo a esta tese.

### ***Principais conceitos: narrativas transbordantes***

Uma aproximação “trans” e “aborteira”, exige uma atenção constante para não cair nas armadilhas de caráter universalizante e essencializante de algumas delimitações. Detectamos nesse exercício, que se faria necessário transtornar a pretensão de delimitar o “trans” a um sujeito identificável, visível e ou definível. São diversas as formas nas que as pessoas constroem suas identidades, o que não pode reduzi-las a um campo analítico nem descritivo. Trata-se de uma categoria dinâmica que se encontra sujeita a tensões e mudanças. Diversos modos de viver e habitar o mundo transbordam até o que poderia se considerar “trans”. Incluso, e como assinala a American Psychological Association (APA, 2011, p. 1) “no todas las personas cuyo aspecto o conductas no coinciden con su género, se identificarán como personas trans”. A respeito Blas Radi (2019a, p. 3) explicita:

“Trans” es un término polisémico que suele funcionar en simultáneo de maneras distintas: en su uso coloquial, funciona de manera operativa (cuando explicitamos que lo vamos a usar como una campana semántica para hacer referencia a todas las personas que se identifican con un género distinto al asignado) y también funciona como identidad de género (cuando lo aplicamos para aludir a aquellas personas que se identifican a sí mismas de ese modo). Esto significa que tenemos un término y dos conceptos en uso, que además aplican a universos distintos, lo que sienta las bases para un problema de ambigüedad: no todas las personas trans en el sentido operativo, se identifican a sí mismas como “trans”.

Transbordando a pretensão de definições, fomos implicando-nos com essa dimensão mais polissêmica da noção “trans”. Com Abraham Brookes Weil (2018), apostamos em um sentido expansivo de “trans”, que deve ser entendido aqui como um prefixo que denota deslocamento e significa “para além de...”. Denota o potencial para ligar operações conceituais e políticas de mudança para múltiplos sufixos, ao invés de gênero apenas. Por essa razão não utilizaremos cursivas, nem aspas, e tampouco o asterisco que denotaria que é um termo guarda-chuva.

Ao invés de atrelar o sufixo “trans” unicamente a conceitos como “transgênero” ou “transexual”, embora esses termos também sejam usados ao longo da pesquisa, apostamos no potencial de vinculação a vários locais de destino, ao invés de somente gênero. O trans

acompanhará o aborto, à sexualidade, ao gênero e às narrativas como uma noção que diz sobre o que transborda e vai além. Ele surge para interromper a categorização rígida e cruzar as fronteiras autorizadas. Nós o conectamos ao aborto para dizer das narrativas-trans-aborteiras, que são aquelas que versam sobre outros modos de pensar e sentir o aborto, transbordando-o e transtornando-o.

Assim, as operações conceituais que “trans” oferece, possibilitam abordagens de interrupção das práticas de escrita, leitura e análise que podem ser acionadas como aquilo que transborda até o próprio construto de gênero. Como o corpo, não se pode prever a trajetória de um conceito, a exposição conceitual requer uma abertura para o imprevisível, um transborde de tudo: mas, o que pode ser transbordado? Tudo aquilo que carrega consigo o ímpeto de cruzar, mover, excitar, não como um modo de revisitar ou retornar, mas para mudar criativamente (Weil, 2018).

Nesse sentido as narrativas com as que trabalhamos nesta pesquisa, problematizam o que conhecemos sobre o aborto, a partir de posições cada vez mais complexas. Ao utilizar “narrativa”, um dos conceitos que constituem o eixo desta pesquisa, nos referimos à perspectiva que oferece um campo privilegiado para conhecer outros olhares acerca do tema que nos ocupa. Porque as narrativas não procuram provar coisa nenhuma, senão que buscam abrir possibilidades para expressar um ponto de vista ou uma perspectiva, sendo esta desde um lugar específico, situada em um tempo e um espaço determinado (Jovchelovitch & Bauer, 2005).

O próprio conceito de “narrativa” se presta a uma multiplicidade de compreensões, dificultando uma definição acabada. Segundo Maura Striano (2012), a narrativa não é apenas um dispositivo de construção de sentido, embora historicamente tenhamos focado na narrativa como um produto individual. É necessário focar em seus processos, observando os artefatos culturais utilizados para produzir narrativas, os atores sociais envolvidos, as mudanças nas formas de interação, nos processos de negociação, etc. (Striano, 2012). Portanto, e de acordo com a perspectiva epistemológica que as sustenta, as narrativas que selecionamos não serão consideradas um material empírico que deva ser submetido a uma análise por meio de um



procedimento teórico, mas uma produção narrativa situada de uma determinada perspectiva ética, estética e política acerca do aborto.

Assim, as narrativas-trans-aborteiras compostas pelo *“Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas”* (Radi & Elichiry, 2021) e a peça de teatro *“El Homosexual y la dificultad de expresarse”* (Copi, 2004), somadas às que foram registradas no diário de bordo, se constituem em potentes veículos capazes de desmontar os sentidos cisheteronormativos<sup>13</sup> produzidos em torno da prática do aborto.

A perspectiva narrativa aponta que o mundo é atravessado por narrativas e narrações que têm um papel fundamental como construtoras de sentido. Walter Benjamin (1987) nos deixou algumas pistas para pensar na produção narrativa ou, nos seus termos: nas “políticas de narratividade”, como uma grande questão em torno da importância para a constituição do sujeito. Porque a história é tanto uma sucessão de acontecimentos, quanto ao relato que construímos em torno destes, como agentes narradores. Nessa concepção, algumas narrativas se tornam insurgentes na história. Benjamin (1987), ao propor a construção de uma história “a contrapelo”, reivindica a narrativa dos vencidos e perdedores da história, aqueles excluídos e esquecidos por esta.

Intervimos na construção narrativa e por isso consideramos que não há neutralidade nem objetividade possível nessa construção. Não obstante, isso não significa que toda narração é igualmente válida. Benjamin (1987) nos convida a questionar sobre a arte de contar a história frente aos jornais que (des)informam por meio de números e estatísticas, pedaços de subjetividade inclassificáveis: “De hecho, a menudo las comunidades sospechan de las narrativas, de las fuentes y de los archivos con los que se trama la historia. Y también de sus claves interpretativas” (Radi, 2020a, s/p.). Chaves de interpretação com que elaboramos

---

<sup>13</sup> O prefixo “cis” significa “deste lado”, é a contrapartida do termo “trans”: se as pessoas trans são aquelas que se identificam e convivem socialmente com uma identidade de gênero diferente daquela que lhes foi atribuída, as pessoas cis são aquelas que não são trans. Michel Warner (1993) descreve a heteronormatividade como aqueles processos de normalização que pretendem manter a heterossexualidade como a base indivisível de cada comunidade. Se constituindo, assim, a reprodução como norma, como único meio, como a forma primordial e elementar de associação humana e de relações entre gêneros. Por tanto, como um modo de nos referir ao conjunto desses elementos com uma única palavra, utilizaremos ao longo do texto, o termo “cisheteronormativo”.

compreensões fragmentárias sobre os eventos, e com as quais outorgamos significados ao que se passa. Ao dizer de Walter Benjamin (1987), tal resgate dos acontecimentos só é possível a partir de fragmentos.

Desse modo, as narrativas aparecem sempre inacabadas e inconclusas, sujeitas a novos inícios e descobrimentos, para serem reelaboradas e reinterpretadas. Por esse motivo, as narrativas não são uma produção individual e isolada, senão produções que questionam, nutrem, transformam, ironizam o contexto no qual são produzidas (Pujol & Montenegro, 2013). Constroem e articulam modos alternativos que irrompem no tecido social, disputam versões “tradicionais” e têm efeitos como produtoras de conhecimento. As narrativas surgem como uma possibilidade de fazer uma reflexão crítica acerca do que foi produzido como “história oficial” ou “universal”, irrompendo e questionando as verdades dominantes para compor outros modos de pensar o nosso presente (Benjamin, 1987).

As narrativas-trans-aborteiras desde esta perspectiva, desafiam as produções e narrativas sobre aborto e oportunizam um conhecimento que aponta para parcialidade, localização, precariedade, destacando a multiplicidade, seja de vozes, perspectivas, realidades e significados sobre este assunto (Haraway 1995). Versam sobre a multiplicidade de modos de sentir e pensar o aborto, provocando um certo incômodo, pois têm a capacidade de nos tirar do lugar e nos jogar para os caminhos desviantes das encruzilhadas. O desafio se atualiza com interrogantes sobre como fazer leituras alternativas do nosso presente, para construir compreensões desde as “outras vozes”, e considerando a singularidade da subjetividade, sem cair nas armadilhas das interpretações messiânicas, por exemplo.

Uma das potencialidades nessa perspectiva, reside na possibilidade de observar a tensão entre narrativas dominantes e contra narrativas. Entre as narrativas que dominam um determinado debate, podem servir para silenciar ou tornar invisível o que não se enquadra ou se afasta da norma ou do esperado para certo assunto. As contra narrativas, que são as que nos interessam, outorgam visibilidade e possibilitam a criação de outras imagens e paisagens em relação à temática colocada em jogo. Desse modo, as narrativas-trans-aborteiras são as contra

narrativas que nos permitiriam reconhecer a agência de sujeitos políticos, ao servir como mecanismo de criação de imagéticos alternativos sobre aborto. Esse potencial de subversão torna esta perspectiva de pesquisa um lugar significativo a ser pensado a partir dos estudos queer e as epistemologias trans.

Atentando para os processos é que esse trabalho de pesquisa se apresenta como uma produção narrativa. É dizer, a técnica metodológica transbordante de produção de narrativas-trans-aborteiras, exigiu de nós, um exercício de atenção para os processos envolvidos na produção conjunta de um texto híbrido. Texto construído a partir de utilização de diários, observações conversantes, participações de escuta ativa, revisões e reflexões, que criaram a possibilidade de produção de uma tese como uma produção narrativa. As produções narrativas, assim: “en lugar de representar cómo las participantes comprenden el fenómeno, buscan expresar cómo quieren que un particular tema sea visto” (Pujol, *et. al.*, 2003, p. 67).

As narrativas não foram posteriormente analisadas e tratadas como fontes de informação, mas sim como produções teóricas com seus próprios valores explicativos dos fenômenos descritos. Os aspectos teóricos e vivenciais se entrecem, permitindo colocar em diálogo os elementos que dão determinados sentidos ao aborto com as epistemologias trans e os estudos queer/cuir.

Por isso consideramos que a produção narrativa desta tese, se fez possível pela implicação<sup>14</sup> da autora com os fenômenos que interpelam e problematizam o aborto, navegando desde as margens do debate sobre este. Nos interessamos por “un conjunto de narrativas que ofrecen distintas perspectivas argumentadas y reflexionadas sobre el fenómeno estudiado: un conjunto de conocimientos situados y parciales de la temática que se está abordando” (Pujol & Montenegro, 2013, p. 35). Segundo Walter Benjamin (1987), quem narra não deveria se preocupar com grandes acontecimentos, senão olhar e atentar para os pequenos, os que

---

<sup>14</sup> Me refiro aqui ao fato de me constituir como narradora implicada com um exercício de escuta das narrativas-trans-aborteiras que questionam os distintos modos de produção de subjetividade nas instituições, suas pertencas e seus conflitos, para a compreensão dessas dinâmicas e processos no que tange ao aborto. Vide René Barbier (1985); René Lourau (1970).

oferecem detalhes, às conversas, às outras versões. Nosso desafio, então, teve a ver com estar dispostas a andar pelos caminhos desviantes das margens e dos bordes que nos ofereceram, a partir de um conjunto de narrativas, inúmeras possibilidades de conexões.

Portanto, invés de tratar as narrativas como material meramente empírico, atentamos para as conexões que a pesquisa consegue estabelecer, a partir de diferentes transposições e configurações, que possibilitem amplificar a nossa compreensão narrativa. Tal como assinalam Pujol e Montenegro (2013, p. 36), o procedimento de análise nesta abordagem narrativa, “puede explorar, por ejemplo, la posición de sujeto desde la que se realiza la producción narrativa, las voces que se reflejan, los mundos posibles que se abren o la estructura narrativa del texto”. E nesse sentido operam as narrativas nesta pesquisa, porque complexificam o que conhecemos sobre o aborto, a partir de diversas transmutações de linguagens, saberes, corpos e práticas. Trazem à tona outras concepções e sugerem outras abordagens, por isso as nomeamos narrativas-trans-aborteiras: como um modo de situá-las para além do aborto, mas sem deixar de ser aborteiras.

Narrativas singulares que deslocam os regimes de sentido em relação ao aborto e oferecem um terreno fértil para redefinir a forma como construímos modos de sentir e pensar as práticas abortivas. Sobretudo em relação a como é estudada e concebida por diferentes áreas de produção de conhecimento. As narrativas-trans-aborteiras funcionam como interstícios, operando nas aberturas de frestas, nas transfigurações ou deslocamentos em relação às narrativas que tendem universalizar o debate sobre aborto.

Explorar este tipo de narrativas nos coloca no desafio de estar disponíveis e permeáveis para uma multiplicidade de compreensões que vão tencionar, complexificar, deslocar e fugir dos consensos, tanto teóricos-epistêmicos, quanto práticos e técnicos. São narrativas singulares que transbordam -não só- ao aborto. Podemos dizer que ouvimos as narrativas que afirmam um multiverso de modos de habitar o mundo e de se colocar nos usos do corpo. Narrativas trans que, para além dos atravessamentos do dispositivo da transexualidade, transbordam, transgridem, transformam, transtornam tudo aquilo que restringe a vida.

Isto por meio de afirmação de forças que vão questionar o regime semântico do debate sobre o aborto e abri-lo para a desarticulação dos sentidos heterocisnormativos em torno deste. São narrativas de um mundo ainda por vir: aquelas que nos colocam na produção de outros imagéticos relacionados ao aborto. Inclusive porque existe uma multiplicidade de expressões e experiências trans que se colocam a partir da impossibilidade de rotular as práticas desejanças do gênero e da sexualidade.

Efetuar uma abordagem das narrativas em chave trans-aborteira para fazer ruir o binarismo de gênero na abordagem da prática e questionando as certezas fixadas pelo sistema do verdadeiro sexo, coloca grandes desafios ao pensamento hegemônico da tecnocracia do gênero. Assim, além daqueles sujeitos que afirmam o dispositivo da transexualidade na identidade de gênero, também ouvimos outros corpos transbordantes que se colocaram em narrativas-trans-aborteiras. Porque:

Ser trans, para mim é libertar-se. Não ser ator nem atriz: é ser atroz. É ir atrás. Estar à frente. É enfrentar. É atuar sobre si mesma. É assumir riscos. É ter a dádiva de duvidar da vida. Ser trans é ter peito. E também não ter. Ser trans é genial, não genital. Não é do caralho, nem de xoxota. É de corpo inteiro. É reinventar-se e criar sobre a própria existência. Ser trans é confuso, é borrar os limites, é rascunho. Ser trans é poesia. É assumir-se corpo. Ir além. Ser criação e criadora. A médica e a monstra. Ser trans é divino. É obra de d'eus. De todos os eus que me constituem. Não é obra das trevas. É obra das travas. Ser trans é um ato de coragem. É um campo de batalha. Ser trans é entregar-se. É abrir mão de si. O que pode ser, algumas vezes, solitário (Linn da Quebrada, In Leal, 2017, p. 15).

As equações poéticas de Linn da Quebrada dizem sobre a dimensão da complexidade que atravessa a definição do “trans” com a qual operamos nesta pesquisa. Consideramos que as narrativas-trans-aborteiras nos deixam pistas sobre a necessidade de problematizações que afirmem a dimensão trans do aborto. É possível perceber que a prática, amplamente discutida e referida às mulheres cis, tem sido tensionada pelos saberes trans. Este aspecto pode ser analisado a partir dos limites que se impõem às discussões sobre aborto, feitas nos domínios de conhecimento que tem excluído do debate àquelas narrativas que se dispõem na dimensão trans-aborteira.

E é aqui que radicaria a força do que propomos como a dimensão trans-aborteira. Pelo

exposto, escolhemos atentar para narrativas-trans-aborteiras como um modo de nos referir à prática do aborto, para além dos critérios impostos pelo binarismo heterocisnormativo. Desse modo, trabalhamos na escuta de narrativas transbordantes. Aquela diversidade de afirmações não normativas, que podem ser transexuais, transgêneras, travestis, transgressoras e transtornadas, que muito têm a nos ensinar em tanto narrativas-trans-aborteiras. Nós as ouvimos.

Portanto, temos identificado diferentes elementos e pontos de conexão possíveis e divergentes entre as narrativas escolhidas, para então articular esses elementos com os marcos referenciais consultados e com nossa própria produção narrativa sobre o assunto. Pela produção de encontros potentes com os estudos trans que possibilitaram grande parte dos aprendizados nesta pesquisa, percebemos que afirmar a dimensão “trans” do aborto implicaria pensar a prática para além do dispositivo da transexualidade.

Mas o que seria o dispositivo da transexualidade? Para Michel Foucault (1991) o dispositivo se constitui como um conjunto composto de elementos heterogêneos que podem ser implícitos ou não, mas se interconectam em uma grande rede de instituições, arquiteturas, leis e regulamentações, medidas administrativas, discursos científicos, enunciados filosóficos, construções morais, entre outros. Berenice Bento (2014) faz uso do conceito de dispositivo da sexualidade de Foucault (1991) para explicar a estrutura do discurso médico que, a partir da criação de transtornos, síndromes e seus respectivos diagnósticos psiquiátricos, buscou construir um dispositivo que oferecesse uma etiologia da transexualidade.

Com isso, um conjunto de saberes, técnicas e práticas se esforçaram para explicar os modos de sentir e pensar as transexualidades. Portanto, se faz preciso desfazer a ideia de um sujeito universal consagrado pelo dispositivo da transexualidade, o que pode funcionar como mais uma estratégia normalizadora de controle daquilo considerado “desviação” (Bento, 2014). Nesse sentido, pensar o aborto para além do corpo que gesta, exigiu de nós um exercício que conseguisse transbordar, também, o dispositivo da transexualidade. Destarte, turbilhonar o próprio “aborto” ao propor a construção “aborteira” para acompanhar às narrativas, porque

“acreditamos na capacidade de contágio que ultrapassa reivindicações ideológicas e descarrega o aborto de matizes morais para possibilitar uma entrega às experiências e narrativas ensanguentadas em um devir *aborteiras*” (Barone, *et.al.*, 2021, p. 180).

Desse modo, percebemos que a utilização de outras linguagens nos colocaria na dimensão da estratégia, para poder nos comunicar de modos diferentes, segundo a narrativa que se nos apresentou para análise. Com um tanto de *Malinchismo*, chegamos às narrativas-trans-aborteiras que nos possibilitaram compreender que, para desarticular os sentidos heterocisnormativos, era necessário transbordar os modos de fazer, os modos de operar, os modos de comunicar em relação ao aborto.

## NARRATIVAS-TRANS-ABORTEIRAS EM METODOLOGIAS TRANSBORDANTES

*Fazer uma mistura orgânica  
e lançar um material que seja digerível  
pra todo mundo, não só pra quem curte, sabe?*

*Bixarte, 2019*

Nesta seção elaboramos reflexões e descrições sobre o processo metodológico, o qual se deu por caminhos tortos e desviados que nos exigiram uma disposição para a mistura de uma multiplicidade de modos de fazer. No dizer de Sofia Favero (2020), ousamos em *desaquendar*<sup>15</sup> outros modos de fazer pesquisa para conseguir re-inventar os jeitos de nos colocar no caminho das narrativas-trans-aborteiras.

Com frequência, no meu processo de pesquisa, fui inquirida a dar algumas respostas. Mas quando conseguia elaborar alguma coisa parecida com uma resposta, dizendo de que se tratavam minhas inquietações de investigação, geralmente escutava: “mas você já conhece pessoas trans que tenham abortado?”; “isso é estranho”. Estranhezas do tipo surgiam quando ensaiava alguma reflexão sobre o aborto transgênero e as narrativas-trans-aborteiras que me propunha ouvir. Adjetivos como “raro”, “estranho”, “pouco possível”, outorgam a esse trabalho uma dimensão cuir/queer, por suas abordagens errantes e heterogêneas.

Nesse sentido é que se apresenta um modo de fazer que não pretende reenquadrar a metodologia, nomeá-la e, conseqüentemente, prendê-la em conceitos redutores, uma vez que a proposta é *desaquendar* dos moldes do paradigma científico dominante (Mombaça, 2016). Portanto, muitas foram as dificuldades, tanto epistêmicas quanto metodológicas. Dificuldades somadas à produção de criminalidade em torno ao aborto e às possibilidades narrativas dos

---

<sup>15</sup> Provenientes do léxico afro-brasileiro e, sobretudo, da sociabilidade das travestis e mulheres trans, os termos *aquenda* e *desaquenda* são polissêmicos. Denotam expressões e noções de perceber, ver e conhecer, mas também, tomar uma atitude, experimentar, fazer um lance ou esconder ou fazer desaparecer (Pocahy, 2016; Favero, 2020).



sujeitos subalternizados<sup>16</sup>. Assumir um trabalho a partir de perspectivas cuir/queer<sup>17</sup> para uma leitura sobre aborto, me sugeria que era pouco possível antecipar as rotas seguras dos manuais de metodologia, nem prever um lugar aonde chegar de fato. Assim, somente depois conseguiria nomear os caminhos, porque eles começavam a existir na medida em que me colocava para andá-los.

As pistas foram nos levando, pela via das estratégias para um processo de *queerificar* caminhos de investigação em aborto e sexualidade. Caminhos tortos e difusos, mas plurais: do jeito que gostamos. Porque nossa aposta se dirigiu, principalmente, àqueles posicionamentos teóricos e políticos que permitiram que a palavra circule para criar de narrativas que transbordam o que conhecemos sobre aborto, desde as bordas, desde as margens. Assim, percorremos outros caminhos para conhecer o que hoje nomeamos narrativas-trans-aborteiras enquanto seguimos as pistas que a figura de *La Malinche* nos oferece para dizer que narrativas transbordantes exigem metodologias transbordantes que possibilitem a utilização de diferentes modos de fazer, segundo as fronteiras que seja preciso transbordar.

Então, por vezes, *aquendamos* a metodologia, mas por outras *desaquendamos* jeitos de fazer multi-metodológicos. Proposta que se afirma nos modos nos quais as línguas se torcem e estabelecem contatos em dimensões híbridas, deslegitimando uma pureza e uma única dimensionalidade dos usos, tanto seja da linguagem, como dos corpos com os quais nos colocamos em narrativas. Apostamos, ao longo deste processo de pesquisa, na difusão das bordas, fazendo ruir alguns limites e nos colocando nos trans-bordes. Isso inclui as normas de pesquisa em ciências sociais, já que, como assinalam Kath Browne e Catherine J. Nash (2010), as dimensões queer e trans de pesquisa transbordam a suposta coerência, confiabilidade e

---

<sup>16</sup> O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa aquele que depende de outrem, que está subordinado. Aqui, tomamos “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas, regiões e grupos que estão fora da estrutura do poder e do pensamento dominante. Refere-se ao conceito de subalternidade conforme a indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2003), que aponta para o termo “subalterno” para se referir a grupos marginalizados que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente.

<sup>17</sup> Aos fins deste trabalho, invés de escolher um em detrimento de outro, optamos por utilizar a composição “cuir/queer” com o intuito de afirmar a potência do caos do convívio. Convívio que possibilita uma mistura potente de linguagens para nos comunicar em diferentes lugares, misturando diversas ferramentas produzidas em locais distintos e que afirmam os seus usos para o *envivecer*, para a vida (leal, 2020).

generalização consideradas como preocupação central para alguns cientistas sociais, assumindo que estas abordagens lidam com as contradições que surgem ao não endossar um conjunto de métodos em detrimento de outro.

Nesse sentido, podemos pensar em direção ao que apontam os estudos queer como campos teóricos referenciais que se utilizam de composições multimetodológicas. Para Jack Halberstam (1998) misturar vários métodos faz parte destas apostas de investigação, sobretudo a utilização de diferentes métodos para produzir as informações. Por esse motivo, este trabalho não se constitui em uma matriz metodológica única, senão que se compõe de uma variedade de contribuições com orientações metodológicas distintas, que se esforçam para rejeitar a adoção acrítica de qualquer instrumento metodológico.

As narrativas-trans-aborteiras com as quais trabalhamos nesta pesquisa, exigiram de nós um tanto de disponibilidade para transitar caminhos inesperados e, ao invés de nos depararmos com trajetos certinhos e arrumados, fomos aceitando convites para os desviados e transbordantes. Assim, analisamos duas grandes narrativas ou fontes: o documento traduzido e reelaborado como “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi e Elichiry, 2021) e a peça de teatro “El Homosexual y la dificultad de expresarse” (Copi, 2004). Como percebemos, possuem linguagens diferentes que exigiram desenhos metodológicos, também diferentes.

Mas nossa atenção para as narrativas-trans-aborteiras não se restringiu a essas duas, as colocamos em diálogo com as falas do diário de bordo, nas trocas com pessoas e situações que compuseram outras narrativas do incômodo. O diário de bordo, ou ter uma caderneta de anotações comigo, constituiu uma ferramenta de grande potencial metodológico para alicerçar o registro e reflexão acerca de situações e encontros que atravessaram à pesquisa e à pesquisadora. A prática de registro no diário de bordo auxiliou no desenvolvimento da pesquisa, oferecendo suporte ao processo investigativo.

Reunimos narrativas, particularmente o “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi & Elichiry, 2021) e a peça de teatro “El Homosexual y

la dificultad de expresarse” (Copi, 2004), em diálogo com os fragmentos de relatos registrados no diário de bordo; que transbordam e que demandam formas de olhar bem distintas, desafiaram nossos modos de fazer pesquisa e nos convidaram a abortar, também algumas formas de abordagem sobre o aborto.

Mas transbordar não significa navegar à deriva. Seguimos nos meandros, pelos caminhos e as curvas deste percurso com um ponto de partida que requereu um trabalho de reflexão teórica detalhada. Consistiu no seguinte: primeiro, se fez preciso um exercício de negociação de sentidos, adequação e coerência entre subsídios teórico-epistemológicos e os nossos interesses de pesquisa. Como modalidades de inserção conceitual delimitamos os marcos referenciais que orientaram o trabalho, a partir de uma revisão narrativa (Rother, 2007) com uma análise crítica, dos estudos de gênero, dos estudos queer/cuir e das epistemologias trans. Assim, foi possível fazer uma leitura da singularidade de cada marco epistêmico, ao tempo que destacamos alguns pontos de encontro e diferenças entre cada proposição, no que diz respeito da abordagem da temática do aborto e a desarticulação dos sentidos heterocisnormativos produzidos em torno deste.

Seguidamente, no ensaio teórico (Meneghetti, 2011) montado a partir de uma chave genealógica (Foucault, 1994), nos propusemos percorrer um caminho analítico pela conceptualização de normalidade e anormalidade, destacando alguns pontos de conexão com o papel da Psicologia na produção de uma verdade sobre o sexo, assim como da dimensão trans do aborto. A partir de um modo de andar conduzido por um (in)certo *Malinchismo* queer, a condição da crítica sobre os efeitos dos regimes de verdade que impedem a expansão de gestos trans nas narrativas sobre aborto, adquiriu dimensões metodológicas a tal ponto de permitir reaplicar às posturas investigativas ao itinerário de pesquisa, fazendo elas transbordarem. Essas estratégias nos permitiram questionar as naturalizações normativas dos processos de investigação, a partir de um exercício permanente de reflexividade crítica, para depois nos introduzir nas pistas que as narrativas-trans-aborteiras nos oferecem para desarticular o regime de verdades, sobretudo, em relação à sexualidade e ao aborto.

Um tipo de linguagem se fez necessário na abordagem do “Manual de Abortos Trans-inclusivos”, na qual efetuamos uma análise crítica do conceito de inclusão; e um tipo distinto de linguagem se apresenta com as estéticas trans-aborteiras. Esta distinção também compõe as estratégias metodológicas da pesquisa, ao dizer sobre narrativas que comunicam alternativas para quebrar inteligibilidades que acompanham ao aborto, e propõem outros modos de linguajar diferentes formas de estar no mundo a partir da prática.

Com um olhar para as estéticas que a dramaturgia nos ofereceu com a sua aposta dissensual, se estabelece uma relação entre estética e política. Nesse sentido, Rancière (2005) nos brinda outro modo de fazer com sua concepção de embaralhar as bordas que desenham as divisões entre os campos de saberes, entre ficção e realidade, entre artes e ciências humanas. Desse modo, esse trabalho passará pelo pensamento do entrelaçamento entre as artes e o aborto com o intuito de dar a ver como configuram modos de visibilidade das coisas, da ordenação dos elementos de uma narrativa e das maneiras de distribuição de lugares e funções.

Esta, por sua vez, deve ser pensada no interior daquilo que Rancière (1996) denomina como “regime estético das artes”: regime compreendido a partir da mudança no modo de pensar. Convocando novos avanços para os estudos ao respeito da temática, a partir das manifestações artísticas, criarão outros modos de sentir e pensar o aborto. Criação de outros regimes de sensibilidades que irão expor importantes elementos para os processos de subjetivação.

Como nossa pesquisa vai além das bordas estabelecidas para falar sobre o aborto, também trouxemos para análise a possibilidade de pensar o aborto com as crianças. Assim, nos somamos no exercício de “práticas criancêiras de pesquisa, as que sabem de seus limites, as que se esforçam em melhor compreender a complexidade do vivido e que estão abertas ao nascimento do novo e a presença do outro” (Rodrigues *et. al.*, 2019, p. 124). Nos colocando em movimentos brincantes por meio de cenas, discursos e narrativas que nos convidam para abortar os modos nos que falamos sobre aborto. Conforme apontam os autores, os exercícios criancêiros acontecem em criação de mundos, em resistência e invenção de modos de vida,

provocam outras afetações que se abrem para a outridade: abordagens e aproximações com outros tipos de interesses e de usos. Na obra “A queda para o alto”, Anderson Herzer (1982, p. 131) disse:

Foi aí que prometi que faria algo por eles, contaria aqui fora de tudo que se passava escondido lá dentro. Não sabia se adiantaria muito, talvez nada, talvez um mínimo. Bastaria que eu fosse mais um a unir-me em defesa dos menores carentes, como dizia um provérbio antigamente: “Você pode não ser nada para o mundo, mas pode representar o mundo para um alguém”.

Assim, como estas proposições, assumimos um modo de fazer que possibilite o questionamento de identidades fixas e binárias na regulação de gênero e as suas conexões com o aborto. Apostamos nos modos de fazer que transbordam o “mais do mesmo” por meio de enunciados e gestos inéditos, ensejadores de novos mapas que abarquem as diferenças e refutem as normalizações. Para isto, se fez necessário sustentar uma posição estratégica e fronteira.

### ***Forças do binômio La Malinche e o Malinchismo: noções estratégicas***

Como habitar e sustentar a posição da fronteira? *La Malinche* teve que criar para si, suas próprias estratégias. É a figura da mulher que decepciona, que desilude. No México, se ouve frequentemente o termo “malinchista” quando é atribuído àquele sujeito mais propenso a valorizar o que é “estrangeiro/externo/forasteiro” sobre o “local/regional/nacional”. Uma espécie de adjetivo pejorativo que significa “vender a pátria”. Provém de um certo desprezo pela figura de uma mulher que, junto com outras, foi escravizada e vendida ao espanhol Hernán Cortés, figura importante no processo de colonização do México.

Sinônimo de “traíra”, o termo forma parte da cultura mexicana. Segundo a Real Academia Espanhola, se define “malinchismo” como o apego ao estrangeiro e o menosprezo ao nativo ou originário. Os forjadores da identidade nacional do México a esgrimiram como o arquétipo da traição à pátria, como a apátrida mais recalcitrante (Farfán, 2006), porque se considera que *La Malinche* traiu o seu povo e apoiou os espanhóis na conquista do México. Mas, quem era ela? Nascida no final do século XV, filha de um governante *náhuatl* da zona da

costa do Golfo do México e herdeira dos domínios da sua família quando o pai morreu, é entregue como escrava e dada por morta. Isto porque sua mãe casou-se com outro chefe nativo e teve um filho, meio irmão da Malinche ao que fizeram herdeiro. Assim foi que ela caiu no domínio do cacique maia da zona de Tabasco (Castillo, 1968).

No processo de colonização do México, o espanhol Hernán Cortés obtém, em uma de suas vitórias, um espólio cheio de coisas e recebe vinte mulheres. Mulheres e coisas. As mulheres foram distribuídas e batizadas conforme a doutrina cristã. *La Malinche*, cujo nome antes de ser batizada era *Malintzín*, de difícil pronúncia para os espanhóis, foi chamada “Marina”, “Dona Marina” ou “Malinalli” -cuja releitura nativa, significaria “erva torta” - (Farfán, 2006).

Tendo crescido em situação de mobilidade geográfica e social, ela desenvolveu uma característica incomum e extremamente útil para Hernán Cortés, porque falava mais de uma língua. Possivelmente não só o *náhuatl*, que é a língua dos *Mexicas*, ou mais conhecida como *Asteca*, e a língua *Maia: Jucateca*; senão o espanhol e uma outra variedade destas línguas. Incluídas as modalidades francas destas, assim como algumas formas locais do maia chontal e dos nahuas de Veracruz (Farfán, 2006). Foi assim que ela foi consagrada como uma peça fundamental para a comunicação inter étnica, assumindo a tradução e interpretação entre espanhóis e os povos e culturas que estes subjugarão. Segundo José Antonio Flores Farfán (2006) *la Malinche*, possuía uma competência comunicativa e uma habilidade para além do conhecimento das línguas. O autor assinala que ela conhecia os gêneros conversacionais da “fala dos nobres”, adequados e apropriados para interpelar a personagens como *Moctezuma* (imperador asteca).

*La Malinche* é a figura de uma mulher polivalente, multivocal e cheia de ambivalências. Com habilidade de agência e auto afirmação, seja na versão condenatória dos nacionalistas ou na reivindicatória da história moderna, *La Malinche* foi uma peça chave na conquista do México e no surgimento da mestiçagem, sobretudo, nas suas dimensões simbólicas (Farfán, 2006). A historiografia moderna tem procurado reivindicá-la como uma personagem fascinante

que soube superar as piores adversidades, como o fato de passar da condição de nobre a escrava, a de ser vendida ainda criança, negada por seus pais, maltratada pelos poderosos, sucessivamente submetida. *La Malinche* sobreviveu criando um outro sentido para sua existência. Com versatilidade, teve que aprender a se adaptar a múltiplas realidades, desenvolvendo, também, um multilinguismo próprio.

Como aponta Farfán (2006, p. 131): “La Malinche probablemente concitaba, como sigue provocando, sentimientos encontrados y discursos antagónicos en la sociedad hispana e indígena por igual”. Incluso quando retratam a sua figura como uma mulher submissa que dependia dos homens para sobreviver. Até algumas epistemologias feministas, paradoxalmente, assumem que *La Malinche* estava loucamente apaixonada por Hernán Cortés.

Derivando seu significado da colaboração entre *La Malinche* e os espanhóis no processo de colonização do México séculos atrás, o Malinchismo tem a conotação de ser um modo de operar traidor de suas origens, ou uma traição de sua própria cultura e nacionalidade. Nesse sentido, compreendemos que nossa “traíra” nos ensina caminhos tortos e difusos porque soube tornar solúveis alguns bordes para sobreviver, e criar para si, outros possíveis. Teve que abortar os lugares comuns atribuídos às nativas como ela pela história “oficial”, para se transformar em sujeito ativo na agência dos fatos que a ela se impunham.

Nesse sentido, ao invés de colocar a Malintzín como a figura mitológica do povo mexicano que representa a Eva caída porque “traiu ao seu povo”; nos interessa *La Malinche* “mãe da mestiçagem” que chega até nós como a força estratégica irrompendo e mostrando que outras negociações metodológicas são possíveis. Com ela perturbamos os planejamentos nacionalistas e reducionistas, porque nos ensina que: à voz monopólica ou dominante se opõe a polifonia e a multiplicidade daqueles modos nos que não é possível se espartilhar nesses domínios.

Nesta pesquisa, utilizamos o Malinchismo afins de trair alguns posicionamentos de uma ciência de matriz positivista, assim como algumas posturas de uma psicologia patologizante. Nos constituímos traíras de um modo de fazer pesquisa, quando optamos por caminhos que

não os regidos pela comunidade acadêmica à qual pertencemos. Também quando questionamos as fronteiras (im)postas entre países e tentamos diluí-las; em relação ao aborto e os sujeitos políticos deste, quando propomos a diluição das fronteiras do gênero, para amplificar esse debate e torná-lo multiplicatório inesgotável.

*La Malinche* fazia operar diferentes linguagens para se comunicar tanto com “os nobres”, para poder interpelá-los, como com “os nativos” para evitar mais mortes. Utilizava diferentes línguas para conseguir sobreviver, e por isso provoca discursos antagônicos e ambivalentes. A cisão se constitui numa característica desta figura, assim como percebemos que também operou nesta pesquisa. Isto porque os paradoxos indicaram que era preciso transbordar algumas fronteiras, algumas divisões para concretizar nossos objetivos.

Para atravessar algumas bordas, talvez se faça necessário reconhecer uma certa “esquizofrenia” à que a figura da Malinche tem sido vinculada: “una suerte de esquizoglosa, en que no hay una verdad, sino verdades antagónicas” (Farfán, 2006, p. 136). Nos interessa a pluralidade de vozes que operam nas fronteiras, aquelas que nos demandam, também, um uso distinto das referências bibliográficas. Consideramos importante atentar para as práticas de citação com finalidade de não reduzir nossas reflexões na produção de conhecimento, senão amplificar a polifonia narrativa desde as margens, a partir de contextos que nem sempre são legitimados e reconhecidos pelo âmbito acadêmico.

Gloria Anzaldúa (2016) assinala que as fronteiras são linhas ou faixas de divisão que se estabelecem para definir e distinguir os lugares seguros dos que não o são, e para estabelecer limites precisos entre “nós” e “eles”. Mas um território fronteiro ou um borde, para a autora, também tem a ver com um lugar vago, impreciso e indeterminado que se encontra num estado constante de transição, e onde habitam as gentes híbridas, atravessadas, desviadas, mestiças, inconformadas, ilegais, monstruosas, bichas, aborteiras, negras, nativas, estrangeiras, e todas as gentes que reivindicam o direito de não ser “normais”.

“No había nada de mí que mi cultura aprobara. Había agarrado malos pasos. Something was «wrong» with me. Estaba más allá de la tradición”, diz Gloria Anzaldúa (2016, p. 56), no



sentido de afirmar uma distância crítica que implica não ser reconhecida como adequada em nenhum dos marcos disponíveis para ela. Desse modo, se gesta a possibilidade de fazer habitável a própria posição fronteiriça. É ali que *La Malinche* aciona, em mim, uma força estratégica para tentar descrever algumas escolhas neste processo que excede o tempo estabelecido para um processo formativo e aprendente.

A autora chicana propõe o potencial destabilizador das identidades múltiplas da mestiçagem que desafia constantemente a estagnação das fronteiras para decompor as dualidades e os essencialismos que aprisionam a existência. Quando define a fronteira, Anzaldúa (2016) reclama dos componentes da identidade produzidas nos bordes desta, e os mistura para gestar uma cultura mestiça que aceita e reivindica uma existência material nos interstícios, assim entendendo a fronteira como um núcleo de articulações possíveis.

As estratégias metodológicas transbordantes que *La Malinche* ensina, nos permitiram operar com a multiplicidade que rasga as constâncias e dispersa as forças dos bordes. Isto foi possível através das narrativas-trans-aborteiras que, em caminhos tortos e desviantes, sendo muitas e ninguém, se colocam em narra-ções para dar passagem a multidões de possibilidades de modos de sentir e pensar o aborto.

Não conforme na condição de encurralada nos interstícios, ou nos espaços entre os diferentes mundos em que habitava, *La Malinche*, assim como as narrativas-trans-aborteiras, nos dizem: “No, no me convencem todos los mitos de la tribu en la que nací” (Anzaldúa, 2016, p. 63). *La Malinche* me interpela enquanto mulher que, desertora do “seu povo”, o decepciona. Mulher “mal-falada” que desaponta à sua tribu porque não assume todos os mitos que nela e por ela foram produzidos.

O nosso olhar sobre a prática abortiva, marca uma distinção de outros olhares que trabalham na abordagem deste tema. Particularmente, quando nos propomos conhecer sobre narrativas e alteridades que oferecem outros modos de pensar e sentir o aborto, transbordando leituras e discussões, a partir de outros lugares, com outros objetivos e em diálogos com outras epistemologias.

Intensidades e outramentos que, como *La Malinche*, abortam povos e purezas, para gerar errâncias, mestiçagens e diferenças. Mesmo dançando no caos dos deslocamentos, as narrativas-trans-aborteiras, junto com as estratégias e negociações metodológicas de *La Malinche*, fazem vibrar as terras firmes com o apagamento dos bordes que restringem a expansão de vidas e de mundos possíveis. Com esse tanto de malinchismo que nos inspira nesta caminhada, as narrativas-trans-aborteiras, transbordam em métodos e modos de sentir e pensar o aborto nesta pesquisa.

## SABERES PLÁSTICOS: SUBSÍDIOS/EMPRÉSTIMOS EPISTEMOLÓGICOS

*Os saberes são plásticos, esticam suas formas até tocarem  
o campo da cura y da guerra da y pela vida*

*abigail campos leal, 2020<sup>18</sup>*

A continuação, estabelecemos uma delimitação dos marcos referenciais que orientam este trabalho a partir dos estudos de gênero, os estudos queer/cuir e as epistemologias trans. Como modalidades de inserção conceitual, atentamos para a singularidade de cada marco epistêmico. Desse modo, foi possível destacar alguns pontos de encontro e algumas diferenças por dentro de cada proposição.

Nesta tarefa de estabelecer um recorte a um tema de tamanha amplitude, como é o processo de conceptualizações do gênero, mantemos uma dúvida persistente sobre os usos desse conceito. abigail campos leal (2020) amplifica essa dúvida em relação à dimensão epistemológica e a coloca em suspeição “questionando a concepção eurobranca de estudo”. Nesse sentido, a sua aposta se conecta com a nossa em relação aos contextos das “vidas pretas y trans (articuladas mas entendidas também em suas particularidades), [para quem] os estudos funcionam tanto como cura (dimensão terapêutica) quanto arma (dimensão bélica)” (leal, 2020, p. 65). Dessa forma, colocamos o gênero em aberturas possíveis, porque consideramos a multiplicidade de enquadramentos teóricos que dele se têm feito e que alimentam diversas produções de conhecimento, com diferentes interesses. Pretendemos expandi-lo para compreendê-lo “em suas múltiplas funções existenciais y vitais” (idem).

Na primeira das aberturas, concordamos com Joan Scott (1988) quando assinala que, assim como outras conceptualizações - como a noção de “classe” social, ou de “raça” -, o “gênero” não apresenta uniformidade conceitual. Devemos atender à complexa interconexão de processos intimamente ligados que interferem e modificam essas relações. Assim, certas

---

<sup>18</sup> Por preferência da autoria, o nome é escrito em letras minúsculas. Prática que surge a partir de um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao trabalho, às ideias e ao conteúdo, em detrimento da propriedade da pessoa autora. Para citar mais exemplos desta prática, temos a inspiração da autora bell hooks e val flores.

categorias analíticas (como sexualidade, gênero e raça): “têm pouco valor explicativo se consideradas fora de contextos mais amplos e complexos. O cruzamento de marcadores da diferença e da desigualdade nos alerta para a impossibilidade de análises essencialistas, naturalizantes e universais” (Bento, 2017, p. 30).

Em atenção permanente sobre as construções e as apropriações que se tem feito do conceito de gênero, há que se destacar, ainda, a posição de Paul Preciado (2011, p. 12), segundo a qual o conceito “gênero” é uma noção “sexopolítica”, o que aponta a uma compreensão “das identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo”. Nesse sentido, antes de se transformar em ferramenta teórica do feminismo estadunidense, o gênero se constitui como um conjunto de dispositivos que produzem e incidem nas práticas sexuais e nos modos de viver, não é algo que “somos” ou uma espécie de “essência”; senão algo que se faz, algo que fazemos juntos, uma relação entre nós. Desse modo, o gênero: “é uma máquina viva que você incorpora e usa sem possuí-la. Gênero não é uma questão de propriedade individual. O gênero nos é imposto em uma rede de relações sociais, políticas e econômicas, e é apenas dentro dessa mesma rede que ele pode ser renegociado” (Preciado, 2015 p. 15).

Destarte, emergem os questionamentos a partir de leituras que vão discorrer em relação aos efeitos dos processos de normalização que disciplinam e assujeitam, por meio das construções identitárias construídas a partir dos discursos da “diferença sexual”. Mas antes de nos adentrar nas epistemologias que efetuam ditas críticas e feitas as considerações iniciais, transitamos uma viagem ontológica aos primeiros usos do conceito de gênero, em um esforço por traçar um breve percurso sobre a construção de significações e tecnologias discursivas que operam como mecanismos de um sistema de classificação.

### ***Conceptualizações de gênero: breves notas de uma viagem ontológica***

No ano 1955, um médico neozelandês então radicado nos Estados Unidos chamado John Money, desenvolveu o conceito de gênero a partir de inúmeras intervenções cirúrgicas e

mutilações de crianças intersexuais recém nascidas, porque considerava inaceitável a “condição” de “genitalidade ambígua”. As argumentações deste médico foram as que introduziram a noção de gênero, com a finalidade de diferenciar o sexo biológico da identidade sexual e compreender a suposta discordância entre eles na transexualidade.

A partir desta noção médica, “intersexualidade” e “transexualidade” começam a emergir novas classificações nosológicas para as patologias que a medicina, a farmacologia e a lei se esforçam em remediar. Assim, quem nasce no Ocidente vai ser submetido a exames e protocolos da avaliação “da normalidade de gênero inventados nos anos 1950, nos Estados Unidos, pelos doutores John Money, John e Joan Hampson: se o corpo do bebê não se adapta aos critérios visuais da diferença sexual, ele será submetido a uma bateria de cirurgias de “redesignação sexual” (Preciado, 2020b, p. 24).

Segundo Laqueur (2001), nem sempre existiu a ideia de uma diferença sexual substantiva e binária, já que até o século XVII o que se buscava eram os aspectos em comum dos órgãos reprodutores “masculino” e “feminino”. A discordância entre sexo e gênero é um produto criado no final do século XVIII, no contexto das inovações científicas europeias, que fabricaram uma substancial entre homens e mulheres. Mas houve uma grande transformação no século XVIII que mudou a história da representação do que se considerava diferenças anatômicas entre homens e mulheres, “independente das verdadeiras estruturas destes órgãos, ou do que se conhecia sobre elas. A ideologia, não a exatidão da observação, determina como foram vistas e quais as diferenças importantes (Laqueur, 2001, p. 111). Segundo o autor, a partir desse momento passou-se a enfatizar as diferenças físicas e anatômicas como base para organização da sociedade com atribuição de distintos papéis sociais a desempenhar, que construíram e justificaram as desigualdades sociais.

As mudanças no olhar das diferenças possuem assim relação com o contexto político e sociocultural de cada época. Monique Wittig (1992) refere-se a uma ideologia que se constituiu a partir da noção de diferença sexual e que se consolidou como uma censura que funciona na nossa cultura, na medida em que esconde a oposição que existe a nível social entre homens e

mulheres, colocando a natureza como causa. Assim, o gênero nas décadas dos anos 1960 e 1970, era definido como papel social edificado sobre a constituição inquestionável das diferenças sexuais entre mulheres e homens. De acordo com Linda Nicholson (2000), a partir da década de 1970 o movimento feminista se apropria do conceito de gênero para diferenciar a circunstância biológica, que seria *o sexo*, de uma social, que seria o gênero. Acunhado inicialmente, pelas feministas estadunidenses, o termo tornou-se relevante, fundamental e recorrente, passando a ser utilizado com preferência. Assim, com a assimilação do gênero pelas epistemologias feministas, acontece uma reviravolta na produção de conhecimento na que vai ser extraído o caráter supostamente natural do gênero, para ser incluído no campo das produções culturais, sociais e políticas, alçando um *status* de artefato sócio-cultural.

A mesma noção de gênero, que no começo se assumia como uma construção cultural de significados sobre o dado biológico, foi problematizada nas universidades estadunidenses. Questionou-se o caráter meramente “natural” do sexo ante o construto do gênero, quebrando com o binômio sexo-gênero. Para Monique Wittig (1992), seria preciso acabar com os binarismos que permeiam nossa cultura e nossa organização social, tanto de sexos quanto de gêneros, não havendo nada de “natural” neste último, ou seja; nem o gênero existe a priori, antes que haja uma sociedade na qual se insere, nem tampouco o sexo. A proposta da autora é desurdir as categorias de “homens” e “mulheres”, já que não é possível corresponder estas categorias em “grupos naturais”, mas sim em uma classificação política e econômica estabelecida para subordinar-se um ao outro (Wittig, 1992).

Gayle Rubin (1986; 1989) também questionou as categorias de mulheres e homens (e esse binarismo) como identidades naturais fixas e imutáveis. Pontuou a necessidade de incluir outras variáveis, como a classe social, racial ou étnica, na análise das sexualidades e suas hierarquias, com ideias que foram altamente influentes para análises subsequentes. Nos estudos de gênero de Gayle Rubin (1986; 1989), de fato, podemos obter um breve panorama dessa conceptualização. A autora fez uma análise de porquê as diferenças sexuais, ou, em suas palavras, “a matéria-prima biológica do sexo”, tornam-se materiais moldados pela intervenção

social humana de acordo com certas convenções. Analisa para esses fins, por exemplo, como o trabalho doméstico e a atividade reprodutiva das mulheres funcionam como base de sustentação e reprodução do capital, segundo o marxismo.

Rubin (1986) continua a aprofundar essas relações nas sociedades “pré-capitalistas” e questiona a perspectiva marxista quando trata do “sexo” apenas em sua materialidade. Propõe, então, explorar ainda mais o produto social dessas relações, encontrando várias conexões entre as formas em que, histórica e culturalmente, as mulheres foram traficadas para suas funções reprodutivas e biológicas. Nessas abordagens, estabeleceu o “sistema sexo-gênero” como ferramenta conceitual para possibilitar uma transição da natureza biológica do sexo e da reprodução para a consideração das construções culturais das relações humanas. Concepções como masculinidade e feminilidade seriam reelaboradas de acordo com a cultura, com seus processos sócio históricos, políticos e econômicos.

Mais tarde, Gayle Rubin (1989) revê o conceito de “sistema sexo / gênero” e destaca a característica diferenciada e dissociável de “sexo” e “gênero” nesse sistema. Afirma que existe uma ligação intrínseca entre os dois, mas que fazem parte de duas vertentes distintas da vida social. Diferentemente do primeiro trabalho, considera então fundamental analisar separadamente gênero e sexualidade. Aponta duas operações distintas de estratificação social, a saber: aquela que classifica os corpos em femininos e masculinos, por meio de um modelo sociocultural que categoriza sexo e gênero; e a que os determina em uma identidade sexual ou sexualidade, de acordo com suas práticas sexuais. Nesse sentido, destaca a necessidade de novas ferramentas conceituais capazes de desarticular os conceitos de sexualidade e gênero para abordá-los em suas especificidades e implicações sociais. Para isto, a autora admite que as relações entre sexo e feminismo são complexas, pois embora o feminismo tenha desenvolvido ferramentas conceituais para lidar com as hierarquias baseadas no gênero, não teria sido capaz de detectar as que funcionam na organização da sexualidade, cujas relações de poder se vê limitado em considerar. Neste trabalho, defendeu que a teoria feminista não seria o corpus referencial teórico mais adequado ao analisar questões como lesbianismo,

transexualidade ou trabalho sexual, questionando que a sexualidade derive do gênero, e propondo uma política da sexualidade independente de uma política de gênero.

As considerações de Gayle Rubin (1989) elaboram teorias específicas da sexualidade que reconhecem as dimensões políticas das práticas da vida erótica. Sendo que, para ela, a sexualidade é política porque se organiza por meio de relações e sistemas de poder que recompensam algumas práticas e atividades, enquanto controlam e punem outras. Por exemplo, o conjunto de valorações feitas sobre uma união heterossexual cis normativa, com um contrato de casamento e potencial pro criativo, não é nada semelhante ao conjunto de valorações de uniões cujos modos de viver e habitar o mundo diferem da norma. Pensemos em um relacionamento de três pessoas, cujas identidades de gênero rejeitam o binário feminino e masculino, em que um de seus integrantes é uma pessoa trans gestante e precisa acessar uma prática abortiva.

Nesta sociedade moderna, ocidentalizada e ainda regida por padrões normativos cisheterocentros, moralistas e patriarcais, essas imagens evocam uma série de diferenças quanto à valorização de práticas lidas/tidas como “boas” ou “más”, “aceitáveis” ou “rejeitadas”, “desejadas” ou “indesejadas”. E as pessoas praticantes e desejanter, reconhecidas em marcos mais ou menos “humanas”, mais ou menos “enlutáveis” (Butler, 2016). Como assinala Michel Foucault (1976), as diferentes avaliações/valorações/enquadramentos são construídas por tecnologias discursivas oriundas de instituições como religiões, psiquiatria, escola, academia, feminismos, entre outras. Elas têm a funcionalidade de classificar e delimitar fronteiras imaginárias que definem o que é um exercício da sexualidade aceitável, e o que é uma prática indesejável e degradante.

Este conjunto de valorações faz com que o gênero pareça incapaz de escapar à matriz da diferença sexual, ligada à anatomia e ao “sexo biológico”. Se faz necessária, ainda na contemporaneidade, uma crítica aos essencialismos que erigiram “à mulher” como categoria substancial desde perspectivas naturalizantes, que entendem o corpo e o sexo como matérias exatas e rígidas (Bento, 2017). A nossa anatomia (com seus fluidos e compostos hormonais,



cromossomais e de carne) não precisa seguir funcionando como uma sentença ou destino ao qual se dirigem nossos modos de viver e habitar o mundo, assim como tampouco o gênero continuar a operar como uma constatação sócio-cultural disso. Essa questão se reflete no âmbito das políticas públicas, permanecendo uma concepção culturalista de gênero (Trujillo, 2014).

Quando Gracia Trujillo (2014) aponta à necessidade de “*queerizar* o feminismo”, se refere à pertinência dos questionamentos relacionados ao “hetero[cis]feminismo” que atravessa ao movimento, porque enquanto o gênero siga capturado na norma heterossexual, continuará a produzir essencialismos binários e excludentes. Por exemplo, os produzidos pelo convívio do gênero como construto social e o seu correlato e fundamento da bioanatomia, com seus regimes de verdade. Como argumenta Mauro Cabral (2011), em sua adoção feminista, o gênero prega apenas sobre mulheres e homens cis e da relação de desigualdade entre ambas categorias. Consequentemente, a perspectiva de gênero que só vê mulheres e homens cis, assume que a perspectiva de gênero é a solução universal para todos os problemas. Nas palavras de Gracia Trujillo (2014, p. 65):

para que el feminismo mantenga su intención trans-formadora en cuestión de géneros y sexualidades y social en general necesitamos acabar con el concepto de género como sinónimo de (bio) mujeres, y sacarlo, de manera urgente, del marco de la heteronormatividad, teniendo en cuenta la intersección de muchas otras variables. Para seguir *queerizándolo* y trans-formándolo contamos con un conjunto de teorías y de prácticas políticas en la calle con varias décadas ya de andadura (nuestras genealogías subalternas), que nos han inspirado y dado energía a muchxs, y lo siguen haciendo.

De acordo com ela, as genealogias subalternas que -não na ordem da novidade mas sim da re-invenção-, nos apresentam questionamentos que pedem que bebamos de outras fontes para conferir ao gênero e à sexualidade, uma inteligibilidade distinta à conferida pelos feminismos. Que ofereça críticas e deslocamentos potentes para uma multiclicidade de vetores para analisar a produção de subjetividade. Nesse sentido, Paul Preciado (2002), propõe a contrassexualidade como uma crítica à diferença entre sexo e gênero, produto do contrato social hetero-cis-centrado que descreve o sexo como se fizesse parte da história “natural” das sociedades humanas. Segundo ele, se entendermos sexo e gênero como dispositivos inscritos

em um complexo sistema de tecnologias, fica mais acessível poder fazer esses contratos funcionarem de outra forma.

Assim, não seria mais questão de entender como se produz uma verdade natural sobre sexo e procriação, em direção a uma construção cultural do sistema sexo / gênero como assinalado por Gayle Rubin (1989); senão de compreender como as estratégias são construídas para fazer funcionar outras formas de uso dos corpos. “La contra-sexualidad es también una teoría del cuerpo que se sitúa fuera de las oposiciones” (Preciado, 2002, p. 19), ou seja: fora dos binarismos e como um “conjunto de movimientos micropolíticos que reivindican el derecho a redefinir el cuerpo vivo fuera de las restricciones normativas de la sociedad de los cuerpos hegemónicos válidos” (Preciado, 2007, s/p.).

Com essas provocações, indagamos: como são feitas e para que servem as teorias com as quais compomos campos de análises? Segundo Gracia Trujillo (2014), para que o gênero possa fugir das amarras da hetero[cis]normatividade, é possível ensaiar algumas respostas para transformar o cenário. Junto a uma série de questionamentos subsidiados pelos marcos epistêmicos tidos como estranhos, provocadores e ou dissidentes, somamos nossas vozes às críticas à política dos binarismos, à produção de universalismos e essencialismos, para a criação de múltiplas possibilidades de existência. Sobretudo, das marginais, as que além de rejeitar a psiquiatrização da transexualidade, defendem

el derecho a definir su propio sexo, reapropiándose de las técnicas hormonales y quirúrgicas para construirse, en disidencia con la masculinidad y la feminidad normativas, un sexo de autodiseño. Estos movimientos de autodeterminación corporal ponen de manifiesto que el ansiado cuerpo normal es el efecto de un violento dispositivo de representación, control y producción cultural (...) ya no se trata de elegir entre el cuerpo natural y el cuerpo tecnológicamente transformado (¡demasiado tarde!), sino de saber si queremos seguir siendo consumidores dóciles de técnicas biopolíticas de producción de nuestros cuerpos o si queremos devenir conscientes de los procesos tecnológicos que nos constituyen (Preciado, 2007, s/p.).

Mas isso não significa que compreendamos que há um tipo específico de sujeito que, *a priori*, tenha uma posição não normativa e possa, *per se*, semear o caos e desordenar a ordem da sexopolítica. Entendemos que, para navegar nessas margens, se faz preciso re-dimensionar o olhar e percorrer um campo de conhecimento que desloca algumas posições exige

compreender outras que abordam, subvertem e parodiam alguns (e só alguns) domínios do saber. Nesse sentido, a seguir apresentamos brevemente, determinadas características dos estudos queer, para depois trazer algumas contestações localizadas “no lado de cá”: nos (cu)ir dos estudos.

### ***Os estudos queer e os (cu)ir dos estudos***

Se pode registrar uma emergência do campo dos estudos queer a partir da década de 1980, localizado no conservadorismo dos Estados Unidos e na germinação de movimentos sociais que se colocaram na reivindicação de questões relacionadas à epidemia de HIV/AIDS nessa década. Sua articulação teórica reformulou os conceitos de sexo e gênero, oferecendo instrumentos para aprimorar a compreensão deste campo, mas “o fato dela ter sido produzida nos Estados Unidos ou na Europa a coloca em suspeição, nesse caso porque a vivência de pessoas travestis e transexuais são diferentes nos países da América Latina” (Colling, 2015, p. 180).

A palavra queer, é um termo em inglês que denota significados pejorativos e insultantes. “Queer” pode se tornar um xingamento de caráter sexual contra sujeitos que se dispõem a viver o corpo diferentemente dos modos construídos socioculturalmente. Sujeitos aos quais se dá um tratamento diferenciado, considerando-os estranhos, anormais, esquisitos, pelo fato de transgredir determinadas normas. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, define Guacira Lopes Louro (2004, p. 38).

As iniciativas antropofágicas propõem deslocamentos dos termos da sua gramática inicial para outros sistemas linguísticos, adaptando-o, comendo-o, em um ritual de antropofagia. Assim, neste trabalho mantemos o termo em inglês para recolher a mistura de acepções para o uso deste (Colling & Pelúcio, 2015) e assumimos que, apesar de ser um termo criado em outra língua, não aparecerá em cursiva. Pretendemos retirar dele o valor de raridade e deixá-lo aberto à possibilidade de apropriação, como fazemos com outros termos. Porque além disso, “é muito difícil pensar que exista uma nacionalidade específica para os estudos

queer, pois eles são fruto de uma suruba de reflexões, ideias e ativismos de diferentes contextos e localidades” (Colling, 2015, p. 181).

No sul global, o queer não só foi trafegado ou incorporado aos debates, senão que foi canibalizado, reanimado uma e outra vez, digerido e regurgitado, porque seus benefícios teóricos e políticos foram pensados para a produção de esquemas interpretativos e operativos, que fossem eficazes para as lutas anti repressivas dos anos noventa (Carlos Figari, 2014). Trata-se de uma palavra provocadora que foi resgatada por remeter a características de abjeção, que atua como um marcador político para reafirmar os diversos modos possíveis de viver a sexualidade.

O termo queer trouxe ao centro do debate sobre gênero e sexualidades, as possibilidades de deboche para criar campos de contestação às normas de sexualidade e gênero e para destacar as existências de sujeitos tidos como desviantes (Louro, 2001; 2004). Dessa forma, o campo dos estudos queer pode ser considerado como um aporte para uma política de gênero mais plural que é viabilizada pelas contribuições dos movimentos de pessoas transexuais, travestis e não binárias. A partir de uma perspectiva anti essencialista, este campo desestabiliza a construção das identidades sexuais, questiona as categorias normativas de gênero e sexualidade e outorga outros significados às operações linguísticas, de forma que se compreenda como um outro modo, socialmente aceito de viver o gênero e as sexualidades.

Os questionamentos que os estudos e ativismos queer formulam em relação aos limites das políticas identitárias que constroem comunidade a partir de identidades pretendidas fixas e inmutáveis, apontam para análises que diminuam as desigualdades excludentes dos sujeitos marcados por classe social, elementos étnico-raciais, sexualidade, idade, diversidade funcional, etc. (Trujillo, 2009). Nas palavras da socióloga:

Uno de los retos que tenemos hoy en día es precisamente cómo hacer para seguir considerando el uso estratégico de las identidades, al tiempo que cuestionamos y defendemos la disolución política de las mismas; una de las cuestiones que estamos viendo y analizando en el día a día de los grupos transmaricabollos *queer* es la necesidad de organizarnos y movilizarnos en torno a objetivos políticos comunes, y no tanto a identidades compartidas en un mismo grupo colectivo (Trujillo, 2014, p. 65).

Em relação a estes questionamentos, se estabelecem linhas de conexão com os modos nos que entendemos as identidades, e invés de essências rígidas e fixas, a perspectiva queer propõe que a sensação de comunidade seja criada pela via das afinidades e as posições circunstanciais, essas que possibilitam a construção de estratégias mais assertivas para lidar com os processos excludentes (Trujillo, 2009). Os aportes teóricos das epistemologias e dos ativismos queer, têm contribuído para revitalizar a perspectiva das produções e posicionamentos feministas ao “abrir nuevos horizontes de debate teórico y de prácticas políticas, tender puentes entre ambas (y con otras) movilizaciones y atraer a las generaciones más jóvenes” (Idem, p.170).

Com a finalidade de dimensionar a influência das contribuições dos estudos queer para a produção brasileira e evidenciar a autonomia intelectual das reflexões locais, se elabora uma série de questionamentos sobre os desdobramentos destes e possíveis caminhos para transbordá-los. Em consonância com o trabalho de Boaventura do Sousa Santos (2014), que defende a necessidade de desenvolver “epistemologias do Sul” para empreender uma descolonização do pensamento, Larissa Pelúcio (2012; 2014; 2016) reúne contribuições de pensadoras e pensadores referenciais que desafiam os saberes canônicos centrados na epistemologia das ciências europeias e do norte global.

No seu trabalho de reflexividade crítica, ao questionar sobre nosso lugar de produção de conhecimento a partir do território de onde o saber emana, diz: “Nós guardamos marcas históricas e culturais dos discursos que nos constituíram como periféricos. Isso, claro, marca também nossos textos e reflexões. Quando pensamos em raça, cor, classe, sexualidades, não podemos esquecer de nossas peculiaridades locais” (Pelúcio, 2016, p. 132). Nessa direção aponta Léila González (2020, p. 69) quando expressa que precisamos de um outro olhar “novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas”.

Para os efeitos deste trabalho de pesquisa, seguimos as pistas das interlocuções que

operam no exercício de deslocar alguns eixos de produção de conhecimento dos Estados Unidos e da Europa para criar pontes desde outras margens epistemológicas. Como assinala Lohana Berkins (2013):

A nosotras nos seduce la idea de derribar las identidades, de vivir en un mundo “degenerado”, pero nos parece que decir esto en el contexto estadounidense o europeo es muy diferente a decirlo en nuestra América Latina. La traducción de un contexto a otro es un proceso muy complejo, hasta ahora no alcanzado. No es lo mismo ser una travesti en Buenos Aires, en Salta, en Bolivia, que serlo en Manhattan o en Amsterdam (Berkins, 2013, p. 91).

Essa diferença destacada pela autora, nos remete à dimensão das estratégias que são construídas e ensaiadas para desestabilizar as fronteiras sexuais, de gênero, mas também raciais, culturais, linguísticas e de classe. Ao tempo em que pensar na diluição de fronteiras de gênero para criar mundos “degenerados”, nossos contextos e territórios ainda nos demandam outros exercícios de problematizações. A chicana Gloria Anzaldúa (2016) também utilizou o termo queer, como estratégia para afirmar as misturas e as disputas de sentidos sobre determinados marcadores. Nas palavras dela:

Como mestiza, no tengo patria, mi patria me expulsó; sin embargo, todos los países son míos porque yo soy la hermana o la amante en potencia de toda mujer. (Como lesbiana no tengo raza, mi propia gente me repudia; pero soy todas las razas porque lo queer de mí existe en todas las razas). No tengo una cultura porque, como feminista, desafío las creencias culturales-religiosas colectivas creadas por hombres Indo-hispanos y Anglo; sin embargo, soy una persona culta porque estoy participando en la creación de otra cultura más, una nueva historia para dar cuenta del mundo y de nuestra participación en él, un nuevo sistema de valores con imágenes y símbolos que nos conectan a unas personas con otras y con el planeta. Soy un amasamiento, soy un acto de amasar, de unir y juntar que no solo ha creado una criatura de oscuridad y una criatura de luz, sino también una criatura que cuestiona las definiciones de luz y oscuridad y les asigna nuevos significados (Anzaldúa, 2016, p. 137-138).

A manifestação da autora nos remete à possibilidade de narrar o mundo a partir da nossa participação nele e efetuar nossas análises a partir de uma genealogia diferente e subalterna, para abrir outros caminhos que oferece o desenvolvimento de novos campos epistêmicos. A importância de se pensar seriamente na ação de situar os estudos queer no contexto latino-americano, e em particular, no contexto brasileiro, reside na necessidade de “construir e afinar nossas próprias ferramentas conceituais e teóricas, justamente para pensar essa realidade particular” (Pelúcio, 2012, p. 413).

Decerto, os estudos queer não se limitam na abordagem de sexualidades e gênero, senão que se propõem a discutir qualquer forma de normatividade, incluindo os processos de pesquisa, a linguagem dos desenhos da investigação, as escolhas metodológicas e os modos instituídos de produção de conhecimento na área social, como argumentam Kath Browne e Catherine J. Nash (2010). Conforme as autoras, se para o pensamento queer, sujeitos e subjetividades são fluxos instáveis em constante mutação: como podemos reunir/coletar “dados” daqueles assuntos fugazes usando os métodos padrão como, por exemplo, entrevistas ou questionários?

Nesse contexto então, o que podemos dizer é que pesquisar desde uma abordagem queer também é se dispor à complexidade, uma vez que contesta os processos de criação de verdade, assim como das técnicas de dados estatísticos, as relações de poder que podem informar a coleta de dados, sendo desleal a todas as formas de métodos disciplinares convencionais (Browne & Nash, 2010).

O próprio *status* de humanidade é colocado em xeque quando, segundo Ailton Krenak (2020), existe uma espécie de seletividade na que os corpos marcados como “sub-humanidade” não integrariam “o clube seleta da humanidade”. Desde esta perspectiva, as concepções de humanidade também são questionáveis<sup>19</sup>, em tanto à criação de marcos epistêmicos que não atentam para as narrativas que nunca tiveram o acesso à “credencial de humanidade, (...) sabenças não-hegemônicas, as quais sempre tiveram de lidar não com o fim da espécie, mas com o fato de a rubrica “humana” nunca ter sido uma prerrogativa de reconhecimento de muitos povos” (Leal, 2021, p. 2). Pluralidade de corpos que lidos como desviantes da norma, não são considerados “humanos”, como assinala Judith Butler (2016), a sociedade é composta por subjetividades que não serão reconhecidas como “sujeitos”, jogados ao plano da maximização da precariedade e da negligência, ao considerá-los menos dignos de serem enlutados.

Isto, em relação a que o corpo, definido/enquadrado/reconhecido como humano ou não, saudável ou doente, normal ou patológico, não possui um status ontológico, senão biopolítico

---

<sup>19</sup> Vide Mbembe (2018); Krenak (2019; 2020); Leal (2020).

e performativo, que faz com que não seja possível por fora de um conjunto de práticas discursivas, epistemológicas, científicas, farmacológicas, econômicas, midiáticas, audiovisuais (Foucault, 2001; 2014; Preciado, 2008, 2020b; Butler, 2016).

Nesse sentido, se faz preciso atentar para outros campos epistêmicos que desestabilizam padrões universalistas, transgridem paradigmas unívocos e subvertem seus limites sistematicamente, amplificando suas ações a novas redes sociais. Contudo, não propomos tratar as posições queer de forma unificada, porque isso retiraria a força das propostas e das ideias. Podem se observar divergências e diferenças no interior da perspectiva queer e é por isso que se faz preciso situar o contexto de enunciação e reforçar a atenção devida à singularidade do marco epistêmico. Ali radicaria a potência de um exercício constante de reflexividade crítica para nos afastar do risco de nublar a densidade das proposições deste campo.

Sobre o desenvolvimento dos estudos queer no contexto brasileiro, Berenice Bento (2014) questiona: como traduzir o queer para o contexto brasileiro? Qual a disseminação deste campo de estudos no Brasil? A socióloga brasileira, numa tentativa de operacionalização localizada do termo queer, os têm nomeado “estudos transviados”, e indaga se quem está ouvindo o termo “queer” compartilha o mesmo campo semântico desses estudos queer, no contexto nacional. Destaca que, mesmo sendo um campo de estudos que propõe outra prática epistemológica para pensar concepções de humanidade alternativas, devemos reconhecer a dificuldade que os estudos/ativismo transviados encontram para se consolidar no contexto regional e, particularmente, no local. Larissa Pelúcio (2014, p. 12-13) anuncia:

Nossa drag, por exemplo, não é a mesma do capítulo 3 do Problemas de Gênero, de Judith Butler (2003), nem temos exatamente as drag king das oficinas de montaria de Beatriz Preciado, ou sequer podemos falar do homossexual do mesmo modo de David Halperin, ou da aids, como o fez Michel Warner. Nosso armário não tem o mesmo formato daquele de Eve Sedgwick. Cito aqui o quinteto fantástico do queer. Ainda que entre nós alguns nomes sejam mais familiares que outros, foi essa a bibliografia que chegou com mais força até nós a partir do território queer euro-americano.

Nos interessa, aos efeitos do nosso trabalho, como estas provocações operam as produções de conhecimento, como funcionam nas nossas produções acadêmicas, quando se trata de acompanhar os processos que os desvios nos propõem. E assim, provocar o pensamento



fugindo dos modos de pensar disponíveis, para inventar outros caminhos. Nesse sentido, e no ensejo de valeria flores<sup>20</sup> (2013, p. 55), mais do que perguntar o que é cuir, podemos nos deter para pensar como opera “o cuir”: “localización de la disconformidad con las hegemonías no sólo identitarias sino también geopolíticas. (...). Cuir no como marca, sino como práctica, en la que la escritura se mueve como un lugar de contrapoder frente a los lenguajes hegemónicos y binarios del habla cotidiana”.

Nesse sentido, e como aponta a autora supracitada, o “cuir”, além de ser localizados no contexto de produção de saberes situados, se constituem como uma torção que possibilita o reconhecimento da abrangência, pluralidade e heterogeneidade de leituras, abordagens e escritas em relação às práticas de normalização, não só de sexo e gênero, se não também de ordem racial, de classe, nacional, corporal, etc.

Mas não é só a perspectiva dos estudos cuir/queer que, a partir da crítica, desarticulam as naturalizações normativas. Trata-se de um conjunto de conceitos e técnicas que são cultural e espacialmente específicos, e são produzidos em campos de conhecimento que se desenvolvem para abrir brechas e questionar as bases epistêmicas de contextos particulares. É o caso do campo epistêmico dos estudos trans que introduzimos a continuação.

### ***(Trans)posições epistemológicas dos estudos trans***

Temos dito com abigail campos leal (2020, p. 68), que o saber é plástico e que “não deve ser avaliado apenas a partir de onde ele emana (academia, música, religião, artes de galeria, arte de rua...), mas a partir dos usos que ele apresenta para a vida, para o envivecer”. É por esse motivo que nos interessa uma abordagem sobre o aborto a partir das trans-posições epistemológicas dos estudos trans. O desenvolvimento do campo epistemológico dos estudos

---

<sup>20</sup> valeria (val) flores prefere ter seu nome escrito em minúsculo pois, se trata de uma intervenção lingüística de disrupção na gramática normativa, uma forma de minorizar o nome próprio aos modos de ressaltar a importância da obra.

trans, nos oferece pistas para uma abordagem que nos permita, de forma parcial e tentativa, habilitar uma escuta atenta aos processos de produção de conhecimento relacionado ao aborto.

Susan Stryker (2004), refere-se a esse campo epistêmico como “o gêmeo maligno da teoria queer” para explicar as semelhanças e diferenças entre ambos. Porque se a teoria queer nasce da articulação problemática entre os estudos sobre sexualidade e as epistemologias feministas, os estudos trans e as epistemologias queer teriam essa mesma filiação, entanto os estudos trans operam na construção de conhecimento por parte das pessoas trans. Porque compreender as categorias de produção de conhecimento, exige olhar para a exclusão destas como produtoras legítimas de saberes, inclusive sobre si mesmas: “nada de nós, sem nós”, pontua Blas Radi (2019), demarcando um lugar específico, que se afasta da lógica objetificante que as toma só como objetos de pesquisa. Isto é, “criar novos territórios, tanto analíticos quanto materiais, para uma prática transexual criticamente refigurada. Abraçando e identificando-se com a figura do monstro de Frankenstein, reivindicando o poder transformador de um retorno da abjeção” (Stryker, 2004, p. 212, tradução livre).

O conhecimento produzido pelos estudos trans abre fissuras, questiona as bases epistêmicas das tecnologias discursivas e permite pôr em tensão as categorias analítico-políticas de sexualidade e gênero. “Los estudios trans\* surgieron, en parte, debido a la incapacidad de la teoría queer para dar cuenta de las experiencias trans\*” argumenta Blas Radi (2017, p. 145), assinalando que estes não se desenvolvem só nos Estados Unidos, nem são o último capítulo dos estudos de gênero das teorias feministas; assim como tampouco são tudo aquilo dito na academia *sobre* as pessoas trans, nem qualquer coisa dita ou feita por pessoas trans. Principalmente, enfatiza: invés de produzir um reconhecimento epistêmico das suas subjetividades, as pessoas trans estão na academia faz muito tempo como meros objetos de estudo de uma grande quantidade de pesquisas (Radi, 2019a).

Os principais questionamentos que estas epistemologias fazem, são em torno aos núcleos de sentido criados em relação às pessoas trans. Por esse motivo, os estudos trans constituem um campo acadêmico “interdisciplinaria y socialmente comprometido, cuyo

surgimiento suele identificarse a principios de la década del noventa. Su trama anuda contribuciones propias de las humanidades, las ciencias sociales, la psicología, las ciencias naturales y las artes” (Radi, 2019b, p. 29). O autor afirma que se trata de um campo transdisciplinar que faz explícito o seu compromisso político porque o interesse das pessoas que se dedicam aos estudos trans, não é meramente especulativo, senão, e fundamentalmente, prático e crítico. Nas palavras de Berenice Bento (2014, p. 51):

Um corpo teórico pode ser lido como uma máquina de guerra. Os conceitos, suas articulações, a relação com os colaboradores da pesquisa, são ferramentas que permitem ao/à pesquisador/a propor interpretações sobre as dimensões das relações sociais sobre a qual está debruçada. Durante décadas a única referência que se dispunha para explicar os trânsitos entre os gêneros eram os construtos disponibilizados pelo saber-poder médico/psi. A adesão de ativistas e acadêmicos a uma perspectiva analítica contrária à naturalização das identidades, aos binarismos identitários e à análise da economia política dos discursos médicos/psi passaram a estabelecer novas possibilidades interpretativas.

O campo dos estudos trans se configura como transversal. Portanto, suas metodologias exigem uma transdisciplinaridade. Blas Radi (2019a) destaca que o ponto fundacional deste campo de estudos é o reconhecimento epistêmico produzido pelas pessoas trans, a partir do destaque ao conhecimento em primeira pessoa, ao conhecimento encarnado que desestabiliza as formas em que se aborda sexo e gênero na academia. Nas palavras do autor: “La emergencia de este campo disciplinar representa un compromiso crítico con respecto a la investigación biomédica y guarda estrecha relación con desarrollos provenientes de la teoría fe-minista, los estudios gay-lésbicos y la teoría *queer*” (Radi, 2019b p. 29).

Este campo epistêmico transbordante, propõe pôr em crise as elaborações teóricas dos estudos feministas nas abordagens do que se entende por sexualidade e a sua relação com as categorias de gênero. O escopo dos estudos trans, segundo Susan Stryker (2021), se relaciona com perturbar, transgredir, desnaturalizar e questionar os vínculos normativos que, no geral, se assumem para a sexualidade, com expectativas sócio culturais atribuídas a determinados modos de viver o sexo e o gênero.

É inegável a força que determinados corpos teóricos desempenham na produção de modos de sentir e pensar o sexo e o gênero. Nesse sentido, é necessário um olhar crítico que

reconheça outros saberes na disputa epistemológica:

Nos estudos transviados os discursos médicos passam a ser analisados como engrenagens discursivas que limitam a existência da diversidade dos desejos, dos gêneros, das sexualidades ao âmbito das estruturas fixas corpóreas. E assim se estabelece uma disputa epistemológica onde o corpo passa a ser um significante com múltiplos significados, uma estrutura estruturante em permanente processo de transformação (Bento, 2014, p. 49).

A perspectiva dos estudos trans expressa uma mudança de paradigma que vai interpelar desde o Estado, os seus agentes e também os movimentos sociais, já que rompe com o modelo da diferença sexual e o binarismo de gênero. Nesse sentido, Blas Radi (2019a) nos convoca para trabalhar com as instituições para torná-las habitáveis, porque ainda, em geral, não se tem lugar para os saberes trans. Para Berenice Bento (2014), os estudos transviados são contradiscursos que possibilitam novas interpretações para a relação entre corpo-sexualidade-gênero:

A disputa que os estudos transviados estão realizando com outros saberes instituídos em torno das sexualidades, gêneros e dimensões raciais, tem como efeito invadir áreas do conhecimento antes tidas como as verdadeiras porta-vozes de determinadas esferas da vida. O processo de desnaturalização das identidades de gênero e das práticas sexuais que está em curso realiza-se mediante pesquisas histórias e conjunturais a partir de múltiplos recortes temáticos e de técnicas de pesquisa (Bento, 2014, p. 48).

Os estudos trans compõem um campo epistêmico que questiona as injustiças epistêmicas e o papel da academia como lugar possível para a disputa em torno da produção de conhecimento. Como diz Lohana Berkins (2013, p. 91): “abran las puertas de las casas de estudio para escuchar la voz de quienes como yo elaboramos reflexiones a partir de nuestras vidas, no de los libros. Ésta debería ser la academia verdadera, aquella que organiza sus saberes escuchándonos”.

Reconhecemos uma série de desafios éticos, políticos e epistêmicos, à medida que nos envolvemos com as nossas questões e nos engajamos com determinados referenciais teóricos que subvertem algumas condições institucionais. Nesse sentido, os estudos trans possibilitam a inteligibilidade dentro da academia para reduzir as condições assimétricas na produção de saber. Reconhecemos ainda, que os estudos trans e queer disponibilizam uma caixa de ferramentas que envolve críticas muito fortes às nossas formas habituais de compreensão dos fenômenos sociais e do conhecimento. Não só no produto, mas também no processo de análise

para abordagem do tema de investigação, já que nossas procuras heurísticas, vão além das ofertas acadêmicas de nossas casas de estudo e isto, muitas vezes, nos coloca no desafio de afirmar o caráter artesanal de nossas pesquisas (Radi, 2019b). Os projetos acadêmicos dedicados aos estudos de gênero e sexualidade, de modo geral, se manifestam mais resistentes às contribuições dos estudos trans. Isto faz com que, em muitos casos, a “teoria queer” funcione como uma etiqueta ou marcador que, de um lado, garantiria a inclusão de pessoas trans na condição de objetos de análise e, de outro, dificultaria a participação dessas pessoas nesses mesmos espaços acadêmicos (Radi, 2019a).

Neste trabalho, encontramos desafios que nos colocam diante de escolhas que podem se afastar dos recursos interpretativos da ciência hegemônica. Porque ela tem operado com opacidade para a inteligibilidade de pessoas trans e as suas experiências. Ao mesmo tempo, se faz necessário uma aproximação de leituras a um repertório significativo e legítimo, de recursos hermenêuticos com instrumentos mais precisos, como são os estudos trans ou transviados e as epistemologias queer. Nesse sentido, podemos reconhecer alguns pontos de encontro ou acordos entre a teoria queer e os estudos trans.

Os estudos queer e trans coincidem, em primeiro lugar, no fato de apontar o caráter socialmente construído de gênero e sexo. Esse é um pilar fundamental dessas duas perspectivas. Esses dois campos também concordam em apontar os problemas da matriz do pensamento binário e de suas grades hermenêuticas, que codificam a experiência cotidiana e marcam fortemente os limites de inteligibilidade (Radi, 2019b). Essas duas abordagens também coincidem em reconhecer que existem diferentes posições que são dinâmicas, locais e contextuais, que dependem da intersecção de múltiplos pertencimentos e marcações no tecido social. Portanto, requerem abordagens mais complexas do que aquelas que podem ser representadas sob a lógica do sujeito oprimido e do sujeito opressor como posições fixas, a-históricas e construídas a priori (Bento, 2014, 2017; Neves, 2016; Perez, 2020b; Radi, 2019b; Stryker, 2004).

Nos campos epistêmicos dos estudos trans e os estudos queer, se há também um acordo

sobre as dimensões políticas de sexo, gênero e sexualidade. Usar, por exemplo, a heteronormatividade e a cisnormatividade como chaves de análise, significa compreender e problematizar como essa ideia de “sexo biológico” masculino ou feminino adquire inteligibilidade como um universal dado (Pelúcio, 2012; Pérez & Radi, 2014; Bento, 2017; Radi, 2017; 2019a; 2019b; Styker, 2021). Ou seja, além da compreensão de gênero, sexo e sexualidade como esferas políticas, implica também se interessar pela procura dos rastros dos elementos que as constituem, também na dimensão de uma produção cultural, já que são esses quadros de reconhecimento (Butler, 2016) são criados para interpretar os sujeitos.

Os estudos trans se dedicaram a efetuar uma crítica necessária de produções no campo dos estudos queer, sobretudo, a respeito da tendência fortemente cis sexista do que faz a teoria e o ativismo queer (Radi, 2017). Nesse sentido, é destaque a leitura crítica desses dois campos em relação ao conhecimento, ainda “os estudos trans tenham dividido uma agenda com os estudos queer, existem objetos de estudo que sejam talvez de interesse exclusivamente trans (...)” (Neves, 2016, p. 162).

Por sua vez, os estudos trans têm apontado para alguns paradoxos que desafiam às epistemologias queer, nas palavras de Radi (2017, p. 147) “desde la teoría queer se usa a las personas trans\* para desarrollar argumentos sobre y contra la heteronorma —y en ese sentido son un símbolo de resistencia—, pero a la vez se las acusa de reforzarla —y, por lo tanto, son la expresión de la dominación—”. Esses marcos referenciais entendem o conhecimento como um fenômeno social que atinge de forma assimétrica às comunidades. Nem todos os sujeitos participam em igualdade de condições nos processos de produção de conhecimento, não porque intervenham mais ou menos, mas porque não o fazem com os mesmos créditos nem são afetados da mesma forma pelos resultados das pesquisas (Pérez, 2020b).

Nessa direção, o campo epistêmico dos estudos trans aponta para uma problematização em relação aos usos instrumentais que fazem os estudos queer das pessoas e questões trans, que vão sumindo sob a prerrogativa de técnicas de apagamento em termos ontológicos, assinalando-as como reprodutoras de padrões normativos. Nas palavras de Blas Radi (2017, p.

145):

Podríamos señalar como uno de los gestos críticos característicos de los estudios trans\* el movimiento reflexivo que pone el acento en la compleja dinámica de apropiación y borramiento. Esta vuelta crítica permite poner en evidencia el patrón colonial que gobierna los usos teóricos de las personas trans\* por parte de, por ejemplo, la academia *queer*. A los efectos de este artículo, resulta particularmente relevante el hecho de que numerosxs intelectuales, entre ellxs Namaste, Prosser, Rubin, Cabral y Bettcher, hayan atacado el supuesto de que las personas trans\* están obligadas a desnaturalizar y deconstruir el binario de género. Esta exigencia esencializante ha sido a menudo articulada (implícitamente, al menos) por teóricxs queer que han hecho de la experiencia trans\* una abstracción útil.

As problematizações formuladas a partir dos estudos trans questionam os papéis que têm desempenhado as pessoas trans para a teoria queer, enquanto os compromissos em seu vocabulário, sua metodologia, suas ferramentas de pesquisa, seus princípios conceituais e as consequências que surgem tanto para a produção de conhecimento, quanto para a vida das pessoas investigadas. Nesse sentido, consideramos que as propostas epistemológicas com as quais compomos nossa tese, buscam a heterogênesse na produção de conhecimento, posição que nos implica para erosionar as forças binárias de algumas formas de conhecer, e buscar nos saberes subalternos, narrativas, discursos e práticas que são produtoras de diferença (Roseiro *et al.*, 2021).

Dedicada aos estudos sobre “violência epistêmica”, Moira Pérez (2019) assinala que quando se trata de saberes subalternizados, é possível que se diminua seu papel no intercâmbio epistêmico e se produza uma abjeção ou inteligibilidade. Ou seja, que se reduza a agência política de determinadas pessoas com diferentes marcadores sociais na produção de conhecimento. Blas Radi (2017) nomeia essa operação como tecnologias bibliográficas de produção de ausências, que se relaciona à “(...) idea -y su aplicación- de que ciertas personas o ciertos tipos de personas no son capaces de producir saberes adecuados, o no podrán evaluarlos o comprenderlos, es una de las formas más evidentes de la violencia epistêmica” (Pérez, 2019, p. 86). No dizer de Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020, p. 3), se fazem necessárias:

Escutas atentas e outrora feitas por outros vieses que construiriam um arquivo ou banco de memórias para desenho de uma epistemologia e, neste caso, uma trans-epistemologia. A consequência lógica apresentada é que, se existem dispositivos para a não escuta destas

histórias, assim estamos diante de um trans-epistemicídio. (...). Via de regra, as incursões etnográficas feitas por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras e brasileiros destacam a presença de travestis e mulheres transexuais (...), raramente no campo do conhecimento, especialmente o acadêmico.

Os marcos teóricos e referenciais que orientam nossas análises, procuram pensar sobre o aborto desde uma perspectiva dos estudos trans e queer/cuir, porque consideramos que têm a potencialidade de produção narrativa afirmativa de outros modos de sentir e pensar a prática. Mas nos colocamos em exercícios constantes para nos distanciar das formas que contribuem à divisão do trabalho intelectual que adjudica o papel de agentes epistêmicos somente a uma comunidade, jogando a outra no papel de “objeto” de pesquisa. O pesquisador Benjamin de Almeida Neves (2016, p. 162) assinala:

assumindo o papel principal de autor/pesquisador e também de protagonista da história que conto, é válido destacar que existem hoje em nosso país, especialmente após 1980, diversas publicações a respeito das transexualidades. Todavia, a maior parte dessas publicações foi realizada por pesquisadores/pesquisadoras cisgêneros/cisgêneras e, ainda que muitos destes/destas possam ser vistos como aliados/aliadas na luta por cidadania das pessoas trans, existem especificidades que talvez só possam ser apontadas por pessoas que vivenciam essa experiência e que também são produtoras de conhecimento.

Nesse campo epistêmico, a abordagem não é especulativa, mas prática, comprometida com processos políticos e problemas sociais contemporâneos, como assinala Blas Radi (2019a, 2019b, p. 37), “se busca contrarrestar la marginación epistémica de las personas trans\* haciendo lugar al reconocimiento de su subjetividad y agencia epistémica, y llamando a que lxs investigadorxs explicitan su situación dentro de la investigación”. “Portanto, a ideia de um corpo travesti ou trans ganha propriedade discursiva a partir do compor ou contrapor exposições anteriormente feitas a respeito delas, sobre elas e, agora, por e com elas” (York, *et al.*, 2020, p. 5).

Neste trabalho nos interessamos por como funcionam alguns mecanismos epistêmicos, teóricos e referenciais, nas formas nas que interpretamos o que acontece no campo social, e como eles podem vir a operar para incluir e ou excluir a (in)certos sujeitos da agência política. Questionamos a própria produção de conhecimento e as ferramentas que ela gera, no caso da problemática que nos ocupa em relação ao aborto, que com suas práticas transbordantes, se colocam para questionar que, talvez e só talvez, seja mentira a verdade produzida em torno



deste. Tatiana Lionço (2016), ao discorrer sobre a despatologização das identidades trans, se refere às reflexões acadêmicas protagonizadas por pessoas trans que profissionais de saúde não acessam. Referências que deveriam compor a grade curricular dos cursos de formação. “A academia está muito fechada em si mesma e precisa rever suas estratégias de democratização do acesso ao conhecimento” (Lionço, 2016, 155).

Reconhecendo as contundentes pistas que os marcos teóricos referenciais nos oferecem para acessar a outros recursos hermenêuticos que operem de modo diferente nas abordagens sobre aborto, a continuação elaboramos um ensaio teórico, destacando alguns pontos de conexão com o papel da Psicologia na produção de uma verdade sobre o sexo. Nessa direção, apresentamos um breve panorama em relação à produção de verdades sobre o sexo e o aborto, para depois nos introduzir nas pistas que as narrativas-trans-aborteiras nos oferecem para desarticulá-lo.

## UMA VERDADE SOBRE O SEXO: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

*Porque nossas existências craquelam as verdades históricas da Humanidade e mostram que existem mais mistérios entre o céu e a terra que a Humanidade pode conhecer.*

*Castiel Vitorino Brasileiro, 2019*

Existem diversas formas nas que se articulam as relações de saber-poder no que Michel Foucault (1976) nomeou *scientia sexualis*: a sexualidade se transforma em um domínio de conhecimento a partir de processos de patologização, com intervenções denominadas terapêuticas, e com finalidade de ajustar os comportamentos para sua normalização. Uma incessante procura por desvelar *uma verdade* sobre o sexo. Essa perspectiva desenvolvida principalmente por figuras médicas como John Money e Harry Benjamin, ofereceu elementos para a construção de uma ciência que, junto com as tecnologias de modificação dos corpos, estabeleceu uma verdade sobre a diferença sexual.

Desse modo, a procura por essa diferença, permitiria ajustar e corrigir aqueles sujeitos que apresentassem uma configuração corporal “desajustada”, “ambígua” e ou “confusa”. Michel Foucault (1982), aborda a produção de uma *verdade* sobre o sexo a partir do estabelecimento da diferença sexual e diz:

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram pouco a pouco a recusa da ideia de mistura dos dois sexos em um só corpo e conseqüentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada uma sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios (Foucault, 1982, p. 2).

Um conjunto de mecanismos cujo funcionamento se aciona a partir das instituições, cria sistemas binários e classificatórios para os corpos e os seus usos. Tudo o que escapa desse sistema, deverá ser corrigido e ajustado para caber nesses moldes que nos assujeitam. Mas questiona: quem precisa de um sexo verdadeiro?

Com uma análise sobre a história do estatuto que a medicina e a justiça concederam ao “hermafrodita”, o autor busca compreender os modos na que diferentes áreas das ciências se esforçaram (e ainda se esforçam) constante e teimosamente, para erigir uma verdade sobre o

sexo. Sujeitos hermafroditas eram “aqueles em quem se justapunham, segundo proporções que poderiam ser variáveis, os dois sexos” (Foucault, 1982, p. 1) e cuja figura no imaginário da Antiguidade, era considerada mítica, mágica, fantástica e conectada ao mundo espiritual. A figura dos hermafroditas despertou um fascínio misturado com medo, curiosidade e receio, nas ciências da modernidade. Segundo Foucault (1982), foi por isso que começou a ser elaborada uma configuração de monstro em torno deles, no fim do século XVIII:

A pessoa hermafrodita foi fundamental para todo o discurso médico-moral-espiritual da Antiguidade ocidental, tanto pela matriz greco-romana quanto judaico-cristã. Da sua associação com o universo mágico ao surgimento da ciência sexual no século XIX, estes seres assim nomeados estavam no centro das discussões sobre o que hoje entendemos como sexo e gênero, seja em termos de moral religiosa ou de cientificismo higienista (Leite Jr., 2011, p. 34).

Uma série de mudanças e rupturas acontecem com a figura do hermafrodita desde aquela figura mítica da Antiguidade. Produto das novas formas de produção de conhecimento que surgem na modernidade, consolidadas no século XIX, emergem outras formas de criação de categorias e classificações. A figura que se começa a delinear no fim do século XIX, produto da ciência médica e psíquica, é uma entidade distante do universo mágico e mítico na que coexistem dois sexos e dois gêneros diferentes entre si. Agora lido desde uma perspectiva fisiológica, o “hermafrodita” foi considerado: “Não mais um monstro fascinante, mas um anormal” (Leite Jr., 2011, p. 36).

Se bem não é um objetivo deste trabalho realizar uma historização, nem procurar uma “origem” do desenvolvimento das perspectivas da ciência moderna em torno à classificação dos corpos, é possível problematizar como a medicina europeia do final do século XIX se obstinou por desvendar o “verdadeiro sexo” dos indivíduos, para compreender os processos pelos quais se criam sistemas classificatórios e excludentes, ainda em relação à sexualidade e ao aborto.

Mas nos interessa, ainda que seja tarefa incompleta e portanto parcial, nos aproximar desse processo nas antiguidades do lado de cá, nos “cus” do mundo, como expressa Larissa

Pelúcio (2016). Aos modos da crítica “cuir”<sup>21</sup> que também adquire dimensões metodológicas, aplicamos a este itinerário de pesquisa, uma resignificação olhando “o lado de cá”, os “cus do mundo”, para questionar as naturalizações normativas dos processos de investigação centrados em contextos distantes aos que se desenvolvem. A crítica “cuir”, nesse sentido, permitiria visibilizar e pôr em xeque alguns modos de abordagem do tema de pesquisa, que demanda leituras que virem os nossos mapas de entendimento para contestar suas implicações epistemológicas.

Desse modo, as “potencialidades do queer nos trópicos” (Pereira, 2012), com suas “estratégias cu-carachas” (Pelúcio, 2016), compõem uma “teoria cu latino-americana” (Perlongher, 1987), situadas na “nossa ladino-amefricanidade” (Gonzalez, 1988), para abrir a possibilidade epistêmica de pensarmos a partir de algumas torções que se elaboram “a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos” (Pelúcio, 2016, p. 127).

Por esse motivo, consideramos importante fazer um resgate em relação à procura por uma verdade sobre o sexo nos povos que habitaram a massa continental na qual desenvolvemos esta pesquisa. O debate epistêmico que aborda as sexualidades nos povos originários do continente americano, assinala a insuficiência de estudos sobre o tema, o que compromete bastante um conhecimento mais aprofundado a respeito, nos primeiros séculos de colonização (Fernandes, 2018). A teimosia em revelar um verdadeiro sexo, também foi intensa “do lado de cá”, com a chegada das invasões europeias no processo colonizador. Por esse motivo, adquire vital importância recuperar a “categoria político-cultural de amefricanidade” (Gonzalez, 1988, p. 69).

Anteriormente, junto com produções acadêmicas queer, efetuamos uma série de questionamentos sobre nosso lugar de produção de conhecimento a partir do território de onde emana o saber (Haraway, 1995; Anzaldúa, 2000; Pereira, 2012; Pelúcio, 2012; flores, 2013;

---

<sup>21</sup> Aqui fazemos referência às composições de Larissa Pelúcio (2016, p. 123), quando elabora argumentos acerca das traduções e da aplicabilidade do “queer” no contexto latinoamericano, mais particularmente, brasileiro. Jogando com as palavras e estabelecendo “cuir” para pensar no que acontece aqui, “no cu do mundo”, ela diz: “Mais que traduções do “queer”, a ideia aqui é pensar em uma teoria informada por essas produções, mas que ouse se inventar a partir de questões próprias de nossa experiência marginal”.

Bento, 2014; Pelúcio, 2014; Radi & Pérez, 2014; Santos, 2014; Anzaldúa, 2016; leal, 2020). Então nos propomos olhar como, em nossa Abya Yala<sup>22</sup>, a heterocissexualização foi mais um elemento para disciplinar os corpos como eixo central do processo colonizador. Como assinala Leila González (1988, p. 71):

Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (séculos XV -XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos “selvagens”. Daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos.

Violência racista e etnocida que se manifestou de diversas formas, através de múltiplos dispositivos, as agressões adquiriram forças devastadoras que se exerciam para aniquilar as diferenças dos povos que nestas terras habitavam. Segundo Manuela Lavinás Picq (2020), a sexualidade foi mais uma ferramenta para criminalizar os nativos, acusá-los de pervertidos e legitimar a violência contra o “outro” não cristão, marcado como selvagem, herege e sodomita. Nos aproximar das experiências originárias a partir de outros tratamentos da história, tem a potencialidade de abrir a episteme e incorporar a diferença para amplificar os modos de conhecer. “Agora, em face da resistência dos colonizados, a violência assumirá novos contornos, mais sofisticados; chegando, às vezes, a não parecer violência, mas “verdadeira superioridade”, nos ensina Leila Gonzalez (1988, p. 71).

Dessa forma, é possível questionar e reverter determinadas produções de conhecimento ao confirmar, por exemplo, que as narrativas de naturalização da família moderna, são um fenômeno importado/imposto no processo colonizador europeu (Picq, 2020). Percebemos que o vocabulário heterossexual é inapropriado e insuficiente, assim como o próprio imagético binário para entender os mundos originários. Mesmo as normas construídas em matéria de direitos sexuais, não podem dar conta do desejo, da vida ou da pertença em cosmovisões pré-colombinas.

Voltamos com a figura do hermafrodita, para tentar nos aproximar de uma

---

<sup>22</sup> Nomeação que os povos originários utilizam para se referir ao hemisfério ocidental.

conceitualização em torno às significações que aquela teria para os povos originários, antes da chegada do processo colonizador com suas as verdades sobre o sexo. Não pretendemos reduzir a quantidade de experiências e narrativas de um território imenso como Abya Yala, senão recuperar algumas narrativas para acessar a outras concepções da figura hermafrodita, que não a criada pela antiguidade europeia. Depois de tudo, o que resta “en el discurso colonial son fragmentos de la subjetividad ritual, descripciones parciales que se figuran como Otros abyectos en relación con los sujetos dominantes” (Horswell, 2013, p. 57).

Os povos Incas convocavam uma figura chamada “Chuquichinchay” ou protetor dos hermafroditas -também conhecido como nativo de duas naturezas, de dois gêneros- para mediar as crises políticas dos finais do século XV (Horswell, 2013). Dita figura, venerada na cultura andina pré-hispânica, era a patroa das pessoas de “sexualidade ambígua” e encarnava uma força criativa que combinava o masculino e o feminino, inclusive com práticas eróticas do mesmo sexo (Picq, 2020). Associada a elementos de tipo rituais, a figura sagrada dos hermafroditas condensava no próprio corpo, a possibilidade de reunir quaisquer formas de sexo. Horswell (2013) descreveu essa figura em condição similar aos dos xamãs andinos, que geralmente é representada como animalesca de tipo felina e pintada de muitas cores.

El Chuquichinchay, una venerada figura en la cultura andina, era la deidad de los jaguares. A la vez era el patrón de las personas de dos géneros, quienes actuaban como chamanes en las ceremonias Andinas” (...) vestidos para mediar el dualismo de la cosmología andina, realizaban rituales con prácticas eróticas entre los mismos sexos. Personificaban la tercera fuerza creativa entre lo masculino y lo femenino en la filosofía andina (Picq & Tikuna, 2019, p. 73).

Assim, a figura dos hermafroditas destes povos, também era destinatária de fascínio. Sobre ela foi elaborada uma condição de deidade, do ponto de vista de cosmovisões nativas. Nos rituais andinos pré-colombinos, já era uma figura em torno da qual se construíram outras representações de sexo e de gênero que não era estático nem binário, e que contrastavam com o afirmado pelo sistema sexo/gênero europeu. Os rituais se enunciavam como espaços de negociações e trânsitos nos que era possível adotar características de um ou outro gênero e de um ou outro sexo, o que assinala uma força andrógina, representada pela figura do Chuquichinchay.

Assim, percebemos que a presença do andrógino pode ser abordada em áreas geográficas (e políticas) mais amplas, pois tem se produzido conhecimento em torno da existência de rasgos culturais prévios à instauração colonial, compartilhados em povos dissimiles, plurais e distantes. Will Roscoe (2000) pesquisou os documentos coloniais que informam sobre sexualidade nos povos originários e conseguiu identificar mais de 150 taxonomias na documentação sobre percepções de gênero dos povos originários do continente americano.

Os franceses descreveram os hermafroditas em 1564, explicitando que as gravuras os representavam como seres superiores, guerreiros e caçadores, xamãs e líderes nos conselhos de sábios (Picq, 2020). No ano 1575, o médico francês Ambroise Paré realiza um extenso trabalho que busca a origem das “anomalias” do “fenômeno” dos hermafroditas “não somente no universo mágico-espiritual, mas também no próprio corpo” (Leite Jr., 2011, p. 70). O padre capuchinho francês Yves D’Evreux, na sua crônica intitulada *Viagem ao Norte do Brasil (1613-1614)* faz referência ao hermafrodita no capítulo XXV: “Há em *Juniparan*, na Ilha, um hermaphrodita, no exterior mais homem do que mulher, porque tem face e voz de mulher, cabelos finos, flexíveis e compridos, e contudo casou-se e teve filhos” (D’evreux, 1874, p. 90).

Em muitas culturas possuir dois sexos no mesmo corpo, era associado com poderes espirituais. Em tempos pré-colombinos, os povos celebravam as trocas sexuais porque a sexualidade era considerada um elemento vital, na sua diversidade:

Los géneros indígenas no pueden reducirse a nociones de heterosexualidad, homosexualidad o transexualidad. Sería un anacronismo, y hasta una forma de despojo, traducir estos tejidos sociales precolombinos a marcos contemporáneos de derechos LGBT. En las sociedades de pre-conquista, los géneros no-binarios e las sexualidades no heteronormativas no eran una anomalía o diferencia, sino que eran constitutivas de un todo (Picq, 2020, p. 20).

Seguindo a Horswell (2013) e Picq (2020), os colonizadores não aceitavam essas práticas sexuais: a figura do Chuquichinchay começou a ser qualificada como diabólica por não representar práticas heteronormativas. Os nativos foram descritos como “degenerados” e “sodomitas”, motivo pelo qual eram exterminados. Mas o extermínio não se restringia a dar fim ao corpo “degenerado”, senão que se traduzia em diversos processos de objetificação e

colonização das sexualidades e da criação de novas práticas e instrumentos para administração da vida dos povos originários. Leila Gonzalez (1988, p. 72) diz ao respeito:

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão.

Dessa forma, a colonização das sexualidades não pode ser compreendida fora das relações de um modelo de moral de família, onde a supremacia branca adquire poder para dominar as relações pautadas somente entre “homem-mulher”, constituindo um dos mais importantes parâmetros civilizatórios. O sexo passava então a ter como estrita finalidade a procriação, sob o olhar atento da Igreja, deveria ter lugar apenas em um casamento monogâmico e entre indivíduos de sexos diferentes. Porque a expectativa que se tinha com os povos originários era, não somente escraviza-los, senão “que sua sociedade fosse um espelho do ideal de sociedade lusa em um contexto de despotismo esclarecido: racional, moderno e nacionalista, voltado para o progresso do reino, mas ainda calcado no sistema moral da cristandade” (Fernandes, 2015, p. 50).

Atentar sobre como a figura do hermafrodita se constituiu de especial interesse para as áreas de conhecimento da época, e revisitar os discursos e teorias científicas sobre a sexualidade da modernidade, nos permite compreender como emergem as ferramentas que inventaram o sexo. “Inventar o sexo”, como assinala Laqueur (2001), tem nuances e diversos elementos em diferentes geografias. Mas encontramos pontos em comum ao perceber que, as tentativas de criação de novos padrões que regem os corpos, é também uma tentativa de estabelecer uma ordem social (Leite Jr., 2011). E essa produção de verdade

está longe de ser dissipada. Seja qual for a opinião dos biólogos a esse respeito, encontramos, pelo menos em estado difuso, não apenas na psiquiatria, psicanálise e psicologia, mas também na opinião pública, a ideia de que entre sexo e verdade existem relações complexas, obscuras e essenciais. Somos, é verdade, mais tolerantes em relação às práticas que transgridem as leis. Mas continuamos a pensar que algumas dentre elas insultam “a verdade”: um homem “passivo”, uma mulher “viril”, pessoas do mesmo sexo que se amam... Nos dispomos talvez a admitir que talvez essas práticas não sejam uma grave ameaça à ordem estabelecida; mas estamos sempre prontos a acreditar que há nelas algum “erro”. Um “erro” entendido no sentido mais tradicionalmente filosófico: um modo



de fazer que não se adequa à realidade; a irregularidade sexual é percebida mais ou menos como pertencendo ao mundo das quimeras (Foucault, 1982, p. 3-4).

Entendemos esse “mundo das quimeras” como um modo de fazer possível na prática do aborto, que é considerado inadequado para a sociedade. Não só pelo fato de que essa prática seja envolvida pela produção de criminalidade, o que a torna errada, obscura, insegura e indesejável, senão porque o que conhecemos sobre ela, seja ainda pela via da afirmatividade, é impensável ser abordada pelos corpos abjetos. O debate sobre aborto é preenchido como assunto de “especialistas” das mais variadas áreas, assim como um tema na que opiniões nunca faltam. Se edifica sobre ele uma verdade que o afasta da sua dimensão prática e exequível. O aborto possível é aquele que insulta uma verdade sobre a família e a ordem estabelecida, por isso se considera uma ameaça que atenta contra os valores tradicionais: um modo de fazer que está “errado” e que não se adequa à natureza, à maternidade, à família.

O obstinado interesse do Ocidente moderno em revelar uma verdade sobre o sexo produziu grandes mudanças epistemológicas e políticas desde o século XVIII, sendo o da ciência médica, o discurso privilegiado. Mas o interesse na elaboração de uma diagnose do *verdadeiro* sexo, não corresponde só as concepções da medicina e da jurisprudência de cada época. Na psiquiatria, psicanálise e psicologia, coexiste a ideia de relações entre sexo e verdade.

### ***Psicopatologias da vida erótica: assujeitamentos criados pela psicologia***

Consideramos importante resgatar um breve panorama sobre algumas concepções criadas no âmbito da psicologia, em relação à temática que nos ocupa, como parte de um conjunto de saberes que compõem a sua trajetória como disciplina das Ciências Humanas. A psicologia em junção com a psiquiatria, se edificou discursivamente como estratégia para processos de patologização das experiências sexuais e de gênero que não se correspondem com a norma. Os saberes produzidos pela psicologia alinhada com o paradigma biomédico, têm fortalecido o sistema dominante de sexo-gênero, promovendo uma perspectiva da desviação e transtorno.

O trabalho de Michel Foucault (1926-1984), de modo arqueológico e tendo como mote a reflexão sobre o presente, se debruçou sobre a questão de como nos tornamos sujeitos objetivados por meio das ciências, classificados em normais e anormais, disciplinados, e vigiados, forjando tecnologias para constituir um “eu”: uma subjetividade. Para isso, ele analisou os delineamentos do saber de uma época, mostrando como são constituídos de diferentes formas em cada episteme, como modo a responder a diferentes necessidades. Por exemplo, o modo como a loucura entrou no campo do saber médico faz dela um objeto de saber que vai produzir uma tendência a “psicologizar” e “medicalizar” as relações humanas e fazer da normalidade um parâmetro de avaliação e taxonomias dos corpos. Ele analisou o modo como o saber se dispõe para ir constituindo, fabricando temáticas e produzindo veracidades. Verdades estas que não se deveria tomar como simplesmente certezas universais e inquestionáveis, porque o saber, segundo Foucault (1994), é organizado em torno da norma como base do poder, que objetiva controlar aos sujeitos em suas existências e que dará lugar às grandes ciências da observação.

Os saberes e práticas geradas pela psicologia e baseadas numa visão normativa e polarizada sobre gênero e sexualidades, constituíram deste campo um espaço chave para os processos de intervenção sobre os modos de viver e habitar o corpo. Desde esta perspectiva, o sujeito se modifica por meio daquilo que conhece, o que pode levar a construir novas formas de subjetividade, isso tudo em meio a modificações históricas, sociais e culturais. Dessa forma, Foucault (1982) analisa o modo como o saber de cunho científico produzido sobre o sexo, tem um papel de constituição de verdades que criam um tipo de subjetividade. Este saber, segundo o autor, dependeria de uma tecnologia proposta pelas práticas profissionais próprias da psicanálise:

Admitimos também que é no sexo que devemos procurar as verdades mais secretas e profundas do indivíduo; que é nele que se pode melhor descobrir o que ele é e aquilo que o determina; e se durante séculos acreditamos que fosse necessário esconder as coisas do sexo porque eram vergonhosas, sabemos agora que é o próprio sexo que esconde as partes mais secretas do indivíduo: a estrutura de seus fantasmas, as raízes de seu eu, as formas de sua relação com o real. No fundo do sexo, está a verdade. No cruzamento dessas duas ideias - a de que não devemos nos enganar a respeito de nosso sexo, e a de que nosso sexo esconde o que há de mais verdadeiro em nós mesmos - a psicanálise consolidou seu vigor

cultural. Ela nos promete ao mesmo tempo, nosso verdadeiro sexo e a verdade de nós mesmos que vela secretamente nele (Foucault, 1982, p.4).

Assim, determinados modos de praticar a psicanálise, instaurou modos de dizer a verdade sobre o “eu” mais íntimo e invisível, instigando a revelar o que há de mais “profundo” em si próprio: o sexo. Nesse sentido é que Foucault (1982) assinalou um outro modo de pensar a psicanálise: criadora de subjetividade com técnicas próprias da modernidade, voltadas a si e com a confissão que assujeita ao saber do outro que analisa e que conhece, “sabendo”, de modo relacional, a verdade do analisando. Saberes sobre si que favorecem o mecanismo pelo qual pode-se classificar e diagnosticar com fins de normalização.

Nikolas Rose (1985) tem se interessado, em especial, em realizar uma genealogia da subjetividade, refletir sobre o “governo das condutas” e sobre as transformações das racionalidades do poder político. Suas investigações têm como objeto questões referentes à biomedicina, neurociências, psiquiatria, etc., nas que indaga por que e de que maneiras, têm sido fortemente associadas a regimes de autoridade e de subjetivação. Enquanto um corpo de discursos, técnicas e práticas profissionais, os saberes psicológicos e as concepções psicológicas de como os seres humanos são (conjunto nomeado *psy complex*), tiveram um significado especial em relação aos agenciamentos de subjetivação, um papel fundamental na construção de sujeitos, na segunda metade do século XX, em regiões Europa, América do Norte e, em certa medida, a Austrália (Rose, 1990).

Esse conjunto de discursos e práticas, ou *psy complex* (Rose, 1985), teve uma função reguladora de vários aspectos da vida e das relações sociais como a família, o trabalho, a saúde mental e a sexualidade, ou seja, para a condução de conduta. Isto envolvia uma grande quantidade de “pequenos governantes da vida cotidiana” que, com objetivo de moldar as condutas, exerciam o poder através de diferentes práticas que ganharam autoridade, fundamentada na reivindicação de seus conhecimentos (Rose, 1985).

Enquanto as ciências médicas focaram na busca pela distinção do verdadeiro sexo estudando e intervindo o corpo humano, as ciências *psi* vão procurar no mais íntimo da *psique* (Leite, Jr., 2011). Dessa forma, o complexo conformado pelas ciências *psi*, conjugado com as

ciências biomédicas, surge como uma parte de um dispositivo mais amplo de administração da vida, como assinala Foucault (1976). A constituição desses aspectos reguladores da vida, teve uma série de implicações, porque é através da maquinaria produtiva criada pelas autoridades científicas, legais e religiosas, que os sujeitos se formam e estabelecem relações de verdade. E a psicologia se insere como prática social de importantes impactos na conceitualização de normalidade e anormalidade (Foucault, 2001).

Assim, o que antes era tido como um discurso da natureza e que por isso pertencia ao domínio da biologia, passou a ser transferido para a esfera da psicologia e, por tanto, a ser descrito como identidade. Foi um processo que levou à individualização do gênero, no qual confluem dimensões de reconhecimento e cumprimento de expectativas sociais. Dessa forma, com o resgate do sexo do domínio da biologia, começaram a operar técnicas de programação de gênero (Lauretis, 1994).

É nesse trânsito para as ciências da psique, que vão se desenvolvendo limites sobre masculino e feminino, onde os “traços de indefinição entre homens e mulheres migram para a psique como último grau de uma sutil mistura entre os sexos” (Leite Jr., 2011, p. 99), na que será atribuída uma psicopatologia, um transtorno ou uma doença. Assim, ao mesmo tempo em que os novos papéis sociais entre homens e mulheres são estabelecidos (Laqueur, 2001), se buscará no corpo ambíguo a verdadeira mulher e o homem verdadeiro. Os antigos “desajustados” e “degenerados”, passam a ser lidos como psicopatas, perversos e pervertidos: “agora, a culturalmente incômoda ambiguidade sexual passa a ser buscada no fundo da psique” (Leite Jr., 2011, p. 90), da materialidade do corpo, fisiológica, por assim dizer, passa gradativamente a ser atribuídas características psíquicas.

A psiquiatria cumpre um destacado papel nas ciências sexuais da época. Em *O poder psiquiátrico*, Foucault (2006) propõe responder à questão sobre em que medida, um dispositivo de poder, pode ser produtor de um certo número de enunciados, de discursos, e, em consequência, das representações que dali emergem. Ainda quando existem práticas, modos de observar e de diagnosticar absolutamente diferentes, é por relação à medicina que a psiquiatria

encontra sua legitimidade e seu prestígio, como uma disciplina que tem a normalização como instância fundante. Uma articulação entre saber, verdade e poder, dedicados a pensar como os discursos e práticas das ciências, tomam por objeto tudo aquilo que apresenta desvios e foge das classificações (Foucault, 2006).

Não é incomum observar esse tipo de práticas que visam a normalização, no exercício de práticas em psicologia. Nesta ocasião, uma nota de pensamento me faz remeter às minhas primeiras atuações profissionais em um centro privado de psicanálise e psiquiatria da cidade de Córdoba, Argentina. Vou até as notas sobre as supervisões clínicas da época, porque teve uma em especial, que foi fundamental na minha formação:

Hoy es día de supervisión clínica. Mis primeras experiencias en el consultorio, me dejan un sabor gratificante. Después de algunos años sin desear colocarme en ejercicio de mi profesión, hoy puedo decir que estoy disfrutando de los encuentros a partir de la escucha clínica. Pero aún así, la supervisión me dejó confusa. Estoy en el año 2015, a tres años de formada en psicología, pero sin formación específica sobre género y sexualidades. Igualmente, siento una incomodidad en relación a lo que fue destacado como una dificultad en mi desempeño profesional. La mayoría de mis colegas son miembros de la reconocida Asociación Psicoanalítica de Córdoba y, entre lo destacado en la supervisión clínica, oí frases como: “Se notan algunas resistencias tuyas, licenciada, en tratar el problema de base de su paciente G”; “cuenta con nosotros, licenciada, para profundizarse en las psicopatologías de la vida erótica, para tratar la cuestión homosexual de su paciente”. Me siento mal. No me gusta lo que escucho, pero aún no sé nombrar ese malestar. Me faltan palabras. ¿Me sobra psicoanálisis? (Trecho do diário de bordo, outubro de 2015).

O recorte do meu diário supracitado, deixa transparecer uma interpretação cisheteronormativa de mundo, a partir da produção de saberes que reafirmam a normalização da heterossexualidade e reforçam o que se tinha construído como “dimorfismo sexual”. A respeito, Gayle Rubin (1986) quando examina as obras freudianas, aponta para a psicanálise como um saber que se constitui como mais um mecanismo científico que justifica a normalização da heterossexualidade, reafirmando o “dimorfismo sexual” construído até então. Essas questões também foram destacadas por Judith Butler (2003), quando analisa obras psicanalíticas que situam o tabu do incesto como fundante do sujeito e assim, legitimam a heterossexualidade como uma matriz natural.

Tatiana Lionço (2018) vai nomear como um “erro de diagnóstico” aos arranjos nos que a psicologia encontra possibilidades de legitimação para determinar que, as pessoas que não se

ajustam à norma cisheterossexual, deveriam ter ajuda profissional. A autora também lembra dos princípios éticos da profissão quando “dado o veto ao tratamento das homossexualidades” a psicoterapia pretende “convencer às pessoas a saírem do armário”, porque: “O psicoterapeuta não decide pelo outro e, portanto, não pode decidir com o outro que sua homossexualidade será objeto de cura ou reversão para a heterossexualidade” (Lionço, 2018, p. 110). Ainda porque nenhuma *Scientia Sexualis* deu, nem dará conta de compreender e explicar as experimentações e vivências trans (Falchi, 2013).

Mas, as produções da psicologia ao longo da história não só contribuíram para processos de essencialização e naturalização reforçando estereótipos gendrados. Esta área de conhecimento, também se esforçou por fazer um maior reconhecimento das pluralidades de práticas sexuais e usos dos corpos. A psicologia é chamada a refletir acerca de sua produção e seus modos de inserir essas noções na formação, no ensino e na pesquisa desde um direcionamento ético, estético e político com potencial de apresentar-se como contraponto àquelas tentativas de patologização. “A psicologia, ademais de ser, historicamente, associada à produção de verdades, deve também admitir sua incidência sobre os modos como os sujeitos se definem e conduzem suas relações consigo mesmos e com os outros” (Roseiro *et al.*, 2016, p. 197).

### ***Verdade sobre o sexo: implicações em relação à prática abortiva***

Se durante o século XIX o hermafrodita era considerado um tipo não muito específico de monstro, lido geralmente como imperfeição da natureza, mutilado ou moralmente deturpado; já na segunda metade do século XIX emerge a noção de intersexualidade. A instrumentalização dos termos “intersexual”, “intersexo” e “intersexualidade” só aparece no século XX, mais precisamente no ano 1917 quando médico inglês Richard Goldschmidt cunha esses termos. Ainda, existe uma destacada diferença entre os conceitos “hermafrodita” e “intersexo”: enquanto o primeiro designa(va) a sobreposição dos dois sexos em um corpo único; o segundo foi pensado a partir de outra grade conceitual, para a qual há uma série de

possibilidades e variantes sexuais para cada corpo e que se manifestam de forma única em cada pessoa (Mação *et al.*, 2021).

É possível nos aproximar a narrativas que vão nos dizer sobre a permanência da idéia de uma verdade sobre o sexo, o monstro e o anormal, e as implicações em relação à prática abortiva, na intersexualidade:

Creo firmemente que el aborto seguro y legal debe ser accesible para todos, incluyendo a las personas intersexuales como yo. Pero también quiero preguntar porque es que nuestra sociedad está tratando de borrar a las personas intersexuales, antes o después de su nacimiento. Como una ávida defensora de los derechos reproductivos, creo firmemente que el aborto seguro y legal debe ser accesible para todos, incluyendo a las personas trans\*, personas no-conformes con el género y las personas intersexuales como yo. Una vez dicho esto, estoy preocupada – en realidad perturbada – por una característica, cada vez más común, de la atención prenatal que está afectando a mi comunidad: la detección de rasgos intersexuales durante el embarazo, y la toma de decisiones basadas en esa detección (Astorino, 2015, s/p).

A atuação do regime político e de autoridade imposto pelo saber médico, erigiu os status de “normalidade” e “anormalidade”. Um regime de verdades que enrobustece a noção do verdadeiro sexo para cada sujeito, com correspondência ao seu gênero, a partir da diferença sexual. E toda vida que escapa dessas noções binárias, é colocada à margem, perseguida, patologizada e considerada anormal. Claudia Astorino (2015), define a la intersexualidad como “una combinación de rasgos tradicionalmente considerados “masculinos” o “femeninos”, en el mismo cuerpo – y, algunas veces, rasgos adicionales que son poco comunes para los individuos típicamente masculinos o femeninos.

Ela afirma que há diferentes formas nas que os corpos das pessoas intersexuais podem se ver e funcionar, assinalando que a responsabilidade dos danos que provoca a patologização dos corpos das pessoas intersexo, tem a ver com os estudos que começaram a ser feitos na área da psicologia e da medicina na década de 1950, especificamente intervindo cirurgicamente a crianças intersexuais.

O “desconforto” que Astorino (2015) destaca, tem a ver com as categorias binárias criadas para restringir a vida em masculino e feminino, e que foi elaborada pela ideia de um sexo verdadeiro, com o destaque de uma diferença sexual. Diferença que se tornaria uma condição fundamental para efetuar a classificação dos corpos e os seus usos. A partir dessas

restrições criadas por um sistema binário e patologizante, é que se edifica a concepção de uma impossibilidade de coexistência de dois sexos em um único sujeito:

Siendo una persona intersexual, es difícil para mi entender el porque nos perciben de una manera tan aterradora, que no somos bienvenidos a existir en el mundo. He tenido, y continúo teniendo, dificultad para conciliar mi firme creencia de que, todas las personas embarazadas, tienen que tener el derecho de elegir si quieren abortar; y mi enojo y tristeza, en relación a que alguien que quiere criar un niñx saludable y hermosx, elegiría no criar ese niñx saludable y hermosx si resultara ser intersexual. Quiero proteger el derecho a elegir. Pero también quiero preguntar el porqué nuestra sociedad está tratando de borrar a las personas intersexuales, antes o después de su nacimiento. Abortar a los fetos intersexuales y el alterar cosméticamente (a menudo a través de la cirugía) lo cuerpos de los niñxs intersexuales, son formas de hacer que las personas intersexuales desaparezcan. El mensaje implícito es que, las personas aceptables, no son intersexuales: No ser intersexual, o no ser en absoluto (Astorino, 2015, s/p).

O conceito de “anormal”, proposto por Michel Foucault (2001), surge a finais do século XIX no âmbito jurídico e que se translada à psiquiatrização do desejo e da sexualidade. Este processo se deveu a uma série de mecanismos que criaram o que é considerado natural e a adequação dos desvios como condição para a saúde. A preocupação de Astorino (2015), se relaciona com o apagamento das existências das pessoas intersexuais, neste caso, a partir da detecção de um corpo “monstruoso” e a possibilidade de abortá-lo.

Foucault (2001) resgata a figura do monstruoso como aquele que viola a lei da sociedade e as da natureza. Aquele que combina o impossível com o proibido, aquele que representa, desde logo, tudo aquilo que discrepa, que se afasta da norma, que está nas bordas, nos limites, que transborda. Neste contexto, o anormal é o monstro cotidiano, um monstro banalizado, um princípio de todas as anomalias possíveis. O monstruoso pode “explicar em si mesmo todos os desvios que podem derivar dele, mas ser em si mesmo ininteligível” (Foucault, 2001, p. 71).

Neste esquema conceitual, o monstruoso é um ser híbrido, confuso, que ultrapassa a ordem natural, é disformidade e desvio, em tanto erro natural, que representa alteridade a respeito da humanidade, por isso se constitui um enfrentamento à noção do humano. Em outras palavras: a monstruosidade é considerada uma desviação da norma científica, nos termos de Georges Canguilhem (1971). O autor propôs incluir o erro nos estudos da ciência da vida,



destacando a dimensão valorativa para os cientistas, para os quais uma condição de desvio, converte-se em um caso de anormalidade. De acordo com Canguilhem (1971), a “anomalia física” tem gerado curiosidade justamente porque coloca em questão a regularidade das leis da natureza, e assim, é interpelada como uma ameaça.

O cientista, segundo o autor, além da sua intenção quantificadora e classificatória, coloca em evidência sua pretensão normativa ao elaborar distinções que identifiquem o que é anormal e o que é monstruoso, em relação aos parâmetros por eles estabelecidos. Afirma que “la existencia de monstruos cuestiona el poder de la vida para mostrarnos el orden” (p. 33). Isto porque se apresenta como um desvalor, porque não se ajusta à norma, e prossegue: “debemos, pues, comprender en la definición de monstruo su naturaleza viviente. El monstruo es el viviente de valor negativo. (...) lo que hace a los vivientes seres valorizados” (Canguilhem, 1962, p. 34). Dessa forma, a monstruosidade constitui um desafio para a vida que pretende uma transformação em tanto uma desviação da ordem (ou de *uma* ordem). Aqui o monstro se identifica com uma vida desviada da norma. Então, ele se encontra iniludivelmente vinculado à normatividade da vida.

Claude Kappler (1993) assinala que o que se concebe por monstruosidade, é posto em contraste com a norma. Nesse sentido, o monstro é definido *em relação à* norma. Acontece com as pessoas trans e intersexuais quando colocam evidência na instabilidade das normas de gênero, a negação das condições de existência pelo fato de se relacionar com a norma de modos diferentes aos estabelecidos pelo regime binário, e portanto, reconhecidas monstruosas. O que se relaciona com o que Astorino (2015) coloca como preocupação: a possibilidade de aborto para a negação das existências intersexuais.

A noção de anormalidade produz lógicas que colocam à margem e extirpam o que é considerado socialmente “monstruoso”, perpetuando violências de modo sistemático àquelas formas que desafiam modos “normais” de viver. Sobre como opera essa maquinaria, incidindo na vida das pessoas trans, João Nery (2011, p. 152) diz:

Fui classificado, de acordo com a antiga escala do Relatório Kinsey, como apresentando até então uma homossexualidade de último grau. O fato de já ter trabalhado e viver em

grande parte com identidade social masculina atendia a uma importante exigência da equipe, que hoje se intitula “teste da vida real”, questionado por alguns teóricos, pois exige que o trans se defina como homem ou mulher e nunca possa ficar no meio, inventando outras categorias disponíveis. Deveria ainda me submeter à avaliação de um psicólogo, à psicoterapia com um psiquiatra e, posteriormente, à conversa com um assistente social.

A narrativa que antecede é de um homem trans que coloca em evidência a construção de uma verdade sobre o sexo. Construção que opera extirpando a possibilidade de outros modos que não sejam os criados pelo binarismo, imposto pelo sistema heterocisnormativo. Comparece nessa narrativa, a presença de um controle do corpo e os seus usos, a partir da noção de transexualidade como uma anormalidade, como uma patologia. A narrativa expressa a forma como os sujeitos que são classificados como anormais e tratados como tal em um determinado contexto, são reduzidos ao corpo, isto é, têm sido hipercorporeizados, eliminando deles qualquer tipo de agência. “El cuerpo ha tomado una relevancia desenfadada y el sujeto ha sido “cosificado” y ahora es, sobre todo, un cuerpo. (...) a través de los diferentes saberes (...) el sujeto pasa a ser solamente un cuerpo, quedando anulada su personalidad, su historia y su identidad” (Planella & Pai, 2012, p. 273). Paul Preciado (2020b, p. 24) diz a respeito: “transexualidade e a intersexualidade são descritas como patologias marginais e não como sintomas da inadequação do regime político-visual da diferença sexual à complexidade da vida”.

À redução para o corpo, como sugerem Jordi Planella e Asun Pie (2012), segue-lhe uma outra redução mais específica: aquela marcada como “anormal” e “corregível”. Assim, os sujeitos ficam reduzidos ao aspecto específico que, em junção com a maquinaria de saberes e poderes, se torna “patológico”. Essa redução torna-se evidente no campo da saúde, já que pensamos a “saúde” exclusivamente em relação a esse aspecto hiperbolizado do corpo de um sujeito e o trabalho de “correção” para levá-los de volta ao campo do “saudável” (Pérez, 2020a). Ou em outras palavras, por meio de um processo de purificação de saberes, entre eles, os reprodutivos, “em benefício da construção da ciência como autoridade enunciativa e de uma “saúde nacional” em mãos do Estado moderno” (Theumer, 2018, p. 95).

A seguir, trazemos outro relato que denuncia as sistemáticas tentativas de patologização

e vigilância dos corpos que não se ajustam às normas de sexo e gênero da sociedade. Jô Lessa (2014), no capítulo intitulado “Quem precisava de Cura?”, narra:

Depois dessa volta, minha mãe me levou a um psicólogo que atendia em Copacabana (...) Achei que tinha acabado a busca pela minha “cura” nos consultórios, mas me enganei. Agora fui levado ao Philippe Pinel, ali em Botafogo e encaminhado para o atendimento de adolescentes. (...) pois minha mãe jamais admitiu termos que fazer juntos uma terapia por se julgar acima da média e assim, finalmente, acabaram as tentativas de me curar. Depois disso tudo eu decidi sair de casa definitivamente (Lessa, 2014, p. 48).

Mais uma vez, é possível perceber, na narrativa, a presença dos saberes da psicologia ao encontro das taxonomias criadas pelas perspectivas da patologização e a procura pela “cura”, como se existisse de fato, uma patologia. Mas essas narrativas convivem com outras que estão abortando a lógica da patologização para gestar outros modos de olhar para as próprias re-existências. A respeito, Falchi (2018, p. 21) manifesta:

Tudo aquilo que se passa, que eu passo, que pessoas *trans* passam e vivem e experienciam acaba por estar contido na explicação molecular e microfascista de definição do gênero a partir de cromossomos que julgam serem capazes de diferenciar conduta e comportamento, mas que permanecem nos padrões socioeconômicos políticos de binaridade da dita existência humana. Ser um *monstro*, ser um *anormal*, não ser reconhecido nos parâmetros da normalidade, vai deixando de ser tão ruim assim quando percebo que aceitar essa categorização só me faz ser mais um que não estará nada satisfeito com o (cis)tema produtor de mantenedor de protótipos clínico-fascistas.

Na manifestação do autor, encontramos pistas potentes para identificar a construção normativa do gênero que pretende homogeneizar e padronizar os modos de existir no mundo. Assim como a possibilidade de criar um *ethos* capaz de uma porosidade para se permear com a sensibilidade da existência que rejeita o consenso produzido em torno das “ciências do comportamento”: “abortamos por aqui estarmos, mas sem precisar aqui permanecer, sem necessitar o mesmo fazer” (Falchi, 2022, não publicado).

Nesse sentido, e como destaca Nancy Fraser (1989), são realizados diversos questionamentos de alcance metodológico e epistemológico aos saberes *psi* que foram fundados em supostos de um olhar disciplinário sobre o comportamento. Então, se o gênero é visto e tratado como um viés, segundo os achados psicológicos sobre determinados sujeitos que fogem da norma, a pretendida objetividade da psicologia como uma ciência, entra em conflitos. E nesse contexto começam a se elaborar diversos questionamentos a respeito do

papel, posição e função da psicologia social, o que gestou um processo de instalação de múltiplas versões da psicologia que ampliaram possibilidades de abordagens metodológicas.

Segundo Sandra Harding (1994), as críticas em relação aos vieses sexistas e androcêntricos do tratamento da psicologia no que diz respeito a gênero e sexualidade, consideram incompleto o método científico, mas não se questiona ainda a lógica própria do processo investigativo, com suas explicações científicas que continuam afirmando diferenças atribuídas a fatores biológicos e essencialistas.

Estudos da psicologia do desenvolvimento e da influência social, abordam processos de socialização a partir de papéis sociais em consonância com um marco cultural que distingue homens e mulheres para adquirir uma identidade e, dessa forma, o gênero se concebe como uma unidade individual e estável que definiria essencialmente a uma pessoa. As perspectivas psicossociais não questionaram o processo de diferenciação sexual e, pelo contrário, o justificariam através de diferentes ângulos. Lígia Amâncio (1998), distingue que os estudos sobre as diferenças sexuais só produziram resultados contraditórios e assujeitados a permanentes críticas teóricas e metodológicas pelo fato de pretender perpetuar o uso de metodologias positivistas que significaria, também, uma sustentação dos valores de objetividade e neutralidade.

Desse modo, o fazer ciência desde esta perspectiva, manteria intocáveis esses valores dominantes da cultura científica tradicional que continua caindo nas armadilhas colocadas pelos dualismos como “sexo versus gênero e semelhança versus diferença. É necessário, por isso, um projecto psicológico feminista que rejeite o dualismo. O conhecimento científico necessita ser compreendido como poder social, não como leis universais ou parcelas de afirmação de verdade” (Nogueira, 2001, p. 19).

Ainda temos muito para debater em relação a gênero e sexualidade desde perspectivas alheias à lógica de patologização de identidades que não se correspondem com a norma sexo-gênero da cis-hetero-normatividade. Retomamos, então, o questionamento sobre até que ponto a Psicologia contribui ainda para a patologização dos gêneros e das sexualidades que se

organizam em divergência às normas de gênero e à heterocisnormatividade. Ainda mais, como o aborto é uma questão que corresponde ao âmbito das sexualidades, a psicologia, como produtora de conhecimentos e saberes, é uma área privilegiada para suscitar reflexões e acompanhar processos relacionados à prática.

### ***Prática abortiva: tensionamentos, demandas e desafios para a Psicologia***

Aqui, mais do que responder questões, temos como intuito nutrir este debate em torno do aborto na psicologia e envivecer reflexões de profissionais da área que têm se debruçado sobre o tema. Então começaremos por tentar nos situar em relação ao que entendemos como “prática abortiva”.

Aos efeitos desta tese, “prática abortiva” se constitui como uma expressão que vincula a interrupção de uma gestação (aborto), com a vida sexual e não reprodutiva das pessoas. Consideramos que pensar e sentir o aborto como parte da vida cotidiana das pessoas, a torna possível e experienciável. O que faz com que o aborto seja mais uma das questões no que tange à vida sexual e (não) reprodutiva. O aborto faz parte de um repertório de práticas realizáveis, exequíveis, executáveis, factíveis, quando uma gestação está em curso. Esse é um dos motivos pelo qual pensar o aborto para além das mulheres cis e heterossexuais, possibilita fugir da redução e afirmar a prática para torná-la multidão.

Segundo a perspectiva de Wittig (1992) a economia heterossexual implica um sistema de exploração em que as mulheres são submetidas à obrigação absoluta de reproduzir a espécie como se fosse uma função própria e “natural” que se sustentaria por meio do contrato matrimonial e hetero-cis-centrado. Assim, “tirar o aborto do armário”<sup>23</sup> tem a ver com botar em cena as práticas abortivas que são possíveis para as identidades não heteronormativas como às das lésbicas, por exemplo. Ainda com Wittig (1992), que assinala que as lésbicas rejeitam afirmativamente ser enquadradas na categoria “mulher”, podemos pensar que é possível abortar

---

<sup>23</sup> Aqui no referimos à formulação que faz Eve Kosofsky Sedgwick (2007) em relação o “armário” como um dispositivo de regulação da vida que atribui (e distribui) regimes de visibilidade, produzindo hegemonia de valores (Mines, et. al., 2013).

a heteronorma e afirmar os modos de viver que desafiam a heterossexualidade, a partir da prática do aborto.

A narrativa de Audre Lorde (2009) em sua “biomitografia”, na qual relata sua experiência de gravidez e aborto aos dezessete anos, relata a solidão e as condições pelas quais teve que atravessar para acessar a uma prática de aborto. Na narrativa dela comparecem sensações e sentimentos que se misturam no seu relato, em relação a um aborto caseiro e por técnica de aspiração: “El dolor fue agudo pero breve. La sonda se enrollaba dentro de mí como una cruel benefactora, presta a rasgar el delicado tejido y a enjuagar mis angustias con sangre” (Lorde, 2009, p. 182).

Afirmar a prática abortiva, significa compreender o aborto como alteridade, e portanto, singular. A experiência narrada por Audre Lourde (2009) em relação ao seu próprio aborto, e com a imagem de “uma sonda benefactora e cruel ao mesmo tempo”, traz elementos para pensar os eventos não reprodutivos nas suas singularidades e especificidades. Para ela, “aquella acción era una especie de transición de la seguridad a la autoconservación. Era una elección entre dos sufrimientos. En eso era al fin y al cabo en lo que consistía vivir. Me agarré a aquella idea y procuré sentirme únicamente orgullosa” (Lourde, 2009, p. 184). Desse modo, o aborto nas suas singularidades, na maioria das vezes, é uma escolha entre outras dores, para se preservar, como um ato de cuidado e de afirmação. Identificamos nessa “escolha” uma necessidade de olhar para as possibilidades de fugas, tanto seja à heterossexualidade como norma, quando ao cissexismo que envolvem aos eventos (não) reprodutivos. Na sua biomitografia, Lourde (2009) traz uma passagem na que conta para uma amiga sobre sua gravidez e esta a questiona sobre sua sexualidade. Para a amiga dela, foi difícil imaginar uma lésbica gestando e precisando abortar.

Com a narrativa da autora afroamericana, é possível abrir fissuras nos regimes mais endurecidos que tratam deste assunto, em relação a gênero e sexualidades de quem pratica o aborto. Assim, se a lésbica é para Wittig (1992) uma “escrava fugitiva”, que escapa da sua classe ao quebrar o contrato heterossexual e o mandato de (re)produzir a espécie, o aborto

introduz um sentido de disputa, colocando em cena o questionamento da heterossexualidade compulsória como regime político e a assunção da maternidade como correlato e destino incontornável.

Assim, problematizar os processos essencializadores das lógicas da identidade e da heterossexualidade, visa também desnaturalizar os argumentos que estão facilmente disponíveis, para poder reinventá-los:

Fuimos construyendo nuestros argumentos con nuestras propias ideas y lecturas: recuperamos el concepto de closet de Sedgwick, una política de la irreverencia y el orgullo inspirada en la potencia tortillera de flores, el sano preferir no intervenir quirúrgicamente presente en Cabral, la desestigmatización de la autoadministración de hormonas que sugiere Preciado, la sabia desconfianza de los colonialismos de Anzaldúa, Butler y Lorde, las descripciones del estado paralelo de Segato y el estado proxeneta de Sonia Sánchez (...). Por eso ejercemos nuestro derecho al conocimiento sobre cómo abortar en forma más segura sin distinción de clase, raza, sexo, orientación sexual, género, etnia, edad, capacidades físicas o mentales o nacionalidad (Mines, *et. al.*, 2013, p. 141-142).

Portanto, se bem nos referimos à prática abortiva como a ação material de induzir e iniciar um processo de expulsão de um produto gestacional, o que orienta a utilização dessa expressão, tem a ver com uma afirmatividade em torno do induzir, do fazer acontecer. Nesse sentido, utilizamos a expressão “prática abortiva” como um modo de afirmar que o aborto é uma das práticas possíveis, logo constatada uma gestação. Desse modo, na vida sexual e (não) reprodutiva das pessoas, pode acontecer um processo de gestação levado à prática de parto ou um processo de gestação levada à prática de aborto.

Previsto no Código de Ética Profissional, a Psicologia brasileira tem o compromisso de exercer uma atuação capaz de realizar uma análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural, também, nos mais diversos campos em que a questão da sexualidade e reprodução possam se apresentar (CFP, Resolução n.10, 2005). Nesse sentido, se apresentam algumas questões para a psicologia em termos de contribuir para criar outros repertórios que se afastem da produção de traumas, dores e sofrimentos. Isto para possibilitar uma aproximação à amplificação de modos de existência a partir da escuta em relação à produção de desejos e narrativas aborteiras e trans-aborteiras.

No que diz respeito a orientações e normativas vigentes, a psicologia conta com uma

diretriz que determina que a categoria profissional deve se manifestar e promover ações que visem a despenalização e a legalização do aborto no Brasil. Também defende o acolhimento e escuta para pessoas em situação de aborto (CPF, 2012). Note-se que os posicionamentos do Conselho Federal de Psicologia, são dirigidos às mulheres como únicos sujeitos nomeados em condição de gestantes e abortantes.

É habitual o discurso de que a prática do aborto é um fator relacionado ao desencadeamento de problemas de saúde mental. Há uma tendência em atribuir, à experiência do abortamento em si, consequências para a saúde. Mas, ainda que tenha se vinculado a prática abortiva com situações traumáticas e adoecimento (Zanello & Porto, 2019), é possível perceber que não é a prática abortiva em si, senão determinados modos de pensar o aborto, os que produzem sofrimento e morte. É o caso da produção de criminalidade em torno de uma prática não reprodutiva, como é a abortiva. Em torno dela, frequentemente encontramos atores e instituições, que se atribuem autoridade para prescrever formas de viver, julgando e desqualificando esta prática.

Quando criminalizado, vigiado e punido, o aborto é uma ação que congrega elementos que coloca situações de precariedade para quem o pratica e à sua comunidade. Nesse sentido, o que produz adoecimento, sofrimento e morte, é o processo de criminalização junto com as normativas vigentes e proibicionistas que impedem afirmar determinadas práticas. Segundo Leila Adesse e Mário Monteiro (2016), é fundamental incorporar as dimensões sociais e culturais na produção de saúde ou adoecimento, já que as normas e estereótipos de gênero se configuram como produtores de estigmas, posições de inferioridade, sentimentos tais como culpa e vergonha.

Nesse sentido, a escritora capixaba Alessandra Pin Ferraz (2019, p. 60), diz: “Há um lugar muito próximo entre o que acontece com a mulher que considera fazer um aborto e com a mulher trans em transição: o Estado regular nossos corpos”. Essa proximidade entre os processos de adoecimento das pessoas trans e as pessoas que atravessam uma prática abortiva em contextos de proibições, insegurança e criminalização, nos permite estabelecer alguns



pontos em comum para analisar quais modos de abordagem operam quando nos dispomos a falar sobre aborto. A seguinte narrativa nos provoca nesse sentido:

Antes de chegar à cirurgia de redesignação sexual, fui obrigada a passar por normas e protocolos que regulamentam a minha decisão de não querer ter aquele corpo e de adequá-lo à minha realidade psíquica. Quatro anos de psicoterapia, equipe multidisciplinar, tratamento hormonal, cirurgia estética e construção da neovagina e neovulva. Além de uma equipe judiciária decidindo se eu podia ou não mudar meu nome e meu sexo nos documentos. Em resumo, outras pessoas estavam decidindo o meu destino e o que era melhor pra minha vida. Se alguma delas decidisse, seja por qual motivo for, não autorizar a minha transição, eu simplesmente teria dois caminhos: arcar com as consequências psicológicas e psiquiátricas desta imposição - na época o suicídio era uma possibilidade pra mim; ou seguir ilegalmente os trâmites para atingir os meus objetivos – como fiz com o tratamento hormonal, inicialmente. É aí que a armadilha nos pega pelo pé e nos faz vítimas das circunstâncias. Pessoas que não tem nada a ver conosco e com as nossas demandas tomando decisões por nós e decidindo tutelar nossas escolhas. A troca de quê?! Com certeza de muitas mortes. Por isso os índices alarmantes de assassinatos de mulheres e pessoas trans no Brasil batem recordes no mundo inteiro. Por isso a dificuldade de fazer um aborto ainda que enquadrado pela Lei. Por isso a dificuldade de fazer uma cirurgia de adequação genital/corporal, ainda que prevista como procedimento pelo SUS. Por isso a dificuldade de ser mulher, cis ou trans, num país tão machista (Ferraz, 2019, p. 61).

A prática abortiva é experimentada na singularidade de cada pessoa, sobretudo considerando os marcadores sociais na conformação de tal prática, como classe, raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, diversidades funcionais, região geopolítica. Se nos propomos possibilitar uma escuta ativa que recupere um regime de sensibilidade múltipla e polifônica, outras realidades sobre o aborto se farão presentes, e não só nos itinerários abortivos das pessoas trans. Se afirmamos o aborto como prática e o entendemos como alteridade, se gestam possibilidades de pensá-lo fugindo das capturas da lógica da reprodução heterocisnormativa.

Em consideração às afirmações de que o aborto autodeterminado e induzido produz traumas e adoecimento psíquico, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) assinala a impossibilidade de estabelecimento de relação entre a prática abortiva em si e a saúde mental. De acordo com a avaliação do grupo de trabalho sobre saúde mental e aborto da Associação Americana de Psicologia (APA, 2009), fazer um aborto não aumenta o risco de depressão, ansiedade ou transtorno de estresse pós-traumático. Não há suporte empírico que demonstre que as mulheres que interrompem voluntariamente a gravidez apresentam maior risco à saúde mental do que aquelas que decidem continuar com ela. É o que estabelecem os autores de um

artigo publicado na última edição do ano de 2009 da *American Psychologist*, revista oficial da APA, intitulado *Abortion and mental health. Avaliando a evidência* (Aborto e saúde mental. Avaliando a evidência), após ter realizado uma revisão crítica da evidência empírica disponível em estudos publicados em inglês entre 1989 e 2008.

O grupo de investigação indicou que o risco relativo de problemas de saúde mental após uma prática abortiva no primeiro trimestre da gestação, não é maior para a saúde mental do que levar uma gravidez até o fim. Assim, as condições mais graves de sofrimento mental podem estar vinculadas às condições de criminalidade em que se realiza a prática (Villela *et. al.*, 2012). Os sentimentos negativos podem estar associados com a criminalização do aborto, assim como com a perspectiva adotada pelas pesquisas tratam o aborto sob uma leitura individualista e patologizante, desconsiderando os aspectos sociais e políticos da prática e o fato de que a própria experiência da maternidade também pode gerar sofrimento (Romio *et. al.*, 2015). Portanto, é possível afirmar que a “síndrome traumática do abortamento” é mais mito do que realidade (Faúndes & Barzelatto, 2004; Pedroso, 2012).

Se bem não existe relação unicausal entre aborto e saúde mental, o aborto que não é contemplado pela lei no Brasil, ainda se pratica na clandestinidade. Isto nos leva a ter que conversar sobre os impactos que a produção de criminalidade gera na saúde mental, porque o processo de criminalização em torno do aborto, traz consequências que se configuram como um fator de risco para as subjetividades e a saúde integral das pessoas que o praticam. A produção de criminalidade em torno do aborto, além do impacto simbólico, esculpe a constituição de nossos desejos e a maneira como nos enxergamos ou autopercebemos. Então, toda vez que aparece a relação entre o aborto e a culpa, o sofrimento, o mal-estar, tem que ser lida em relação à sua criminalização.

Embora se reconheça a importância das pesquisas a nível nacional que contabilizam as práticas abortivas para interpelar às políticas públicas com geração de informes que fornecem estatísticas, não ignoramos o fato de que a magnitude do aborto está condicionada pela subnotificação por ser considerada um crime no Brasil e, ao mesmo tempo, por supor que as

únicas que abortam são as mulheres cis. Isto é, não contabilizam as práticas abortivas dos homens trans, pessoas transmasculinas, corpos não binários, pessoas trans que foram assignadas com um feminino ao nascer, entre outras possibilidades de existência. Nessas contabilizações, se afirma a “categoria “mulheres” circunscritas em normas binárias e heteronormativas para os gêneros. (...) e assim, a gestação como realidade possível aos corpos binarizados em seus gêneros e postos em relação de complementariedade por uma heterossexualidade compulsória” (Barone, *et al.*, 2021, p. 177-178).

Qual o papel da Psicologia a respeito das questões que perpassam a prática abortiva? Reconhecida como uma profissão da escuta, precisamos nos debruçar sobre a produção de subjetividades<sup>24</sup> que envolve a criminalização do aborto, sobretudo no que tange às experiências reprodutivas e não reprodutivas em um contexto heterocisnormativo. Como assinalado pelos estudos trans (Radi & Pérez, 2018), se faz preciso uma psicologia que ouça as narrativas das experiências de corpos que foram sistematicamente utilizados para erguer as bases epistêmicas que fundamentam a disciplina.

Aqui se faz preciso dizer com Han (2017) que a escuta tem uma dimensão política, portanto, se constitui como uma ação, uma atividade que requer de uma participação que liga e faz a mediação, de uma disponibilidade para resgatar a capacidade de ouvir e atender às diferentes linguagens e saberes na existência dos outros. No dizer de Cristina Ribas (2020) a escuta destes signos pode produzir outras expressões para entender as nossas constituições subjetivas. Ouvir e atentar para as estéticas do aborto que turbilhonam os signos já produzidos em torno à prática, é crucial para entender as experiências singulares de

mulheres indígenas, negras, ciganas, transexuais, lésbicas, adotantes, idosas, jovens, amarelas, mulheres lidas como inumanas, bestiais, ladras, aberrações, invertidas, desafortunadas, incapazes, promíscuas, doentes; precisamos escutar os homens trans, as pessoas não binárias, pessoas que podem escrever, a partir de suas tessituras complexas, um novo corpo teórico da Psicologia brasileira, um corpo teórico que conceba a reprodução não como um destino, mas como o fenômeno multifacetado e socialmente

---

<sup>24</sup> Com produção de subjetividades, nos referimos à “criação de modos de existência, o que Nietzsche chamava a invenção de novas possibilidades de vida, e cuja origem ele já encontrava nos gregos. Nietzsche via nessa invenção a última dimensão da vontade de potência, o querer-artista” (Deleuze, 1992, p. 146).

trespassado por questões econômicas, sociais, familiares, subjetivas, históricas e políticas (Gonzaga, 2019 p. 199).

A psicologia, como uma área de conhecimento em constante negociação e renegociação de saberes e posições, tem a oportunidade de se deter na escuta ativa e sensível das narrativas trans-aborteiras. Contudo, corresponde às ciências “psi” no lugar de uma análise do desejo, pensar, como assinala Foucault (1982), que o sexo é uma invenção histórica e que os sujeitos “desejantes”, podem fazer diversos usos dos corpos e dos prazeres. Porque pode ser, inclusive, que investindo em prazeres, surja um novo modo de desejar ou de pensar o prazer e o desejo, e com isso surjam novos tipos de subjetividade. Outros modos de nos constituir como sujeitos que contemple a possibilidade de criar outras imagens em relação às nossas práticas sexuais e relacionais e outros modos de sentir e pensar sobre o aborto. O que permitiria construir uma permeabilidade para o que outras narrativas têm a dizer.

Por exemplo, as narrativas que insistem em afirmar que não necessariamente abortos ilegais são inseguros, senão que é o absurdo processo de criminalização que é produzido sobre ele, o que cria cenários de dor e morte. Assim como quando insistem em nos dizer que não necessariamente o aborto só atravessa às mulheres, porque assim também se criam cenários de exclusão. Pensar o aborto como alteridade, possibilita a expansão de vidas e de modos de falar sobre esse evento não reprodutivo, por meio de narrativas que se colocam em práticas e enunciados trans-aborteiros.

As políticas de proibição que são criadas para tentar impedir o aborto, carecem de sentido no momento em que o compreendemos como uma prática. Portanto, criminalizar tal prática não reprodutiva só faz sentido se o que se pretende afirmar é produção de sofrimento, marginalização, precariedade e vulnerabilidade, que impede a expansão de vidas e de mundos. As narrativas-trans-aborteiras vão abrindo outros caminhos, fazendo fracassar as lógicas da dor e do sofrimento, para dar passagem à afirmação de vida e de mundos, a partir da prática do aborto. As práticas abortivas seguras, cuidadas e autogestionárias, dizem outras coisas para a psicologia na qual nos formamos. As narrativas-trans-aborteiras nos provocam para pensar que a produção de legalidades e ilegalidades produzem novos modos de restrição e exclusão.

Porque para exigir qualquer processo de legalização, precisamos antes falar em violências institucionais e repensar que tipo de saúde pode-se proporcionar nas instituições nas quais se realizam os procedimentos abortivos. Particularmente os abortos pensados para pessoas trans.

O exercício da escuta se torna fundamental para poder demandar e constituir políticas públicas assertivas de abordagem sobre o aborto. Assim como nos espaços onde o debate faz circular a palavra e disputa os sentidos atribuídos a este:

La emergencia de lo trans (cuerpo y política) empezaba a interpelar las viejas identidades (hombre/mujer) que están en la base de la lucha feminista clásica, permitiendo la aparición de nuevas preguntas: ¿cuáles son lxs sujetxs políticxs del feminismo? ¿Quiénes tienen voz y voto en las definiciones de las estrategias? Las lesbianas ¿podían hablar de aborto? ¿Y las y los trans? En estas disputas, el feminismo y las lesbianas institucionales entendían que no se buscaba simplemente agregar un “tercer sexo”, por el contrario, el cuestionamiento incisivo se dirigía al corazón de la política feminista, desbaratando al sujeto que hasta aquí había sido entre predominante y exclusivo: mujer, blanca, heterosexual, profesional o en vías de serlo (Mines, *et. al.*, 2013, p. 139).

Um questionamento incisivo que tem o potencial de desarticular os sentidos heterocisnormativos em torno da rática abortiva e de outros eventos (não) reprodutivos. Além de questionar o sujeito político inteligível neste debate e eliminar algumas categorias excludentes, se colocam desafios para elaborar estratégias que amplifiquem as possibilidades de alianças.

Na seção seguinte apresentamos uma revisão sistemática de literatura científica para acessar a conhecimentos atualizados sobre gravidez e aborto de homens trans, para depois nos introduzir em uma análise crítica sobre o conceito de “inclusão” contido no “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas”, versão adaptada por Blas Radi e Marina Elichiry (2021)<sup>25</sup>. Manual compreendido aqui não só como guia de práticas orientativas para os serviços de aborto, senão, enquanto narrativa que desarticula os sentidos cis

---

<sup>25</sup> Importa dizer, ainda antes de proceder à revisão citada, que o “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi e Elichiry, 2021) é uma produção resultante de uma tradução e adaptação da obra *TRANS-INCLUSIVE ABORTION SERVICES: A manual for providers on operationalizing trans-inclusive policies and practices in an abortion setting*, da autoria canadense de A.J. Lowik, uma pessoa trans não binária. A versão em espanhol do documento inclui uma seção com recursos específicos sobre aborto e pessoas trans e uma lista de organizações que fornecem serviços de aborto para pessoas trans. Foi trabalhada a partir das considerações de especialistas trans de diferentes partes de Argentina que, junto a profissionais de saúde, organizações que facilitam o aborto, e pessoas trans que passaram pela prática abortiva, somaram perspectivas e conhecimentos situados para ancorar o conteúdo do texto ao território e suas peculiaridades (Radi e Elichiry, 2021).

heteronormativos produzidos em torno desta prática.

## GESTAR E ABORTAR PARA OS HOMENS TRANS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

*O que importa aqui é demonstrar que nós pessoas trans estamos tomando de assalto o saber científico sobre os nossos corpos e, ainda, estamos produzindo novas teorias, a partir das nossas vivências*

*Dodi leal, 2018*

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma revisão da literatura sobre os processos de gravidez e aborto de homens trans<sup>26</sup>, cujos textos foram resultado de um levantamento em algumas bases de dados como *PsycINFO*, *Scielo* e *Google Acadêmico*. A busca se realizou em torno de termos padronizados como *pregnancy*, *trans men*, *transgender*, *transexual*, *abortion*, gravidez, aborto, homens trans, transgênero, transexual. Consequentemente, foram selecionadas publicações que consideravam aspectos psicológicos ou sociais sobre o tema, sendo possível observar uma diversidade de abordagens que vão desde estudos ligados à saúde, em áreas como medicina e enfermagem, até alguns estudos mais próximos das ciências humanas e ciências sociais. Assim, percebe-se que faltam pesquisas sobre aborto e homens trans e que a maioria das referências são dos últimos dez anos.

Os resultados desta revisão da literatura científica permitem acessar conhecimentos atualizados sobre termos como gravidez, aborto, *abortion*, homens trans, transgêneros, transexuais, referentes às vivências das pessoas trans, no que se refere ao seu caráter gestante e, principalmente, os que abordam as práticas de aborto de homens trans. Para tanto, considera-se relevante para a situação da América Latina e do Caribe conhecer as pesquisas mais recentes sobre políticas de aborto para pessoas trans.

Ressalta-se que as referências são recentes, a maioria dos últimos dez anos. No entanto, e como um problema cuja resposta se busca neste estudo, considera-se necessário e urgente, inclusive na agenda dos movimentos sociais, diminuir as lacunas nas pesquisas sobre homens

---

<sup>26</sup> Tal revisão de literatura é uma atualização de um artigo publicado em espanhol para a revista colombiana *Controvérsia*. Consultar Barone, M. A. (2020). *Gestar y abortar para los hombres trans: una revisión de literatura científica*. *REVISTA CONTROVERSIA*, (215), 43-73.

trans e aborto, para contribuir com o processo de intelegibilidade das experiências das pessoas trans, na sua condição de gestantes e, portanto, passíveis de abortar.

A produção científica sobre experiências vivenciadas por homens trans, em relação às publicações sobre experiências de gravidez e aborto de mulheres cis, é altamente preocupante.

Como destaca Blas Radi (2018b, Mito n.º 10):

hay que reconocer que todos los informes y estadísticas existentes sobre esta materia reflejan una desproporción elocuente: la relación entre mujeres cis y hombres trans relevados es de 100 a 0. Por supuesto, cuando interrogamos acerca de los procedimientos para determinar estas cifras, los cálculos realizados y los datos brutos, encontramos que se trata de investigaciones que sólo se aplican a mujeres cis, entendiendo que son los únicos sujetos de embarazo, aborto, subrogación de vientres, etc. En esos casos, la inexistencia de hombres trans no es un resultado de la investigación sino una premisa. En este escenario, es necesario considerar que probablemente esa mayoría absoluta no sea más que una proyección sobre la realidad de limitaciones que pertenecen a los instrumentos de análisis (Radi, 2018a, s/p.).

As limitações às que o autor se refere, estão ligadas aos instrumentos analíticos com os quais se efetuam as abordagens sobre os tópicos correspondentes aos eventos (não) reprodutivos. Porque, mesmo que existam ferramentas analíticas para o registro destas experiências para os homens trans, vários desafios precisam ser considerados antes de produzir as estatísticas. Por exemplo, as situações que jogam a estes sujeitos na condição de precariedade (Butler, 2016). Em contextos hostis, é improvável que pessoas trans estejam dispostas a se identificar publicamente como tal, nem no espaço de poder que configura um consultório médico, nem, e muito menos, na possibilidade de declarar um aborto (Radi, 2018a).

“Varones trans”, “homens transexuais”, “trans homén”, “homens trans”, “*ftm*” (*female-to-male*, usados na literatura médica) são variações nas formas de se referir às experiências da transexualidade masculina. Nesta revisão, e para evitar o uso de múltiplas expressões, utilizamos o termo “homem trans” como um critério possível de nomeação, sendo mais uma categoria prática “de reconocimiento que de categorías rígidas para el análisis científico o de taxonomías que surgen exclusivamente de las instituciones de poder que patologizan, definen y clasifican la diferencia” (Becerra, 2009, p. 121). Ou seja, o ato de adotar a expressão “homem trans” segue o único propósito de organizar este trabalho e, como apresenta Guilherme Almeida



(2012), mostrar apenas alguns matizes da complexa “aquarela das masculinidades” que caracteriza estes sujeitos. Particularmente, aqueles que de diversas formas, se opõem à produção de feminilidade que se impôs a eles desde antes do nascimento.

### ***Caráter gestante dos homens trans: algumas experiências***

Para uma abordagem do caráter gestante de homens trans, selecionam-se algumas pesquisas que investigam sobre essas experiências. No geral, vários autores, incluindo Ryan (2009), Riggs (2013), Von Doussa, *et. al.*, (2015) observaram entre os homens trans, uma nova forma de perceber a condição de parentalidade ou paternidade, indicando a possibilidade da gravidez ser vista de forma separada de uma identidade ligada ao feminino, indicando relações complexas entre a possibilidade de gestar, parir e estabelecer filiação com a progênie, e a questão normativa de gênero.

Alexis Hoffkling, *et. al.* (2017) apresentam os resultados de um estudo qualitativo sobre as experiências de homens trans em relação à gravidez e estabelecem algumas recomendações para profissionais da área da saúde. Este estudo teve como objetivo compreender as necessidades de homens trans que engravidaram e passaram por uma prática de parto. Para isso, entrevistaram dez homens trans que tiveram uma experiência de parto identificando-se como homens e realizaram uma análise dos temas centrais para a compreensão dessas experiências.

Neste estudo, os participantes relataram diversas experiências e valores em questões como priorização e prosseguimento da transição em detrimento da reprodução; acesso a apoios sociais; desejo de afirmação e visibilidade da sua identidade de gênero e/ou a sua gravidez, entre outras. Sobre este aspecto, a escolha sobre ser reconhecido como homem grávido, desenrolou complexidades para os participantes. A maioria deles descreveu o emprego de uma mistura de estratégias para navegar no grau de visibilidade, variando de acordo com o cenário, com quem estavam e o tempo durante a gravidez.

O estudo de Hoffkling, *et.al.* (2017) conclui que é fundamental tirar aos homens trans da dimensão do ininteligível, porque no mundo há pessoas que precisam de cuidados obstétricos e não são mulheres. Assim como o reconhecimento da ampla diversidade nas experiências e circunstâncias de homens que estão grávidos e vivenciam um parto. Este estudo representa uma ilustração da diversidade de experiências para familiarizar e orientar os leitores, particularmente aos profissionais da saúde, sobre quais questões devem ser consideradas em relação a usuários de saúde transgêneros. Sobretudo, em relação ao reconhecimento das diferentes vivências para promover um cuidado centrado no sujeito, desde os períodos pré-transição, pré-concepção, pré-natal e pós-parto. O estudo explicita que não investigou-se as experiências de homens trans que escolheram nunca engravidar, aqueles que desejavam engravidar, mas não eram capazes, ou aqueles que conceberam, mas cujas gestações foram interrompidas por aborto espontâneo ou induzido.

O caráter gestante dos homens trans e as experiências acerca da gravidez e o desejo de reprodução foi investigada na Austrália (Charter, *et. al.*, 2018). Participaram 25 homens trans, com idades entre 25 e 46 anos, que passaram por uma gravidez. A partir de análise temática, a parentalidade foi inicialmente descrita como alienante e complexa, mas a transição permitiu que os participantes negociassem e construíssem sua própria identidade parental. Concluiu-se que as alterações relacionadas à retirada de testosterona e alterações no corpo, principalmente referentes a alterações no peito, foram vivenciadas como uma preocupação. Exclusão, isolamento e solidão foram os sentimentos predominantes dos homens trans durante a vivência da gravidez. Principalmente nas significativas dificuldades na interação com os profissionais do sistema de saúde, que não os apoiavam.

Light, *et. al.* (2014) investigaram a experiência na gravidez de 41 homens trans. Os participantes costumavam usar palavras como “pai” ou “pai gestacional” para afirmar sua identidade de gênero. Antes da gravidez, 61% usavam testosterona e 88% dos óbitos provieram dos próprios participantes. Metade dos participantes recebeu atendimento pré-natal e 78% tiveram parto em um hospital.

Outro estudo explorou as experiências de gravidez e os fatores de saúde relacionados a pessoas trans de entre 14 e 25 anos de idade, com 923 participantes (Veale, *et. al.*, 2016). Destas, 26 pessoas (5%) relataram uma experiência de gravidez no passado. Em resposta a uma pergunta sobre identidade de gênero, quase metade (48%) relatou se identificar como homem, 36% da amostra se identificou como homem trans, 8% como mulher, 12% como mulher trans. Esses achados sugerem que o envolvimento na gravidez é uma questão que não deve ser marginalizada pelos profissionais de saúde, sobretudo em relação às especificidades que apresentam em torno dos eventos sexuais e (não) reprodutivos.

Ellis, *et. al.*, (2015) relatam experiências de concepção, gravidez e parto de homens trans ou “pais gestacionais masculinos”. A solidão foi o tema abrangente que permeou as experiências, interações sociais e respostas emocionais dos participantes durante o período gestacional. Nesse contexto de solidão, os participantes descreveram complexos processos internos e externos de identidade, incluindo lutas internas e interação com o mundo externo. O período da pré-concepção foi identificado como o momento de maior sofrimento dos participantes e menor envolvimento com os cuidados de saúde. A solidão foi um tema ao longo dos períodos pré-concepção, pré-natal e pós-parto. As respostas às mudanças físicas da gravidez foram variadas, algumas bem-vindas e outras não. Os pontos de tensão encontrados com o sistema de saúde incluíam desconforto e medo no relacionamento com os profissionais, comunicar-se com a equipe, receber atendimento hospitalar em áreas onde se espera que a inteligibilidade seja atribuída só enquanto lidos como “mulheres”.

J. Lowik (2021) fala desde sua vivência com a clínica de abortos na qual trabalhou no Canadá e narra, na sua tese, como essa experiência lhe levou a se perguntar sobre a tensão que sentiu ao trabalhar todos os dias como uma “não-mulher” em um espaço desenhado só para “mulheres”. Assim, a sua pesquisa começou a considerar questões maiores sobre o próprio local de trabalho em relação a como uma pessoa grávida que se identifica diferente de uma “mulher” vivencia o cuidado em um espaço como esse. Através de entrevistas e depoimentos, a pesquisa permitiu expor as maneiras pelas quais a cisnormatividade, a heteronormatividade, a

“repronormatividade” e a “transnormatividade” operam dentro da assistência médica, com sua “paisagem cis-hetero-reprotransnormativa” (Lowik, 2021).

O trabalho de A. J. Lowik (2021), se concentrou nos atravessamentos e implicações entre as identidades de gênero e a vida (não) reprodutiva das pessoas trans e como é para as pessoas trans discutir toda e qualquer faceta dessa vida (não) reprodutiva com profissionais de saúde. Como resultados, os participantes da pesquisa relataram inúmeros casos de desinformação e apagamento institucional em sua busca por cuidados de saúde (não) reprodutiva e descreveram práticas inadequadas dos serviços provedores. Suas experiências demonstraram para Lowik (2021), que “as necessidades das pessoas trans eram entendidas como excepcionais e as barreiras que encontravam eram percebidas como tão raras que levavam apenas à acomodação individual, em vez de mudanças políticas amplas e abrangentes” (p. 153, tradução livre).

### ***Homens trans-gestantes: aspectos sociais e midiáticos***

Outro grupo de publicações sobre gravidez de homens trans está relacionado mais aos aspectos sociais e midiáticos. Apesar de não ser o foco do presente trabalho, algumas dessas publicações podem ser relacionadas. Quando o assunto é “homem grávido”, questões sociais e midiáticas se misturam com opiniões e vivências. João Nery (2011, p. 136) descreve em um dos capítulos de sua autobiografia um encontro que teve com seus amigos: “Eu estava mais interessado em conhecer a opinião deles sobre a última bomba em relação aos trans: os homens grávidos”. Seguidamente ele descreve as diferentes opiniões suscitadas naquele encontro: “continuo achando o homem grávido uma aberração” (p. 323); “não consigo imaginar um homem dando à luz! É tão intimamente associado à maternidade! [...] acho o máximo da feminilidade” (p. 318); “Quando li a notícia primeiro impacto foi de surpresa e achei o cara muito corajoso. Jamais engravidaria mas fiquei feliz em saber que os trans jovens estão assumindo seus desejos ousando mais na desconstrução do gênero [...]” (p.318).

Uma década depois dessas reflexões, em ocasião da apresentação do manual de abortos trans-inclusivos na Argentina, ouvimos a narrativa de Liam Boggan (2021, 1min. 44seg.): “soy

uma masculinidade de 50 años (...) soy binário, soy una masculinidad trans y jamás pensé em gestar (...). Hoy celebro este tremendo avance que los pibes trans nos traen, porque antes era impensable”. Observamos nestas expressões, concepções de gestação muito ligadas aos mecanismos essencializantes dos eventos reprodutivos. Os aspectos socio-culturais relacionados à menstruação, gestação, filiação e parentalidade, ainda não superam a produção de pressupostos biologizantes, que os continuam ligando ao âmbito do feminino.

Com o intuito de dessencializar esses elementos, Karaian (2013) e Riggs (2018) por exemplo, sugerem uma nova concepção da gravidez nos dispositivos de regulamentação e as leis, para garantir que não sejam vulnerados os aspectos (não) reprodutivos das pessoas trans, destacando que gestação e aborto, assim como a menstruação, não deveriam ser atreladas só à categoria “mulher cis”.

Acerca dos aspectos ligados a movimentos sociais relacionados à gravidez de homens trans, identificamos o estudo de Motmans (2011), que se refere ao impacto do movimento trans belga na comunidade trans e na construção de uma plataforma independente que utilizam para compartilhamento de saberes e experiências, o que, por sua vez, oportuniza a produção de conhecimento em primeira pessoa. Na Espanha, os movimentos sociais produzem políticas em torno do desenvolvimento na agenda cultural, social e política da população trans (Platero, 2011). Nesse contexto, são discutidos os eventos (não) reprodutivos como: reprodução assistida, métodos contraceptivos, prática abortiva e legislação sobre o aborto, entre outras.

Uma outra dimensão que vem sendo analisada pela literatura sobre este tema, refere-se à exposição da gravidez de homens trans na mídia, em diversos canais de comunicação. Verlinden (2012) ao tratar de corpos transgêneros e gravidez masculina, faz referência a diversos eventos midiáticos que chamaram a atenção para o tema desde os anos 1990. Currah (2008) também se refere ao impacto do “homem grávido” na mídia, em especial o caso de Thomas Beatie, um homem trans que havia passado por uma cirurgia de transexualização e estava em terapia hormonal, mas havia parado de tomar testosterona antes de engravidar. O estudo relata como foi recebida a notícia veiculada pela mídia, com reações ambivalentes que foram desde

comemoração, curiosidade e descrença, passando pela indiferença, e indo até a repulsa e o aborrecimento.

Navarro (2017) pesquisou sobre a presença na mídia das histórias de alguns homens trans que tomaram a decisão de interromper temporariamente seus tratamentos hormonais para conseguir engravidar. Optaram por fazer público o processo de gestação, concedendo entrevistas e permitindo a divulgação de imagens de seus corpos grávidos pela mídia, gerando múltiplas formas de crítica. Baseadas em estruturas normativas de gênero, receberam ampla cobertura na imprensa e em programas de televisão, fóruns na *Internet* e outras mídias.

Referências mais recentes retomam a questão da divulgação midiática da gravidez de homens trans. Andal (2019) examinou as selfies de homens trans grávidos e sua crescente visibilidade pública e como essa gravidez enfrenta o discurso da moral e patologização da saúde reprodutiva. O autor argumenta que a exibição visual desses corpos não é uma forma de alteridade ou reconhecimento, mas sim uma suspensão da moralização e patologização das identidades trans. A gravidez transexual tem o caráter de interromper o imagético atrelado a esta. Homens trans podem engravidar na medida em que não realizaram a histerectomia, ou não estão hormonizados, por exemplo.

### ***O Atendimento à saúde gestacional do homem trans***

Os estudos sobre atendimento à saúde do homem trans, especialmente em questões ligadas à gestação e ao aborto, são encontrados geralmente na área de saúde, particularmente em medicina e ginecologia. Em alguns casos, há o reconhecimento de uma precariedade no conhecimento desta população do ponto de vista das ciências da saúde. Wanta e Unger (2017), por exemplo, partindo de uma revisão da literatura sobre a saúde de transgêneros na base *Medline*, buscam identificar a situação da prática médica em relação a essa população e as necessidades de orientação futura, no contexto estadunidense. Segundo os autores, os profissionais médicos têm ficado para trás na pesquisa acadêmica com transgêneros, resultando em lacunas de conhecimento para lidar com os cuidados desses pacientes. Pesquisaram todos os artigos disponíveis no *Medline*

até junho de 2016. Identificaram 2.405 artigos publicados de janeiro de 1950 a junho de 2016, com foco na saúde de pessoas trans, principalmente em cirurgia, saúde mental e endocrinologia. Segundo os autores, ainda há lacunas significativas de conhecimento nas subespecialidades o que aponta à necessidade de ampliar o conhecimento para melhorar o atendimento das pessoas trans, sobretudo, nas em torno de questões como gravidez.

As limitações ou dificuldades não se restringem ao campo da investigação ou do conhecimento disponível. A prática do atendimento médico também gera dificuldades, especialmente nos casos de gestação de homens trans. Berger, *et. al* (2015), apontam algumas barreiras no atendimento à saúde destes. Por exemplo, citam uma dificuldade inicial básica de registrar o início de um atendimento a um homem trans que se apresenta para o pré-natal. Mesmo com uma gravidez desejada e planejada, se apresenta uma primeira barreira no atendimento, relacionada ao preenchimento do prontuário eletrônico que, previamente, designa e documenta a gestação com o nome de registro, e não o nome social em masculino. Este é um exemplo dos desafios sistêmicos enfrentados pelos homens trans na busca por cuidados de saúde, especialmente em obstetrícia. Os autores apontam para a literatura restrita em medicina e enfermagem descrevendo as experiências no contato com o sistema de saúde e o atendimento de homens trans grávidos.

Em outro artigo sobre cuidados ginecológicos ao homem trans, Dutton *et. al.* (2008) reiteram que os homens trans são uma população vulnerável cujas necessidades de cuidados de saúde são difíceis de identificar devido à pesquisa limitada. Investigaram seis homens transgêneros, em vários graus de transição social e médica, tendo identificado quatro temas principais: 1) a importância do atendimento ginecológico; 2) seios causaram o maior conflito de identidade de gênero; 3) homens trans se esforçam para revelar sua identidade de gênero aos prestadores de cuidados de saúde; e 4) os formulários de admissão em saúde, bem como o uso de pronome pela equipe médica, constituíam barreiras ao atendimento médico.

Obedin-Maliver e Makadon (2016) destacam a dificuldade no atendimento em saúde em torno da gravidez trans nos Estados Unidos. Segundo os autores, muitos homens trans decidem

gestar. Os autores relatam a necessidade de cuidados em diferentes fases, com aconselhamento pré-concepção, com discussão sobre a interrupção da testosterona ao tentar conceber e durante a gravidez. As considerações pós-parto incluem a discussão de opções para a amamentação e como e quando reiniciar a testosterona.

Shires e Jaffee (2015) apontam fatores associados às experiências de discriminação em cuidados de saúde nos Estados Unidos. Relatam experiências de assédio, violência e discriminação em vários contextos, inclusive de cuidados de saúde. No geral, 41,8% dos participantes relataram assédio verbal, agressão física ou negação de igualdade de tratamento no consultório ou hospital.

Rocon *et. al.* (2020) realizaram uma revisão integrativa da literatura sobre acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira, empregando as bases de dados *Medline*, *LILACS* e *SciELO*. Por meio do mapeamento da produção científica sobre o acesso à saúde pela população transexual depois do ano 2008 (ano no qual foi criado o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde), constataram inúmeros desafios ao acesso da população trans no Sistema Único de Saúde: discriminação, patologização da transexualidade, falta de qualificação dos profissionais, escassez financiamento de políticas destinadas ao combate à discriminação, bem como a ausência da garantia de serviços específicos para as pessoas trans e travestis brasileiras (Rocon *et. al.*, 2020).

Ainda mais localmente, um outro estudo apontou as dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde da região metropolitana da Grande Vitória/ES (Rocon *et al.*, 2016). Como principais limitações no acesso ao sistema de saúde, a pesquisa assinalou o desrespeito ao nome social, a discriminação e o diagnóstico no processo transexualizador, destacando o papel do sistema heteronormativo e do binarismo de gênero que produz a marginalização das pessoas trans. O estudo concluiu que “a saúde trans requer um sistema de saúde universal, integral e equânime” que ofereça, “de forma articulada e contínua”, serviços de saúde que considerem as questões próprias do atendimento para pessoas trans (Rocon *et. al.*, 2016, p. 2524). Particularmente, quando um homem trans tenta acessar serviços ginecológicos,



como um exame de rotina, enfrenta barreiras significativas que, muitas vezes, o fazem desistir dos atendimentos (Dargie *et. al.*, 2014).

Ao respeito do contato com o sistema de saúde, particularmente em relação ao acesso ao aborto para pessoas trans, o pesquisador Ángel Mendoza (2021, p. 24) explicita: “La primera barrera que se identifica es la desconfianza al sistema de salud, lo que hace que muchas personas no vayan al médico, sino que se expongan a procedimientos inseguros o terminen con paternidades forzadas”. Déficit de confiança que está motivado por múltiplos elementos que afasta às pessoas trans destes serviços, como assinala Ale Mujica Rodriguez (2021, p. 45):

(...) junto com os possíveis marcadores sociais que possam perpassar esses corpos-identidades, as experiências de discriminação e violência são diferenciadas para cada uma. No caso de nós, pessoas trans, entre as violências mais frequentemente vivenciadas e que nos afasta dos serviços de saúde está o não respeito pelo nome social e pronomes de preferência (...) Desta forma, habitar estes espaços causa um certo receio, mas quando se está acompanhado por outras pessoas trans no espaço, o respirar se torna mais leve.

Nesse contexto, quando pensada para a população trans, os estudos e pesquisas que problematizam o acesso e o atendimento à saúde sexual e (não) reprodutiva, se dá em torno da heterocisnormatividade. Radi (2020b) afirma que reprodução e composição de parentalidades parecem noções impensáveis quando se trata de sujeitos constituídos pela ideia de abjeção, o leva a uma situação de “esterilidade simbólica” da população trans.

Nesse sentido, um tema que reúne várias publicações e ocupa um lugar de destaque refere-se ao desejo reprodutivo e a possibilidade de manutenção da fertilidade entre os homens trans. Segundo Johnson e Finlayson (2016), estes enfrentam tratamentos médicos que podem afetar o potencial de fertilidade. Alguns estudos recentes têm apontado o desejo pela manutenção da fertilidade e experiências de gravidez de homens trans. Neste sentido, segundo Light *et. al.*, (2017) os adolescentes trans entre 14 e 18 anos estão engravidando em taxas semelhantes às das mulheres cis. Para os autores, compreendendo melhor as práticas sexuais e os desejos de fertilidade entre adolescentes trans, os profissionais de saúde podem atender melhor às suas necessidades reprodutivas.

Mitu (2016) aponta que os procedimentos de transição podem causar esterilidade temporária ou permanente, mas muitas pessoas trans estão agora usando tecnologias de preservação de fertilidade. São elas as que agenciam seus modos de acessar aos eventos reprodutivos, como assim os não reprodutivos. T'Sjoen *et. al.* (2013) fizeram uma revisão sobre o desenvolvimento de novas técnicas de medicina reprodutiva criando oportunidades para preservar a fertilidade, uma vez que o desejo de procriação está presente em muitas pessoas trans. Os autores discutem as possibilidades de gestação para homens trans, concluindo que a manutenção da fertilidade é possível, mas exige a interrupção do uso de hormônios.

Em relação aos efeitos que essas transformações corporais podem ter, especificamente nas terapias hormonais, 28% das pessoas pesquisadas consideram que o uso de hormônios pode causar infertilidade, 35% consideram que não têm efeito sobre a saúde e 38% não sabem se o uso de hormônios pode causar infertilidade. Em relação à gestação, 70% das pessoas pesquisadas responderam que poderiam gestar. De acordo com a idade, o grupo entre 18 e 24 anos apresenta um percentual maior (74%) do que o grupo acima de 24 anos (63%). Estes dados foram produzidos pela pesquisa desenvolvida pela Asociación Profamilia & ATAC (2021), a partir das narrativas e experiências das pessoas trans e não binárias da Colômbia.

A questão da fertilidade está ligada ao desejo reprodutivo do homem trans. Segundo Wierckx *et. al.* (2011), a terapia hormonal e a cirurgia transsexualizadora, levam a uma perda irreversível do potencial reprodutivo. Contudo, tecnologias atuais e futuras podem criar a possibilidade de homens trans gestar e parir sem dificuldades. Nas palavras de Blas Radi (2018a, s/p.):

En rigor, algunos hombres trans desean tener hijxs y otros no. Como en cualquier grupo humano, ¿no? Una generalización tan burda debería caer por su propio peso. Sin embargo, es interesante prestarle atención, para analizar cómo funcionan los estereotipos normativos vinculados con el género y la reproducción. Estos estereotipos permean la cultura y su funcionamiento cotidiano constituye las condiciones de posibilidad de los cuerpos generizados. (...) Muchas mujeres cis son estériles y no diríamos por eso que ninguna puede procrear. ¿Qué habilita la inducción cuando se trata de hombres trans? Tal vez sea el flagelo de la esterilización forzada. Es un buen punto. La renuncia a las capacidades reproductivas ha sido y es condición de acceso al reconocimiento legal de la identidad de género de las personas trans en muchos países. En algunos casos, la

esterilización forzada es uno de los requisitos establecidos por la ley o los tribunales, aunque no es exigida abiertamente (Radi, 2018a, Mito n.º 2).

Apesar das imposições institucionais ainda vigentes em muitos países onde é o Estado que restringe certas formas de viver a sexualidade e a procriação, uma multiplicidade de experiências são colocadas como possíveis no caráter gestante das pessoas trans. Isso traz consigo uma série de aspectos que envolvem dimensões biopsicossociais, exigindo orientações específicas para cada situação. No dizer de Ale Mujica Rodriguez (2021, p. 56), “é preciso transviar a saúde”, no sentido de trans-formar as práticas de cuidado à saúde para a população trans.

As brasileiras Mônica Angonese e Mara Coelho de Souza Lago (2017), por meio de uma pesquisa de inspiração etnográfica e análise de documentos brasileiros de saúde e direitos humanos, avaliam o atendimento à saúde reprodutiva e colocam em análise o aborto, prática a que homens trans também podem ser sujeitos. Elas concluem que se tem uma produção incessante de heterocisnormatividade nos eventos (não) reprodutivos que levam a uma “esterilidade simbólica” da população trans.

Um estudo desenvolvido por Rachel K. Jones *et al.* (2020), teve como objetivo estimar o número de indivíduos transgêneros e não-binários de gênero que fizeram abortos nos Estados Unidos e até que ponto as instalações de aborto oferecem serviços de saúde específicos para transgêneros. As pesquisadoras coletaram dados de todas as unidades de saúde conhecidas que forneceram abortos em 2017 e pela primeira vez, o questionário incluiu itens sobre usuários de serviços de aborto para pessoas trans e não binárias. O estudo sugeriu a necessidade de atendimento de qualidade onde seja possível o reconhecimento e a afirmação de gênero, já que os resultados lançaram uma estimativa de 462 a 530 pessoas trans e não binárias obtiveram abortos no ano 2017, e que só o 23% das clínicas oferecem atendimento específico para esta população.

Janiak, *et al.* (2021) desenvolveram um estudo em Estados Unidos, objetivando descrever a variedade de identidades de gênero entre pacientes de aborto. Concluíram que quem acessa aos serviços de aborto, têm uma variedade de identidades de gênero, e que, portanto, os fornecedores

de serviços de aborto deverão promover a qualidade do atendimento garantindo que seus nomes sociais sejam reconhecidos e que os formulários e ambientes clínicos sejam inclusivos de gênero, em vez de se concentrarem só na saúde da mulher. Na mesma direção, o estudo de Heidi Moseson *et. al.* (2021) se dedicou a preencher as lacunas de evidências existentes sobre as experiências e preferências de aborto de pessoas trans e não binárias nos Estados Unidos para informar políticas e práticas para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento ao aborto para essa população. A partir de uma investigação com coleta de dados *online*, analisaram descritivamente as respostas da pesquisa relacionadas ao histórico de gravidez, experiências de aborto, preferências pelo método de aborto, recomendações para melhorar o atendimento ao aborto para pessoas trans e não binárias. Concluíram que estas pessoas fazem abortos, e muitas preferem o aborto medicamentoso ao aborto cirúrgico porque a medicação é vista como menos invasiva, oferece maior privacidade e não requer anestesia. O estudo também apontou que os provedores de aborto podem melhorar o atendimento às pessoas trans adotando formulários de admissão neutros em termos de gênero e linguagem inclusiva.

Laura Fix *et. al.* (2020), através de entrevistas em profundidade, coletou diferentes perspectivas sobre barreiras e facilitadores para contracepção e aborto para pessoas trans e não binárias designadas ao sexo feminino ao nascer. Avaliaram o conhecimento e as atitudes sobre prevenção de gravidez indesejada e identificaram recomendações para melhorar os serviços de saúde sexual e (não) reprodutiva nessas populações. As pessoas relataram uma série de barreiras ao acesso à contracepção e ao aborto, incluindo dificuldade de pagar os serviços, falta de médicos que reconheçam a afirmação de gênero, dificuldade em obter cobertura pelo plano de saúde e equívocos sobre fertilidade e risco de gravidez não planejada. Os impedimentos para a procura de cuidados incluíram ambientes de discriminação. As partes interessadas descreveram as lacunas de conhecimento dos serviços de saúde e uma falta percebida de educação médica relevante para as necessidades de saúde sexual e reprodutiva. As recomendações incluíam o uso de linguagem inclusiva de gênero e materiais de educação para melhoria do treinamento dos serviços provedores de saúde.

Natalie Ingraham e Lena Hann (2022) pesquisaram em relação a gestão do estigma na intersecção da atenção ao aborto e atenção a transgêneros em clínicas de planejamento familiar. Concluíram que os provedores de serviços de saúde destinados aos cuidados de planejamento familiar, são capazes de explorar os discursos dominantes relacionados à prestação de cuidados de saúde para pessoas trans. No entanto, a hesitação dos provedores em compartilhar seu trabalho de assistência ao aborto permanece. Isso pode levar ao esgotamento ou mesmo à dissonância interna quando um paciente trans precisa de um aborto. Este estudo destaca a necessidade de mais pesquisas sobre a intersecção de cuidados de saúde trans e atendimento ao aborto.

### ***Abortos trans e uma aquarela de possibilidades***

Para os corpos sexuados e desejantes, existe uma aquarela infinita de possibilidades. Do exercício da sexualidade e por meio de práticas do prazer dos corpos, por meio de um intercâmbio de matéria e fluidos pode resultar uma fecundação. Mas nem todo corpo praticante da sexualidade vai aceitar os mandatos da reprodução. Nem todos os sujeitos sexuados são reprodutivos: há pessoas que não estão em idade reprodutiva, algumas pessoas nunca vão conseguir se reproduzir, outras nunca vão querer se reproduzir, e muitas vivem suas vidas sem se reproduzir. Então, dada a grande multiplicidade de posições corporais em relação a esse mandato cultural de se reproduzir, pode-se dizer que é necessário ou eticamente obrigatório conceber o corpo sexuado fora dos termos da reprodução. Afinal, a reprodução sexual é apenas **uma** forma de organizar e compreender a sexualidade, questiona Judith Butler (2015). É por isso que o aborto é também é considerado uma possibilidade de expansão da vida em tanto prática (não) reprodutiva, também, para os homens trans. De acordo com Blas Radi (2018a, Mito n.º 6), “los hombres trans sí pueden embarazar se! Muchos lo hacen y algunos de ellos abortan”.

Como destacado na literatura, a possibilidade de gestar e, portanto, de abortar, não é uma experiência vivenciada exclusivamente por mulheres cis. Um estudo exploratório que combinou técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, realizado pela *Asociación Profamilia* e a *Alianza Trans Abortera de Colombia* (2021), pesquisou o acesso ao aborto seguro para homens pessoas

trans e não binárias na Colômbia. O objetivo foi identificar, a partir de suas próprias narrativas e respostas, as experiências, necessidades e expectativas de pessoas trans e não binárias sobre os serviços de aborto na Colômbia. Destacaram que o aborto em homens trans e pessoas não-binária, é uma realidade pouco visível e um tema ignorado:

El binarismo y el cissexismo —la creencia de que sólo existen dos cuerpos posibles (macho y hembra) y que a cada uno corresponde un género exclusivo (masculino o femenino)— supone el desconocimiento de las necesidades específicas de las personas con identidades de género no hegemónicas. En el campo de la salud, esto se ha manifestado en la patologización y la exclusión de las personas trans y no binarias. Por ejemplo, hasta hace poco tiempo (2018) la transexualidad se encontraba como un trastorno mental en la Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE) (Asociación Profamilia & ATAC, 2021, p. 9).

Os dados e histórias apresentados por esse estudo permitem uma abordagem inédita do assunto na Colômbia e destaca a necessidade urgente de eliminar o preconceito, a discriminação e a violência que produzem barreiras de acesso e afetam a saúde ao longo da vida de pessoas trans e não binárias. A pesquisa foi respondida por 141 pessoas: 47 delas (33%) se reconheceram como homens trans e 94 (66%) como pessoas não binárias. A maioria dos que participaram da pesquisa eram pessoas com menos de 25 anos, tanto homens trans (62%), quanto pessoas não binárias (58%). Os resultados referentes ao conhecimento e percepções sobre o aborto, arrojaram que a maioria das pessoas pesquisadas (68%) não conhece locais que ofereçam serviços de aborto seguro. No entanto, a maioria (79%) procuraria um local de qualidade se precisasse desse serviço. Entre os motivos para não acessar a um serviço de aborto seguro, estão o estigma, barreiras administrativas e burocracia excessiva, falta de capacitação e conscientização dos funcionários e não reconhecimento da identidade de gênero. Do total de pessoas que necessitaram de serviços de aborto, 44% consideram que sua identidade de gênero foi uma barreira para o acesso ao aborto.

Este estudo exploratório que permite abordar o acesso aborto em pessoas trans e não binárias, concluiu que a imposição binária cis-sexista tem consequências negativas e profundas na vida das pessoas que decidem transgredir essas normas, gera práticas de abandono e ruptura de afetos e cuidados que se traduz em barreiras no acesso aos serviços de saúde e, principalmente, aos serviços de saúde sexual, reprodutiva e, particularmente ao aborto.

Nessa direção, e para continuar na abordagem dos abortos trans e a sua aquarela de possibilidades, a partir de agora mergulhamos no “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi e Elichiry, 2021). Esta é uma produção resultante de uma tradução e adaptação da obra *TRANS-INCLUSIVE ABORTION SERVICES: A manual for providers on operationalizing trans-inclusive policies and practices in an abortion setting*, da autoria canadense de A. J. Lowik, uma pessoa trans não binária. A versão em espanhol do documento inclui uma seção com recursos específicos sobre aborto para pessoas trans, junto com uma listagem de organizações que fornecem serviços de aborto especializados para pessoas trans. Foi trabalhada a partir das considerações de especialistas trans de diferentes partes da Argentina que somaram perspectivas e conhecimentos situados para ancorar o conteúdo do texto ao território e suas peculiaridades (Radi e Elichiry, 2021).

Em nossa sociedade, os aspectos relacionados à reprodução são envolvidos por uma série de imagéticos a respeito dos corpos e do gênero, mas também em relação ao que pode um corpo. Blas Radi (2018a) assinala que se produz uma mitologia política que se internaliza nas instituições, sobretudo, na articulação da medicina e da justiça, que têm um robusto compromisso com a diferença sexual e o binarismo de gênero. Mesmo assistindo aos avanços das inovações tecnológicas que desafiam nossas crenças em relação à mecanismos de reprodução humana, esta segue sendo exclusividade das pessoas cis. Assim, neste “entramado cultural, las personas trans\* y la capacidad de reproducirse se presentan como elementos mutuamente excluyentes” (Radi, 2019c, p. 133).

O acesso aos serviços de aborto para mulheres cis já não é feita de forma consistente, quem dirá uma incorporação afirmativa das necessidades particulares e específicas de pessoas trans que necessitam acessar a um aborto. O Manual chama a nossa atenção em relação aos pressupostos sexistas e cissexistas associados ao acesso à prática do aborto que ficam evidentes na utilização de linguagens ainda em vigor na maioria das iniciativas legais, estaduais e sociais relacionadas à regulamentação do aborto. É problemática a presunção de que os sujeitos dessas práticas são mulheres cis, já que rege um sistema simbólico que inclui cartazes com imagens e

mensagens dirigidas às (bio) mulheres-mães (Radi e Elichiry, 2021).

Além do acesso à atenção à saúde, se destacam aspectos relacionados ao estigma e ao preconceito no ato da atenção, assim como a presunção de que as pessoas trans não necessitam acesso à informação e aos serviços relacionados com a contracepção e com o aborto. Uma dificuldade inicial aparece no ato do registro de atendimento para pessoas trans que se apresentam para um diagnóstico pré-natal, porque esse sujeito e os prestadores do serviço estarão na frente de um prontuário ou formulário eletrônico que designa, de modo binário e pré definido, uma configuração feminina para documentar a gravidez (Berger *et al.*, 2015). Este é apenas um exemplo de como funciona, sistematicamente, uma lógica binária e cissexista para pessoas trans que buscam assistência:

Es muy incómodo estar allí rodeado de mujeres que te miran y no entienden cómo es posible que un hombre vaya a ginecología (...) toda la consulta se basa en una entrevista donde el profesional pone el foco no en entender a quién tiene al frente para mejorar la atención, sino que la mayoría de las veces es para terminar la consulta diciendo: “No estoy capacitado para atenderte”, “mi religión no me permite atender a personas como vos”, “primero tengo que derivarte a salud mental” (Máscolo, 2018, párrs. 9 y 10).

Barreiras como as descritas, produzidas ainda sob um olhar patologizante das pessoas trans no âmbito da saúde, dialogam com a necessidade e a urgência que os saberes trans têm nos assinalado. Nas palavras de Maria Léo Araruna (2017, p. 9): “temos pressa e o ímpeto de romper com as concepções feitas sobre nós a partir de um olhar cisgênero que coloniza nossas subjetividades”.

Nesse sentido, e em relação à formação de profissionais, Pablo Rocon (2021) problematiza se, de fato, pode se constituir um argumento sólido a insuficiência formativa. Em relação aos processos formativos de profissionais da saúde, e os modos nos que estes são configurados pelas prescrições moralizantes, o autor argumenta que há uma construção de uma “formação normalizadora”, que orienta os modos de se colocar ao trabalho (Rocon, 2021). Nessa direção, o autor propõe um aprendizado com os “signos trans”, que são aqueles que produzem incômodo, que se fugam das anormalidades, que provocam o deslocamento e nos deixa desconfortáveis, os signos que possibilitam a emergência da “arte do fazer trans”.



Vinculado com um modo de fazer orientado pelo encontro que “supõe experimentar-se com tais signos, uma experimentação transtopoiética com a produção de um corpo com novos contornos, capaz de suportar a diferença que pede passagem” (Rocon, 2021, p. 160).

Seguindo as pistas que o autor nos deixa sobre o aprendizado com os signos trans, trazemos para análise o “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas” (Radi e Elichiry, 2021), que se constitui como mais um dispositivo capaz de transformar os processos formativos da área da saúde (e não somente). Nele, se afirma um conhecimento que é produzido pelos saberes e práticas que não só ultrapassam, senão que borram as fronteiras das normas de gênero, produzindo signos, em histórias e narrativas para serem lidas. Signos e saberes produzidos pelas “existências transgressoras... que nos permitam transcender as possibilidades e simplesmente Ser: pluri... multi... inter... trans diverso... Viva! Sem amarras, enquadramentos, definições, segregações, em nossas complexidades e singularidades (Carvalho, 2017, p. 12-13).

Os processos de gestação e as práticas abortivas, são dificilmente atribuídos às pessoas trans. As experiências dos corpos que gestam, ficam grávidos, parem, abortam, mas não se encaixam na categoria “mulher”, são predominantemente abjetas. São processos e práticas que dificilmente são pensadas como possíveis para as pessoas trans. “La combinación de estos regímenes semánticos (el que hace de las personas trans\* sujetos irreproducibles y el que hace del embarazo la identidad femenina) tiene como resultado que un hombre embarazado sea un oxímoron” (Radi, 2019c, p. 133-134). Um oximoro é uma figura de linguagem que coloca lado a lado palavras de significados opostos, criando um paradoxo que reforça o significado contrário das palavras combinadas, portanto, um “homen grávido” se constitui em um oximoro quando um conjunto de significados regem à gravidez, relacionada às mulheres cis e ao feminino para elas construído. O homen grávido não tem possibilidades de existência nos eventos reprodutivos lidos sob esses regímenes semânticos consolidados na nossa sociedade, mas pela via dos signos trans, será possível fazer emergir acontecimentos que escapam a esses regímenes de sentidos e colocam outros em reinvenção, como possibilidade (Rocon, 2021),

tirando o halo de mistério e anormalidade em torno desses eventos.

Decerto, e aos efeitos da nossa pesquisa, consideramos o Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos, uma narrativa-trans-aborteira composta por outros signos e com potencialidade de desafiar os limites do binarismo de gênero na abordagem da prática abortiva.

Nesta narrativa,

La expresión “trans” la utilizamos como hiperónimo para hacer referencia a todas las personas que se identifican con un género distinto al asignado al nacer. Algunas de esas personas se identifican efectivamente como “trans” y otras no, y se identifican como mujeres, como varones, o como personas no binaries. Esto significa, que “trans” es género (concepto operativo que funciona como paraguas) y especie (identidad de género de algunos sujetos que tienen lugar bajo dicho paraguas) (Radi & Elichiry, 2021, p. iv).

Como já apontaram os estudos trans, existem várias formas de subjetivação e construções de gênero na transexualidade e, a partir dessa multiplicidade, pensamos no entremeado de práticas sexuais dissimiles, múltiplas e singulares que escapam a qualquer caracterização e nas quais a identidade parece perder relevos de importância. Mauro Cabral (2011) faz referência a uma rejeição compartilhada da diferença sexual como matriz necessária de subjetivação e a um conjunto de discursos, práticas, categorias identitárias e, em geral, formas de vida reunidas sob sua designação por aquilo que têm em comum: uma concepção ao mesmo tempo materialista e contingente do corpo, identidade, auto expressão, gênero e sexualidade.

Na narrativa que o Manual nos apresenta, é possível *desaquendar* saberes sobre gêneros e sexualidades que desestruturam essa construção em torno da cisnormatividade. Achamos de extrema importância destacar que na narrativa do Manual, se explicita uma série obstáculos e desafios relacionados à escassez de referências locais em relação ao aborto das pessoas trans. Por um lado, se nomeia a conhecida produção de criminalidade em torno da prática abortiva. Por outro lado, se menciona a resistência que diversos movimentos feministas opuseram à consideração de pessoas trans como sujeitos de aborto (Radi & Elichiry, 2021).

Gestar, “**ainda** é possibilidade de apenas uma parte da população” (Zanello, 2015, p.

102, destaque nosso), já que é um processo entendido como aquele pelo qual um corpo é capaz de engendrar, conceber e desenvolver um outro organismo vivo dentro de si. Ou seja, gestar outro ser humano a partir de inúmeros processos biotecnológicos. A partir daí, pelo menos, emergem duas possibilidades dessa natureza grávida: a prática do parto, quando o ciclo gestacional se completa em todas as suas etapas, ou a prática do aborto, quando a gravidez é interrompida por motivos diversos. Infinitas são as possibilidades de um corpo ficar grávido, mas isto não parece ser tão óbvio: Qual é o imagético produzido, quando de um corpo grávido, se fala?

A narrativa do Manual de Abortos Trans-inclusivos atenta para essa questão, nos interpelando para pensar quais associações são feitas com os eventos (não) reprodutivos. Gestação, parto, aborto, contracepção, entre outros, têm sido assuntos generificados e atribuídos às mulheres cis. Mas, se o aborto é uma questão só das mulheres cis, quem perde com isso?

Globalmente, esta labor reproductiva es realizada en gran parte por mujeres cis pobres, racializadas, y se halla devaluada. No pedimos que se ignore esta realidad. Más bien, desafiamos a quienes lean este manual a expandir su entendimiento de las experiencias reproductivas para incluir a las personas trans y a reconocer que la mayoría de las intervenciones y servicios de salud sexual y reproductiva que son necesarios para las mujeres cis, también lo son para las personas trans (Radi & Elichiry, 2021, p. 1).

No debate sobre o aborto comparecem as misturas e as coalições. Pode-se perceber que a grande maioria dos estudos e pesquisas sobre aborto, continuam sendo produzidos sobre o eixo da cisheteronormatividade (Angonese, 2017; Radi, 2018b; 2018a;2019c;2020b; Asociación Profamilia & ATAC, 2021; Barone, 2020), como se os únicos sujeitos passíveis de gestar e abortar, fossem as mulheres cis. Não obstante, outros modos de pensar e de sentir em relação à prática abortiva, se fazem ouvir. Nas palavras de Tomás Máscolo (2017, s/p): “No hay un relevamiento serio sobre personas trans que abortan o personas gestantes. (...) Hay una doble clandestinidad, cuando se trata de identidades distintas a las que impone el clero, de ser varón o mujer”. Nesse sentido, as narrativas-trans-aborteiras assinalam o binarismo que atravessa, também, as possibilidades de uma gestação. As pessoas trans que não anularam a a

possibilidade de gestar a partir de cirurgias ou processos de hormonização, formam parte daquelas que podem ficar grávidas e abortar.

As pessoas trans, ao se colocarem em narrativas sobre aborto, colocam um grande desafio à academia, à agenda dos movimentos sociais e à constituição de políticas públicas. Segundo Blas Radi (2018b), tanto nas políticas públicas, quanto nos movimentos sociais, se mantem às mulheres cis como único sujeito possível de exercício de direitos sexuais e (não) reprodutivos. Nas palavras dele:

el cisexismo alimenta nuestra mirada del mundo y, por otra parte, exhibe los callejones sin salida a los que conducen las políticas de la identidad. El alcance de la categoría “mujeres” no coincide punto por punto con el de “personas que pueden quedar embarazadas”. Y esto se debe no solamente a que existen mujeres que no pueden quedar embarazadas (las mujeres trans, entre ellas) sino a que hay personas que no son mujeres que de hecho se embarazan y abortan -los hombres trans, por ejemplo-. Sin embargo, el mito recurre a una idea de humanidad que supone que todas las personas (dignas de atención, al menos) son cis: es decir, una concepción cisexista de la humanidad (Radi, 2018a, s/p.).

Em direção a esta problematização relacionada aos movimentos sociais e os desafios apresentados a eles quando se trata de questionar o cis sexismo que os atravessa, Mabel Bellucci (2014) assinala que as demarcações entre o ativismo queer e o movimento feminista, estão cheia de porosidades, entrecruzamentos e conexões, que possibilitam o estabelecimento de agendas em comum, particularmente, na que se corresponde ao debate sobre aborto. Incluso na afirmação do aborto no sentido de desobediencia à heterossexualidade compulsória junto com o seu mandato reprodutivo.

Em concordância com isto, buscamos transbordar o debate em torno da prática do aborto considerada como uma questão só das mulheres cis. Nos inscrevemos nessa articulação no intuito de afirmar diversos modos de existência no debate sobre aborto, sem que isso signifique negar outros. Por esse motivo, atualizamos nosso interrogante sobre o sujeito político do aborto para produzir um conhecimento implicado que compreenda quem está envolvido na produção desses marcos epistêmicos, discursos e estratégias e que têm permitido a irrupção de outros sentidos sobre o aborto.

Os saberes trans e os estudos queer, têm desestabilizado os sentidos associados à prática,

que se cristalizaram de diversas maneiras nos movimentos sociais feministas, nas principais discussões na constituição de políticas sexuais contemporâneas e na produção de conhecimento na academia. Ainda pode se perceber que é necessário um trabalho de amplificação e redefinição dos marcos de inteligibilidade do aborto, no terreno das significações e os modos em que se afirmam os corpos e subjetividades em torno à prática.

As práticas abortivas, se olhadas da perspectiva da alteridade e da multiplicidade, são oportunas para a produção de conhecimento, tanto técnico, quanto político e teórico, já que desafia ao sujeito do aborto quando reivindica e amplifica as possibilidades de outros modos de pensar essa prática. É o aborto que a ninguém lhe pertence: “gostei deste lenço que você me trouxe [lenço verde da campanha pelo direito ao aborto seguro, da Argentina] porque em nenhum lugar diz a palavra mulher e não está no feminino”<sup>27</sup> (Trecho do meu diário de bordo, agosto de 2018).

Desta aquarela de possibilidades, nos interessamos pelas narrativas das pessoas trans, a partir da prática de aborto e ali que radica a força da narrativa-trans-aborteira sob os contornos do Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos. Narrativas deste tipo, têm a capacidade de nos lembrar que as práticas sexuais, nas diversas formas de relações sexuais, têm a característica de envolver aspectos materiais, produto do intercambio e de práticas dos corpos, que podem resultar em uma gestação. Isto não depende da orientação sexual e/ou da identidade de gênero. Só é preciso um espermatozóide inseminador e um óvulo para ser fertilizado para que ocorra uma gestação. Mas esse fato não se corresponde com as formas em que têm se criado o repertório que manejam os movimentos sociais que reivindicam o acesso ao aborto. Ao menos com tanta força, quanto a direcionada ao afirmar as experiências das vidas das mulheres cis.

---

<sup>27</sup> O lenço verde (pañuelo verde) é um símbolo criado pela Campaña Nacional pelo Derecho al Aborto Seguro, Legal e Gratuito (Argentina) que demanda “Educação sexual para decidir, conceptivos para não abortar, conceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer.” Inspirado no lenço branco cunhado na luta das Mães e Avós da Praça de Maio, que desde 1977 reivindicam a aparição de filhos, filhas, netos, netas que foram arrancados pelo Estado em meio à ditadura cívico-militar da Argentina. O lenço branco é um signo que vem das fraldas que botam nas cabeças, unificando os gritos de luta e dor.

Não são só as mulheres cisgêneras heteronormadas as que podem vir a necessitar do acesso a uma prática abortiva. Mulheres cis lésbicas podem vir a necessitar acesso a autodeterminação do corpo, por meio de uma prática de aborto. Assim acontece com pessoas com outras identidades de gênero e orientações sexuais. Pessoas intersexuais, pessoas trans, homens trans, pessoas não binárias, e outras identidades, sejam heterossexuais ou não, podem vir a ficar grávidas e, por tanto, precisar um aborto.

### ***Abortos trans-inclusivos ou “os outros da inclusão”? Paradoxos e desafios***

Muito tem se debatido em relação aos critérios de nomeação que fossem capazes de abranger todos os agentes políticos na temática do aborto. Como tentativa, alguns termos foram propostos, tanto nos projetos legislativos, eventos e pesquisas acadêmicas; quanto nas campanhas e movimentos sociais. “Corpos que menstruam”, “corpos que sangram”, “corpos que gestam”, “corpos engravidáveis”, “corpos com capacidade de gestar”, “corpos que podem engravidar”, “corpos que abortam/podem abortar”, ou, ainda, “corpos/pessoas com útero”, entre outras.

Olivia Nichols (2018) destaca que é possível constatar a falta de diálogo com as pessoas que se pretende “incluir” porque esses termos não dão conta de todas as dimensões contidas nessa prática. Acerca disto, diz Ángel Mendoza (2021, p. 29) que as experiências de vida trans não são mencionadas nas disposições legais sobre aborto, motivo pelo qual acha importante o reconhecimento para “existir” em termos jurídicos, mas “que eso se traduzca también en protocolos, guías, recomendaciones clínicas de acompañamiento que no sean solamente desde la sensibilización (...), sino también desde los avances científicos, clínicos y demás que permitan brindar un acompañamiento integral”.

Os estudos trans têm assinalado que não é possível conseguir um direito à participação como agentes políticos no debate sobre aborto só com a utilização de estratégias de linguagem: “el cambio en el vocabulario no fue expresión de un cambio en los criterios de participación política. No obstante, hubo quienes consideraron que la mera incorporación terminológica puso

fin al problema” (Radi, 2018b, p. 3). A utilização de termos neutrais como “pessoas com capacidade gestante” não é equivalente à participação efectiva das pessoas trans nos debates sobre menstruação, gravidez, tecnologias reprodutivas, parentalidade, preservação da fertilidade e aborto. Até porque o termo “capacidade” nos remete à produção de modelos e padrões sociais que edifica as barreiras que potencializam a existência do capacitismo como aquele preconceito que classifica os sujeitos conforme a adequação de seus corpos a um ideal de capacidade funcional. Nestes tópicos ainda rege o binarismo, portanto, a efetiva participação só pode ser garantida quando sejam nomeadas todas as possibilidades de existência na condição de agência política no debate sobre aborto (Nichols, 2018; Radi, 2018b; Doty & Lowik, 2021).

Sobre a questão da participação política, podemos pensá-la desde uma perspectiva filosófica que descarte os diagnósticos guiados por princípios idealizadores do mundo com pretensão de uma sociedade perfeitamente justa, como aponta Macarena Marey (2022); e nos orientar, sobretudo, pela disponibilidade em relação aos nossos fazeres para lidar mais assertivamente com as “injustiças” deste. Posto desse modo, e em práticas desejanter de uma sociedade menos injusta, o principal problema a ser resolvido seriam as práticas de inclusão de outros tipos de agência e atores na forma de conceber a participação política. Desde esse ponto de vista, o objetivo da inclusão na participação seria produzir resultados que afetem as desigualdades estruturais e as transformem. Porém, em concordância com o assinalado por Marey (2022), a mera inclusão política em processos formais de tomada de decisão coletiva não é suficiente para uma transformação semelhante, já que a participação inclusiva nos processos democráticos institucionais é ela mesma problemática: “ella misma genera problemas nuevos que se suman a las desigualdades iniciales, *sobre todo* cuando hay racismo, intolerancia cultural, explotación económica e indiferencia hacia quienes están en necesidad (Marey, 2022, p. 5).

Blas Radi (2021) problematiza a questão da participação política que confia de modo excessivo na integração institucional e estatal, apontando que esta gera inconvenientes subsequentes para as pessoas que se pretende incluir. Nessa direção, o autor assinala que o mais

frequente é observar um mecanismo que opera de forma meramente agregativa, sem apontar para a modificação da dinâmica interna das estruturas desses espaços. Nas palavras dele:

Esto supone una inversión teleológica, porque la inclusión se revela como un fin en sí mismo, algo que le permite cumplir (por lo menos formalmente) con el rol legitimador de la participación, pero que no resulta suficiente para cumplir con su rol instrumental. Máxime teniendo en cuenta que, a menudo, la inclusión se interpreta como signo inequívoco de justicia social, que se proyecta sobre los procedimientos y los resultados y, por lo tanto, no incluye mecanismos de monitoreo y rendición de cuentas (Radi, 2021, p. 78).

Por ese motivo, problematizar os modos em que as práticas inclusivas se efetuam no campo do debate sobre aborto, nos leva a questionar a mesma condução desses processos para uma efetiva participação que amplifique os mecanismos de criação de agendas políticas. Como argumenta Marey (2022), a inclusão política não é um fim em si mesma, é uma condição para a transformação dos termos e do estilo do debate público, que por sua vez é uma condição necessária para uma mudança concreta e significativa em seus resultados.

Com essas provocações, notas do pensamento no meu diário de bordo se fazem novamente presentes:

Acariciaba la barriga de mi gato cuando me llegó la invitación para participar de un encuentro de acompañantes a personas en situación de aborto. Porque necesarias, las redes se mantienen activas aún cuando los dispositivos estatales regulan el acceso al aborto con una Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo. En este encuentro vibraron resonancias en dirección a la otredad y a nuestra dificultad de escucha de las experiencias aborteras que no hablan desde el lugar de “las mujeres”. ¿Estamos dispuestas a escuchar y afirmar una clínica abortera plural y colorida? ¿O el rosa construido para nosotras grita aún más fuerte? (Trecho de diário de bordo, marzo de 2022)

Construir um mundo onde caibam todos os mundos, no sentido de amplificar as possibilidades de agência política em relação ao aborto, nos exige transbordar os limites de uma “inclusão terminológica” e ir em direção à construção narrativa de diversos modos de sentir, pensar e afirmar a vida, a partir desta prática. Porque concordamos com Marey (2022) quando indica a necessidade de se considerar a participação política como uma prática dinamicamente situada em uma rede de relações, e não apenas em uma identidade pré-política fixa, para pensar no caráter instrumental desta participação que se advoga.

Nessa direção, consideramos necessário nos deter em alguns apontamentos em torno do



conceito de inclusão. Se bem não temos pretensão de nos aprofundar acerca deste tema<sup>28</sup>, dispararamos algumas reflexões pelas bordas, problematizando alguns elementos, significantes e significados que pretendem hegemonizar esta noção. Concordamos com Alfredo Veiga Neto (2001, p. 24), quando diz: “Penso que tematizar essas dificuldades pode contribuir para desnaturalizar-las, para desconstruí-las, para mais uma vez mostrar o quanto elas são contingentes, justamente porque advêm de relações que são construídas social e discursivamente”.

Problematização que se relaciona com as formas de lidar com a alteridade, tida como marginalizada e excluída, sob signo das práticas de inclusão. Embora o significante “inclusão” seja articulado com vários significados, alguns deles podem ser problematizados a partir das suas operações. Nos termos de Radi (2017) podemos cair nas armadilhas do uso de técnicas de apagamento por inclusão. Questionamentos que entendem que a noção de inclusão nos remete a um “nós” e a um “eles”, fixando a diferença como negativa ou ameaçadora, como “uma forma de ativar o biopoder e, com isso, potencializar os nexos entre os gestores da burocracia do Estado e os novos experts que surgiram a partir do século XVIII” (Veiga Neto, 2001, p. 22).

Por outro lado, Carlos Skliar (2008) refere-se a esse termo como um daqueles que se instalam no campo das instituições e que, no entanto, não utilizamos no nosso cotidiano nas relações de afeto: o que nos acontece quando ouvimos a palavra de inclusão? É aqui que se faz preciso um exercício no qual os conceitos não podem deixar de ser surpreendidos ou reinventados. Com a noção de inclusão, adquire centralidade a relação entre o ato de nomear e as tensões que seriam características do encontro com a “diferença”, com a alteridade que não se deixa capturar pelas territorializações da docilização, nem pelos signos inclusivos da pacificação e da “diversidade” (Skliar, 2008).

Não ensejamos aqui dizer o que “é” ou “deveria ser” a inclusão, senão esboçar problematizações que se encaminhem em direção a questionar o que fazemos dela, o que vamos

---

<sup>28</sup> Para aprofundar a análise sobre essa problematização, vide Lopes (2009), Veiga-Neto (2008, 2011) e Veiga-Neto e Lopes (2011).

fazer com isso da inclusão das pessoas trans nos serviços de aborto:

tengo la impresión que la pregunta crucial, la pregunta acechante, la pregunta molesta y necesaria a la vez podría ser formulada de la siguiente manera: ¿De quién es entonces el problema de la inclusión? Inmediatamente sobreviene la tentación de responder: “es de todos”. Pero con esa imprecisión generalizadora, la complejidad y la seriedad se diluyen con rapidez (Skliar, 2008, p. 9).

O conceito de inclusão que incorpora o Manual de Abortos Trans-inclusivos, pode ser lido à luz de uma produção narrativa que tenta tensionar a ideia de uma “moralidade” inclusiva e avança em sua complexidade ao não incorporar mais e mais leis, mais e mais textos oficiais, mais e mais fórmulas ou técnicas, mas sim se direcionar à participação política dos sujeitos concretos envolvidos com a prática abortiva. Narrativa que convoca para questionar uma certa impossibilidade de transbordar os limites que operam marcando um “dentro” e um “fora” do debate sobre o aborto.

A inclusão, segundo Gaciela Frigerio e Carlos Skliar (2005), produz diferenças e identidades, por meio da identificação de seus “outros” significativos, o que reforçaria as noções de normalidade e anormalidade e uma certa “obsessão pelo outro”. Nessa perspectiva, a inclusão implica a determinação de um grupo delimitado por fronteiras, que surgem a partir de determinados critérios e marcadores. Segundo Macarena Marey (2022), é um equívoco considerar a afirmação de experiências de pessoas localizadas em grupos sociais estruturalmente diferenciados apenas como uma afirmação de interesses autorreferenciais, porque desse modo se reduzem as expressões a uma determinada “identidade” de grupo. Para Maura Corcini Lopes (2011, p. 7), a inclusão pode se compreender como:

um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar.

Disto, se elabora uma ideia de inclusão como um processo de permanente definição do centro, no qual se encontra o “normal”, um lugar de poder que exclui aqueles que pretende incluir. A incidência dos estudos trans na inclusão das pessoas trans no debate sobre o aborto, é inestimável e indiscutível, mas não podemos afirmar que seja suficiente nem que possa se

sustentar exclusivamente nos e nas profissionais, conhecimentos e práticas das pessoas trans. A mudança nas instituições não depende só de uma transferência (trans)disciplinar (Skliar, 2008). De acordo com Marey (2022) a participação política poderia se afirmar pelas vias de uma assertividade, se fosse considerada (e praticada) como um processo em que grupos sociais diferenciados atendem às situações particulares de outros, se dispendo a alcançar soluções justas para suas dificuldades e conflitos considerando estes parte do coletivo, mas sendo lidos a partir de suas posições situadas.

Decerto, entendemos a necessidade de amplificação dos modos em que efetuamos nossas abordagens à temática do aborto, sobretudo, em relação aos marcos teóricos e referenciais com os quais nos colocamos em análises e debates. A perspectiva dos estudos trans aponta para multiplicação de modos de pensar e sentir o aborto, mais que uma mera inclusão das pessoas trans a este debate: “Los compromisos férreos del feminismo con las políticas de la identidad, sin embargo, hicieron que fuera muy difícil la articulación política entre espacios de mujeres cis y personas trans con capacidad de gestar” (Radi, 2018c).

Por exemplo, um recorrido pela história do movimento pelo aborto legal em Argentina, revela grandes lacunas no diálogo sobre participação política dos homens trans, apesar do alto perfil do movimento da “maré verde” (Nichols, 2018). Em relação a estas tentativas de falar em “abortos trans-inclusivos”, Radi (2019c) analisa as agendas dos movimentos sociais pela legalização do aborto na Argentina, e afirma que se produzem determinados mecanismos de “produção de ausências” que funcionam para manter determinados sujeitos e grupos a uma distância do registro das urgências, recaindo a responsabilidade sobre os próprios sujeitos excluídos. Ainda, o autor aponta para a questão de uma temporalidade, a qual nomeia “o relógio político dos direitos sexuais e reprodutivos”, que contitui o aborto como uma prerrogativa cis, jogando às pessoas trans num deslocamento temporal não contemporâneo. Nas palavras dele:

Esta doble inscripción temporal de las demandas de las personas trans con capacidad de gestar permitió configurar sus experiencias en tiempos otros, tiempos que nunca son “ahora”: o bien un futuro que debemos garantizar, o bien un pasado sabiamente sepultado. El desencuentro de temporalidades marcó (y marca todavía) el pulso de las agendas políticas de los movimientos sociales: mientras que las mujeres (cis) mueren ahora, están

muriendo en este instante, el “todavía no” y el “ya no” propios de la temporalidad transmasculina hacen que el momento de defender sus derechos sexuales y reproductivos nunca sea el presente. (...); se trata más bien de una intervención activa de desplazamiento y exclusión de la propia temporalidad. (...) mediante la cual una disciplina (o un movimiento, en este caso) asigna a un determinado colectivo a “otro tiempo”, arrojándolo por fuera de la propia escala temporal (Radi, 2018c, p. 3-4).

O autor se refere a algumas expressões que comparecem nos movimentos sociais em relação a sociedade “estar pronta” ou “não estar pronta” para efetivizar práticas inclusivas no debate sobre o aborto, reconhecendo as particularidades e especificidades das vivências trans-aborteiras, colocando estas demandas à par na agenda política, assim: “podemos pensar en movimientos sociales que arrojan a las masculinidades trans a otro tiempo, diferente de aquel que corresponde no sólo al movimiento mismo, sino también a sus más acérrimos enemigxs conservadorxs”, questiona Radi (2018c, p. 3).

Estamos de acordo com Carlos Skliar (2008), quando assinala em direção a uma dimensão ética e resgata a ideia de que, mais do que estar prontos, precisamos nos colocar na disponibilidade. Então, mais do que “estar prontas”, em todo caso podemos colocar mais enfaticamente: “estar disponíveis”, através da escuta de experiências de pessoas trans, especialmente no sentido de colocar sob suspeita, a ideia arquetípica baseada na crença do aborto atrelado ao binarismo de gênero, no feminino e à heterocisgeneridade. Olivia Nichols (2018) aponta que fica explícita a necessidade de uma melhor inclusão de homens trans no debate sobre o aborto.

Por lo tanto la pregunta acerca de estar o no capacitado, de estar o no estar preparado para de la inclusión quizá esté mal formulada. Ese interrogante podría no estar ligado a la preparación específica para atender sujetos con determinadas características; quitándoles el excesivo halo de misterio que rodea a algunos grupos (Skliar, 2008, p. 12).

Nesse sentido, operando com análises foucaultianas, Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2011) problematizam o conceito de inclusão como invenção moderna implicada com um projeto de sociedade cada vez mais preocupada em marcar, reconhecer, identificar, controlar, vigiar e governar. Visto deste modo e segundo estas autorias, determinadas operações do conceito de inclusão, são arranjos inventados para colocar em ação a norma, e assim botar em funcionamento processos de classificação, de ordenamento e de hierarquização.

Incluir, segundo determinados critérios que são construídos no interior e a partir de marcadores específicos que homogenizam e definem um modelo *a priori* frente ao qual se constituirá referência: “Como nos ensinaram Georges Canguilhem, Michel Foucault, François Ewald e vários outros, todos — normais e anormais — estão na norma, previstos pela norma, ao abrigo da norma” (Lopes, 2011, p. 159).

Aqui se faz necessária uma outra interrupção veiculada pelo diário de bordo, que traz um relato atravessado por expressões que marcam de modo específico determinados enquadramentos a partir dos quais se produz reconhecimento:

Aún vibro con la experiencia de viajar sola a Niterói en ese barco que parece un colectivo de mar. Presentar mis intenciones de investigación en un evento de la UFF fue un tanto asustador, pero fascinante. “Aborto transgénero” dije en mi portunhol dançante. Una de las preguntas vino de alguien que tiene aproximación con el tema: você já fez sua coleta de dados? Tem uma amostra expressiva de homens trans que abortaram? Percibi que, como investigadora, aún me faltaba mucho por hacer en mi formación. Porque solamente respondi que mi investigación era cualitativa y que trabajaría con narrativas disponibles en la *web*. Pero en ese momento pensé: ¿como haría para acceder a las narrativas de personas que ni son reconocidas como sujetos posibles para una práctica de la cual se habla por medio de la penalización, o, en el mejor de los casos como de salud pública para “las mujeres”? (Trecho do diário de bordo, 14 de setembro de 2018).

No início da pesquisa, na concepção ou fecundação desta, era aquilo o que podia dizer para nomear o que tencionava investigar. Mas ainda gritava forte uma necessidade de marcar, com pretensões implícitas de “incluir”, quem parecia estar “por fora” de um debate que me atravessava desde cedo, subjetivamente e como pesquisadora. Esses modos culturais de regular certas disposições éticas e afetivas, se realiza, nos termos de Judith Butler (2016), por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado para marcar a distinção. Mediante diversas operações de poder, vão se desenvolvendo modos de “apreender uma vida” como “precária”, e por tanto destinatária de práticas de inclusão.

A respeito, Blas Radi e Moira Pérez (2014) apontam aos limites que a inclusão encontra na institucionalidade à que pertence, que se mantém como examinadora legítima de saberes e poderes. Com isto, questionam em relação a quais modos achamos para desacreditar nas instituições, enquanto temos que recorrer a elas. Ou, nos termos de Butler (2016), quando se refere ao Estado: quais deslocamentos são possíveis, quando a condição politicamente induzida

de maximização da precariedade, faz com que seja inevitável recorrer às instituições em busca de proteção? A respeito, Ale Mujica Rodriguez (2021, p. 42), expressa:

Outro dia me perguntaram se realmente a não binariedade era uma identidade ou era mais um estado fluído da identidade. Pode ser as duas coisas, com os seus devidos efeitos. Como eu venho da área da saúde, sei, por exemplo, que se não me incluo ou não me incluem em algumas das identidades binárias pré-fabricadas, ficarei de fora de ser reconhecido como um sujeito-de-direitos e limitará meu acesso, no caso, à saúde. Por outro lado, estamos dentro da captura do paradigma Estado-sociedade identitário e de lutas identitárias. Desta forma, como re-existir se não nos colocamos como uma identidade? É preciso a nomeação para materializar a existência, para que os nossos corpos comecem a importar, ou pelo menos a serem pensados, mesmo não incluídos.

Dessa forma, se bem podemos problematizar os alcances do conceito e das práticas da inclusão, com seus limites na institucionalidade à que se corresponde, também devemos nos atentar aos modos em que nos relacionamos com as instituições e o que é possível transformar nelas. De acordo com Radi e Pérez (2014), “práticas inclusivas” são importantes e necessárias, porém, se trata de um contexto que exige que seja feito mais e melhor. Porque para lidar com a diferença, não bastam vontade política e a competência técnica de implementação exitosa da inclusão. Cabe a nós, nos perguntar sobre as estratégias que se desenvolvem na pretendida busca de políticas de inclusão, e quais limitações se apresentam e das quais não podemos fugir. Tanto na agenda dos movimentos sociais, quanto às instituições de sequestro<sup>29</sup> são necessários exercícios de práticas inclusivas para que algumas existências sejam consideradas agentes ativos de participação política. Porém, segundo Marey (2022) as ações e relações implicam em custos, externalidades, perdas e conflitos, portanto toda participação política tem um custo que para determinadas pessoas, são desnecessária e injustamente altos. “Es importante entonces detectar modos de participación política efectiva y significativa cuyo costo no acarree para las personas que participan un afianzamiento, agravamiento o perpetuación de las injusticias estructurales que las afectan” (Marey, 2022, p. 9).

Se as ações e relações estão atravessadas por uma multiplicidade heterogênea de práticas participativas de uma multidão de sujeitos dispersos, coexistem narrativas que botam em funcionamento outros mecanismos para operar na situacionalidade, circunstancialidade

---

<sup>29</sup> Aqui nos referimos a “instituições do sequestro” na sua acepção foucaultiana.

e/ou na contingência. Porque é no convívio e na co-existência de corpos, desejos e práticas que se encarnam modos de vida que não podem ser reduzidos na inclusão, nem ao binário genérico, nem aos imperativos da hetero ou homonormatividade (Cabral, 2011). Ditas narrativas propõem outros dispositivos para operar na leitura do que se passa no mundo, como sustenta Mauro Cabral (2011, p. 1):

apelaré a la transgeneridad como dispositivo de lectura, como máquina de guerra biopolítica -destinada a instalar, en cada expresión de necesidad identitaria, el virus corruptor de la contingencia. Más aún: contingencia podría ser uno de los otros nombres de la transgeneridad como dispositivo, si acaso buscáramos reemplazar el suyo. Podríamos llamarla historicidad. Y, sin lugar a dudas, también podríamos llamarla ironía.

Nesse paradoxo, que coloca desafios ao próprio conceito de “inclusão” contido no título do “Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos”, se situa a nossa abordagem das narrativas-trans-aborteiras: como uma “máquina destinada a instalar o vírus da contingência” (Cabral, 2011) e que afirma a “linguagem do distinto” (Han, 2017), nos termos do surcoreano Byung-Chul Han (2017), que diz que nosso tempo se rege por uma corrente de igualamentos que nega as diferenças e pretende homogeneizar o distinto, expulsar o diferente e produzir uma “mesmice”. Nas palavras dele:

Los tiempos en los que existía el otro se han ido. El otro como misterio, el otro como seducción, el otro como eros, el otro como deseo, el otro como inferno, el otro como dolor va desapareciendo. Hoy, la negatividad del otro deja paso a la positividad de lo igual. La proliferación de lo igual es lo que constituye las alteraciones patológicas de las que está aquejado el cuerpo social (Han, 2017, p. 9).

Frente a isto, o autor propõe a procura pela alteridade, pelo que está além, recuperar a linguagem do diferente e a capacidade de escuta para se extranhar e se surpreender: “A diferencia del tiempo del yo, que nos aísla y nos individualiza, el tiempo del otro crea una comunidad. Por eso es un tiempo bueno” (Han, 2017, p. 123). Para nos endereçar caminho a isso, Moira Pérez (2021) propõe avaliar os métodos de inclusão e participação através de um trabalho reflexivo e crítico em relação à adequação das estratégias de ação política, e que permita re-pensar e redesenhar nosso sistema de crenças, aquele que orientado pelas dimensões éticas com as quais nos colocamos na relação com o outro. Sobretudo, porque:

Vivimos en tiempos muy complejos, en los que múltiples tipos de sujeción y de violencia nos atraviesan de distintas formas. No podemos seguir pensando en una sola manera de hacer política, una sola vía para “militar”, o una sola forma de interpretar los problemas sociales. Ante problemas complejos, multicausales y dinámicos, no podemos responder con estrategias unidimensionales (Pérez, 2021, p. 535).

Um exercício de reflexividade crítica ao qual convoca a autora e que nos interpela enquanto sujeitos implicados com a problemática de pesquisa em dimensões éticas, políticas e estéticas<sup>30</sup>, nos coloca em situação de reconhecer alguns paradoxos que operam nas nossas análises. Como nos ensina Frantz Fanon (1968), enquanto focarmos energia em encontrar alguém que “use bem” o poder sobre nós, na busca de uma “boa” ou “melhor” tutela de nossas vidas, demandando por práticas que incluam, que considerem ao anormal e categorizam como tal para poder marcá-lo e assim integrá-lo à matriz dominante; estaremos na ordem de protelação de condições para uma vida digna: “O colonizado deve persuadir-se de que o colonialismo não lhe faz nenhuma dádiva. O que o colonizado obtém pela luta política (...) não resulta da boa-vontade ou do bom coração do colono, mas traduz sua impossibilidade de protelar as concessões” (Fanon, 1968, p. 116-117). E continua apontando que se torna preciso e urgente, mudar a atitude psíquica que o colonialismo nos incute.

No queda por tanto otra elección que la de desplegar un arte de la conversación entre los mundos, una conversación que hace falta cruelmente, y de la cual sólo puede emanar, al contacto de una situación, la decisión justa. Tal estado del debate sólo puede ganar el centro desde la periferia donde por el momento se mantiene a través de una ofensiva del lado de la sensibilidad, sobre el plano de las percepciones (Comité Invisible, 2017, p. 166-167).

Até aqui, trouxemos alguns comentários que problematizam o conceito de inclusão à luz de algumas leituras que consideramos importantes para questionar uma série de mecanismos que operam para naturalizar determinados enquadramentos. Quadros que vão determinar o que está “dentro” e o que está “fora”, marcando aquele “anormal” que precisa ser incluído. Isto não significa que nos identifiquemos “contrários” às práticas inclusivas, nem às políticas que as produzem como uma necessidade de nosso presente:

Fazer uma crítica à inclusão — visando olhar outras coisas que ainda não olhamos e pensar coisas que ainda não pensamos sobre as práticas que a determinam e as políticas

---

<sup>30</sup> (Nesta última aprofundarmos na próxima seção).



que a promovem — implica, entre outras coisas, ir contra a corrente dominante. Isso nada tem a ver com ser “contra a inclusão”; tem a ver, sim, com a prática da suspeita radical frente às verdades estabelecidas e tidas tranquilamente como “verdades verdadeiras”. Desde o célebre curso *Os anormais*, que Foucault ministrou no Collège de France no inverno de 1975, é possível compreendermos que a inclusão não é “boa” por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão (Veiga-Neto & Lopes, 2011, p. 122-123):

Os paradoxos seguem presentes. Estamos na dimensão da estratégia, na que se faz presente a necessidade de criar modos de compor com as diferenças, sem tentar homogeneizar as singularidades. Mais do que um pensamento da inclusão que produza uma obsessão pelo outro (Skliar, 2008), deveria se dirigir um pensamento a partir da produção de um comum, neste caso, a partir da prática abortiva. Para além do corpo que gesta e que aborta, é possível estabelecer conexões para a produção de um comum e de alteridade a partir da celebração das diferenças e não pela via da homogeneização e restrição da vida. Nesse sentido, se colocar na disponibilidade de ouvir e afirmar as diferenças, invés de criar anormalidades, pode trazer oportunidades de abertura para além da inclusão. No dizer de Byung-Chul Han (2017) a perturbadora sociedade do cansaço é surda, por isso se faria necessário redescobrir o tempo do outro no que seja desenvolvida uma capacidade de escuta. Uma escuta de dimensão política para produzir encontros com a “língua do diferente” (Han, 2017).

Produzir formas para singularizar, a partir de dispositivos plurais, requer de uma atenção à correlação de forças que vão ao encontro da diferença. Mas também temos assistido a uma história do Ocidente onde a concentração de poder está ligada à maximização das precariedades. Porque, conforme argumenta Luiz Rufino (2018), não se trata de negar ou ignorar os conhecimentos institucionalizados pelo Ocidente, senão abrir caminhos que cruzem essas perspectivas com outras historicamente subalternizadas que se diferenciam, partindo da pluralidade de experiências e práticas de saber que são mais amplas do que é autorizado pela narrativa dominante. É ali que a dimensão da estratégia adquire força, uma vez que, assim como o Manual de Serviços de Abortos Trans-inclusivos, criam campos de possibilidades estratégicas. Em termos foucaultianos:

Não seriam as diferentes possibilidades que ela abre de reanimar os temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses irreconciliáveis, de permitir através de um jogo de conceitos determinados que se jogue partidas diferentes? Antes que buscar a permanência dos temas de imagens e de opiniões através do tempo, antes que retrazar a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos nos localizar antes a dispersão dos pontos de escolha, e definir antes de qualquer opinião, de qualquer preferência temática um campo de possibilidades estratégicas? (Foucault, 1972, p. 50).

Então, determinadas operações das práticas inclusivas, podem se constituir como “campo de possibilidades estratégicas” para afirmar a diferença e a alteridade em diálogos com políticas mais amplas. Como já explicitado, o significante “inclusão” é articulado com vários significados e os regimes de sentido produzidos em torno deste, também permeiam as reivindicações que envolvem a prática abortiva, as práticas sexuais e (não) reprodutivas. Isto porque, predomina a adoção de estratégias identitárias para formular e fundamentar as demandas, o que deixa transluzir uma certa dependência ontológica com a perspectiva de gênero, na que só se enxerga “homens” e “mulheres”: “Esta reducción óptica le impone un límite férreo tanto a la posibilidad de reconocer el universo de subjetividades que excede el binario de género como a la de abordar críticamente la lógica que instituye órdenes diferenciados de subjetividad” (Cabral, 2011, p. 3).

O exercício das sexualidades, assim como da (não) reprodução, exige muito além de inclusões terminológicas. Por isso, na nossa pesquisa, não pretendemos nos somar aos esforços de “incluir” às pessoas trans ao debate sobre aborto, senão compor forças que amplifiquem os questionamentos em relação a tudo aquilo que restringe, ou atrapalha, a afirmação da diferença nos diversos modos de sentir e pensar o aborto. Até porque, como argumenta Marey (2022), a inclusão política não é um fim em si mesma, é uma condição para a transformação dos termos e do estilo com o qual nos colocamos nas trocas, no debate e na produção de conhecimento, que por sua vez, é uma condição necessária para uma mudança significativa.

O debate sobre o aborto, no sentido de expansão de vidas e de mundos, não deveria ser restringido aos binarismos de gênero, nem às categorias identitárias, nem “às protagonistas” e “os outros da inclusão”, assim como não pode ser reduzido a quem está “a favor” ou está “em contra” do aborto. Porque, em geral, as diferentes posições sobre essas questões tendem a se

organizar segundo esses eixos transversais dicotômicos. Assim, nos detemos no borramento de algumas fronteiras, para transbordá-las e diluí-las, porque as “categorias são o mapa imposto pelo poder, não o território da vida” (Preciado, 2020, p. 25).

Ali encontramos a potência das narrativas-trans-aborteiras, porque a partir de (in) determinadas práticas (contra) sexuais de sujeitos abjetos, anormais, monstruosos, gestantes e abortantes, fazem ruir o que conhecemos como sexualidade. Identificamos, então, alguns gestos contra-sexuais nos curto-circuitos que produzem as narrativas-trans-aborteiras em seu caráter gestante (de outros mundos e possibilidades dos usos do corpo) e abortante (de tudo aquilo que restringe a vida). Insinuam gestos contra-sexuais, de acordo com Preciado (2002), onde as práticas sexuais pervertem as noções de sexo, gênero e sexualidade e as decepcionam na pretensão de produção de sujeitos “normais” e desmontam a naturalização de modos de fazer.

Com esse intuito e a continuação, a dimensão estética marca sua saliente presença para se ocupar da criação de outras linguagens. Na próxima seção, nos debruçamos sobre a criação de outros regimes de sensibilidades por meio das expressões artísticas trans-aborteiras a contra corrente do mundo, e com esse olhar do mundo invertido, abrimos possibilidades de brincar com o corpo, com a vida, criando e transformando o atual em novidade, em criação.

## ESTÉTICAS TRANS-ABORTEIRAS: NARRATIVAS ARTÍSTICAS PROFANATÓRIAS

*As vidas dissidentes não se conformam em ouvir ‘nãos’. Sabem, no manejo de feitiços, transformar os “nãos” em belas oportunidades. Atrevidas, arrombam portas e desfilam de salto quinze nas instituições de sequestro e por onde mais desejarem. Ocupam o mundo!*

*Alexsandro Rodrigues, 2017*

Como já explicitamos, compreendemos às narrativas como aqueles dispositivos discursivos que geram e sustentam significados que têm a ver com criação de regimes de sensibilidades. Estas outorgam sentido a (in)determinadas questões de um contexto particular, sendo possível questionar: quais são as histórias possíveis em determinados contextos? Que corpos habitam essas histórias ou são exilados delas?

Nesse sentido, e a partir desses questionamentos, evocamos narrativas que têm a potencialidade de criar imagens e paisagens que, num contínuo movimento de reinvenção, produzem outros modos de sentir e pensar o aborto. As nomeamos “narrativas-trans-aborteiras” e as compreendemos ecoando a partir da criação de outras linguagens que versam sobre novos modos de dizer, de contar e de escrever. Coexistem como escritas trânsfugas, como práticas de desgoverno ficcional ou ficções dissidentes que permitem cultivar outros olhares. Narrativas que talvez, e só talvez, escrevam para um mundo que ainda está por vir. Porque os valores contrapostos por estas, são uma profanação necessária para suportar a existência, em sua inversão da realidade criam outros regimes de sensibilidades a partir da mudança no modo de pensar e sentir o aborto. Produção narrativa com um olhar para as estéticas dissensuais, que nos ofereceu possibilidade de fazer uma análise que conecta estética e política, ao mesmo tempo que fez possível embaralhar as bordas que desenham as divisões entre os campos de saberes, entre ficção e realidade, entre artes e ciências humanas.

As artes e as práticas culturais têm sido uma dinamite ética e política central para que os corpos que se deslocam do sistema corpo-sexo-gênero, possam minar os binarismos e essencialismos, apontá-los e bagunçar seus signos e imaginar um mundo diferente. Ao quebrar

e injetar outra vida na linguagem comum, estão quebrando a compulsão normalizadora das instituições culturais dominantes, sedimentando o discurso de ódio que se traduz, no final, em vidas perdidas. Disputando essas narrativas que se pretendem dominantes, temos o trabalho daquelas que trazem ao espaço visível aquilo da ordem do abjeto e da rejeição.

Ou seja, pensar o aborto desde esta perspectiva da qual olhamos nesta seção, tem a ver com criação de outras estéticas que não as ligadas à morte e à criminalização, nem à saúde pública e suas grades hermenêuticas, incluídos seus vocabulários legislativos. Jacques Rancière (2005, p. 11) evoca os “atos estéticos como configurações da experiência, que ensejam novos modos do sentir e induzem novas formas da subjetividade política”. Forças que evocam a produção de outras linguagens a partir de atos subversivos, e permitem a amplificação de modos de existir que se afirmam na prática do aborto.

Nesta ocasião atentamos para as formas de expressão e nos perguntamos sobre as estéticas em relação a uma junção de semióticas que se elencam com o aborto, como prática transformadora. Nas palavras de Cristina Thorstenberg Ribas (2020, p. 491):

Novas constituições políticas apresentam transformações que não estão separadas de processos estéticos multiplicatórios, cujos signos pedem análises e poéticas, visto que têm força para serem reprojatados e atualizados, colocando em cheque o repertório estabelecido em certas formas políticas consolidadas, e da própria estética no seu escopo de estudo, pesquisa e produção.

A autora se refere à inauguração de outros modos de subjetivação acionados pelo contato com estéticas que revertem, ou melhor dizendo: subvertem determinados mecanismos de restrição que impedem a expansão de vidas e de mundos. Questionar “o já dado” que se pretende fixo e imutável, “cutucando” as formas que se sabem consolidadas, permite pôr em funcionamento linhas de forças que, fugindo da “mesmice”, vão instaurar linguagens diferentes, a partir da constituição de outras estéticas, neste caso das aborteiras. Constituição de estéticas outras que abortam determinados modos que engessam a vida e gestam outros que a expandem e a multiplicam. No dizer de Fernando Yonezawa (2019, p. 181):

Eu também aborto! Sou homem e também aborto. Não sou homem trans, mas também aborto. Não sou branco, tampouco sou negro, ou índio. Sou parente distante destes

últimos: asiático. Mas, antes de tudo, sou uma vida aí no mundo, a despeito daquilo que possa me classificar positiva ou negativamente. Não sou gay e sou bem hetero, mas nem por isso sou um homenzinho desses que hoje está na berlinda. (...) Eu também aborto, e aborto especialmente o modo de vida que faz da maternidade uma compulsoriedade para as mulheres e para todos os tipos de corpos que podem gestar. É preciso cortar, ferir esse modo de vida com navalha cega, para podermos multiplicar outros modos de vida, especialmente para as mulheres (Yonezawa, 2019, p. 189).

Estamos nos referindo às narrativas que estão “no entre” artes e arterias que, não estão localizadas nem em uma nem na outra, transitam, passam e são atravessadas pelas artes, as práticas artísticas e as artistagens. “Refiro-me aqui a uma estética das expressões, das formas de expressão, quebrando dicotomias entre signo, obra e corpo, entre individualidade e coletividade” (Ribas, 2020, p. 488). Estéticas que abortam a norma, permitindo a expansão de possibilidades e a multiplicação da vida, na transgressão entre isso e aquilo que foge da captura. Por esse motivo, não limitamos nossas leituras sobre aborto desde a perspectiva de identificar qual é o corpo que, de fato, experimenta ou pode vir a experimentar a prática em si. Senão que atentamos para as narrativas trans-aborteiras como aquelas que, pela implicação com a vida, estão (re)inventando outras formas de expressão para um mundo mais plural e mais vivível (Barone, 2019).

Então quando recorremos às práticas artísticas, estamos apostando na criação de outros modos de sentir e pensar os fenômenos do mundo, da sociedade, e em formas alternativas de ler e compreender os fatos que nela ocorrem. Por exemplo, na tarefa de pensar e questionar os discursos de moralização e de vigilância instalados na sociedade, e facilmente disponíveis, dos papéis assumidos pelo consenso, as convenções e as normativas vigentes. Aqui nos afastamos da ideia do aborto como uma negação, seja a pautada pela ordem conservadora, ou pelo estabelecido no repertório dele ser uma prática possível só a partir da sua inclusão na lei como um direito. O aborto tratado aqui se afasta da negação para se aproximar da ideia de amplificação e abertura, porque consideramos a pluralidade de experiências possíveis para além da tutela dos corpos e do que este pode, a partir do abortar.

É por isso que a nossa aposta nas narrativas-trans-aborteiras nos orienta à inauguração de subjetividades que viram do avesso aquilo que pretende reduzir, contrair ou estreitar as

múltiplas possibilidades de afirmação da vida. Os processos estéticos multiplicatórios requerem de um olhar diferenciado para outros modos de contar histórias sobre aborto. Acreditamos que assim, é possível um apagamento das fronteiras entre os fatos e as ficções para colocar em xeque o estabelecido e (pretendido como) consolidado. Nas palavras de Jacques Rancière (2005, p. 58):

Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. Isso não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas.

Narrativas do incômodo que não tentam nos ensinar coisa nenhuma. Senão que ativam, por meio de ficções indisciplinadas, fricções e tribulações que permitem expandir os atos de imaginação de paisagens possíveis. A partir do contato com as narrativas-trans-aborteiras, é possível promover experimentações políticas, textuais e artísticas que contém uma força interrogativa sobre os saberes em torno da prática abortiva. Força interrogativa que, desde as margens do indesejável, questiona as políticas do saber fazer e dos limites que a norma nos impõe. “A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem “ficções”, isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer” (Rancière, 2005, p. 59).

Cabe ressaltar aqui que chego nas elaborações teóricas do filósofo citado, desde uma leitura de expedição, curiosa, atrapalhada, interessada, ou melhor dizendo: interesseira. Tomo as orientações da produção do autor como um auxílio para uma abordagem das narrativas-trans-aborteiras. Então não é objetivo desta tese, fazer uma apresentação sistematizada do pensamento dele, senão trazer algumas conceptualizações que contribuem para a compreensão dos múltiplos cenários pelos quais circulamos durante o desenvolvimento do estudo e com a narrativa que apresentamos. É assim que fazemos um uso instrumental do pensamento filosófico de Jacques Rancière (1996; 2005; 2010) para abordar uma narrativa estimulante de pensamentos diferenciados, e sua relação com práticas de subjetivação em relação ao aborto.

### ***Compondo cenas do dissenso: Copi e as vidas que escapam no entre das práticas artísticas***

Para andar os caminhos esteticamente tortos que as narrativas trans-aborteiras nos abrem, lançamos mão de uma dramaturgia disponibilizada pela editora mexicana “El Milagro”, do Consejo Nacional para la cultura y las Artes e traduzida ao espanhol como “El homosexual o la dificultad de expresarse” (2004), e cujo título original em francês é *L’ homosexuel ou la difficulté de s’exprimer* (1971). Ela compõe esta tese como mais uma narrativa infame e potente que desarticula os sentidos cisheteronormativos em torno da prática do aborto.

Andarilhar esse caminho significa se dispor para entrar num terreno movediço onde predomina a instabilidade e estranheza. Mas nosso gosto pelas problematizações possibilitadas pelas estéticas marginais, nos provocou para acompanhar a história da jornada de sujeitos ambíguos e contestatários frente aos modos de viver que pretendem reduzir suas existências à cisheteronormatividade. No entre do estranhamento e por meio de “uma atenção à espreita” (Deleuze, 2006), o processo de investigação nos demandou atitudes atencionais que possibilitaram a seleção destas narrativas com as quais trabalhamos.

No caso da obra selecionada, dentre aquelas múltiplas e variadas que atingiram o nosso pensamento, nos exigiu uma atitude atenciosa para o que se passa com as narrativas que põem em funcionamento enunciados e práticas outras para falar sobre aborto. Particularmente, com o foco em uma obra onde todo se descompõe, se fragmenta, se *queerifica*, ou melhor dito: se cu(ir)ifica. Assim, se fez preciso exercitar uma “detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso. A detecção e apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requer uma concentração sem focalização” (Kastrup, 2007), uma atitude investigativa sensível e “à espreita” para acompanhar a produção de narrativas-trans-aborteiras nas suas dimensões estéticas.

Decerto, a obra de Copi (2004), não foi tomada como um dado a ser coletado, nem como uma narrativa empírica a partir da qual efetuar uma análise. “Pousamos nossa atenção” nela porque sentimos a força que ativou uma percepção que foi se ampliando, mudando,



expandindo e se afirmando. Nos chamou a atenção e nos convocou para produzir narrativa junto com ela, “produzindo dados que, enfim, já estavam lá” (Kastrup, 2007, p. 21).

E estão lá faz muito tempo. O autor da peça, Raúl Natalio Roque Damonte Botana, apelidado pela sua avó como “Copi”, nasceu em Buenos Aires em 1939. Foi ator, narrador, ensaísta, desenhista, cartunista, dramaturgo, novelista e ativista. Um artista polifacético. Oriundo de uma família anarquista que possuía um jornal influente, Copi -ainda criança-, se viu forçado a deixar o país para se exilar no Uruguai com a consumação da ditadura de Juan Domingo Perón na Argentina. No ano 1952 a família se instala na França, onde Copi desenvolveu praticamente todo o seu trabalho artístico. Morreu em Paris por complicações suscitadas pelo vírus HIV/Aids, no ano de 1987.

Suas obras podem ser acessadas desde uma condição marginal, sendo seu conteúdo motivo de rejeição e censura. Copi transborda sua época, se antecipa e ativa uma série de mecanismos subversivos tratando temáticas relacionadas ao corpo e às sexualidades. Meticulosamente elaborada em torno das formas incomuns ou não habituais, a obra de Copi (2004) concebe a poética de significação que dessacraliza as filosofias do nome e as organizações generificadas.

O dramaturgo aciona, segundo Vásquez (2020), uma série de reivindicações que se manifestam através das suas personagens irreverentes. Contestam os modos de viver que espartilham e reduzem suas existências, sendo apresentadas como as “loucas”, as “travestis”, as “bichas” apaixonadas pelos excessos e as contradições: ao mesmo tempo que se casam, riem e tiram sarro do matrimônio (Vásquez, 2020). O leitor-espectador nunca fica indiferente ao universo rico e complexo dessas personagens despossuídas.

Neste aspecto, destacamos uma potencialidade de deslocamento que tira do lugar a quem se aproxima à narrativa da obra selecionada. “Penso que a principal visada do dramaturgo está na subjetividade do espectador [...] é aí que ela quis atingir o que chamou de estado de arte - sacudir a posição de espectador, desreificá-la radicalmente” (Rolnik, 1998, p. 6). De acordo com Jacques Rancière (1996), nas práticas artísticas se faz presente uma eventual concepção

do poético e do político, como uma irrupção da discordância entre processos igualitários de subjetivação e processos de identificação hierárquica. Nesse sentido, consideramos que a poética de Copi se constitui de transgressão e de trânsito, uma “poética da inversão”, tanto seja de sexos, de gêneros, de línguas, de ficção e autobiografia:

Copi irrumpe en la escena mundial para proponer una ética y una estética trans, en el sentido en que lo trans debe entenderse, como el pasaje de lo imaginario a lo real: transexual, transnacional, translingüística, y opone al Estado-nación y sus ficciones guerreras la idea de comunidad (posnacional y, al mismo tiempo, imposible) (Link, 2009, p. 385).

As personagens nas obras teatrais de Copi são travestis, transexuais, mães dominantes, falsas mães, militares, mulheres elegantes, professoras de piano, psiquiatras, detectives, ciganas, donas de chaves, lobos, ratos, marcianos, plutônios, cacatuas, cobras, homens macacos, entre outros. Segundo Luis Zapata (2004), no teatro de Copi, tanto no estilo quanto nas ideias, se tem uma aposta pela incorreção:

parece complacerse en un afán de provocación, que cae con frecuencia en lo que ahora es considerado políticamente incorrecto; todo el mundo se vuelve blanco de sus burlas: los homosexuales (lesbianas incluidas), los travestis, los negros, las víctimas de las violaciones y del abuso sexual, los héroes, los padres, las madres, los sadomasoquistas, los médicos, etc. No es, desde luego, que Copi juegue a los extremos de la amargura y de la intolerancia; simplemente pone de manifiesto los aspectos ridículos que todos tenemos, esos que por lo general nos hacen reír cuando los vemos proyectados en los demás (Zapata, 2004, p. 12).

Consideramos que a obra de Copi (2004), na sua “aposta pela incorreção”, aborda questões capazes de produzir desafios na indução às táticas transgressoras que invertem papéis sexuais, infringem leis e violam tabus. Seguindo as pistas de Jacques Rancière (1996), podemos pensar que essa tática compõe proposições do dissenso. Em outras palavras, entendemos que as narrativas para as quais nos atentamos, têm uma proposição dissensual ou de desacordo, porque não se ajustam a uma condição de pensamento, nem se substantivam em nenhuma imagem de mundo *per se*. Senão que se articulam como operações nascidas de insatisfação e desacordo com pretensões únicas e universais de modos de viver.

As provocações que elabora Copi (2004) compõem uma cena dissensual que permitiria, a partir do ato do regime estético, a emergência de outras imagens e paisagens para possibilitar

a expansão de mundos, e assim, multiplicar os modos em que o aborto é compreendido. O artista elabora determinadas táticas que são articuladas ao redor de uma história que, funcionando como uma cena dissensual, faz visível o que não tinha razões para ser visto ou dito.

Assim, tomamos a noção de dissenso como um conceito-ferramenta que nos auxilia a pensar as distribuições de sentido daquilo que conhecemos como aborto. Ou seja, o que se configura como uma prática, mas que ao mesmo tempo se coloca relacionada ao crime, portanto silenciada. Desse modo, por meio de provocações e deslocamentos produzidos pelos recursos estéticos, a narrativa-trans-aborteira de Copi (2004), produz uma série de incômodos que advertem o que temos naturalizado e constitui um horizonte problemático. Ali irrompe o dissenso, segundo Rancière (1996), aquele que está em desacordo com uma naturalizada distribuição do sensível, neste caso, relacionado aos modos de sentir e pensar o aborto.

Nesse sentido, a estética rancièriana nos apresenta um campo fértil para pensar noutros modos de configurar imagens que ensejam contornos desde os quais produzir subjetividades em relação à prática abortiva, longe dos que estão consolidados ou naturalizados. Desse modo, acreditamos que se amplificariam os horizontes de problematização em torno ao debate sobre o aborto. Consideramos que os atos estéticos conteriam essa força interrogativa com capacidade de afirmação de outros abortos possíveis. Então, a estética que Rancière (1996) propõe, não seria um simples apelo à política da arte ou à arte da política, senão que apontaria para a convergência entre a política e a arte. No caso, a política como irrupção do desacordo e como desidentificação da subjetivação; e a estética como distribuição do que é sensível e visível. Vale destacar que segundo o autor, essa distribuição é alterada pelas irrupções do dissenso para além da intenção manifesta ou não do artista.

Consideramos que Copi, criador da obra que trazemos a continuação, tem conseguido nos deixar desconfortáveis a partir das suas próprias insatisfações e desacordos com o mundo. No decorrer da dramaturgia, é possível se remexer na cadeira e sentir que o regime artístico e estético que propõe, consegue deixar suspensas algumas tradições e esvaziar de sentido os eixos

conceituais que sustentam “o consolidado” no pensamento. É como se este fosse jogado ao plano das contingências onde se veria dirimida a distância entre o inteligível e o sensível. Atravessar as fronteiras entre o real e a ficção através de um artista transgressor como Copi, não é uma tarefa simples, mas isso nos permitiria abrir mais um buraco nos domínios do pensamento cis normativo e heterossexual, o que muito interessa às narrativas-trans-aborteiras.

De acordo com a problematização da relação entre estética e política, e a partir da estética das narrativas que selecionamos, anunciamos a possibilidade de deslocamento. Pretendemos andar com Copi no caminho dos exageros, para interromper a distribuição naturalizada dos sistemas de identidades e hierarquias, entre isso e aquilo que foge da economia do visível e do audível. Assim, nos encontramos com que a política, como a estética, refere-se a essa distribuição do sensível e à introdução de um desacordo sobre ela. Por meio de um processo de desidentificação e ressignificação, se produz uma disputa sobre a existência de um espaço comum que supõe a interrupção de sentidos e identidades que são percebidos como “naturais” (Rancière, 1996).

Com a narrativa de Copi que apresentamos a modo de dramaturgia, vamos sentir aquelas pistas para ficar entregues à interrupção de sentidos. Vamos nos sentir desconfortáveis. Vamos atravessar uma experiência de deslocamento cuja força vai despertar mais interrogantes que respostas. Porque ela consegue nos deixar no incômodo de não saber mais o que é “natural”, “real” ou “fictício”.

### ***Abre o telão: mãe e filha entre arranjos e desacordos***

A peça protagonizada pela jovem Irina, a personagem principal; a Sra. Simpson, sua mãe; a Sra. Garbo, sua professora de piano; o oficial Garbenko, seu amante e esposo da Sra. Garbo; e o general Pouchkine, se desenvolve com base em um interrogatório a que a personagem principal é constantemente submetida. Trata-se da investigação da subjetividade de Irina.

A ação acontece dentro da casa onde moram Irina e a mãe dela, ou seja, no espaço íntimo da casa é o palco em que acontecem as ações, espaço que se torna público. Todos os personagens vêm para aquele espaço, o que gera uma ligação particular com o exterior, considerado um lugar desconhecido e perigoso.

Uma vez aberto o telão, são apresentadas as personagens Irina e a mãe. Pouco se informa sobre o passado das protagonistas, mas sabemos que as duas foram deportadas para a Sibéria. Aqui, já se pode perceber que a maternidade apresentada pelo artista, não advém de um dispositivo que se criou a partir de uma gestação seguida de parto, nem de uma adoção institucionalizada. A Sra. Simpson e Irina fizeram um comum acordo, um arranjo, um contrato. Em um trecho da cena IX, linhas 1-10 (Copi, 2004, p. 40-41), na qual conversam a Sra. Garbo e Irina:

GARBO: *¿Dónde conociste a la Sra. Simpson, Irina?*

IRINA: *En Egipto.*

GARBO: *¿Tiene un verdadero parentesco contigo?*

IRINA: *No.*

GARBO: *¿Por qué estás con ella? ¿Ella decidió, así nada más, ser tu madre? ¿Y tú la seguiste?*

IRINA: *Sí.*

GARBO: *Pero ¿por qué estás con ella? ¿Qué hacías en Egipto cuando la conociste?*

IRINA: *Había huido de Marruecos.*

GARBO: *¿Por qué?*

IRINA: *Me había robado una vaca.*

Irina é cortejada por sua professora de piano, a Sra. Garbo, que questiona sobre essa relação entre Irina e a Sra. Simpson, à qual ela chama de mãe. Nesta proposta de Copi (2004), reconhecemos uma forma particular de relações entre os sujeitos que se constroem de forma alternativa ao nomeado como “tradicional”. Desta maneira, no que chamamos de narrativa-trans-aborteira, criam-se imagéticos que possibilitam o reconhecimento de experiências para novas formas de habitar o mundo, inclusive em relação aos vínculos de maternagem. A partir desta narrativa, se criam outras paisagens em relação ao que se considera uma maternidade na

sociedade moderna e ocidentalizada. Na peça, é possível perceber que se produzem arranjos que mutam, se transformam e reformulam, criando outros modos de maternar e se relacionar.

Marcos Rosenzvaig (2003) vai dizer que as obras de Copi estão para além dos valores, o que lhe permite instaurar novas linguagens nas que as personagens não se questionam coisa alguma, senão que é o sujeito que se constitui como espectador, quem vai se interrogar sobre a identidade destas. Jacques Rancière (2010) afirma que este tipo de práticas artísticas se constituem em uma poderosa ferramenta capaz de desafiar as ideias do espectador porque consegue criar narrativas que apelam a uma capacidade de completar por si mesmo o trabalho metafórico iniciado pela obra. E ou então, pressupõe nos espectadores uma incapacidade de enxergar o fluxo aparente, mas mesmo assim, pela atividade consciente do artista, se informa e se move para a ação.

É ali que radicaria a eficácia política da obra de Copi, que na justaposição de elementos heterogêneos e conflitantes, têm a capacidade de transmitir uma mensagem que perturba. Superpondo imagens que podem ser incongruentes com a informação subministrada, e com a criação de um imagético chocante e desconfortável, o artista relaciona as imagens cotidianas com aquelas que, por uma razão ou outra, os espectadores não gostariam de reconhecer ou teriam preferido ignorar.

A maternidade que se narra nesta peça, composta por Irina e a Sra. Simpson, personagens para as quais Copi não adjudica uma identidade, se constitui por um acordo que assim se nomeia. As duas não têm um vínculo consanguíneo, nem atravessaram pela institucionalização requerida para um processo de adoção; senão que fizeram acordos de relação mãe e filha. A partir do momento em que decidem experimentar esses processos de maternagem, se criam aberturas para (re) inventar o que conhecemos como maternidade. Por meio do arranjo que as personagens criam em relação à maternidade, se produzem desvios que nos permitem imaginar outros modos de pensar essas relações.

Copi (1971) cria fissuras nas que se diluem formas únicas e universais de conceber o que é a maternidade. Faz ruir, cria ruínas e constrói outras imagens a partir destas. Irina e a Sra.

Simpson, filha e mãe, nos dizem coisas outras sobre maternar, torcendo, sujando, reformulando, interpelando a pretensão universalizante e identitária da maternidade, mas não só (Matias *et al.*, 2021). Podemos dizer que aqui se constitui uma outra cena dissensual, na qual irrompe uma série de imagens que não encaixam nos valores que se correspondem com os papéis assignados na maternidade. Imagens que entram em desacordo e perturbam os sentidos do que conhecemos como uma relação mãe e filha, porque a maternidade no imaginário de Copi (2004) está para além de valores pré-estabelecidos.

Na peça, segundo Rosenzvaig (2003), a Sra. Simpson adota o papel de mãe e Irina a de filha “rebelde”. Mesmo assim, é possível perceber como se produz uma narrativa um exercício de maternidade que, independente do gerar, parir, adotar ou constituir arranjos ou acordos, o que dá contorno a essa relação, tem também a ver com uma mãe que se sacrifica pelos cuidados à filha, que se preocupa pela alimentação, higiene e as atividades desta (no caso, as aulas de piano de Irina).

Copi leva a transgressão ao máximo quando elabora diálogos em torno de uma gravidez da qual não se descarta a possibilidade que seja este o fruto de uma relação entre filha e mãe, mesmo que adotiva; assim como de uma maternidade que subverte e transgride nessa relação. As personagens da peça não se questionam essa relação, nem os valores atribuídos a essa relação de mãe e filha, mas o artista faz com que seja o espectador quem acaba se incomodando e se interrogando sobre esses valores. Nas palavras do autor:

Ya la primera escena nos ahoga, asfixia de incertidumbres. Irina está embarazada. ¿De quién es el niño? ¿Del oficial Garbenko? ¿De su madre, de Mme. Garbo o de cosacos? De cualquiera de ellos, dice Irina. A los ojos de Irina el hijo aparece cosificado. No hay ni asombro ni afectividad. Es un artefacto que puede ser despedido. Eso nos lleva a preguntarnos: ¿el deseo de tener un hijo es sólo de las mujeres o también de los hombres y los homosexuales? En tal caso, el deseo de tener un hijo puede no estar ligado a un sexo (Rosenzvaig, 2003, p. 53).

Esta imagem que na primeira cena já nos desloca, questiona os limites de uma de um modo de relação padronizada, que se corresponde com a matriz moderna de viver. Os arranjos no desenvolvimento da relação entre as personagens que se nomeiam como mãe e filha, nos

direciona ao que Foucault (1981) se referiu ao elaborar uma problematização do mundo relacional produto da modernidade, que se veria empobrecido pelas instituições. É então que aponta à possibilidade de se criar, a partir da amizade - que é uma forma de relação, um modo de vida - uma ética, bem como uma cultura, em torno do prazer.

À vista disso, fazemos uma leitura da relação de Irina e a Sra. Simpson na obra de Copi (2004), como essa invenção do sistema de relações, que introduz novas formas sociais de relação, de acordos, de arranjos e de amizade. Na peça, a Senhora Garbo expressa: “Hay circunstancias en la vida, Sra. Simpson, y usted lo sabe tan bien como yo, en que la sinceridad es inevitable. Ya sea hoy o dentro de un año, el destino nos impone una conversación entre las tres” (na cena nº IV, linha 22-26, p. 29). Em cenas seguintes, a Sra. Garbo propõe para a Sra. Simpson ir todo mundo para China, onde fugiriam dos lobos e dos perigos da Sibéria.

Identificamos nas composições do artista, uma oportunidade para pensar no que Foucault (1981) elaborou sobre a invenção de novas formas sociais de relação que viabilizem multiplicidade de conexões possíveis nas que, a partir de um mundo relacional enriquecido, seria extremamente complicado de administrar pelas racionalidades do Estado moderno. Já a noção de “modos de vida” cunhada pelo autor, foi introduzida para pensar a forma em que se organiza a sociedade em relação a determinados critérios como classes sociais, por exemplo, e não por meio de um critério de modo de vida. Nas palavras de Michel Foucault (1981, p. 165): “Um modo de vida pode ser partilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividades sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se parecem a nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética”. É assim que se abre possibilidade de se criar, a partir de múltiplas formas de relação, um modo de vida, uma ética, bem como uma cultura, ao redor do prazer.

Nesse sentido, Irina, personagem principal na peça de Copi (2004), se apresenta ao longo da história como uma jovem que vai fazendo e desfazendo diferentes usos do seu próprio corpo e do seu próprio prazer. Ela faz sexo com a mãe, com o tio Pedro, com uma travesti cabelereira do bairro, com o cirurgião dela, com a professora de piano, com o marido desta e



com praticamente todes. Na peça, a sexualidade, assim como os modos de relação entre as personagens, é uma espécie de variação infinita de possibilidades, onde o aborto é contemplado como uma delas.

### ***“Porque eu queria”*: fazendo fracassar o consenso**

Na peça, se efetua a investigação de um passado que explique o presente das personagens, especialmente o de Irina, já que se apresenta como uma grande incógnita a revelar na obra. Nela, se procura incessantemente por uma explicação que permita reconhecer, definir e categorizar a personagem. Vamos nos deter na inquisição que sobre ela se faz sobre o “verdadeiro sexo” (Foucault, 1982). Questionada sobre o motivo da sua operação, Irina diz “porque queria”. Com a resposta simples, afirmativa e debochada da personagem que cria Copi (2004), se mostra “o aspecto artificioso da distinção sexual binária e as possibilidades de mudança ou apropriação das normas que gerenciam e controlam as potências dos corpos” (Mação *et al.*, 2021, p. 249).

Irina não quer dar explicações sobre as invenções sobre o seu próprio corpo e cria uma série de “respostas” para tentar fugir do interrogatório. Voltamos à cena nº IX, na que se desenvolve uma ação de indagação da Sra. Garbo para Irina, linhas 79-103 (Copi, 2004, p. 42-44):

*GARBO: ¿Y por qué cambiaste de sexo?*

*IRINA: Ya había empezado.*

*GARBO: Pero tu nada más te habías hecho crecer los senos. Al principio no querías cambiar de sexo.*

*IRINA: Pero más tarde quise cambiar de sexo.*

*GARBO: ¿Por qué?*

*IRINA: Ya había empezado.*

*GARBO: ¿Por qué te hiciste crecer los senos?*

*IRINA: Quería tener senos.*

*GARBO: ¿Y no querías cambiar de sexo?*

*IRINA: No.*

*GARBO: Entonces fue después de conocer a la señora Simpson que quisiste cambiar de sexo. ¿Fue la señora Simpson quien te pidió cambiar de sexo?*

*IRINA: No.*

*GARBO: ¿Fue el tío Pierre?*

*IRINA: No.*

*GARBO: ¿Quién fue?*

*IRINA: Nadie fue. Quise cambiar de sexo yo solita. Nadie me lo dijo.*

*GARBO: Me dijiste que al principio no querías cambiar de sexo. Nada más querías hacerte crecer los senos. No fue sino después de conocer a la señora Simpson y al tío Pierre que tu quisiste cambiar de sexo. ¿Por qué?*

*IRINA: No sé.*

*GARBO: Debe haber una razón. Intenta encontrarla. ¿Por qué?*

*IRINA: Quería cambiar de sexo.*

*GARBO: ¿Querías tener un sexo de mujer en lugar de un sexo de hombre?*

*IRINA: Sí, así es.*

*GARBO: ¿Pero por qué?*

*IRINA: Porque quería.*

Com o inquérito que faz a professora de piano, amante de Irina, podemos perceber que se faz presente uma procura por explicações para definir “o sexo verdadeiro” da personagem, seja na indagação pelo passado desta ou mesmo no corpo e as mudanças que fez no próprio e único. Essa grande indagação é uma busca para encontrar um nome e fixar um destino a Irina que a descreva e a enuncie. Se apresentando como aquele sujeito que aparentemente não obedece nem se ajusta a todas as normas, faz fracassar qualquer expectativa de resposta para as perguntas inquisitórias sobre “o sexo verdadeiro” que, por sua vez, a deixam constrangida.

A partir do proposto por Jack Halberstam (2020), o fracasso poderia ser pensado como uma forma de desmontar as lógicas do que significa fracassar, perder, esquecer e não saber. O que pode oferecer formas mais criativas, mais cooperativas e surpreendentes de estar no mundo. Com as respostas de Irina à professora de piano, podemos pensar no fracasso desde uma perspectiva que permite desfazer aquilo que se pretende exercer como atribuições, designações, taxonomias e classificações:

O fracasso conserva algo da maravilhosa anarquia da infância e perturba o suposto claro limite entre adultos/as e crianças, entre vencedores/as e perdedores/as. E ainda que é certo que o fracasso vem acompanhado de um conjunto de afetos negativos, como a decepção, a desilusão e o desespero, também nos dá a oportunidade de utilizar esses afetos negativos para criar buracos na positividade tóxica da vida contemporânea (Halberstam, 2020, p.15).

Na cena do questionário das personagens de Copi (2004), são atribuídos determinados sentidos ao corpo de Irina, e é possível perceber que nas respostas “porque sim, porque eu queria”, existe uma afirmatividade de usos e desusos do corpo que poderiam vir fazer fracassar aquilo da ordem do sistema sexo/gênero<sup>31</sup>. Irina não se amarra a nenhuma categoria que a deixe marcada, por tanto, ela pode ser todas ou todas as categorias podem ser ela. O que significa que é impossível reconhecer o lugar que ocupa e isto produz perplexidade.

Entendemos que ali se faz fracassar uma série de dispositivos e categorias que pretendem dizer sobre um “verdadeiro sexo” da personagem. Irina se apresenta como uma operadora que faz fracassar uma lógica sensível de mundo para instaurar outros mundos sensíveis, que se revela como a emergência de sujeito político. Segundo Rancière (1996, p. 378) o sujeito político surge como “operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura que põe os corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde”.

Ao nos atentar nas outras duas personagens da peça: a Sra. Simpson e a Sra. Garbo, percebemos que elas não estão sujeitas à indagação nem a inquéritos, senão que parece ter uma diferença entre elas e Irina: enquanto estas parecem aceitar um nome que identifique seus corpos e permitam que a categoria as localize; Irina faz fracassar o mecanismo de fixação identitária que se impõe a ela por meio das irritantes perguntas inquisitórias. Ela se mostra em constante movimento e reinvenção, o que impede explicar ou definir quem é “de fato”. A existência de Irina faz visível um mundo que constrói outros sentidos, um outro mundo do sensível que entra em conflito com os (co)existentes.

Prática do dissenso, no sentido de uma invenção que permite que se vejam outros mundos, uma invenção que faz entrar em conflito a própria constituição do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre o que nele é possível. Neste caso, o mundo de uma pessoa sem verdadeiro sexo, o mundo de uma maternidade diferente, o mundo de pessoas que

---

<sup>31</sup> Lembramos aqui de Gayle Rubim (1986, 1989), quem estabeleceu a expressão “sistema sexo-gênero” como ferramenta conceitual para explorar os meios que possibilitaram uma transição da natureza biológica do sexo e da reprodução, para a consideração das construções culturais das relações humanas.

mudam de sexo porque simplesmente desejam, o mundo em que é possível pensar a gravidez e o aborto para além do corpo que gesta. A peça aposta na prática do dissenso fazendo fracassar uma ideia universal de mundo, para fazer emergir mundos paradoxais que revelam juntos recortes plurais do mundo sensível (Rancière, 1996).

Quando Jack Halberstam (2020) procura pelo que chama de uma estética do fracasso, afirma uma perspectiva alternativa com potencial de ativar outros caminhos e despertar outros afetos. Se afasta da lógica binária sucesso-fracasso, instalando a ideia de “fracasso” com a potência da indeterminação, que ativa um modo de estar no mundo na contramão das normatividades vigentes. Enxergar, portanto, a apropriação do termo “fracasso” em sua dimensão não dualista, e ressignificando-a em termos de potência, pode nos ajudar a acompanhar as narrativas desviantes ou trans-aborteiras que propõe a peça da Copi.

As personagens da obra tiram o aspecto sagrado ou essencialista do corpo como matéria inalterável, e lhe conferem usos específicos que vão além da construção do que é “homem” ou “mulher”, “mãe e filha”, “aborto ou cocô”, “sucesso ou fracasso”. Tendo desenvolvido suas pesquisas no campo dos estudos de gênero e suas conexões com a estética, Jack Halberstam (2020) a partir do termo “*queer*” -entendido como tudo aquilo que é desviante, excêntrico e não normativo-, considera que a lógica do sucesso, enquanto hegemônica, é regida por princípios racistas, machistas e cisheteronormativos. Nesse sentido, elabora uma associação entre o fracasso e o *queer*. Para tal, adverte que é preciso estar disponível a se afastar de uma zona de conforto das trocas da cortesia, para acolher uma política que promete bagunçar, falhar e perturbar. Afirma o exagero de falar o que se pensa e rebater quando a realidade nos choca e nos aniquila: “fracassar é algo que pessoas queer fazem e sempre fizeram excepcionalmente bem” (Halberstam, 2020, p. 21). E aqui acrescentamos: abortar é uma maneira de fazer fracassar tudo aquilo que restringe e espartilha a vida. Portanto, abortar mundos que restringem determinados modos de viver, para poder gestar outros que expandem a vida, é algo que as trans-aborteiras fazem estupendamente bem.

A peça de Copi remete aos fracassos, aos abortos. Por meio da personagem principal e a cena do dissenso que ela propõe, se faz fracassar o dispositivo da maternidade, o sistema sexo/gênero, a cisheteronormatividade, a identidade, o aborto legal<sup>32</sup>, as formas, as normas. Copi desfaz as normas fazendo fracassar tudo aquilo ensurdecido pelo pensamento consensual regido pelo princípio identitário (Rancière, 1996).

Voltamos a dar uma atenção ao conceito de consenso, para compreender como Copi com suas narrativas-trans-aborteiras, faz este fracassar. O consenso seria aquele que impossibilita a emergência do sujeito político, porque requer “corpos e agrupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade” (Rancière, 1996, p. 381). O consenso seria a supressão de todas as possibilidades de litígio ou cenas conflitantes, em prol da pretensão de uma única forma de expressão das figuras irreconciliáveis de sujeitos bem identificados e bem semelhantes em sua identidade. Para o pensamento consensual, aquele sujeito político que emerge colocando as cenas do dissenso, é considerado indesejável e descartável porque ameaça e coloca em risco a identidade pretendida do consenso, afinal “o consenso é a pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir” (Rancière, 1996, p. 379).

As narrativas-trans-aborteiras da obra, fazem fracassar o consenso quando surgem como ferramenta para encontrar alternativas contra hegemônicas. Partem de estilos de vida insubordinados e não reprodutivos que entram em conflito com o instaurado pelo pensamento consensual. Na obra, se constrói uma série de cenas singulares e dissensuais que ameaçam a perspectiva identitária. Como manifestação disto, podemos voltar à personagem Irina que declara ter atravessado uma cirurgia em Marrocos, mas está grávida. Os corpos nas obras de Copi ganham e perdem órgãos sexuais facilmente, bebês são concebidos em ventres de corpos

---

<sup>32</sup> Aqui nos referimos ao tom da peça, onde se levam em conta as circunstâncias de um aborto acompanhado pela mãe, em casa, sem autorização de uma lei permissiva ou de uma proibição ou de uma normativa restritiva em relação à prática. Também brincamos com o termo “legal” como significante aberto e permeável de outros sentidos como o que nasce como uma gíria nos anos ‘80 no Brasil e hoje já tem esse sentido de uso coloquial dicionarizado, que denota algo positivado, bom, aprovado.

com pênis femininos e eliminados pelas fezes, como vemos na cena n° I composta por Irina e sua mãe, linhas 41-60 (Copi, 2004, p. 23):

MADRE: *¿Estás embarazada?*

IRINA: *Sí.*

MADRE: *¿Es el peluquero o el oficial?*

IRINA: *Con el peluquero lo hice por primera vez la semana pasada, con el oficial hace tres meses, y tengo por lo menos cuatro meses de embarazo.*

MADRE: *Entonces ¿quién es?*

IRINA: *Eres tú.*

MADRE: *¡No cogemos juntas desde hace años!*

IRINA: *¿Y en el tren?*

MADRE: *¿En cuál tren?*

IRINA: *Tomamos sólo un tren hace cuatro meses, para venir a Siberia.*

MADRE: *¡Pero estábamos esposadas!*

IRINA: *Entonces quizá es el tío Pierre*

MADRE: *¿Cómo que el tío Pierre?*

IRINA: *En la estación. Cuando me desmayé y que fuiste a buscar el coñac en la maleta.*

MADRE: *¡No los dejé solos más de dos minutos!*

IRINA: *Tengo ganas de ir al baño mamá.*

MADRE: *¿no has comido nada y quieres ir al baño?*

IRINA: *es para cagar al niño.*

MADRE: *¿tienes ganas de abortar?*

IRINA: *Sí*

E o seguinte é um ato em cena onde Irina, de pernas abertas deitada no chão e com auxílio da mãe, defeca e simplesmente fala “Ya está. Está muerto” (Copi, 2004, I. 66-68, p. 23). A narrativa propõe um aborto pelo ânus de uma personagem que decide cagar o produto da gestação, talvez incestuosa, que estava em curso. Dessa forma, faz fracassar a ideia de reprodução da família moderna e ocidental, com todo outro arsenal de modos de viver. Admitir uma vida de falhas que perturbam o próprio sistema sexo/gênero tem a ver com um *ethos* que compõe a estética das narrativas transaborteiras, neste caso, expressa pelo artista Copi (2004).

Na expressão desta narrativa indisciplinada identificamos uma proposta de fracasso como uma estética que tem potencial de rupturas com as fixadas nas dimensões

heteronormativas, cissexistas e reprodutivas. A ideia é acionar “modos de ser e saber posicionados fora das compreensões convencionais do que é sucesso” (Halberstam, 2020, p. 20). É assim que procuramos outros modos de sentir e pensar o aborto, a partir de perspectivas que se afastam do sucesso da narrativa familiar com fins reprodutivos. Escolhemos o brincar das narrativas-trans-aborteiras possibilitado pelas práticas artísticas nas suas escritas trânsfugas de desgoverno ficcional, que propõem abraçar o fracasso em toda sua imperfeição e fazer dele uma potência contra hegemônica.

### ***Dor de barriga e os usos da privada: profanações do abortar***

Copi (2004), através da estética da sua obra, e em um ato de profanação do aborto com personagens que concebem e defecam filhos impunemente, faz fracassar o sistema sexo/gênero (Halberstam, 2020) e faz ele ir à merda (Preciado, 2002). Uma personagem que está grávida e efetua um aborto com ajuda da sua mãe, a qual revela que o aborto foi consumado e enterrou-se na neve. Mas Irina “defeca” o produto da gestação, ou seja, segundo Marcos Rosenzvaig (2003, p. 56): “aquí la imagen del parto defecado transforma la magia de parir en la vergüenza de la materia orgánica expulsada”. Assim, o aborto (ou defecação) que se cenifica na peça é capaz de desafiar, questionar e perturbar -não só a legislação vigente- senão todo um regime semântico envolvido na gestação seguida de prática de aborto.

Frente à narrativa inapropriada e decididamente oposta ao convencional em relação ao aborto, quem se aproxima fica fascinado e horrorizado ao mesmo tempo. O artista toma uma prática inapropriável e a desfaz de uma carga semântica para lhe outorgar outros sentidos. Copi (1971) vai nos dizer que abortar também significa jogar merda no mundo. No mínimo, mandar à merda tudo aquilo que espartilha e restringe os corpos, a expansão dos modos de viver e a experimentação de um corpo gestante e abortante.

Mas o que significaria dizer que se faz um jogo de profanação do aborto por meio da defecação? Agamben (2007) vai dizer que na esfera do corpo também operam repressões e separações em determinadas funções fisiológicas. E destaca que umas delas é a defecação, já

que em nossa sociedade, é isolada e escondida através de uma série de dispositivos e de proibições que vão entrar num campo de tensões e polaridades entre cultura e natureza, entre o público e o privado, entre o que é singular e o que é comum. Nas palavras do autor:

Ou melhor, trata-se de aprender um novo uso das fezes, assim como as crianças estavam tentando fazer a seu modo antes que intervissem a repressão e a separação. As formas desse uso só poderão ser inventadas de maneira coletiva. Como observou certa vez Italo Calvino, também as fezes são uma produção humana como as outras, só que delas nunca se fez uma história. Por esse motivo, qualquer tentativa individual de profaná-las pode ter apenas valor de paródia (Agamben, 2007, p. 67).

Encontramos nas elaborações do autor supracitado, alguns pontos de encontro entre a profanação que as crianças fazem da defecação e o que as narrativas-trans-aborteiras fazem do aborto. Com a cena de Irina defecando/abortando o produto de uma gestação que ela recusa, se faz um apagamento de um sujeito específico no qual identificamos na prática do aborto e se redesenha outro. Se agencia um sujeito político no dissenso dentro do dissenso, como propomos com Rancière (1996), fazendo fracassar o sistema heterocisnormativo da (não) reprodução.

Paul Preciado (2002) enfatiza que o ânus é a verdadeira máquina produtora da sociedade contrassexual quando manifesta que os trabalhadores do ânus são os novos proletários de uma possível revolução contrassexual. Os motivos para uma afirmação semelhante, segundo o autor, seriam: o “cu” como o centro erógeno universal não ligado a papéis de gênero, é dizer que todas as pessoas têm ânus e por isto ele toma um lugar democrático em relação aos outros locais de excitação corporais. Outra razão, segundo Preciado (2002), está relacionada ao “cu” aberto à produção de outros prazeres por não ser reconhecido e enquadrado na norma como ponto de excitabilidade; e por último, o ânus é uma possibilidade não reprodutiva que se diferencia da genitália progenitora. O “cu” é a brecha corporal para a desnaturalização do sexo, pois como diz o autor: o trabalho do ânus não é destinado à reprodução, nem está baseado numa relação romântica, porque ele gera benefícios que não podem ser medidos dentro de uma



economia heterocentrada. Pelo cu, o sistema tradicional da representação sexo/gênero vai à merda (Preciado, 2002)<sup>33</sup>.

Também é possível identificar que as (narrativas)trans-aborteiras “estão cagando” para o sistema tradicional da representação sexo-gênero, quando abortam o que engessa a vida, por meio de uma “reapropriação farmacopolítica do misoprostol para abortar, pelos grupos de partos autogestionários, pelo desenvolvimento de tecnologias comunicativas contraconvencionais que garantem a manifestação da vontade de decidir, pelo acesso a um cuidado de saúde trans-específico” (Theumer, 2018, p. 95).

Voltando à relação do campo de tensões e polaridades entre cultura e natureza e entre o público e o privado, René Schérer e Guy Hocquenghem (1979) também vão apontar para a separação da equação aparentemente já dada da “propriedade” da progênie “aos pais”. Eles trazem algumas reflexões sobre a força das representações no que tange, neste caso, à presumida pertença do corpo concebido, nutrido e parido àquilo que chamamos de mãe e/ou pai. Os autores defendem a ideia de que as representações que giram em torno ao nascimento, devem ser analisadas à luz das contingências daquilo que chamamos concepção. Questionam a ligação de tipo específico entre o conceito<sup>34</sup> e os progenitores, traçam a ideia de que o corpo rejeita o embrião tanto quanto pode, e então elaboram a ideia de uma gravidez como “un aborto fallido” (Schérer & Hocquenghem, 1979, p. 120). Nessa inversão, que podemos chamar de profanação, nos encontramos novamente com a ideia de que o aborto, a ninguém pertence.

Através de diversas provocações, a obra dos autores propõe uma outra constelação na que se define a gestação como uma série de acontecimentos parciais e contingentes que

---

<sup>33</sup> Quando Paul Preciado (2019) faz uma análise em relação aos usos dos banheiros públicos, vai dizer que na máquina-capital-heterossexual não se desperdiça nada, senão que opera uma economia produtiva que transforma o lixo em gênero, onde cada momento de defecação, serve como ocasião para produzir o gênero: “escapar do regime de gênero dos banheiros públicos é desafiar a segregação sexual que a moderna arquitetura urinária nos impõe desde pelo menos dois séculos: público/privado, visível/invisível, decente/obsceno, homem/mulher, pênis/vagina, de pé/sentado, ocupado/livre... Uma arquitetura que fabrica os gêneros enquanto, sob o pretexto da higiene pública, diz se ocupar simplesmente da gestão de nossos lixos orgânicos” (Preciado, 2019, p. 4-5).

<sup>34</sup> Nos referimos aqui ao conceito produto da união de um espermatozoide com o óvulo. Este inclui todas as células e estruturas que se desenvolvem a partir da concepção, quando o óvulo é fecundado.

carecem de finalidade. Ou seja, os abortos seriam a regra e a gestação seria a exceção a esta, uma vez que em cada ciclo menstrual se expungem infinitas possibilidades gestacionais. Possibilidades que poderiam se considerar “acidentes” ou “frutos azarosos” de uma série de eliminações. Longe de acolher, o corpo rejeita a instalação de um processo fecundo. O útero não é, via de regra, um órgão fibromuscular acolhedor. Por tanto, a gestação não é mais que um aborto que falhou. E o que produz adoecimento, nesse caso, é o aborto que falhou no sentido de que “en realidad es una situación del embarazo involuntario. Lo que es traumático es el hecho del embarazo que no espero, que no quiero, que me impusieron, que me violentaron. El embarazo involuntario es un shock traumático” (Rosemberg, 2020, p. 48).

Assim, em um ato de profanação da ideia do útero como acolhedor, encontramos possibilidades de pensar que, diferentemente do ato da defecação que se mantém escondida e cheia de proibições, o nascimento é representado como uma grande cena onde se dramatiza a aparição de um novo ser. Nela, tudo está organizado para fazer ver, imaginar com antecipação e preparar o palco onde se têm personagens específicos: o corpo que vai parir como a “vedete” da cena (Schérer & Hocquenghem, 1979).

A narrativas-trans-aborteiras que escolhemos, têm o potencial de criar outras “vedetes”, no caso Irina que defeca/aborta e instala -no ato-, outras imagens sobre a prática. Irina defeca o “bebê” num ato cuja estética é controversa, contrassexual e irônica: “já está, está morto” ela diz e levanta sem mais. Essa torção, capaz de disputar sentidos, produz estranhamento e incômodos que perturbam os consensos em relação à prática.

O que ela propõe é um aborto que está em posição liminar, a cavalo das fronteiras e fugindo dos binarismos do pensamento heterocisnormativo. Irina aborta cagando as categorias puras e identitárias que pretendem estabelecer a ordem binária dos corpos e propõe um aborto resultante de fusões não estabilizadas de outros níveis de identidades: será que podemos falar de um aborto cuir?

O brincar das narrativas-trans-aborteiras -como a citada obra de Copi-, com as invenções que parodiam “assuntos sérios”, torna ridículo, cômico ou grotesco o que para outros

é sério. Assim, quando se quer atingir aquilo da ordem do inenarrável, de sério é transformado em cômico, porém, são conservados certos elementos formais em que são inseridos conteúdos novos e incongruentes (Agamben, 2007).

Nos interessa a narrativa que cria outras estéticas possíveis em relação ao aborto. A peça selecionada bota em cena personagens que subvertem e pervertem as noções de sexo, gênero, sexualidade e aborto e as decepciona na pretensão de produção de sujeitos “normais”. As narrativas-trans-aborteiras, além de serem pensadas pela perspectiva do fracasso, podem se afirmar a partir de um ato de profanação, no sentido proposto por Giorgio Agamben (2007). Os atos profanatórios se estendem até atingir os nossos entendimentos sobre o aborto e nos colocam em encruzilhadas que atravessamos porque a estética trans-aborteira nos orienta. Copi ousou em criar uma narrativa para além do seu tempo, na qual adianta questões como gestação e aborto a partir de processos cirúrgicos e órgãos implantados, muito antes de sequer ser uma possibilidade concreta na ciência da nossa sociedade<sup>35</sup>.

O artista Copi consegue profanar a gestação e o aborto como modo de criar uma nova dimensão dos usos do corpo. Conforme afirma Agamben (2007, p. 61) “depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso”. Consideramos que na obra de Copi (1971), as personagens estão na (des)feituas das formas e se colocam em aberturas para novos e possíveis usos dos seus corpos. Profanar a gestação e o aborto da cisheteronormatividade, pelos estudos e ativismos queer e as epistemologias trans, para afirmar que outras práticas são possíveis, tem sido fundamental para colocar a possibilidade de pensar o aborto para além do corpo que gesta.

Tornar o aborto mais polissêmico e colocar ele disposto às aberturas e às encruzilhadas, faz sentido quando recuperamos narrativas que oportunizam reflexões acerca de outros modos de sentir e pensar, a partir das dimensões estéticas e políticas que formulam novas possibilidades subjetivas e relacionais. As narrativas-trans-aborteiras lançam possibilidades

---

<sup>35</sup> Sobre o transplante de útero, limitações e diferentes perspectivas, consultar a seguinte matéria: <<https://queer.ig.com.br/2021-09-30/transplante-de-utero-para-pessoas-trans.html>>.

outras de constituição de si, na medida em que deslocam sentidos estabelecidos e promovem novos modos de compor a relação com os corpos, os desejos e com a próprios modos de habitar o mundo.

### ***O brincar profanatório das crianças trans-aborteiras***

Como nossa pesquisa vai além das bordas estabelecidas para abordar a prática abortiva, e se pergunta sobre a possibilidade de pensá-la para além do corpo que gesta, ensaiamos modos de profanar o aborto com as crianças. Continuando com os elogios à profanação que propõe Giorgio Agamben (2007), percebemos o potencial trans-aborteiro e profanatório que as narrativas das crianças possuem, no sentido de criar diversas transposições de sentidos para aquilo que é considerado sagrado.

Profanar, segundo o autor, significaria aprender a brincar com as representações e fazer novos usos destas para transformá-las em outros meios. Aqui, a dimensão do lúdico adquire um destaque no aspecto brincação proposto pelas narrativas-trans-transaborteiras quando ironizam os assuntos colocados em questão, considerados sérios. Assim, nos somamos no exercício de práticas criativas de pesquisa que “nos faz olhar de novo para o que supúnhamos já saber e conhecer” (Rodrigues et. al., 2019, p. 123).

Por exemplo, a partir da dimensão do jogo, podem emergir possibilidades de desativação de algumas racionalidades para dar passagem à criação de uma nova dimensão dos usos, a fim de transformá-las em meios para afirmar outras formas de viver e habitar o corpo:

As crianças, que brincam com qualquer bugiganga que lhes caia nas mãos, transformam em brinquedo também o que pertence à esfera da economia, da guerra, do direito e das outras atividades que estamos acostumados a considerar sérias. Um automóvel, uma arma de fogo, um contrato jurídico transformam-se improvisadamente em brinquedos. [...] E essa não significa descuido (nenhuma atenção resiste ao confronto com a da criança que brinca), mas uma nova dimensão do uso que crianças e filósofos conferem à humanidade (Agamben, 2007, p. 60).

A respeito dessa outra dimensão dos usos que a criança inventa para situações que costumamos considerar sérias, nosso diário de bordo se faz novamente presente. Depois de tudo, os saberes e a produção de conhecimento “é da ordem da vida vivida, é pelo movimento do conhecer que criamos mundos e modos de viver e pesquisar conhecer” (Rodrigues et. al.,

2019, p. 124). Trata-se de um encontro com as crianças no o VI Seminário das Humanidades - Cotaxé<sup>36</sup>. No caso, particularmente a narrativa de uma menina que tem um tanto de transaborteira, no sentido de irromper com a curiosidade das perguntas e o ensaio de respostas brincalhonas:

Não era parte das atividades programadas, mas as crianças gestionaram e organizaram uma oficina de espanhol. Efetivamente localizaram um dos organizadores e conseguiram introduzir a atividade que seria só para elas. Mas os horários ficariam apertados. Tínhamos roda de conversa sobre aborto. -Aborto? o que é isso? -, a criança perguntou. Tinha que dar uma resposta, então me dispus a ensaiar uma com ela: -É quando uma mulher fica grávida e não quer mais estar assim, grávida. Portanto ela procura ajuda para parar de ficar grávida. É como deter uma coisa que você não quer mais, tipo isso-. A criança só ouviu e saiu da sala onde aconteciam as oficinas. Ao pouco tempo voltou me convidando para ir com ela na igreja, digo que não irei porque não gosto de ir para a igreja. Ao que responde: -também não gosto, vou dizer para minha mãe que também não vou. Vou abortar a missão de ir para a igreja hoje-. E simplesmente saiu correndo da sala (Trecho do diário de bordo, novembro de 2021).

Uma criança de aproximadamente sete anos me convidou para profanar o aborto do os sentidos a ele atribuídos. Ela outorgou outros usos para o verbo, criando outros significados que utilizou para expressar aquilo que não queria mais fazer. Através desse encontro com a criança, no ensaio de uma conversa e na afirmação de algumas diferenças, me senti instigada e mexida a registrar isso no meu diário de campo, já que concordamos com Alexandro Rodrigues, et. al. (2019, p. 124), quando assinala que as pesquisas que surgem com as crianças, “suscitam um cuidado metodológico com a memória e com a criação”.

Esse encontro potencializou a produção de conhecimentos criancieiros, no sentido de deslocamento para formas de produção de subjetividade que transbordam o que se pretende fixo e imutável. A criança conseguiu se apropriar de uma situação que a ela pretendia capturar e fugir dela por meio da profanação. Colocou em funcionamento outro sentido daquele que eu estava atribuindo para tentar explicar de que se trataria a oficina sobre aborto. Nisso consiste a

---

<sup>36</sup> Com o tema "Cotaxé: Histórias, Diversidade e Recursos Hídricos", o evento foi contemplado no edital de Ponto de Memória da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e aconteceu em formato híbrido entre 12 e 15 de novembro de 2021. A programação teve mesas redondas, apresentações culturais, oficinas e exibição de filmes. Como parte da programação, seria lançado o livro “Sangrias” (2018) com roda de conversa sobre "A Criminalização do Aborto e Suas Consequências", a cargo das organizadoras do livro: Beatriz de Barros Souza e María Antonella Barone. Para mais informações consultar em: <<https://www.seculodiario.com.br/cidades/projeto-recupera-memoria-de-lutas-camponesas-em-cotaxe>>.

potência transformadora da profanação que configura novas experiências e sentidos para a vida e para o contexto:

Encontrar-se com uma criança é da ordem do tempo, da fragilidade e da criação de forças, de conversas, de bagunças e brincadeiras, e é exatamente isso o que nos faz ocupar essa escrita arisca. Com os limites de nossas apostas e intenções, com as frágeis metodologias de pesquisas e nossas formas de fazer, tecer e problematizar a produção que qualificamos por conhecimento, junto às (contra) metodologias desenvolvidas nos cotidianos, a multiplicidade e a complexidade dos saberes tecidos e (des)tecidos no plano de imanência da vida nos faz olhar de novo para o que supúnhamos já saber e conhecer (Rodrigues et al., 2019, p. 123).

O encontro com a criança teve reverberações que transbordaram aquele Seminário e as ressonâncias afirmam ainda mais a potência das narrativas-trans-aborteiras. Ela me fez abortar meus modos de falar sobre aborto. Transbordou qualquer método possível que se aplica para dizer alguma coisa sobre o tema. Conforme aponta Rodrigues *et. al.* (2019), os exercícios criancieiros acontecem em criação de mundos, em resistência e invenção de modos de vida. Acordam outros afetos e afetações que abrem possíveis para a outridade: outras abordagens e aproximações com outros tipos de interesses e de usos.

Em oportunidade da “Presentación del Manual de servicios de aborto trans inclusivos” ouvimos a narrativa de Lian Boggam (2021, 8min. 54 seg.) que manifesta: “a mi me moviliza muchísimo que un niño de 10 años, que desde los 7 años es un niño trans, desde los 7 años dice que quiere ser papá gestante cuando sea adulto. Entonces quiero imaginármelo (...) con su pancita sin que nadie lo vea como un monstruo ni como un bicho”. Narrativas como essas oportunizam imagéticos nos que é possível pensar em um mundo por vir, muito diferente ao que conhecemos. Narrativas como essas só são possíveis porque tem gente disponível à escuta ativa e sensível. Pessoas dispostas a ouvir a linguagem do distinto que aciona outras paisagens de mundos plurais. Pessoas que se colocam na reinvenção de si junto com as crianças: um menino criou para si uma projeção de um modo de viver para ele, brincando com a ideia de se tornar um homem grávido, um homem pai, o que nos mostra que está se gestando um outro mundo, onde coubermos todes.

Consideramos que as narrativas-trans-aborteiras visam na construção de um outro mundo para crianças e adultos onde o aborto seja considerado como outro resultado possível da gestação, assim como o aborto espontâneo e o nascimento. Observamos que a cena anteriormente exposta, em movimentos brincantes e criancieiros, me convidou para abortar os modos nos que me coloco para falar sobre aborto. Também fez com que me perguntasse sobre: quais são os recursos que temos para conversar sobre aborto com as crianças?

Carly Manes e Emulsify (2021), duas mulheres estadunidenses que se autodenominam “doulas do aborto”<sup>37</sup>, são autoras de um livro para crianças sobre o aborto titulado *What's an Abortion, Anyway? - Children's Book about Abortion*. “O que é um aborto, afinal? - Um livro de sobre aborto para crianças” é um livro feito para crianças. Ele trata sobre cuidados com o aborto e se gestou a partir da demanda das pessoas que atravessam a prática abortiva e desejam conversar com suas filhas e seus filhos, em relação ao que está se passando no corpo abortante<sup>38</sup>. O livro apresentado transborda a questão do aborto e afirma uma diversidade de formas de constituir famílias, assim como diversas formas de fazer o gênero. Podemos observar isto nas ilustrações, que narram histórias em relação a pessoas para as quais é vedado o direito de aparecer (Butler, 2015), pessoas que normalmente não veem suas histórias contadas. Por exemplo, na aparição de histórias que contam sobre a possibilidade de aborto de uma pessoa que não é mulher cisgênero.

O aborto pode ser um tema difícil de abordar entre os adultos, muito menos as crianças. Como doulas do aborto, sabemos o quão importante é garantir que todos tenham os recursos necessários para ter conversas intencionais, compassivas e sem julgamento sobre os cuidados com o aborto com os mais jovens em suas vidas. Até onde sabemos, atualmente não há livros publicados nos EUA que usem a palavra “aborto” para crianças menores de 13 anos. Pais, cuidadores e provedores precisam e merecem um recurso sem julgamento, inclusivo de gênero e medicamento preciso para usar em discussões com crianças sobre aborto (Manes & Emulsify, tradução livre, 2021, s/p).

---

<sup>37</sup> “Doula do aborto” é aquela pessoa que acompanha processos que envolvem uma prática abortiva. São acompanhantes, pessoas de apoio que vão informar, orientar e apoiar a uma pessoa em situação de abortamento. O apoio vai desde o aspecto técnico e prático, até suporte emocional e afetivo da vivência em relação ao aborto.

<sup>38</sup> Para mais informações em relação ao processo de constituição do projeto e às autoras, consulte: <https://www.kickstarter.com/projects/whatsanabortionbook/whats-an-abortion-anyway-childrens-book-about-abortion>

No Brasil, as pesquisas desenvolvidas em relação às mulheres e o aborto, estimam que quase oito de cada dez, se encontram maternando (PNA, 2016). A Pesquisa Nacional de Aborto, realizada pela Anis – Instituto de Bioética e Universidade de Brasília, mostra que 78% das mulheres que induzem o abortamento, já têm gestado, parido e estão exercendo cuidados de maternagem das suas crianças. Carregada de silêncios e omissões, a prática abortiva carrega sentidos que, desde temprana idade, vão assujeitando as formas de entendê-la, e que fazem com que não possa ser falado naturalmente com as crianças. Ainda quando seja a própria “mamãe” quem aborta. Então, um processo de naturalização das práticas abortivas se faz necessária, quando pensamos em modos de acessar à criação de subjetividades na qual o aborto seja uma prática possível.

Sendo o aborto um evento comum na vida das pessoas para além do corpo que o atravessa, a prática está em contato com as crianças, desejemos ou não. A questão é de que formas estas entram em contato com a temática. Assim, se torna necessário incorporar as concepções sobre gestações, gravidez e aborto que tenham a potencialidade de dar outros significados a estes eventos relacionados à (não) reprodução. Nas manifestações chamadas da “maré verde”, “onda verde” ou “pró-aborto”, em prol da legalização do aborto localizadas na Argentina, foi possível notar a presença das crianças e adolescentes. Débora Diniz (2018 s/p.) diz ao respeito:

Ganharam as meninas. São elas que podem esperar para conquistar o “sim” à lei de legalização do aborto no Argentina. Falou-se em dois milhões de pessoas nas ruas de Buenos Aires – eu só vi meninas. Elas estavam em bando, colorindo-se umas as outras, cantando e rodando ao som de batucadas sobre a vida, a reprodução e a liberdade (...) Elas agora têm um passado em comum, uma memória (...) pois aprenderam como fazer política, descobriram-se nas multidões das ruas, criaram o próprio vocabulário de luta.

Esta narrativa traz uma série de simbolismos ligados a outro tipo de linguagem, por exemplo as vinculadas com a dimensão estética. O “pañuelo” verde (lenço verde) foi amplamente disseminado como um modo de comunicar e mobilizar outras expressões em relação ao aborto. Assim, a emergência do signo de cor verde tomou tempos e espaços públicos, apresentando a transversalidade desse tema com a invenção de uma multiplicidade de signos



(Ribas, 2020). Então, a produção narrativa que instala processos de subjetivação nos que as crianças aparecem no espaço público com consignas de reivindicação de práticas abortivas, só pode nos indicar caminhos de transformação de modos de pensar, entender e sentir esses eventos (não) reprodutivos.

Como assinala Judith Butler (2015), quando os corpos em sua pluralidade aparecem no espaço público, se modulam emoções e se transformam, trans-formando também o próprio espaço. Porque não apenas se produzem momentos de subjetivação coletiva, mas também tendem a se manifestar como experiências estéticas: criam modos de dizer, nomear ou representar tanto o que está pedindo passagem quanto o que aconteceu e, ao fazê-lo, questionam e alteram as gramáticas já instaladas.

Esta estética, ligada à política, foi capaz de alcançar uma ampla disseminação de outras semióticas, de contra-imagens, como contra-narrativas ou contradispositivos (Alvim, 2012), que “não cansam de inverter, recusar, reorganizar, perverter e recriar contra o funcionamento de suas relações de dominação. Ou então, um contradispositivo procede não apenas desregulando as engrenagens ou o *hardware*, mas cria máquinas e inventa plataformas” (Alvim & Rodrigues, 2016). Ao atentar para as narrativas que contradispositivam alguns mecanismos endurecidos em relação ao aborto, identificamos a necessidade de nos perguntar: o que pode uma criança em exercícios brincantes e trans-aborteiros?

Enquanto desenvolvemos esta pesquisa, crianças e adolescentes também são obrigadas a parir<sup>39</sup>. Habitualmente, as narrativas sobre o aborto são capturadas por uma produção necropolítica (Mbembe, 2018) que só cria imagéticos de horror e morte em torno deste. Por este motivo, nos concentramos na produção narrativa que se constitui como recurso importante para contestar e contrastar com as narrativas dominantes. Dessa forma, consideramos que se

---

<sup>39</sup> Refere-se ao mediático a nível internacional da menina de 10 anos do estado do Espírito Santo que foi obrigada a viajar até o estado de Pernambuco para acessar ao aborto previsto em lei. Com a gestação produto de estupro, tendo o aborto autorizado pela justiça de acordo com o Código Penal de 1940 e sua hipótese legal de direito ao aborto, precisou sair do seu estado já que o hospital procurado na cidade de Vitória se negou a fazer o procedimento. Esse caso, repleto de outras violências, ocupou as redes sociais e matérias jornalísticas por semanas em toda a região.

torna possível criar significados e imagens alternativas que tornam esse evento, acessível e experienciável.

Por meio de um ensaio escrito em primeira pessoa do plural, Alessandro Rodrigues e Ileana Wenz (2018, p. 25) compõem narrativas em fabulações criancêiras para produzir paisagens do cotidiano relacionado à prática abortiva como um evento comum na vida das pessoas: “Naquele tempo, nosso mundo se dividia entre pessoas adultas e crianças. (...). Mas isso não nos impedia de ver quando estas mulheres começavam a fazer suas colheitas com os segredos que guardam o corpo e no corpo”.

Com essa narrativa, o autor e a autora colocam em funcionamento operações criancêiras que oportunizam relatos desde a perspectiva das crianças, no contato com o aborto das mulheres da sua família e os imaginários produzidos neste: “Não éramos levados o suficiente para tomarmos remédios amargos para a dor de barriga de mulher. Os homens como Gepeto ainda não apareciam em nossas infâncias com dor de barriga. Mas, os homens com dor de barriga, ficam para outra história!” (Rodrigues & Wenz, 2018, p. 26). Fazendo referência ao romance infanto-juvenil “As Aventuras de Pinóquio”, escrito pelo italiano Carlo Collodi e publicado no ano 1883; sugerem a possibilidade de um devir gestante dos homens trans com Gepetto e Pinóquio, os personagens deste romance. Assinalam a potencialidade de determinadas narrativas que se colocam em práticas de reinvenção: “em sua capacidade biófila ao resistir as práticas necrófilas, a gestação, a maternagem e paternagem. Paternagem por que? Homens também engravidam. Não podemos esquecer. Gepeto, criador de Pinóquio, já nos ensinara sobre a condição de corpos e desejos homens em engravidar” (Rodrigues & Wenz, p. 22).

Este ensaio trouxe à tona imagens a modo de crítica à necropolítica cotidiana que ronda determinados corpos que profanam o sagrado, dentre elas, às produzidas desde a perspectiva das crianças em contato com o aborto. Sobretudo, em contexto local, no interior de casa, incorporando o cotidiano da família, onde crianças, expertas e a espreitas, se conectam com as vivências e os eventos que nestes ambientes acontecem. O ensaio conta estas histórias que

foram pensadas desde a perspectiva das crianças. Por esse motivo consideramos que ali radica uma força trans-aborteira no sentido de colocar as operações que as crianças fazem funcionar e que nem sempre são habilitadas à hora de “falar sobre aborto”. Assim, as crianças transgridem e profanam o que pretende ser escondido e mantido em segredo para elas:

Depois do jantar, as mulheres de nossas vidas, mães e tias, porque todas viravam tias, nos colocavam para dormir e, na sequência da tarefa, ofereciam uma dose do unguento amargo para quem estivesse com dor de barriga. Diziam umas às outras: “precisa tomar tudo isso até o momento em que a lua estiver no seu ponto alto. Aproveita que as crianças estarão dormindo e fique no banheiro o tempo que precisar. Terá muita cólica e uma diarreia avermelhada, parecendo cor de terra. Estaremos no quarto com as crianças. Se sentir muita cólica e não conseguir se aguentar com a dor na barriga e no corpo todo, pode nos chamar. Estaremos aqui e não soltaremos a sua mão enquanto de nós precisar. Tinha noite que realmente ficávamos sozinhos em nossos quartos. Nossas mães e tias no banheiro permaneciam. Depois do chá que acalma a barriga de mulher que teve diarreia avermelhada, estas mulheres sorriam, se abraçavam e se despediam (Rodrigues & Wenzel, 2018, p. 27).

Em contextos de família moderna, ocidentalizada e adultocêntrica, pode nos trazer uma sensação de tranquilidade acreditar que, mesmo a prática do aborto seja comum na vida das pessoas, manter as crianças à margem destes eventos, impede o contato e as afetações com estes. Cenas como as citadas dizem de encontros que profanam do aborto tudo aquilo da ordem do proibido e inexperienciável. As crianças profanam o segredo e o silenciamento produzido em torno deste com suas audácias da imaginação. Então são necessárias outras imagens e paisagens que se afastem da morte e do horror ao falar sobre o aborto e assim, aproximar às crianças outros imagéticos que possibilitem um acesso mais assertivo e mais vivível em relação com a prática. Não é assim que se faz quando as aproximamos às experiências de parto, por exemplo?

Tornar o aborto mais aberto e polissêmico também faz possível pensá-lo na ordem de expelir coisas indesejadas, de abortar a moral e tudo aquilo que restringe a vida. Nesse sentido, outras formas de sentir e pensar o aborto se fazem presentes como modos de afirmar políticas profanatórias. E isso também tem tudo a ver com as crianças que, em atos de curiosidade e pesquisa, questionam e perguntam, desestabilizando toda evidência para, desde os interstícios, sentir e pensar o aborto desde outra perspectiva.

Acreditamos que ali se tem uma potencialidade trans-aborteira e por isso muito nos interessa. Porque como temos questionado, invés da produção de mais regimes de verdade que endurecem nossos olhares e negam algumas existências, nos colocamos “na pista” para a criação de outros regimes de sensibilidades na abordagem sobre aborto, e nisso, as crianças muito nos ensinam.

## CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS E ENSAIOS HÍBRIDOS

*Porque eu amo vocês, meus pares corajosos, desejo que lhes falte a coragem. Desejo que vocês não tenham mais força para reproduzir a norma, que não tenham mais energia para fabricar a identidade, que percam a fé no que os seus documentos dizem sobre vocês. E uma vez perdida toda sua coragem, frouxos de alegria, eu desejo que vocês inventem um modo de usar para seus corpos. Porque eu os amo, desejo-os fracos e desprezíveis. Pois é pela fragilidade que a revolução opera.*

*Paul Preciado, 2015*

Diante do trajeto desenvolvido até o momento, chego a estas linhas inconclusas na tessitura das últimas reflexões. Destarte, as considerações finais não são entendidas como um desfecho ou um produto final. Temos apostado na mistura, que gesta este texto híbrido, na perspectiva de uma escrita ensaística como política-estético-narrativa, onde operaram diversos e necessários deslocamentos para manter ativa a dimensão da processualidade e, assim, conectar os campos de força da pesquisa em todas as suas etapas. Porque as crias que gestamos durante as diferentes seções, nos convidaram a abortar os modos que autorizam a sujeição de vidas, para que o próprio trabalho pudesse gerar novos sentidos que ressoam por meio de linhas propositivas. Uma estética trans-aborteira orientou esta tese.

O ponto de partida se configurou como aqueles abortos como produção de vida. Aqueles que dizem sobre outras questões, visando a construção de análises que possam permitir a transgressão do *status quo* relacionado a como os regimes hegemônicos que afetam os modos de subjetivação ou ainda as práticas de si. Porque as terras devastadas pelos colonialismos se perpetua na medida que se criam regimes de verdades e se universalizam os modos de viver, empobrecendo nossos imaginários e possibilidades de acessar a outras paisagens, neste caso, relacionadas ao aborto. Mas não somente. Utilizando as cinzas que a colonização deixa com sua brutalidade, se gestam narrativas desertoras que fertilizam e cultivam outros imaginários. Com força afirmativa, insemnam ideias infames e encetam outros mundos, fertilizam subjetividades não comportadas que fogem das normas que engessam a vida.

Ao longo deste trabalho, e a partir de uma transmutação de linguagens, saberes, corpos e práticas, nos debruçamos sobre narrativas que transbordam os sentidos atribuídos ao aborto,

para nos aproximarmos a modos de pensá-lo para além do corpo que gesta. Assim, percorremos os caminhos tortos que os estudos cuir/queer e os estudos trans nos apresentaram para transbordar os sentidos cisheteronormativos que atravessam à prática abortiva. Dessa maneira, fomos nos deparando com diversas encruzilhadas que propunham ir além de determinadas fronteiras na sua abordagem, nos permitindo misturar diferentes linguagens que se conectaram em dimensões éticas, estéticas e políticas para outros modos de sentir, pensar e viver o aborto.

Ainda que pareça reiterativo, insistimos: pensar o aborto para além do corpo que gesta não significa afirmar algumas existências, em detrimento de outras. Nos referimos a uma ampliação que possibilite nos colocar em produções de conhecimento que, invés de se esforçar em fabricar essencialismos, se coloquem na tarefa da distinção, aquela que se distingue da mesmice para apostar na constituição de alianças, a partir das diferenças. Nosso recorte, portanto, se concentrou na tarefa de *querificar* o aborto a partir das narrativas-trans-aborteiras. O que nos demandou exercícios de desmonte e desarticulação dos sentidos cisheteronormativos produzidos em torno deste. Nos colocou em exercícios de abortar nossos modos de falar sobre aborto, e de gestar outros, não menos potentes. Elementos divergentes e pontos de conexão entre as narrativas selecionadas, se articularam com os marcos referenciais consultados e com nossa própria produção narrativa sobre o tema de pesquisa.

Porque como temos dito, essa tese é uma produção narrativa que se elabora a partir de outras perspectivas, bebendo de outras fontes e olhando para outras questões relacionadas ao aborto. Tem que faça outros recortes e elabore outras conclusões. Só estendemos um convite para quem assim desejar, a criar dúvidas em torno àquelas consignas anacrônicas que herdamos em torno ao aborto, e, invés de continuar a levá-las como mantras, poder re-pensá-las a partir de outras abordagens e perspectivas.

Depois de compreender a produção de verdades que cria determinados regimes semânticos em torno ao aborto, foi possível analisar narrativas das pessoas trans que colocam em tensão definições assumidas que dizem sobre qual é o sujeito de agência política neste debate. Explorando a produção de sentido que transborda estas definições, com a produção de

outras linguagens e outras estéticas das transposições dos estudos cuir/queer, foi possível afirmar que as narrativas-trans-aborteiras têm um potencial de se constituir como potentes veículos para desarticular sentidos heterocisnormativos em relação à prática.

Com as estratégias ensinadas nos caminhos nômades e mestiços do *Malinchismo*, se optou por uma abordagem sobre o aborto desde perspectivas trans e cuir que nos permitiu desafiar nosso pensamento e ir além do que conhecemos sobre aborto. Com o binômio *La Malinche/Malinchismo*, fomos misturando linguagens e vocabulários para poder nos comunicar/conectar com outras estéticas e políticas relacionadas a esta prática. Neste sentido, as narrativas-trans-aborteiras com a audácia da sua re-existência, trazem outras inscrições para estudos e abordagens que cultivam outras paisagens e fertilizam imaginários multiplicatórios e necessariamente inacabados sobre o aborto.

Em metodologias transbordantes, assinalamos que em nenhum momento estivemos confortáveis em oferecer um pronunciamento de “caminhos a seguir” nem uma conclusão, dadas as múltiplas possibilidades sugeridas nas seções componentes. Reconhecemos ainda que co-existem várias maneiras em que uma tese como esta pode ser enquadrada, e ficamos cada vez mais confortáveis com a ideia de que permaneça cheia de dúvidas e incertezas que a façam fugir de marcos fechados e conclusivos.

Se esta tese conseguiu dar conta de tudo o que desejamos -porque esta é uma pesquisa desejante-, não sabemos. Mas acreditamos que só se pode avaliar pela operação dos seus efeitos ao circular, do que venha “causar” em afetações por aí. Ao mergulhar na leitura, você pode vir com expectativas do que “deveria” estar nela, o que “deveria” ter sido trabalhado, dito e escrito. No embate, a escrita assume formas estranhas aos modelos de tese porque se assume fragmentária e dispersa. Por esse motivo e nesta instância, assumimos a parcialidade, as limitações e as imperfeições apresentadas de muitas maneiras ao longo da pesquisa, pelas quais essas expectativas só serão: talvez e só talvez, parcialmente atendidas. Há, como sempre, muito mais a ser dito e feito.

Mas nós também temos expectativas, e esperamos que esta pesquisa, invés de uma tentativa de universalização conceitual e metodológica, ofereça aberturas para modos singulares de se envolver com a complexidade que apresenta um campo tão amplo, como o é o aborto. Que provoque o pensamento e, pela via das narrativas-trans-aborteiras do incômodo, fomenta outras formas de conhecer, sentir e pensar sobre o aborto. Que colabore aprofundando os engajamentos com as interseções, sobreposições, divergências e coerências entre a teorização cuir, queer e trans, suas metodologias transbordantes e as suas abordagens propositivas sobre o tema. Que se afirme numa torrente sempre variável, inesgotável de conexões possíveis nessas provocações ao pensamento.

Consideramos que isso exigirá um compromisso com as perdas e ganhos que implica não oferecer um final definitivo, senão a procura por criar aberturas infinitas nos modos fugitivos de fazer pesquisa sobre o aborto. Ou seja, processos formativos que se fazem acontecer fugindo dos modelos normativos, como fogem as lésbicas do regime heterossexual de Wittig (1992). Instigando questionamentos em relação às nossas práticas teóricas, para subverter ou interromper as leis acadêmicas de produção do conhecimento. Revisando o que o conhecimento faz com nossos imaginários em relação aos nossos corpos, práticas e comunidades. Procurando outras variações para desarmar (in)certos binários com suas práticas capitalistas, heteronormativas, racistas, cis-sexistas, que articulam nosso pensamento e nos modulam em direção à normalização.

Com esta pesquisa, nos dispusemos a fissurar esses caminhos e encontrar nas frestas, outras possibilidades de vida para múltiplos corpos e realidades. Apostando nos transbordos como uma forma de fazer que não se ancora a um determinado modelo ou paradigma e que nos dá a possibilidade de treinar outro fôlego, que torna a vida um pouco mais vivível. Isso não significa estar isento de outras formas de violência, mas o ensejo é poder sentir uma língua do sul, transviada e mestiça, quebrando o silêncio epistêmico que existe em relação à prática abortiva para além do corpo que gesta e por fora do regime heterocisnormativo.



Tomara que seja possível sentir um sopro de ar fresco ao compreender que temos nos ocupado em criar uma imaginação do presente não totalmente capturada e patrocinada pelo Estado. A imaginação, e o que é imaginável de mundos ainda por vir, se torna fundamental quando as forças devastadoras do extermínio nos impelem a pensar somente dentro dos chamados limites da realidade. Acredito que há algo que se passa com a institucionalização dos movimentos sociais e sexuais, e é que quando se fala apenas a linguagem do Estado, talvez, e só talvez, corremos o risco de cair na armadilha de uma domesticação do imaginário. Então, me parece que o desafio é a questão da imaginação de um presente não empobrecido pelas forças do desencantamento que buscam silenciar, enfraquecer e exterminar.

O desafio se coloca para quem ainda pode se manter com vida, para não desistir dela e reinventá-la. Porque ainda abortamos o mundo colonial, desigual, hipervigilante, racista, heteropatriarcal, sexista e necropolítico. Abortamos todo aquilo que restringe e espartilha a vida. Tentamos não desistir porque podemos. Tem quem não pode. Nesse mundo não cabem todos os mundos. Entretanto, apesar do cercamento perene da colonização produtora de violências e morte, historicamente as narrativas-trans-aborteiras têm imaginado e encetado outros mundos fissurando esse horizonte tutelado pelo Estado. Desertoras de gênero/sexualidade (e não somente), gestam crias narrativas que, em meio a partos, abortos e transições coletivas, possibilitam a transmutação e a expansão de vida e de mundos.

Abordar as narrativas em chave trans-aborteira nos aproxima às potencialidades de corpos teóricos robustos e rebeldes, produzidos nos *cus* do mundo para contaminar a lógica do sistema binário. Máquinas de guerra que abafam, desafiam e fazem ruir o binarismo que rege a menstruação, a gravidez, as tecnologias reprodutivas, a parentalidade, a preservação da fertilidade, o aborto e também o imaginário dos movimentos sociais acerca destes. Assim, através dos séculos, germinaram nas fissuras aquelas *ervas tortas* que envenenam os purismos e essencialismos das epistemologias legitimadas pela ciência positivista.

Por meio dessas fissuras, foi e é possível não apenas fugir do mundo da tutela, como imaginar e criar formas radicalmente outras de se implicar com a vida na Terra. Pensar o aborto

desde esta perspectiva implica se afastar da lógica de descobrir verdades, ou adquirir um conhecimento onde jazem estas verdades, e se aproximar ao exercício constante de desconstruir muitos dos incontáveis binários que operam nos domínios da vida (não) reprodutiva.

As interseções e sobreposições de sexismo, cissexismo e heteronormatividade cercam nossa compreensão sobre o aborto. Assim, neste tipo de trabalho que incomoda e desloca, o que vem primeiro é a capacidade de se dispor ao encontro e à afirmação das diferenças e da alteridade, porque oferece um espaço para pensar além dos binários, com histórias de outros lugares para se tornar. Acreditamos na vulnerabilidade como constitutiva da vida nesse plano terrestre e da nossa espécie, por tanto nos inquieta e nos revolta que seja esta convertida no eixo das desigualdades e das injustiças. No ensejo de Paul Preciado (2015), esse trabalho, invés de afirmar pela via da coragem, se afirma pela via da fragilidade e da disponibilidade, sobretudo, em relação à escuta de outras linguagens, das linguagens mestizas e da fronteira, das línguas frouxas que duvidam e gaguejam, as que questionam e perguntam, as que abrem brechas e criam fissuras na norma. Aquelas que, ao invés de continuar só na estratégia de fabricar identidades representacionais, se colocam na reinvenção de si, das suas práticas académicas, ativistas e sexuais, criando outros usos para seus corpos e em constante transformação.

Como nossa pesquisa vai além das bordas estabelecidas para falar sobre o aborto, por meio de uma vulnerabilidade que ouve e conecta, também com um tanto de *Malinchismo* que nos caracteriza, te perguntamos: quais bordas espartilham a sua vida? Consegue identificar uma força trans-aborteira para transbordá-las? Está com disponibilidade para afirmar uma ética/estética/distinção trans-aborteira?

Trans-parto:

Me pari. Me reinventei.  
Rompí o cordão umbilical  
(cis)hetero-terrorista  
que me acorrentava me afastando de mim.

Fui meu próprio parteiro,  
comi a placenta,  
cuspi, arrotei pra seguir.

Pari a mim mesmo  
construindo a face que sempre desejei  
Sou ciborgue  
O corpo feito de retalhos  
de ti, de mim, de (nós)...

Sou eu, um pouco de um montão de gente.

*-Bruno Santana-*

## Referências

- Adesse, L. & Monteiro, M. (2016). Estigma e complicações do abortamento induzido. In: V. Zanello & M. Porto (Orgs). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia* (1ª ed.). Conselho Federal de Psicologia (CFP).
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. Boitempo.
- Angonese, M., & Lago, M. C. de S. (2017). Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: Abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade [online]*. v. 26, n. 1. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>
- Almeida, G. (2012). Homens trans: Novos matizes na aquarela das masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 513-523.
- Alvim, D. M. (2012). O que é um contradispositivo? In: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, *Cardernos de Subjetividade* pp. 120-127.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo — dois exemplos de exclusão do outro. In Henrique Gomes de Araújo, Paula Mota Santos e Paulo Castro Seixas (Orgs.), *Nós e os Outros. A Exclusão em Portugal e na Europa*. Porto, SPAE.
- American Psychological Association (2011). *Respuestas a sus preguntas sobre las personas trans, la identidad de género y la expresión de género*, pp. 1-6. Disponible en: <https://www.apa.org/topics/lgbtq/transgenero>
- Andal, A. G. T. (2019). Self-Shooting Uterus-Owners: Examining the Selfies of Pregnant Transmen within the Politics of Human Reproduction. *Changing Societies & Personalities*, 3 (1), 36-51.
- Anzaldúa, G. (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revistas Estudos Feministas*, 8(1), p. 229-236.
- Anzaldua, G. (2016). *Borderlands/La frontera: The New Mestiza*. Aunt Lute Books.
- Araruna, M. L. (2017). O que é esse livro? In: Grupo Transcritas Coletivas p. 9-11. *Nós Trans: escritivências de resistência*. Litera Trans.
- Asociación Profamilia & ATAC (2021). *Acceso al aborto seguro para hombres trans y personas no binarias: un estudio exploratorio en Colombia*. Asociación Profamilia.
- Astorino, C. (2015). ¿Por qué me perturba la detección de los rasgos intersexuales durante el embarazo? [Traducción de Laura Inter]. *Brújula Intersexual Punto de Encuentro Para*

- Personas Intersexuales*. Disponível em: <http://rhrealitycheck.org/article/2015/03/11/im-disturbed-screening-intersex-traits-uterus/>
- Barbier, R. (1985). O conceito de “implicação” na pesquisa-ação em ciências humanas [Tradução Estela dos Santos Abreu]. In: \_\_\_\_\_. *A pesquisa-ação na instituição educativa* pp. 105-128. Jorge Zahar.
- Barone, M. A. (2019). Prática do aborto e ARTivismo: algumas narrativas ensanguentadas, infames e criativas. In: M. A. Barone & B. De Barros Souza (Orgs.) *Sangrias* pp. 154-171. Pedregulho Editora.
- Barone, M. A. (2020). Gestar y abortar para los hombres trans: una revisión de literatura científica. *Revista Controversia*, (215), 43-73. <https://doi.org/10.54118/controver.vi215.1209>
- Barone, M. A.; Rodrigues, A.; Rocon, P. C. (2021). Bruxas, loucas ou más: aborteiras no entre feitiços e problemas. In: B. Irineu, *Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: temas emergentes* pp. 177-197. Editora Devires.
- Becerra, A. G. (2009). Tacones, siliconas, hormonas y otras críticas al sistema sexo-género. Feminismos y experiencias de transexuales y travestis. *Revista Colombiana de Antropología*, 45(1), 119-146.
- Bellucci, M. (2014). *Historia de una desobediencia: aborto y feminismo*. Capital Intelectual.
- Benjamin, W. (1987). *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura* (3 ed.) [Trad. Sérgio Paulo Rouanet]. Brasiliense.
- Bento, B. (2014). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (2º ed.) EDUFRRN.
- Bento, B. (2017). *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. EDUFBA.
- Berger, A. P., Potter, E. M., Shuttars, C. M., & Imborek, K. L. (2015). Pregnant transmen and barriers to high quality healthcare. *Proceedings in Obstetrics and Gynecology*, 5(2), 1-12.
- Berger, A. P., Potter, E. M., Shuttars, C. M., & Imborek, K. L. (2015). Pregnant transmen and barriers to high quality healthcare. *Proceedings in Obstetrics and Gynecology*, 5(2), 1-12.
- Berkins, L. (2013). Los existenciaris trans. En: A. M. Fernández, & W. PÉRES *La diferencia desquiciada. Géneros y diversidades sexuales* pp. 91-96. Biblos.
- Boggam, L. (27 de agosto de 2021). *Presentación “Manual de servicios de aborto trans inclusivos” - Liam Boggam* [Archivo de video] Canal de Estudios Trans UBA. Disponible

- en: [https://www.youtube.com/watch?v=iPj4jnfpTTM&ab\\_channel=EstudiosTransUBA](https://www.youtube.com/watch?v=iPj4jnfpTTM&ab_channel=EstudiosTransUBA)  
Acceso en marzo de 2022.
- Boje, D. M. (1991). The storytelling organization: A study of story performance in an officesupply firm. *Administrative Science Quarterly*, 36, 106-126.  
<http://dx.doi.org/10.1177/105649269984002>
- Browne, K. & Nash, C. (2010). *Queer methods and methodologies*. Asghate.
- Butler, J. (1999). *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Paidós.
- Butler, J. (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Paidós.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Género: Feminismo e subversão da identidade* [Tradução Renato Aguiar]. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Lenguaje, poder e identidad*. Síntesis.
- Butler, J. (2014). Regulações de gênero. *Cadernos Pagu* (42), p. 250-274.
- Butler, J. (2015). *Notes toward a performative theory of assembly*. Harvard University Press.
- Butler, J. (Septiembre 2015). Cuerpos que todavía importan (o los fundamentos de una teoría para “vivir un mundo más vivible”). In: M. I. B. Fonseca [Transcripción]. Conferencia de Judith Butler, organizada por la Red Interdisciplinaria de Estudios de Género en la UNTREF. Caseros - Buenos Aires. Disponible en: <  
<http://www.ramona.org.ar/node/57395>>.
- Butler, J. (2016). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (2º ed.) [Tradução Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha]. Civilização Brasileira.
- Cabral, M. (2011). La paradoja transgénero. In: C. F. Cáceres, [et al.] *Sexualidad, ciudadanía y derechos humanos en América Latina: Un Quinquenio de Aportes Regionales al Debate y La Reflexión* (pp. 97–104). Instituto de Estudios en Salud, Sexualidad y Desarrollo Humano – IESSDEH y Universidad Peruana Cayetano Heredia – UPCH.
- Canguilhem, G. (1971). *Lo normal y lo patológico* (1º ed.) [Traducción del francés de Ricardo Potschart]. Siglo xxi argentina, s. a.
- Carvalho, T. (2017). Transgente. In: Grupo Transcritas Coletivas p. 12-13. *Nós Trans: escritivências de resistência*. Litera Trans.

- Castillo, B. D. (1968). *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España México*. Editorial Porrúa.
- Charter, R., Ussher, J. M., Perz, J., & Robinson, K. (2018). The transgender parent: Experiences and constructions of pregnancy and parenthood for transgender men in Australia. *International Journal of Transgenderism*, 19(1), 64-77.
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. EDUFBA.
- Colling, L., & Pelúcio, L. (2015). Deslocamentos antropofágicos ou de como devoramos Judith Butler. *Revista Periódicus*, 1(3), 1–5. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i3.14253>
- Comité Invisible (2017). *Ahora* (1º ed.) [Traducción del francés por Diego Luis Sanromán]. Logroño, Pepitas De Calabaza.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional dos Psicólogos*, Resolução nº 10/05, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). (2012). Carta de Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia a favor da descriminalização e legalização do aborto no Brasil. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/fp-defende-descriminalizacao-legalizacao--aborto-brasil/>.
- Copi (2004). *El Homosexual o la dificultad de expresarse* (1º ed.) [Título original en francés: L'Homosexual ou La difficulté de s'exprimer (1971), traducción de Luis Zapata e Joani Hocquenghem]. Ediciones El Milagro.
- Currah, P. (2008). Expecting bodies: The pregnant man and transgender exclusion from the employment non-discrimination act. *Women's Studies Quarterly*, 36(3/4), 330-336.
- D'evreux, Y. (1874). Viagem ao Norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614 pelo padre Ivo D'evreux, religioso capuchinho, publicada conforme o exemplar único conservado na *Biblioteca Imperial de Pariz*. Typ. Do Frias.
- Dargie, E., Blair, K. L., Pukall, C. F., & Coyle, S. M. (2014). Somewhere under the rainbow: Exploring the identities and experiences of trans persons. *The Canadian Journal of Human Sexuality*, 23(2), 60-74.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972-1990* [Tradução de Peter Pal Pelbart]. Coleção TRANS Ed. 34.

- Deleuze, G. (2006). *O abecedário de Gilles Deleuze*. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola.
- Diniz, D. (2018) Argentinas prometem retornar às eleições com rechaça aos políticos contrários ao aborto. *Revista Marie Claire*. O globo. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Debora-Diniz/noticia/2018/08/argentinas-prometem-retornar-eleicoes-com-rechaca-aos-politicos-contrarios-ao-aborto.html>
- Diniz, D., Corrêa, M., Squinca, F., & Braga, K. S. (2009). Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(4), 939-942.
- Diniz, D.; Medeiros, M., & Madeiro, A. (2016). Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2), p. 653-660.
- Doty, K.; A. J. Lowik (2021). *The Liminal Chrysalis: Imagining Reproduction and Parenting Futures Beyond the Binary* (1° ed.). Demeter Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv264f901>
- Duarte, N. I. G., Silva, V. L. M. da, & Pinto, L. W. (2020). A “amiga que já abortou”: um olhar sobre experiências partilhadas em uma comunidade virtual. *Ciência & Saúde Coletiva* 25(5), 1689–1698. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33442019>
- Dutton, L., Koenig, K., & Fennie, K. (2008). Gynecologic care of the female-to-male transgender man. *Journal of midwifery & women's health*, 53(4), 331-337.
- Ellis, S. A., Wojnar, D. M., & Pettinato, M. (2015). Conception, pregnancy, and birth experiences of male and gender variant gestational parents: it's how we could have a family. *Journal of midwifery & women's health*, 60(1), 62-69.
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira S.A.
- Falchi, C. A. (2013). *Pensando a dimensão erótica na educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99630/falchi\\_ca\\_me\\_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/99630/falchi_ca_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y).
- Falchi, C. A. (2018). *Crítica ao Paradigma da Diferença Identitária dos Corpos: Transgressão de Gênero Como Ruptura Ética*. Tese 170 F. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília.
- Farfán, J. A. F. (2006). La Malinche, Portavoz De Dos Mundos. *Estudios De Cultura Náhuatl* (37).



- Faúndes, A.; Barzelatto, J. (2004). *O drama do aborto: em busca de um consenso*. Komedí.
- Favero, S. (2020). Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. *Natal: Equatorial*, v. 7, nº 12, p 1-22, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>.
- Fernandes, E. (2019). Normalizando povos indígenas: um olhar sobre o Diretório Indígena (1757) *RIDH | Bauru* 7(13), 39–59. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/download/710/320>
- Fernandes, E. R. (2018). O que a homossexualidade indígena pode ensinar sobre colonialismo – e como resistir a ele. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, [S.l.] 17(1), 103-118.
- Ferraz, A. P. (2019). E eu, que não posso parir, entendo seu direito de não fazê-lo. In: M. A. Barone & B. De Barros Suza (Orgs.) *Sangrias* pp. 59-61. Pedregulho Editora.
- Figari, C. (2014). *Queer Argie*. *American Quarterly*.
- Fix, L., Durden, M., Obedin-Maliver, J. Moseson, H.; Hastings, J.; Stoeffler, A. & Stakeholder, S. B. E. Perceptions and Experiences Regarding Access to Contraception and Abortion for Transgender, Non-Binary, and Gender-Expansive Individuals Assigned Female at Birth in the U.S.. *Arch Sex Behav* 49, 2683–2702 (2020). <https://doi.org/10.1007/s10508-020-01707-w>
- Flores, v. (2013). *Interruções: Ensayos de poética activista. Escritura, política, pedagogía*. La Mondonga Dark.
- Fonseca, S. C., Domingues, R. M. S. M., Leal, M. do C., Aquino, E. M. L., & Menezes, G. M. S. (2020). Aborto legal no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00189718>
- Foucault, M. (1972). *A arqueologia do saber*. Centro do Livro Brasileiro.
- Foucault, M. (1976). *Historie de la sexualité I: La volonté de savoir*. Gallimard.
- Foucault, M. (1981) De l'amitié comme mode de vie. In *Dits et écrits*. Paris: Gallimar, 1994, vol. IV, pp. 163-67. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento.
- Foucault, M. (1982). *Herculine Barbin: O diário de uma hermafrodita* [Tradução de Irley Franco]. F. Alves.
- Foucault, M. (1991). El juego de Michel Foucault [Traducción Javier Rubio]. *Revista Ornicar*, núm. 10, p. 62. Ediciones La Piqueta.

- Foucault, M. (1994). Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: *Dits et Écrits*, vol. 2: 1970-1975. Gallimard.
- Foucault, M. (1996). La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad. In: *Hermenéutica del sujeto* (p. 93-125). Altamira.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)* [Tradução de Eduardo Brandão]. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico. Curso do Collège de France (1973-1974)* [Tradução de Eduardo Brandão]. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). Sujeito e poder (2º ed.). In: Dreyfus, H., & Rabinow, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Forense Universitária.
- Fraser, N. (1989). *Unruly practices: Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Minneapolis. Press.
- Frigerio, G. & Skliar, C. (2005). *Huellas de Derrida. Ensayos pedagógicos no solicitados*. Del Estante.
- Galindo, M. (2020). Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. In: ASPO 1 - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (Org.), *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemia*, pp. 119-127. Disponible en: <https://www.medionegro.org/pdf-sopa-de-wuhan/>
- Gonzaga, P. R. B. (2019). Sobre úteros que sangram e mulheres inteiras: uma aposta que a Psicologia pode – e deve – ser feminista, anti-racista e descolonial. In: P. R. B Gonzaga [et al] (Orgs.) *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto*. Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, n. 92-3, pp. 69-81.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Duke University Press.
- Halberstam, J. (2020). *A arte queer do fracasso*. Cepe.
- Han, B. C. (2017). *La expulsión de lo distinto*. Herder.
- Haraway, D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Cátedra, col. Feminismos.

- Haraway, D. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX (1985). In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Ed. Autêntica.
- Harding, S. (1994). Feminism and Theories of Scientific Knowledge. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. Sage Publications.
- Herzer, A. (1982). *A queda para o alto*. Editora Vozes.
- Hoffkling, A.; Obedin-Maliver, J. & Sevelius, J. (2017). From erasure to opportunity: a qualitative study of the experiences of transgender men around pregnancy and recommendations for providers. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 17(2), 332. <https://doi.org/10.1186/s12884-017-1491-5>
- Horswell, M. J. (2013). *La descolonización del “sodomita” en los Andes coloniales*. Ediciones Abya-Yala.
- Ingraham, N., & Hann L. (2022). ‘Stigma R us’: Stigma management at the intersection of abortion care and transgender care in family planning clinics. *SSM - Pesquisa Qualitativa em Saúde* V. 2(100043). <https://doi.org/10.1016/J.SSMQR.2022.100043>
- Janiak, E.; Braaten, K. P.; Cottrill, A. A.; Fulcher, I. R.; Goldberg, A. B.; Agénor, M. (2021). Gender diversity among aspiration-abortion patients. *Contraception* 103(6), pp. 426-427. <https://doi.org/10.1016/j.contraception.2021.01.013>
- Jones, R. K., Witwer, E., Jerman, J. (2020). Transgender abortion patients and the provision of transgender-specific care at non-hospital facilities that provide abortions. *Contraception: X*. Volume 2(100019) . <https://doi.org/10.1016/J.CONX.2020.100019>
- Johnson, E. K., & Finlayson, C. (2016). Preservation of fertility potential for gender and sex diverse individuals. *Transgender health*, 1(1), 41-44.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2005). Narrative Interviewing. In: Bauer, Martin W. y Gaskell, George D. (Eds.), *Qualitative Researching with Text, Image and Sound*, pp. 57-74. Sage.
- Junqueira, R. D., & Prado, M. A. M. (2020). A gestão ético-política da pandemia de covid-19 no Brasil: “Grupo de risco” e normalização da catástrofe. In: L. Vasconcelos, M. Guimarães; T. C. Carreiro & J. R. Nasciutti (Orgs.), *Janelas da Pandemia* (pp. 203-216). Editora Instituto DH.
- Kappler, C. (1993). *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média* [Tradução Ivone Benedetti, original de 1980]. Editora Martins Fontes.

- Karaian, L. (2013). Pregnant men: Repronormativity, critical trans theory and the re (conceive) ing of sex and pregnancy in law. *Social & Legal Studies*, 22(2), 211-230.
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15–22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100003>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das Letras.
- Laqueur, T. W. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* [Tradução de Vera Whately]. Relume-Dumará.
- Lauretis, T. (1994). As tecnologias do gênero [Tradução de Suzana Funck]. In H. Buarque de Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rocco.
- Leal, a. (2020). me curo y me armo, estudando: a dimensão terapêutica y bélica do saber prete y trans. *Pandemia Crítica*, 052. n-1 edições.
- Leal, D. (2017). *De trans pra frente*. Patuá.
- Leal, D. (2018). Iluminação cênica e desobediências de gênero. *Revista Aspas*, 8(1), 24–40. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v8i1p24-40>
- Leal, D. (2021). A arte travesti é a única estética pós-apocalíptica possível? Pedagogias antiCIStêmicas da pandemia. *Pandemia Crítica*, 094. n-1 edições.
- Leite, J. (2011). *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discursos científico*. FAPESP.
- Lessa, J. (2014). *Eu trans: a alça da bolsa: relatos de um transexual* (1ª ed.). Metanóia.
- Light, A. D., Obedin-Maliver, J., Sevelius, J. M., & Kerns, J. L. (2014). Transgender men who experienced pregnancy after female-to-male gender transitioning. *Obstetrics & Gynecology*, 124(6), 1120-1127.
- Light, A., Wang, L. F., & Gomez-Lobo, V. (2017). The family planing needs of young transgender men. *Journal of Pediatric and Adolescent Gynecology*, 30(2), 274.
- Link, D. (2009). *Fantasmas. Imaginación y sociedad*. Eterna Cadencia.
- Lionço, T. (2016). A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade. *Revista EPOS*, Vol.7, nº 2, ISSN 2178-700X; pág. 147-156.

- Lionço, T. (2018). *Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta*. Devires Editora.
- Lopes, M. C. (2011). Políticas de inclusão e governamentalidade. In A. da Silva Thoma e B. Hillesheim (orgs), *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças* (p. 7). EDUNISC.
- Lopes, M.C. et al. (2009). Políticas de inclusão e governamentalidade. *Educação & Realidade*, 34(2), 153-169.
- Lorde, A. (2003). *La hermana, la extranjera*. Horas y Horas.
- Lorde, A. (2009). *Zami una Biomitografía: una nueva forma de escribir mi nombre* [Traducción de M. Duarte]. Horas y Horas.
- Lourau, R. (1970). *A análise institucional* [2. ed.]. Vozes.
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541–553. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200012>
- Louro, G. L. (2004). *Corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Lowik, A. J. (2021). *Gendered and Reproductive Becomings: Trans People, Reproduction and the B.C. Health Care System*. Thesis (Doctor of Philosophy) - The University of British Columbia, Faculty of Graduate and Postdoctoral Studies (Gender, Race, Sexuality and Social Justice). <https://open.library.ubc.ca/media/download/pdf/24/1.0406081/4>
- Mação, I. R., Alvim, D. M., & Rodrigues, A. (2021). Sexos incertos: ambiguidade e diferença na autobiografia de Herculine Barbin. *Revista Periódicus*, 1(16), 21–50. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i16.42974>
- Major, B., Appelbaum, M., Beckman, L., Dutton, M. A., Russo, N.F. y West, C. (2009). Abortion and mental health. Evaluating the evidence. *American Psychologist*, 64(9), 863-890.
- Manes, C., & Emulsify, M. (2021). *What's an Abortion, Anyway? - Children's Book about Abortion*. Coming Soon.
- Marey, M. (2022). Problemas de la participación política en contextos de desdemocratización. *Las Torres de Lucca. Revista Internacional de Filosofía Política*, 11(1), 1-11. <https://doi.org/10.5209/ltl.79868>
- Máscolo, T. (2017). Soy hombre trans y aborté: nadie sabe qué hacer con nuestros cuerpos. *Agencia Presentes*, 28 de septiembre de 2017. Disponible en: < <http://agenciapresentes.org/2017/09/28/hombre-trans-aborte-nadie-sabe-cuerpos/>>.

- Máscolo, T. (2018, September 4). Varones trans y la incomodidad en los consultorios ginecológicos (D. Verónica, Interviewer) *La Nación*. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/varones-trans-incomodidad-consultorios-ginecologicos-nid2166704/>
- Matias, A. G. T., Barone, M. A., & Rodrigues, A. (2021). Fazendo ruir o dispositivo da Maternidade e (re)inventando maternagens possíveis: Narrativas infames e potentes! *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 18(1), 1–18. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2021.e76033>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (1ª ed.). n-1 edições.
- Mendoza, Á. (2021). *Todes abortamos*. Colectiva Valquirias.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista De Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Mines C. A.; Díaz V. G.; Rueda, R. & Marzano, V. (2013). El aborto lesbiano que se hace con la mano: Continuidades y rupturas en la militancia por el derecho al aborto en Argentina (2009-2012). *Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Bagoas*; 7(9), pp. 133-160. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/28699>.
- Mitu, K. (2016). Transgender reproductive choice and fertility preservation. *AMA journal of ethics*, 18(11), 1119-1125.
- Mombaça, J. (2016). Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Revista Concinnitas*, v. 1, n. 28, p. 334-354.
- Montenegro, M., & Pujol, J. (2003). Conocimiento situado: Un forcejeo entre el relativismo construccionista y la necesidad de fundamentar la acción. *Revista Interamericana de Psicología (Interamerican Journal of Psychology)*, 37(2), 295-307.
- Moseson, H. et. al. (2021). Abortion experiences and preferences of transgender, nonbinary, and gender-expansive people in the United States. *Jornal Americano de Obstetrícia e Ginecologia* 224(4) p. 376. <https://doi.org/10.1016/J.AJOG.2020.09.035>
- Moseson, H., Fix, L., Hastings, J., Stoeffler, A., Lunn, M. R., Flentje, A., Lubensky, M. E., Capriotti, M. R., Ragosta, S., Forsberg, H., & Obedin-Maliver, J. (2021). Pregnancy intentions and outcomes among transgender, nonbinary, and gender-expansive people assigned female or intersex at birth in the United States: Results from a national,

- quantitative survey. *International journal of transgender health*, 22(1-2), 30–41.  
<https://doi.org/10.1080/26895269.2020.1841058>
- Motmans, J. (2011). ‘We Can’t Have Men Giving Birth!’ (But We Do): The Impact of the Belgian Transgender Movement on the Well-Being. *Transforming Gendered Well-Being in Europe: The Impact of Social Movements*, 169.
- Navarro, P. P. (2017). On ne naît pas queer: From The Second Sex to Male Pregnancy. In *Proceedings of the 18th Conference of the Simone de Beauvoir Society: Yesterday, Today and Tomorrow* (pp. 327-337). Cambridge Scholars Publishing.
- Nery, J. (2011). *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. Leya.
- Neves, de A. N. (2016). Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências. In: A. Rodrigues, G. Monzeli, S. R. da Silva Ferreira (Orgs.), *A Política no Corpo: gêneros e sexualidades em Disputa* (pp. 161-176). EDUFES.
- Nichols, O. (2018). Arguing from within: The Marginalization of Trans Men within the Movement for Legal Abortion in Argentina. *Independent Study Project (ISP)*. Collection. 2891.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41.  
< <https://doi.org/10.1590/%25x>>.
- Nixon, L. (2013). The Right to (Trans) Parent: A Reproductive Justice Approach to Reproductive Rights, Fertility, and Family-Building Issues Facing Transgender People. *William & Mary Journal of Race, Gender, and Social Justice*, 20(1), 73.  
<https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol20/iss1/5>
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na Psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 3 (1), 107-128.
- Obedin-Maliver, J., & Makadon, H. J. (2016). Transgender men and pregnancy. *Obstetric medicine*, 9 (1), 4-8.
- Oliveira, T. R. M. (2016). No meio do mundo, aquendar a metodologia: notas para *queerizar* a pesquisa em currículo. *Práxis Educativa*, vol. 11, núm. 2, pp. 332-356, 2016.  
<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.11i2.0002>.
- Organização Pan-Americana da Saúde. (2020, 11 de fevereiro). OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>

- Pedroso, D. (2012). Aborto e Saúde Mental. *Ciência E Cultura*, 64(2), 38–39. <https://doi.org/10.21800/s0009-67252012000200016>
- Pelúcio, L. (2012). Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre póscolonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, 2(2), p. 395-418.
- Pelúcio, L. (2014). Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Revista Periódicus*, 1(1), 68. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i1.10150>
- Pelúcio, L. (2016). O Cu (de) Preciado? estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Iberic@l: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, 1(1), p. 123-136.
- Pereira, P. P. G. (2012). Queer nos trópicos. In *Revista Contemporânea*, vol. 2 (2),
- Perlongher, N. (1987). *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. Brasiliense.
- Pérez, M. (2014). Lo inteligible y su anormal: perspectivas queer-feministas acerca de la constitución de la (a)normalidad. *Opacidades. Revista de psicoanálisis*, 8, pp. 37-64.
- Pérez, M. (2016). Teoría Queer, ¿para qué? *Revista ISEL*, 5, pp. 184-198.
- Pérez, M. (2019). Violencia epistémica: reflexiones entre lo invisible y lo ignorable. *Revista de Estudios y Políticas de Género*, 019(1), pp. 81-98.
- Pérez, M. (2020a). Salud y soberanía de los cuerpos: propuestas y tensiones desde una perspectiva queer. In: Fundación de Soberanía Sanitaria (Orgs.) *Salud feminista: soberanía de los cuerpos, poder y organización* - 1a ed. - Tinta Limón.
- Pérez, M. (2020b, Noviembre 27). *Violencia epistémica [Aportes para una epistemología no ideal de la historiografía]*. Ciclo de Conferencias y Debates del CIEFi do Centro de Investigaciones en Filosofía, Universidad Nacional de La Plata, La Plata.
- Pérez, M. (2021). Interseccionalidad y estrategias feministas de reivindicación de derechos: un ejercicio de equilibrio reflexivo. En AA.VV. (Eds.), *Tratado de géneros, derechos y justicia: políticas públicas y multidisciplinaria* (pp. 523-537). Rubinzal Culzoni.
- Picq, M. & Tikuna, J. (2019). In Indigenous Sexualities: Resisting Conquest and Translation. In: C. Cottet & M. L. Picq (Orgs.) *Sexuality and Translation in World Politics*. Bristol.
- Picq, M. L. (2020). La colonización de sexualidades indígenas: entre despojo y resistencia. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, 10(1), 13–34. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.126>



- Planella, J., & Pie, A. (2012). Pedagoqueer: resistencias y subversiones educativas. *Educación XXI*, 15(1), pp. 265-283.
- Platero, R. (2011). The narratives of transgender rights mobilization in Spain. *Sexualities*, 14(5), 597-614.
- Pocahy, F. (2016). (Micro)políticas queer: dissidências em pesquisa. *Textura*, Canoas, v. 18, n. 38, p. 8-25.
- Porlán, R. & Martín, J. (2004). *El diario del profesor: un recurso para la investigación en el aula* (9ª ed). Díada.
- Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia sobre o Aborto. (2012, June 22). CFP. <https://site.cfp.org.br/posicionamento-do-conselho-federal-de-psicologia-sobre-o-aborto/>
- Preciado, P. (2002). *Manifiesto contra-sexual* [Traducción del francés de Julio Díaz y Carolina Meloni]. Editorial Opera Prima.
- Preciado, P. (2007). Cuerpos insumisos. *Revista La Vanguardia*, disponível em: <<https://www.almendron.com/tribuna/cuerpos-insumisos/>>. Acesso em novembro de 2021.
- Preciado, P. (2008). *Testo Yonqui*. Espasa: Madrid, España.
- Preciado, B. (2011). Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, 19(1), 11-20. < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>>.
- Preciado, P. (2015). *Transfeminismo*. Caixa Pandemia de Cordéis, N-1 edições.
- Preciado, P. (2019). Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino [Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia]. *eRevista Performatus, Inhumas*, 7(20). Edição de Mãe Paulo
- Preciado, P. (2020a). Aprendendo do vírus. In: *Pandemia Crítica*. n-1 edições. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/007>
- Preciado, P. (2020b). *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia* (1º ed.) [Tradução Eliana Aguiar]. Zahar.
- Pujol, J., & Montenegro, M. (2013). Producciones narrativas: una propuesta teórico-práctica para la investigación narrativa. En: Maite Rodigou y Horacio Paulín (eds.) *Coloquios de investigación cualitativa: desafíos en la investigación como relación social*, 15-42.

- Pujol, J., Montenegro, M., & Balasch, M. (2003). Los límites de la metáfora lingüística. Implicaciones de una perspectiva corporeizada para la práctica investigadora e interventora. *Política y Sociedad*, 40(1), 57-70.
- Radi, B. & Elichiry, M. (2021). Manual de Servicios de Aborto Trans-inclusivos: políticas y prácticas, Argentina. Cátedra Libre de Estudios Trans. [Adapted from Lowik, A., Trans-Inclusive Abortion Care: A Manual for Operationalizing Trans-Inclusive Policies and Practices]. Disponible em: <https://www.ajlowik.com/publications#/transinclusive-abortion>
- Radi, B. & Pérez, M. (2014). Diversidad sexo-genérica en el ámbito educativo: ausencias, presencias y alternativas. En: *Programa para el Mejoramiento de la Enseñanza de la Filosofía Actas de las XXI Jornadas sobre la enseñanza de la Filosofía*. FFyL.
- Radi, B. & Pérez, M. (2018). De cambios, géneros y paradigmas. In: Barqui, N.; Genise, G. y Tolosa, D. *Manual integrador hacia la despatologización de las identidades trans*, pp. 21-35. Akadia.
- Radi, B. (2017). Fronteras epistemológicas coloniales de la teoría queer: mecanismos de producción de ausencias en la obra de Preciado. *Interalia: A Journal of Queer Studies*, 139–154. <https://doi.org/10.51897/interalia/qoou8142>
- Radi, B. (2018a). Mitología política sobre aborto y hombres trans. *Sexuality Policy Watch*. Disponible em: <https://sxpolitics.org/es/3945-2/3945>.
- Radi, B. (2018b). El reloj político de los derechos sexuales y reproductivos. *Sociales En Debate*.
- Radi, B. (2019a). Políticas trans y acciones afirmativas en los ámbitos universitarios. Conversaciones necesarias para deshacer el cissexismo. *Aletheia*, 10(19), e026. <https://doi.org/10.24215/18533701e026>
- Radi, B. (2019b). Políticas del conocimiento: hacia una epistemología trans\*. In: López, M. *Los mil pequeños sexos. Intervenciones críticas sobre políticas de género y sexualidades*. EDUNTREF.
- Radi, B. (2019c). Injusticia reproductiva: entre el derecho a la identidad de género y los derechos sexuales y reproductivos (pp. 125-143). Tinta Limón.
- Radi, B. (2020a). Activismo transmasculino y aborto. *Revista Cítrica*. Recuperado de: <https://www.revistacitrica.com/activismo-transmasculino-y-aborto.html>
- Radi, B. (2020b) Reproductive injustice, trans rights, and eugenics. *Sexual and Reproductive Health Matters* 28(1). <https://doi.org/10.1080/26410397.2020.1824318>

- Radi, B. (2021). *Pugna de derechos, injusticia y legalismo: una aproximación no ideal al derecho a la identidad de género en Argentina*. Tesis de Licenciatura en Filosofía, Departamento de Filosofía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Rancière, J.(1996). *O desentendimento*. Editora 34.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política* [Tradução de Mônica Costa Netto]. EXO Experimental / Editora 34.
- Rancière, J. (2010). *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Autêntica.
- Ribas, C. T. (2020). Estéticas do Aborto. A presença do lenço verde na luta pela descriminalização. *Bienal 12 Femininos*, 12, 487–482.
- Riggs, D. (2013). Transgender men’s self-representations of bearing children post-transition. In Green, F. & Friedman, M. (Eds.) *Chasing rainbows: Exploring gender fluid parenting practices* (pp.-). Demeter Press.
- Riggs, D. (2018). Trans Pregnancy. An International Exploration of Transmasculine Practices of Reproduction. *Law and Policy Review Australia*. Flinders University.
- Rocon, P. C.; Pedrini, M. D.; Rodrigues, A.; Zamboni, J. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, pp. 2517-2526 21(8). <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015>
- Rocon, P. C.; Wandekoken, K. D.; Barros, M. E B.; Duarte, M. J. O. & Sodr e, F. (2020). Acesso  a saúde pela população trans no brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, Educação e Saúde* 18(1) <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>
- Rocon, P. C. (2021). *Clínica (trans)sexualiza(dor)a: Processos formativos de trabalhadores de saúde*. (1  ed). Editora Devires.
- Rodrigues, A. (2017). Convite para o Feitiço. Prefacio In: Megg Rayara Gomes de Oliveira *O Diabo em Forma de Gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na Educação* (1  ed.). Editora Prismas.
- Rodrigues, A., & Wenez, I. (2018). Fic  es, fabulações e memora  es de corpos que, sangrando juntos, dizem: ninguém solta a mão de ninguém. In: M. A. Barone & B. S. Barros (Orgs.), *Sangrias* (pp. 21-34). Editora Pedregulho.
- Rodrigues, A., & Wenez, I. (2019). Corpos em Movimento: Políticas, Experiências e Métodos Possíveis - Apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Da Homocultura*, 2(6), 20–23. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.6.9949>

- Rodrigues, A., Rocon, P. C., Roseiro, S. Z., & Nodari, V. A. F. (2019). Crianças em pesquisas que se arriscam, riscam e dão passagem a abordagens metodológicas brincantes. *Revista Brasileira de Estudos Da Homocultura*, 2(6), 123–138. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.6.9956>
- Rodriguez, A. M. (2021). Rizomas: in(visibilidades) dentre dos espaços institucionais de cuidado à saúde. In: M. Morgado (Org.) *A primavera não-binária: o protagonismo trans não-binária no fazer científico* (pp. 39-60). Rocha Gráfica e Editora (Selo Nyota).
- Rolnik, S. (1993). Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, v.1 n.2, pp. 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduated de Psicologia Clínica, PUC/SP.
- Rolnik, S. (1998). Por um estado de arte a atualidade de Lygia Clark. In: *Núcleo Histórico: Antropofagia e Histórias de Canibalismos*, pp. 456-467. Fundação Bienal de São Paulo.
- Romio, C. M., Roso, A., Frantz Cardinal, M., Basso, S., & Goya Pierry, L. (2015). Saúde mental das mulheres e aborto induzido no Brasil. *Psic. Rev.* 24(24), pp. 61–81. <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/24229/17439>
- Roscoe, W. (2000). *Changing ones: third and fourth genders in Native North America*. Palgrave MacMillan.
- Rose, N. (1985). *The psychological complex : psychology, politics, and society in England, 1869-1939*. Routledge & Kegan Paul.
- Rose, N. (1990). *Governing the soul: The shaping of the private self*. Routledge.
- Roseiro M. C. F. B., Rodrigues, & A. Barros, M. E. B. (2021). Dissidências de um curso: transicionando gêneros e currículos na formação em psicologia. *Mnemosine* 17(1), p. 234-252. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2021.61851>
- Roseiro, M.C. F. B.; Bernabé, M. F.; Castello, N. F.V. (2016). Sexualidades e Gênero na Psicologia: Ativismos Formativos e Tensionamentos Curriculares. In: A. Rodrigues, G. Monzeli, S. R. da Silva Ferreira (orgs.), *A Política no Corpo: gêneros e sexualidades em Disputa* (pp 195-214). EDUFES.
- Rosenberg, M. (2020). Escuchar las demandas, instituir la subjetivación del derecho al aborto (1º ed.) In: El derecho al aborto en la formación “psi”: tensiones, demandas y desafíos. (Orgs) Riveros, B. G. [et al.]. Cátedra libre por el derecho al aborto legal, seguro y gratuito de la facultad de psicología de la Universidad de Buenos Aires. Carla Pierri.

- Rosenzvaig, M. (2003). *Copi: sexo y teatralidad*. Biblos.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo. *Nueva Antropología*, VIII (30), pp. 95-145.
- Rubin, G. (1989). Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: Vance, (Org.), *Placer y peligro* (pp.113-191). Revolución.
- Rufino, L. (2018). Pedagogia das encruzilhadas. *Periferia*, 10(1), 71–88. <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.31504>
- Ryan, M. (2009). Beyond Thomas Beatie: Trans men and the new parenthood. In R. Epstein (Ed.), *Who's your daddy? And Other Writing on Queer Parenting* (pp. 139-150). Sumach Press.
- Santos, A. C. (2006). Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 91-108.
- Santos, B. D. S. (2014). *Epistemologías del sur*. Akal.
- Schérer, R., & Hocquenghem, G. (1979). Co - ire, álbum sistemático de la infancia (2º ed.) [Traducción de Alberto Cardín]. Editorial Anagrama.
- Scott, J. (1988), Gender - An Useful Category for Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91, 1053-1075.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, [online] n. 28, pp. 19-54. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>
- Shires, D. A., & Jaffee, K. (2015). Factors associated with health care discrimination experiences among a national sample of female-to-male transgender individuals. *Health & social work*, 40(2), 134-141.
- Shock, S. (2021). Eu, monstro meu. *Revista Periódicus*, 1(15), 91–97. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i15.44779>
- Simas, L. A. & Rufino, L. (2020). *Encantamento sobre política de vida*. Mórula.
- Skliar, Carlos. (2008). ¿Incluir las diferencias? Sobre un problema mal planteado y una realidad insoportable. *Orientación y sociedad*, 8, 00.

- Souza, M. (2021). Que seja lei aqui também! As lições que podemos aprender com a legalização do aborto na Argentina. *Revista AzMina*. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/que-seja-lei-aqui-tambem-as-lico-es-que-podemos-aprender-com-a-legalizacao-do-aborto-na-argentina/>
- Spivak, G. (2003). ¿Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología*, 39, 297-364.
- Striano, M. (2012): Reconstructing narrative: A new paradigm for narrative research and practice. *Narrative Inquiry*, 22(1), 147-154.
- Stryker, S. (2004). Transgender Studies: Queer Theory's Evil Twin. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 10(2), 212-215. <https://www.muse.jhu.edu/article/54599>
- Stryker, S., & Whittle, S. (2006). *The Transgender Studies Reader*. Routledge.
- Stryker, S. (2021). Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero [Tradução de Luiza Ferreira Lima]. *Ponto Urbe* (28). <https://doi.org/10.4000/pontourbe.10778>
- Teixeira, A., & Bleil Gallo, M. (2021). Nosso útero, nosso território: justiça reprodutiva e lutas decoloniais por aborto e maternidade. *(SYN)THESIS* 14(2), pp. 52–66. [https://doi.org/https://doi.org/10.12957/\(syn\)thesis.2021.64353](https://doi.org/https://doi.org/10.12957/(syn)thesis.2021.64353)
- Theumer, E. (2018). O útero tomado de assalto. In: M. A. Barone & B. De Barros Suza (Orgs.) *Sangrias* pp. 94-97. Pedregulho Editora.
- Trujillo, G. (2009). Del sujeto político *la Mujer* a la agencia de *las (otras) mujeres*: el impacto de la crítica *queer* en el feminismo del Estado español. *Política y Sociedad*, Vol. 46 Núm. 1 y 2: 161-172.
- Trujillo, G. (2014). De la necesidad y urgencia de seguir *queerizando* y trans-formando el feminismo. Unas notas para el debate desde el contexto español. *Ex Aequo - Revista Da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, 29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2014.29.04>
- T'Sjoen, G., Van Caenegem, E., & Wierckx, K. (2013). Transgenderism and reproduction. *Current Opinion in Endocrinology, Diabetes and Obesity*, 20(6), 575-579.
- Valenzuela G. B. (2017). Entrevista a Carlos Skliar: Polyphōnía. *Revista de Educación Inclusiva*, 1(1), 150-157.
- Vásquez, S. H. F. (2020). *El teatro de Copi: procesos y estrategias trans. Una aproximación queer*. Tesis Doctoral del Programa Doctoral en Lenguas, Literaturas, Cultura y sus

- Aplicaciones en régimen de co-tutela Internacional - Universitat de València; Université de Strasbourg. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/tesis?codigo=292667>
- Veale, J., Watson, R. J., Adjei, J., & Saewyc, E. (2016). Prevalence of pregnancy involvement among Canadian transgender youth and its relation to mental health, sexual health, and gender identity. *International Journal of Transgenderism*, 17(3-4), 107-113.
- Veiga-Neto, A. (2011). Incluir para excluir. In: J. Larrosa & C. Skliar (Orgs.), *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença* (pp. 105-118). Autêntica.
- Veiga-Neto, A., & Lopes, M. C. (2007). Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, 28(100), 947-963.
- Veiga-Neto, A., & Lopes, M. C. (2011). Governamentalidad, biopolítica e inclusión. In: R. A. C. Salcedo, D. L. M. Díaz (Orgs.), *Gubernamentalidad y Educación: discusiones contemporâneas* (pp. 105-126). Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP).
- Verlinden, J. (2012). Transgender Bodies and Male Pregnancy: The Ethics of Radical Self-Refashioning. In M.M. Hampf & M.A. Snyder (Eds.), *Machine: Bodies, Gender, Technologies* (pp. 107–136). Heidelberg: Universitätsverlag Winter.
- Villela, W., Barbosa, R., Portella, A., & Oliveira, L. (2012). Motivos e circunstâncias para o aborto induzido entre mulheres vivendo com HIV no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7), 1709-1719. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000700009>.
- Von Doussa, H., Power, J., & Riggs, D. (2015). Imagining parenthood: the possibilities and experiences of parenthood among transgender people. *Culture, health & sexuality*, 17(9), 1119-1131.
- Vulcana, D. (2019). Dicionário Doutora Drag: A de aquendar [Jul 19, 2019]. Disponível em: <<https://medium.com/@dimitravulcana/dicion%C3%A1rio-doutora-drag-a-de-aquendar-fa95d0d57c3d>>.
- Wanta, J. W., & Unger, C. A. (2017). Review of the transgender literature: where do we go from here? *Transgender health*, 2(1), 119-128.
- Warner, M. (1993). *Fear of a queer planet: queer politics and social theory*. Press.
- Weil, A. B. (2018). *Transmolecular Revolution: Trans\*versality and the Mattering of Political Life*. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/628400>

- Wierckx, K., Van Caenegem, E., Pennings, G., Elaut, E., Dedeker, D., Van de Peer, F. & T'Sjoen, G. (2011). Reproductive wish in transsexual men. *Human Reproduction*, 27(2), 483-487.
- Wittig, M. (1992). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Egales.
- Wittig, M. (1992). *The straight mind and other essays*. Beacon Press.
- Yonezawa, F. (2019). Corte de Navalha Cega no Homenzinho: a posse estatal-médica do corpo da mulher e a possibilidade de multiplicar outros modos de vida. In: M. A. Barone & B. D. B. Souza (Orgs.), *Sangrias* pp. 179-189. Pedregulho Editora.
- York, S. W, Oliveira, M. R. G. & Benevides, B. (2020). Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 28, n. 3 [Acessado 11 Março 2022], e75614. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>
- Zanello, V. & Porto, M. (2019). Interrupção da gravidez e alívio: sobre o que não se fala das experiências emocionais das mulheres face à maternidade. In: P. R. B Gonzaga [et al] (Orgs.) *Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto*. Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais.
- Zanello, V. (2015). Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: Valeska Zanello, & Magde Porto (Orgs) *Aborto e (não) desejo de maternidade: questões para a psicologia*. Conselho Regional de Psicologia (CPF).